

RETRATOS DE ASSENTAMENTOS

Volume 16, Número 2, 2013

Arte de Capa: *Arte em Aquarela, Regina Carmona*

Diagramação da Capa: *Publiara*

Agência Escola de Publicidade e Propaganda da Uniara

RETRATOS DE ASSENTAMENTOS

Volume 16, Número 2, 2013

ISSN 1516-8182

Esta publicação reúne em sua maior parte produtos de projetos de pesquisa financiados pelo CNPQ e pela Capes.

O Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (Nupedor) é vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – UNIARA.

Rua Voluntários da Pátria, 1309 – Centro – Araraquara-SP
CEP: 14801-320 – Fone (16) 3301-7126
Home-page: www.uniara.com.br/nupedor
Email: nupedor@uniara.com.br

RETRATOS DE ASSENTAMENTOS

Volume 16, Número 2, 2013

PUBLICAÇÃO DA EQUIPE DA PESQUISA

Assentamentos Rurais, Quilombos e Desenvolvimento: bloqueios e perspectivas a partir de diversidades regionais

PESQUISADORES:

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – UNIARA. Coordenadora-geral do projeto.

Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco

Programa de Pós-Graduação em Engenharia Agrícola FEAGRI – Unicamp. Coordenadora local do projeto.

EQUIPE DE BOLSISTAS:

Ana Flávia Flores

César Giordano Gêmero

Daniel Tadeu do Amaral

Henrique Carmona Duval

Danielly Oliveira Justino

Oswaldo Aly Júnior

Silvani Silva

Thauana Paiva de Souza Gomes

EQUIPE TÉCNICA DA PUBLICAÇÃO:

Editoração eletrônica: Lívia Nunes

Traduções: Dirce Charara Monteiro

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ARARAQUARA – UNIARA

Prof. Dr. Luiz Felipe Cabral Mauro
Reitor

Prof. Flávio Módolo
Pró-Reitoria Acadêmica

Fernando Soares Mauro
Pró-Reitoria Administrativa

Profa. Dra. Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento
Regional e Meio Ambiente – UNIARA

REVISTA RETRATOS DE ASSENTAMENTOS

EDITORES – Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante, Dulce Consuelo Andreatta Whitaker, Henrique Carmona Duval

CONSELHO EDITORIAL – Delma Pessanha Neves, Helena Carvalho De Lorenzo, Leila Stein, Leonilde Sérvolo de Medeiros, Luís Antônio Barone, Marcelo Alário Ennes, Maria Aparecida Moraes Silva, Marilda Menezes, Oriowaldo Queda, Sérgio Pereira Leite, Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco

RETRATOS DE ASSENTAMENTOS

Volume 16, Número 2, 2013

Retratos de Assentamentos – Revista do Núcleo de Pesquisa e
Documentação Rural (Nupedor) – UNIARA.

Araraquara – SP – Brasil, 1994

v.16, n.2, 2013. 288p.

Publicação Semestral do Centro Universitário de Araraquara – Uniara.

ISSN 1516-8182

SUMÁRIO/CONTENTS

| | | |
|---|-------|----|
| Apresentação/Presentation | | 11 |
| Reforma agrária brasileira: uma análise dos limites e benefícios da via "tradicional" e da via do "mercado" | | |
| <i>Brazilian land reform: an analysis of the limits and benefits of the "traditional" and the "market-led" land reform</i> | | |
| Patrícia Andrade de Oliveira e Silva | | 15 |
| Pedro Ramos | | |
| Espacialização e territorialização do agronegócio sucroalcooleiro e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na região de Ribeirão Preto/SP (1998-2012) | | |
| <i>Spatialization and territorialization of the sugar-alcohol agribusiness and of the landless rural workers movement (MST) in Ribeirão Preto region-SP (1998-2012)</i> | | |
| Dorival Borelli Filho | | 37 |
| José Gilberto de Souza | | |
| Política nacional de assistência técnica e extensão rural e o caso da microrregião de Andradina-SP | | |
| <i>Technical support and rural extension national policy and the case of the microregion of Andradina-SP, Brazil</i> | | |
| Murilo Didonet de Moraes | | 71 |
| Flaviana Cavalcanti da Silva | | |
| Douglas de Araújo Gonzaga | | |
| Antonio Lázaro Sant'Ana | | |
| A politecnia na formação para o trabalho associado em cooperativas populares | | |
| <i>Politechny in the formation for the associated work in popular cooperatives</i> | | |
| Caio Luis Chiariello | | 91 |
| Farid Eid | | |

Avaliação ambiental de assentamentos rurais: uma abordagem comparativa multivariada

Environmental evaluation of rural settlements: a comparative multivariied approach

Marina Gulo Alcorinte115
Larissa Fernanda Cazeiro
Danielle dos Santos Araújo
Guilherme Rossi Gorni
Maria Lúcia Ribeiro

Políticas públicas e participação econômica de mulheres assentadas: o caso do PAA nos assentamentos do Pontal do Paranapanema

Public policies and the economical participation of women living in land reform settlement: the case of PAA in the settlements of Pontal do Paranapanema, SP-Brazil

Laís Túbero Izidoro127
Martha Esthela dos Santos Silva
Luís Antonio Barone

Agricultura familiar e o PNAE: a implantação da lei 11.947/2009 nos municípios do circuito das frutas-SP

Familiar agriculture and the PNAE: the implantation of law 11.947/2009 in the cities on the fruit circuit-SP

Vanilde Ferreira de Souza Esquerdo153
Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco
Fernando Rabello Paes de Andrade

Segurança alimentar e gestão municipal: uma investigação a partir de comunidade rural assentada em Araraquara

Food security and local management: an investigation based on the rural community settled in Araraquara-SP, Brazil

Thauana Paiva de Souza Gomes175
Luiz Manoel Morais Camargo de Almeida
Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante
Sebastião Souza Lemes

| | |
|---|-----|
| Uma experiência diversificada de comercialização gerida por assentados rurais | |
| <i>Diversified experience of commercialization managed by rural settlers</i> | |
| Michelle Ribeiro Pinto Costa | 201 |
| Zildo Gallo | |
| Vera Lúcia S. Botta Ferrante | |
| | |
| O MST E a edificação de uma proposta de reforma agrária baseada em princípios agroecológicos | |
| <i>MST and the building of a new proposal of land reform based on agroecological principles</i> | |
| Ricardo Serra Borsatto | 221 |
| Maristela Simões do Carmo | |
| | |
| Ideologia industrial x cultura rural: o método SESI de ensino em uma escola rural | |
| <i>Industrial ideology x rural culture: SESI teaching method in a rural school</i> | |
| Gislaine Pavini | 245 |
| Vera Lúcia S. Botta Ferrante | |
| Dulce Consuelo Andreatta Whitaker | |
| | |
| Teoria dos sistemas, cultura e espaços rurais de reforma agrária | |
| <i>Systems' theory, culture and rural spaces in land reform</i> | |
| Valéria Andreatta Whitaker | 271 |
| Marinaldo Fernando de Souza | |
| Dulce Consuelo Andreatta Whitaker | |
| | |
| Normas de publicação | 285 |

APRESENTAÇÃO

A coleção Retratos de Assentamentos, com periodicidade semestral, vem neste segundo número de 2013, rediscutir problemas conjunturais e estruturais do rural e da agricultura brasileira, respeitando a liberdade de expressão que tem caracterizado nossa revista que atingiu a maioridade, sem perder sua capacidade de resistir, de ter esperança e de acreditar que a reforma agrária, entendida como política pública ou como utopia, não saiu de cena da contemporaneidade brasileira, apesar das pressões e das tentativas de sua desqualificação. Mais uma vez, agradecemos ao CNPq e à Capes, os quais têm mostrado nas parcerias de pesquisa, o compromisso com o retorno social do conhecimento.

Temos milhares de famílias assentadas nos últimos 30 anos que lutam para permanecer na terra. Com certeza, não temos a Reforma Agrária que queremos, nem podemos dizer que os assentamentos rurais fazem frente à forte concentração fundiária herdada e ao excludente processo de desenvolvimento do capitalismo no campo. Por outro lado, cairíamos em uma armadilha se, em nossas investigações, discutíssemos assentamentos rurais somente pela produtividade ou pelo seu (im) possível potencial de enfrentar um avassalador processo de acumulação capitalista. Trata-se de uma nova maneira de pensar o desenvolvimento, de equacioná-lo a partir da constituição da cidadania, da qualidade de vida, da segurança alimentar, das perspectivas de contribuir efetivamente, para a sustentabilidade, dos direitos humanos para os povos do campo.

Por outro lado, não se pode deixar de afirmar que a participação dos movimentos sociais (de luta pela terra e reforma agrária) na discussão da agenda governamental tem alterado, ao longo dos anos, a direção das reivindicações. Hoje, ganham destaque a criação de políticas e novos instrumentos para a promoção de ajustes nas condições destas políticas, nos procedimentos de liberação de recursos, dentre outros. Abrem-se brechas para cobrar, do próprio MST, parcela de responsabilidade sobre a desmobilização da luta pela terra e pela reforma agrária.

Por tais motivos, a agenda do n.º 2 do volume 16 da Coleção Retratos de Assentamentos discute desdobramentos da Reforma Agrária no campo das ruralidades contemporâneas. Ganham expressões programas de políticas públicas, em suas dimensões territoriais. Contradições aparecem na falta de integração entre a gestão municipal e a federal de tais programas. Pipocam escândalos

reveladores da trama de tensões que põe a agricultura familiar no fio da navalha.

A partir desse rural, marcado pela complexidade dos processos agrários, e até mesmo não agrários – eis que os "novos rurais" já se apresentam – podemos vislumbrar um caleidoscópio de problemas, soluções e alternativas emergindo em diferentes momentos e espaços territorializados (ou ainda não) pelos movimentos sociais que impulsionam a Reforma Agrária no país.

Nosso periódico tem registrado, ao longo de mais de duas décadas, esses processos e movimentos e tem se ampliado na abordagem de temas rurais a partir dos avanços e reivindicações que "brotam" no campo, do campo ou para o campo. Nesse sentido este número é um exemplo de como tais processos se aceleram, ou são "contidos", exigindo novas análises e teorias originais.

Estamos assistindo a um movimento histórico no qual podemos afirmar que a luta por Direitos Humanos chegou ao campo (onde, aliás, deveria ter estado sempre).

Este número de Retratos de Assentamentos atesta mais uma vez o vigor com que alternativas ao modelo hegemônico se apresentam, já que quando se pensa em soluções para o mundo rural e para a crise ambiental não é o agronegócio que marca sua presença e sim a produção familiar, a opção pela terra de trabalho, os pequenos empreendimentos, as experiências de diversificação agrícola e a continuidade dos movimentos sociais.

Nosso periódico não se recusa a discutir opiniões reformistas e moderadas que se apresentam em modelos convergentes com o avanço do mercado, sempre considerando que o debate é esclarecedor. Este número apresenta alguns desses modelos, conforme se pode observar nos primeiros artigos do seu índice.

No entanto, cumpre lembrar que nossos parâmetros se ligam mais a movimentos pautados em solidariedade, instituições não competitivas como cooperativas populares, preocupação com meio ambiente e segurança alimentar – temas cada vez mais atuais e que aparecem na seqüência.

São temas importantes porque tangenciam preocupações atuais até mesmo nos meios urbanos, como por exemplo, a merenda escolar, os restaurantes populares e questões de gênero, preocupações estas contempladas também nesta publicação, com textos sobre agricultura familiar, participação econômica das mulheres, políticas públicas e implantação de leis destinadas à alimentação escolar.

Aliás, temas ligados à segurança alimentar estão na agenda de gestores e políticas responsáveis, uma vez que a adequada nutrição se inscreve, cada vez mais, em categorias importantes de Direitos Humanos. São questões ligadas à

luta contra a fome que assombra o mundo contemporâneo e lembrando que alimentação se liga ao Direito à Vida de modo óbvio e insofismável. Com essa problemática, temos também nos preocupado.

Assim, textos que tratam de comercialização e produção no mundo rural e que se orientam pela agroecologia são sempre bem-vindos e estão aqui presentes, já que nosso periódico tem, como marca, a certeza, comprovada por uma ciência interdisciplinar em avanço, que o futuro do planeta depende de soluções ligadas ao uso correto da terra – da qual ele é feito e cujo nome ostenta.

É nesse sentido também que temos acolhido uma produção teórica ligada às teorias da complexidade e à teoria dos sistemas, em ritmo de transdisciplinaridade, que possam dar conta desse mundo rural em redes que se produzem e se reproduzem de forma incomensurável. Nessa linha, fechamos nosso índice com um texto teórico que encaminha o olhar do leitor – especialista ou simplesmente interessado em estudos rurais – na direção da perspectiva mais abrangente e complexa dos fenômenos ligados à ruralidade – a teoria dos sistemas.

Mas não podemos fechar esta apresentação sem chamar atenção a uma denúncia – comprovada em pesquisa rigorosa - comprovando a invasão ideológica da escola rural por um método comprometido com a formação do consumidor e não da cidadania, método este que atropelou a Educação do Campo em Araraquara.

Convidamos o leitor a refletir sobre a força avassaladora do industrialismo devastador da natureza a partir do texto sobre Método SESI, cujo objetivo é transformar crianças em consumidores de produtos industrializados, passando ao largo das condições da natureza em que vivem o homem e a mulher no mundo rural.

Igualmente, o artigo sobre Avaliação ambiental de assentamentos rurais: uma abordagem comparativa multivariada, revela um resultado importante para as análises do presente/futuro destes processos sociais. No âmbito do Projeto Casadinho, foi feito um investimento – original no âmbito de nossa trajetória de pesquisa – no dimensionamento de efetividades ambientais. A análise individual de variáveis ambientais apontou diferenças entre PA's e PDS's, modalidades distintas de assentamentos, nas quais observa-se a maior homogeneidade dos PDS's. Porém os autores apontam, acertadamente, deficiências nos parâmetros relacionados aos tratamentos dos dejetos, preservação da vegetação ciliar, manejo da produção. Diagnóstico a exigir que a questão ambiental entre efetivamente na agenda das políticas públicas voltadas aos assentamentos rurais.

Mais, uma vez, convidamos o leitor a uma leitura crítica deste número, com

direito a submeter suas considerações à avaliação dos nossos pareceristas para uma posterior publicação na coleção Retratos. A maioria atingida nos abre caminhos, mas, sem dúvidas, nos impõe responsabilidades e a renovação de pactos e compromissos com investigações criteriosas sobre as ruralidades contemporâneas.

Araraquara, dezembro de 2013.

Os Editores

REFORMA AGRÁRIA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DOS LIMITES E BENEFÍCIOS DA VIA "TRADICIONAL" E DA VIA DO "MERCADO"

Patrícia Andrade de Oliveira e Silva¹
Pedro Ramos²

Resumo: No Brasil, duas políticas têm como objetivo permitir o acesso de famílias à pequena propriedade fundiária: a primeira com base na ação do INCRA, a Reforma Agrária "tradicional" e a outra se faz através do crédito fundiário, via "mercado". Nesse sentido, convém avaliar tais políticas e, para tanto, serão analisadas as pesquisas disponíveis acerca do tema, além da construção da síntese comparativa. O estudo está dividido em três seções: na primeira são apresentados os resultados referentes aos projetos realizados pelo INCRA, na segunda serão analisados os resultados da via pelo "mercado" e, por último, a síntese comparativa acerca dos projetos.

Palavras-chave: Reforma Agrária; Crédito Fundiário; Brasil.

Abstract: *In Brazil, we have two policies in order to allow access of families to the small landed property: one is based on the INCRA's action, the "traditional" land reform and the other, on the market-led land reform. In this sense, it is convenient to evaluate these polices and, with this purpose, we will analyze the available researches on these actions, and will also*

¹Doutoranda em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas, com experiência na área de Economia e Sociologia Rural.

²Doutor em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas, Professor do Instituto de Economia da Unicamp com experiência na área de Economia e Sociologia Rural.

elaborate a comparative synthesis. The paper is structured in three sections: the first presents the results related to projects undertaken by INCRA, the second will consider the results of the market-led land reform and, finally, a comparative overview of both projects.

Keywords: *Land Reform; Market-led Land Reform; Brazil.*

Introdução

A consolidação de um assentamento gera diversos impactos sobre as condições de vida da população que foi beneficiada. Consolidaram-se no Brasil duas propostas de reordenamento fundiário: a primeira desenvolvida pelo INCRA (através dos assentamentos) e uma "nova" proposta de Reforma Agrária, o Projeto Cédula da Terra (PCT), com início no estado do Ceará e estendido para os estados da Bahia, Maranhão, Pernambuco, Norte de Minas Gerais e incorporado ao Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) desde 2003.

De acordo com esse novo cenário, é necessário analisar quais foram os impactos de tais estratégias sobre as condições de vida dos beneficiários. Para tanto, serão analisados os estudos disponíveis acerca das ações recentes do INCRA e, além disso, os relatórios e dados disponíveis a respeito do PCT em 2006. As informações utilizadas dizem respeito às características gerais da população assentada, educação, infraestrutura, habitação, condições de produção, rendimentos, financiamento, associações, a avaliação das condições de vida (anteriores e posteriores) e as informações sobre gestão do empréstimo (no caso do PCT).

Ao realizar uma síntese dos trabalhos sobre os projetos de Reforma Agrária no Brasil, nota-se que tal metodologia implica em uma série de limitações. A primeira delas está na indisponibilidade de estudos amplos e recentes acerca do desenvolvimento dos projetos e a segunda diz respeito à falta de informações acerca das condições anteriores de vida desses indivíduos, para que os resultados posteriores não apresentem um viés na análise. Ainda assim, segundo as informações disponíveis, é possível identificar os benefícios e os limites das duas formas como a Reforma Agrária vêm sendo executada no país.

1. Os problemas da "Reforma Agrária tradicional"

Ao sintetizar as análises disponíveis acerca dos resultados dos projetos de Reforma Agrária realizados pelo INCRA, é nítido que "poucos trabalhos têm analisado dados sobre condições de vida em assentamentos e comunidades (...) e há carência de trabalhos que analisem as mudanças das condições de vida ao

longo do tempo" (Pimentel *et. al.*, 2005, p. 54). Dessa maneira, os estudos estão focados nos aspectos atuais da vida dos assentados, mas não conseguem comparar quais eram as condições anteriores, o que dificulta uma análise precisa sobre quais foram os impactos na qualidade de vida desses indivíduos.

Segundo uma entrevista realizada em setembro de 2010³, durante reuniões entre a cúpula do governo e o INCRA, onde apresentaram os dados referentes ao desempenho dos lotes, foram constatados muitos problemas nesses locais principalmente em relação ao acesso a saúde, educação, crédito e assistência técnica. Ainda de acordo com a reportagem, somente 38% dos assentamentos brasileiros estariam funcionando de maneira produtiva e, por conta disso, o INCRA quer centrar seus esforços em melhorar a qualidade dos assentamentos já existentes, mas, ao mesmo tempo, encontrar alternativas para que não seja mais necessária a criação de novos assentamentos, principalmente via desapropriação. Contudo, em nenhum momento é citada qualquer alternativa viável e, de acordo com o exposto, a situação é urgente e grave.

Assim, percebe-se que a visão governamental está centrada no fato dos assentamentos precisarem ser produtivos economicamente, mas em nenhum momento é citada a relevância desses assentamentos como fonte de inserção econômica, política e social para os assentados, muito menos o fato de que ainda permanecem nesse país quase 15 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha de indigência. É nítido que a análise está centrada somente nas variáveis relativas à política de obtenção de terras, no número de assentamentos realizados e na eficiência produtiva dos mesmos, mas esses dados não nos revelam a verdadeira situação desses indivíduos, ou seja, quais são os resultados de tal política sobre as condições de vida dessa população?

Alguns trabalhos (especialmente após o II Plano Nacional de Reforma Agrária) analisam os impactos dos assentamentos sobre as condições de vida dos assentados e, entre eles, destacam-se os trabalhos de Sparovek (2003) e Leite *et. al.* (2004). Segundo Sparovek (2003), o índice de qualidade de vida (QV)⁴, dos assentamentos brasileiros situou-se na faixa de 63 para aqueles criados

³Para consultar a íntegra da matéria, acessar: <http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20110120/not_imp668629,0.php>.

⁴Segundo Sparovek (2003, p. 96), o índice de qualidade de vida (QV) varia entre 0 e 100 e "integra as questões ligadas às condições de moradia e acesso aos serviços de educação e saúde dos moradores dos projetos".

entre 1985 e 1994 e entre 54 para os projetos criados entre 1995 e 2001. Os itens que contribuíram para a queda do índice no segundo período foram: falta de acesso ao atendimento de saúde em casos de emergência, acesso à água de boa qualidade, acesso ao ensino médio e o tratamento do esgoto doméstico.

Além disso, outro fator determinante que não se modificou de maneira significativa com a chegada aos projetos diz respeito às rodovias e ao transporte coletivo no campo. Segundo o estudo de Leite *et. al.* (2004), a distância média dos assentamentos em relação às cidades mais próximas é de aproximadamente 30 quilômetros, com tempo médio de deslocamento previsto em 1 hora. A porcentagem de assentamentos que possuem estradas asfaltadas é de apenas 30% e, por isso, muitas rotas ficam inacessíveis em épocas chuvosas. No que se refere ao transporte coletivo, a maioria dos projetos possui esse serviço, entretanto, quando olhamos a frequência do mesmo, cerca de 70% circula somente uma vez ao dia, o que leva a crer que ainda são necessárias reivindicações e transformações também nessa área.

Em relação à renda, os valores encontrados para o rendimento médio bruto, em salários mínimos de 2000, correspondem a R\$ 312,00/mês para todo o país, variando de um mínimo de R\$ 116,74/mês no Sertão do Ceará até R\$ 432,72/mês em Santa Catarina. (Leite *et. al.*, 2004). Ao serem questionados em relação à melhora ou piora do seu poder de compra, em 60% dos casos os entrevistados afirmam que seu poder de compra melhorou após o estabelecimento do assentamento.

De acordo com as pesquisas supracitadas, os resultados referentes à qualidade de vida da população assentada não divergem uns dos outros. Portanto, em relação à situação anterior o acesso a bens de consumo desses indivíduos melhorou, mas ainda há diversos problemas em relação aos serviços prestados, especialmente em relação à saúde, educação, energia elétrica e transporte. Entretanto, os trabalhos aqui mencionados analisam o período entre 2000 e 2004 e, após esse período, são escassos os estudos sobre assentamentos no Brasil.

O destaque, nesse caso, é a "Pesquisa sobre a Qualidade dos Assentamentos no Brasil", onde o INCRA e as Universidades Federais do Rio Grande do Sul (UFRGS) e de Pelotas (UFPel) apresentam o retrato mais atual das famílias assentadas no Brasil. "A pesquisa baseou-se na aplicação de um questionário a mais de 16 mil famílias, percorrendo assentamentos realizados em todo o território nacional. Foram coletadas informações que irão ajudar a entender quem são, o que produzem, como vivem e o que pensam mais de 900 mil famílias beneficiadas pela Reforma Agrária." (INCRA, 2010).

Dessa maneira, o universo da pesquisa compreende 804.867 famílias assentadas entre os anos de 1985 e 2008, em todo o território brasileiro. Os dados foram obtidos através de entrevistas em um processo de amostragem, composto de 16.153 famílias em 1.164 assentamentos nos 26 estados do país e o Distrito Federal. O método de amostragem levou em consideração as mesoregiões homogêneas do IBGE. Foram selecionados assentamentos implantados em: a) 1985-1994, b) 1995-2004 e c) 2005-2008. (INCRA, 2010).

De acordo com a avaliação preliminar realizada pelo INCRA (2010), cerca de 20% dos entrevistados são jovens entre 11 a 20 anos e 53,42% são homens. O tamanho médio das famílias é de 4 pessoas e o grau de escolaridade é muito baixo, cerca de 17% dos assentados declararam analfabetismo, enquanto que mais de 40% completaram somente o ensino básico (primeira a quarta série do ensino fundamental). Os dados referentes à infraestrutura mostram que 78,98% das famílias tem acesso à água, cerca de 40% tem acesso à energia elétrica durante todo o ano, enquanto que mais de 20% não tem acesso. Em relação ao saneamento básico, mais de 60% dos domicílios tem algum tipo de fossa, enquanto que somente 1,14% das casas são assistidas por rede de esgoto. Uma das variáveis que apresentou melhor desempenho foi em relação à moradia, pois 49% dos entrevistados respondeu que as condições são boas ou ótimas e, em média, as casas têm cerca de 5 cômodos.

Segundo a mesma pesquisa, aproximadamente metade dos entrevistados afirma que as condições do solo e o tamanho do lote são adequados para a produção agropecuária, entretanto, vale ressaltar que menos de 10% avaliam que os mesmos são ótimos. Problemas são encontrados no que se refere ao crédito e financiamento, pois quase metade dos assentados afirma que não conseguiu ter acesso ao PRONAF⁵ e, nas demais linhas de crédito (com exceção da aquisição de materiais e de construção), a porcentagem de beneficiários não ultrapassa os 26%. A capacidade de organização e/ou cooperação entre os entrevistados é alta, pois metade deles participa frequentemente de alguma atividade e/ou reunião ligada a algum tipo de trabalho ou associação coletiva.

Em relação aos rendimentos, Gomes e Mello (2010) mostram que as rendas médias familiares, em 2008 (nas superintendências regionais do INCRA), eram significativamente desiguais entre os Estados, pois nas regiões Norte e Nordeste a renda anual situava-se em torno de R\$ 9.000,00 (cerca de R\$ 750,00/mês,

⁵PRONAF: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

pouco mais do que o salário mínimo vigente em 2009, R\$ 465,00), enquanto que o mesmo valor encontrado nas regiões Sul e Sudeste foi de R\$ 20.000,00 (cerca de R\$ 1.666,00, valor quase quatro vezes maior do que o salário mínimo vigente no período), o que (mais uma vez) acentua as diferenças regionais e demonstra o tamanho da questão a ser solucionada.

Ao desagregar e analisar os rendimentos agropecuários, segundo a tabela 1, ao longo do tempo, o VBP e os rendimentos provindos do trabalho externo apresentou queda, especialmente no último período (entre 2005 e 2008), com clara alta dos benefícios que passaram de R\$ 3.637, entre 1994-2004, para R\$ 4.436, entre 2005-2008 (deve-se destacar a alta participação das aposentadorias e transferências de renda). Entretanto, é preciso considerar que nessa análise não foram contabilizados os custos de produção e, sendo assim, para obter maior precisão nos resultados, seria adequado utilizar a renda líquida em salário mínimo, que poderia apresentar queda através da elevação do salário mínimo.

Apesar dos diversos problemas e a desigualdade entre as regiões aqui apresentadas, ao serem questionados a comparar a sua condição de vida atual com a anterior à entrada no assentamento (em respeito a: alimentação, educação, moradia, renda e saúde), em quase todas as respostas, mais da metade dos entrevistados afirmou que as condições atuais são melhores do que as anteriores. A exceção diz respeito às condições de saúde, onde 30% dos entrevistados afirmam que continuam nas mesmas condições, enquanto que quase 20% deles acreditam que a mesma piorou após a entrada no assentamento. (INCRA, 2010).

Tabela 1 – Renda Agropecuária dos Assentamentos (em R\$/ano) conforme a Data de Criação em 2009

| Data de Criação | VBP | Trabalho Externo | Benefícios | Renda Total/lote |
|------------------------|-----------------|-------------------------|-------------------|-------------------------|
| 1985-1994 | 3.877,98 | 1.324,56 | 3.411,73 | 8.619,27 |
| 1995-2004 | 3.976,38 | 1.613,25 | 3.637,19 | 9.226,82 |
| 2005-2008 | 3.073,93 | 1.358,88 | 4.336,50 | 8.769,31 |

Fonte: Gomes & Mello, 2010.

Um fator importante está relacionado à qualidade da terra adquirida, pois os autores pressupunham que os assentamentos localizados no semiárido nordestino

teriam piores condições de desenvolvimento, no entanto, tal hipótese não foi comprovada quando comparadas às rendas dentro e fora da região do semiárido, em alguns casos, o projeto situado dentro da zona do semiárido obteve renda média superior aos demais.

Dessa maneira, são exploradas outras causas para o baixo desenvolvimento desses projetos, entre eles a falta de infraestrutura, crédito e assistência técnica (de qualidade), baixa escolaridade, condições de comercialização da produção, transporte etc. Assim, se os assentamentos são uma política "interessante ao país, um caminho possível é a superação dos entraves ao seu desenvolvimento, a começar pelo enfrentamento da patente deficiência crônica em infraestrutura, assistência técnica e crédito de um modo geral, entre outras situações que carecem de políticas mais adequadas" (GOMES & MELLO, 2010, p. 12).

No entanto, esses estudos são versões preliminares e muitas variáveis ainda não foram avaliadas ou consideradas, tais como as relativas ao meio ambiente e acesso à tecnologia, que impactam diretamente sobre os assentamentos. Outra consideração importante diz respeito à falta de informações referentes às condições anteriores de vida à entrada nos projetos, o que impossibilita uma análise criteriosa acerca dos impactos dos projetos. Apesar da dificuldade em obter dados acerca da evolução dos assentamentos brasileiros, com destaque para o período após 2003, através dos dados e trabalhos aqui apresentados é possível concluir que muito ainda pode ser feito para que essa estratégia seja realmente bem sucedida nos diversos aspectos que a mesma engloba.

Além disso, Gomes & Mello (2010) identificam alguns pontos relevantes e que necessitam de mudança urgente, entre eles: melhor planejamento do INCRA para agilizar e desburocratizar o máximo possível as ações, garantindo maior agilidade nos projetos e a incorporação das questões ambientais. Outra questão diz respeito à ampliação do acesso ao crédito e à assistência técnica, entretanto, é necessário que haja uma maior aproximação entre os técnicos e os assentados para que a qualidade do serviço prestado impacte diretamente na produção do lote e, por fim, há de se pensar em novas oportunidades de renda para essas famílias, entre elas as atividades não agrícolas.

É possível afirmar que, apesar da melhora em relação às condições anteriores de vida da população assentada, o caminho a ser seguido para que os assentamentos sejam uma alternativa realmente eficiente na diminuição da miséria e desigualdade ainda é longo e necessita de diversas medidas, onde este trabalhou tentou, na medida do possível, elucidá-las. Outro aspecto importante diz respeito ao monitoramento dessas regiões para que possamos

avaliar com maior rigor científico as condições de vida e os impactos dos assentamentos realizados no país.

2. Os limites da "Reforma Agrária via mercado"

A elaboração de novas políticas destinadas à Reforma Agrária teve como aspectos indutores a questão dos elevados custos e da elevada burocracia do modelo de Reforma Agrária baseado na desapropriação. As deficiências apontadas no regime tradicional de Reforma Agrária podem ser classificadas em três segmentos: o primeiro referente à forma de implementação, o segundo referente ao desenvolvimento dos projetos e, por último, as características inerentes ao modelo. Segundo Pereira (2009):

1) Grande parte das Reformas Agrárias realizadas nos países subdesenvolvidos foram orientadas para atenuar conflitos e neutralizar tensões políticas, o que elimina o seu caráter estrutural;

2) As Reformas não foram conduzidas no sentido de diminuir ou eliminar as distorções políticas que elevam o preço da terra acima da rentabilidade do setor agropecuário, o que aumenta demasiadamente o seu custo;

3) As desapropriações substituiriam o mercado de terras e, por sua vez, o desestimulariam através de medidas restritivas que impedem a compra, venda e arrendamento dos lotes.

Feitas as considerações, o Banco Mundial elaborou uma nova proposta para a realização da política de reordenamento fundiário dos países subdesenvolvidos. É importante frisar que esse "novo" modelo é caracterizado por ações relacionadas à concessão de crédito fundiário, o que não condiz com o conceito clássico de Reforma Agrária. No entanto, tal prática ficou usualmente conhecida (através do próprio Banco Mundial) como "Reforma Agrária via mercado".

Entretanto, é curioso perceber que esse interesse por políticas sociais intensificasse na década de 1990, na qual as políticas de ajuste estruturais, especialmente as contenções de gastos e os ajustes monetários aos países endividados, geraram efeitos perversos sobre a população e elevaram consideravelmente a pobreza e a desigualdade (em especial nas áreas rurais), o que desencadeou processos de ocupação de terras em diversas localidades. Ainda segundo o próprio Banco Mundial, a proposta de Reforma Agrária sem a necessidade da desapropriação pode ser considerada como complementar à forma tradicional.

Entretanto, a "nova proposta" também necessita da ação governamental no que diz respeito às obrigações do Estado (sendo elas: garantir o acesso à saúde, educação, infraestrutura etc.), fatores fundamentais para a melhoria na qualidade

de vida dos beneficiários e que extrapolam as "forças do mercado". Por outro lado, a iniciativa da Reforma via mercado pode, em alguns aspectos, ser mais eficiente que a política tradicional em determinados locais e vice versa. Para comprovar essa posição, Lipton (2009, p. 263) mostra que:

Problemas de Estado e institucionais, além de estruturas hostis aos pobres e a distribuição da terra, não são tão diferentes entre a NWLR⁶ e a CLR. Supostamente, na CLR, as terras destinadas nominalmente para os pobres, pode facilmente ir para os políticos, funcionários públicos ou seus agentes manipulados. A solução é uma visão transparente das ações e, Deininger (1999), mostra como a NWLR no Brasil (Cédula) melhorou os procedimentos em relação ao INCRA, a CLR. Entretanto, ainda não sabemos se isso funciona para evitar que uma situação muito semelhante aconteça com o NWLR: as transações entre comprador-disposto e vendedor-disposto poderiam transferir a terra, não dos ricos para os pobres, mas (com ajuda do poder público) das grandes explorações agrícolas a outras pessoas ricas. (tradução nossa).

De acordo com a afirmação acima, existem dificuldades nas duas vias, pois na via tradicional há excessiva lentidão burocrática (fruto de cenários políticos adversos), enquanto que pelo mercado ainda não há clareza quanto ao cumprimento da "função social" do projeto, que seria a de inserir no mercado (através da concessão de crédito) o agricultor pobre e excluído do processo de desenvolvimento.

Um dos primeiros países a serem contemplados com um projeto de Reforma Agrária de mercado foi a África do Sul (no início dos anos de 1990), onde o Banco Mundial constatou uma crise no setor agrícola devido ao crescente endividamento dos fazendeiros sul africanos, debilitando a política de incentivos e privilégios junto aos bancos. O perdão da dívida foi descartado pelos banqueiros e, com isso, a Reforma Agrária através do mercado serviria como um mecanismo para estimular o mercado de terras. A proposta resolveria dois problemas em uma mesma iniciativa: o primeiro era o de diminuir os custos estatais com incentivos e privilégios aos grandes fazendeiros e o segundo era dar oportunidade para que fosse realizada uma política de reordenamento fundiário no país. (SAUER, 2004).

⁶NWLR: "New Way of Land Reform" ou, novo modelo de Reforma Agrária. CLR: "Classic Land Reform", ou modelo clássico de Reforma Agrária. (tradução nossa).

Mais uma vez, fica clara a necessidade de uma política de Reforma Agrária no campo, assumida até mesmo por entidades historicamente "avessas" a tais medidas, como por exemplo, o Banco Mundial. A proposta da "nova" Reforma Agrária foi direcionada pelo Banco aos países que relatavam, em seu processo histórico, uma situação de atraso no seu desenvolvimento rural. No caso brasileiro, em meados da década de 1990, o documento de apresentação da "Reforma Agrária de mercado trouxe a experiência sul africana como um exemplo bem sucedido de Reforma Agrária e procurou, com isso, mostrar como esse modelo de reforma agrária poderia contribuir na solução da pobreza presente no campo brasileiro". (OLIVEIRA, 2005, p. 72).

Entretanto, é preciso especificar as condições políticas, sociais e econômicas da década de 1990 no Brasil. Estava em curso a implementação do Plano Real, um projeto de estabilização monetária que faz parte de uma nova "safra" de projetos de desenvolvimento, que supunha, além da estabilização monetária, outras medidas reformistas de cunho liberal e, mais ainda, a reorganização ampla das relações sociais perante esse novo cenário.

Os formuladores do Plano tinham a perspectiva que, no longo prazo, além da estabilização monetária (através da ancoragem cambial e abertura dos mercados), a onda de liquidez internacional seria duradoura, o capital estrangeiro fixar-se-ia em diversos setores e o aquecimento do mercado internacional comportaria o aumento da produtividade interna. Entretanto, o que a história brasileira demonstra é que somente a previsão acerca da estabilidade monetária foi alcançada, o que gerou efeitos perversos sobre a taxa de incidência de pobreza.

Com o efeito, a miséria elevou-se consideravelmente em todos os estados e especialmente no meio rural, causando uma grande pressão dos movimentos sociais em favor da melhoria das condições de vida dos sem terra. Em resposta, o governo mobilizou-se no sentido de ampliar o número de assentamentos no país, e é sob esse contexto (de extrema pressão) que surge o primeiro projeto de Reforma Agrária via mercado. Sendo assim, para o Banco Mundial, o público alvo do programa é um segmento da população que não foi capaz de se adaptar as mudanças econômicas em curso desde a década de 1950 e, para que os mesmos não pressionem ainda mais o fluxo migratório para as cidades, foi sugerido esse projeto como uma possibilidade de "resocializar" essas famílias.

2.1. A experiência brasileira: "O Projeto Cédula da Terra"

Em 1996, foi executado, no Ceará, o Projeto Cédula da Terra, oficialmente intitulado de Projeto-Piloto de Reforma Agrária e Alívio à Pobreza (Land Reform

and Poverty Alleviation Pilot Project), com financiamento do Banco Mundial através de acordos de empréstimos 4147-BR e contrapartida do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Os recursos financeiros destinados ao programa contabilizavam US\$ 150 milhões na forma de recursos iniciais, sendo US\$ 45 milhões providos do governo federal, US\$ 90 milhões em empréstimos pelo Banco Mundial, US\$ 6 milhões aportados pelos governos estaduais participantes e US\$ 9 milhões referentes à contrapartida das comunidades, especialmente sob a forma de trabalho. Segundo Magalhães (2011, p. 32), "a meta de atendimento do programa era de 15 mil famílias no prazo de cinco anos. Ao final do programa, 15.267 famílias adquiriram 398.732 hectares, estabelecendo 609 projetos, totalizando o orçamento de R\$ 182,8 milhões". As principais características, ainda segundo Magalhães (2011) são:

1) O PCT foi um programa descentralizado em nível estadual, diferentemente da forma tradicional de Reforma Agrária. As responsabilidades atribuídas aos governos estaduais estavam centradas na execução dos projetos, garantia sobre a titularidade das terras, fiscalizar o cumprimento dos limites definidos pelo preço da terra, acompanhar as negociações entre proprietários e associações e prestar os serviços de assistência técnica e investimentos comunitários a serem definidos pelos beneficiários;

2) Para participar era necessário, obrigatoriamente, uma associação de beneficiários e o atendimento era realizado de acordo com a ordem de entrada do interessado. As associações dispunham de autonomia para tomar as decisões sobre a utilização dos recursos financeiros e sobre a distribuição dos lotes, faziam o controle das áreas comuns e das parcelas individuais. Assim, os benefícios eram destinados às famílias, mas os compromissos financeiros eram de responsabilidade da associação;

3) O público alvo do programa diz respeito aos trabalhadores rurais sem terra e/ou produtores rurais com terra insuficiente para assegurar a subsistência da família. Dessa forma, o programa somente caracteriza qual é o seu público alvo, mas não o seleciona, ficando a cargo do interessado buscar ou criar uma associação;

4) Os agentes financeiros do programa eram compostos pelo Banco do Brasil e o Banco do Nordeste;

5) O valor máximo do financiamento por família correspondia a US\$ 11.200, constituído de quatro componentes: o Subprojeto de Aquisição de Terras (SAT), correspondente ao crédito para aquisição das terras; o Subprojeto de

Investimento Comunitário (SIC); o Subsídio (SS) e US\$ 1.300 para a instalação das famílias nos lotes.

6) Os componentes do financiamento estavam articulados por um mecanismo de governança que definia qual seria a parcela do montante destinada às comunidades e/ou incorporada à dívida, além de definir o montante do subsídio. O mecanismo é composto pela fórmula $SS=6.900-0,5*SAT-1.300$, onde SS representa o valor do subsídio e o SAT o valor da propriedade a ser comprada e, portanto, se a terra fosse doada o valor mínimo do subsídio seria de US\$ 5.600.

Em relação ao pagamento da dívida é necessário frisar que, no início do programa, as mesmas deveriam ser pagas em até 10 anos e corrigidas de acordo com a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), que correspondia a 15% ao ano em 1997. "Diante das críticas, o governo federal alterou as condições (por ocasião da criação do Banco da Terra, em 1999), estendendo o período de amortização da dívida para vinte anos, mantendo o prazo de carência. Os encargos e serviços foram fixados em 4% ao ano, taxa bem próxima aos índices de inflação do período." (Sauer, 2004, p. 40). Assim, a lógica do mecanismo de financiamento está em aumentar o volume de subsídios destinados às famílias na medida em que o preço pago pela terra fosse menor. Portanto, quanto menor o valor do SAT, maior o valor destinado aos subsídios e, amortizado o empréstimo, cada família receberia o seu título de propriedade.

Outro fator que impulsionou a postura favorável em relação ao projeto foram os baixos custos oriundos do PCT, pois, em comparação com a via tradicional, onde o custo médio por família assentada é de R\$ 30.000, no caso do PCT o mesmo custo é de, aproximadamente, R\$ 15.000 por família. (Silveira *et. al.*, 2007).

Entretanto, é necessário frisar (novamente) que o programa de Reforma Agrária via mercado não foi criado com o objetivo de superar ou de competir com a Reforma Agrária tradicional, mas de mostrar as imperfeições desse tipo de política (em especial a elevada burocratização dos processos) e propor alternativas de saída para essa população em situação de extrema pobreza.

Após caracterizar o PCT, será realizada uma análise acerca dos resultados de tal projeto de acordo com os principais estudos sobre o tema, entre eles: o relatório de Silveira *et. al.* (2007), o trabalho de Bruno *et. al.* (2000) e Magalhães (2011). Em relação às informações referentes à gestão do endividamento e às associações, utilizaremos o banco de dados sobre o PCT de 2006 (o mesmo utilizado nas pesquisas supracitadas), disponibilizado pelo Núcleo de Economia Agrícola (NEA) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) com o auxílio

do software Statistical Package for the Social Sciences (SPSS).

A análise de impacto do PCT realizada pela equipe de Silveira *et. al.* (2007), coletou informações acerca de 104 projetos em 2006 e a distribuição da amostra por municípios envolveu 12 municípios no Maranhão, 17 em Pernambuco, 28 no Ceará, 15 na Bahia e 16 na região do norte de Minas Gerais, que totalizam 30.263 pessoas na população, em 6.157 domicílios. Além disso, os resultados apresentados baseiam-se no número de observações válidas em cada questão e, assim, "o total de domicílios e da população dos domicílios, apresentado em cada tabela, sofre variações. Entretanto, deve-se atentar que, em vários indicadores, essas variações são devidas ao fato de a questão não se aplicar ao domicílio entrevistado, e não a perda de informação". (Silveira *et. al.*, 2007, p. 39).

Percebe-se que em quase todas as regiões a caracterização da amostra é igualitária em relação ao sexo, mas os chefes de família são, na maioria dos casos, homens. A faixa etária dos beneficiários é jovem, quase 40% estão situados entre 6 e 20 anos de idade, e a escolaridade (assim como em todo o país) é baixa, com quase 20% de analfabetos. É importante ressaltar que é baixo o grau de instrução das camadas mais jovens, que são as mais produtivas, pois quase 60% dos que estão entre 15 e 20 anos conseguem ler e escrever, mas não freqüentaram a escola.

Em relação às condições de moradia, antes da chegada ao projeto quase 10% dos beneficiários viviam em barracos, porcentagem que diminui para 4% após a instalação nos lotes. Em relação ao abastecimento de água, somente 34% dos domicílios tinham acesso a rede pública de água encanada (percentual bem abaixo dos demais grupos analisados na pesquisa⁷, onde a mesma proporção chega a 50%), o que denuncia a precariedade do local dos domicílios. (Silveira *et. al.*, 2007).

Derivados dos problemas de acesso à água de qualidade estão às condições de saúde dos beneficiários, pois cerca de 40% da população foi acometida por verminoses ou diarreias no ano da pesquisa e, assim, "é aceitável levantar a hipótese de que a maior incidência dessas doenças nos projetos seja causada pelo acesso a fontes de água de pior qualidade para o consumo humano devido

⁷Os demais grupos analisados na pesquisa são: o Grupo de Controle: é uma das amostras utilizadas como parâmetro de comparação com o PCT e é composta por agricultores familiares. Grupo de Espera: ou pipeline, é composto por trabalhadores rurais sem terra que postularam a aquisição de propriedade de forma coletiva. (Silveira *et. al.*, 2007).

a menor disponibilidade de abastecimento de água por rede pública." (Silveira *et. al.* 2007, p. 58).

As condições de saneamento e existência de banheiro melhoraram consideravelmente antes e depois da entrada no projeto, passando de cerca de 40 para 80%, entretanto, somente 43% delas dispunham de esgoto canalizado em 2006. Com isso, grande parte do esgoto gerado nos domicílios era armazenado em fossas sépticas ou a céu aberto, o que prejudica a saúde desses indivíduos. Em relação à iluminação elétrica foi constatada uma melhora significativa, passando de 50% para 95% o número de famílias que obtém acesso diário.

Em relação à segurança alimentar, a mesma pesquisa criou um indicador que classifica o nível de segurança alimentar em: a) segurança alimentar: acesso por todos os indivíduos a alimentação suficiente para obter uma vida saudável e pronta disponibilidade de alimentos com capacidade assegurada de obtê-los por meios socialmente aceitáveis; b) insegurança alimentar, risco sem fome: quando há disponibilidade limitada de alimentos adequadamente seguros e nutritivos ou capacidade limitada de obtê-los; c) insegurança alimentar, com risco de fome: caracterização pela insegurança alimentar adicionado da situação agravante de fome.

Os indicadores captados através das respostas mostram que, no período anterior a entrada no projeto, 42% dos domicílios estavam em situação de segurança alimentar, contra 35% sob risco sem fome e 22% sob risco com fome e, após a constituição dos projetos, a mesma porcentagem passou para cerca de 65% para a segurança alimentar, 23,5% sob risco sem fome e 10,6% sob risco com fome, o que demonstra uma clara melhora em relação ao acesso e consumo de alimentos pelos beneficiários.

O rendimento médio dos beneficiários do PCT foi de R\$ 7.901 entre agosto de 2005 e julho de 2006, gerando uma renda média mensal de R\$ 659,00 (nesse valor estão inclusas a renda monetária e não monetária⁸). O rendimento médio anterior à entrada ao projeto era de R\$ 2.472, o que demonstra uma evidente melhora. Entretanto, é importante observar que quase 25% dessa renda provêm da produção para o autoconsumo, o que, por um lado, é positivo e significa incremento na alimentação familiar, mas por outro prejudica a produção para a comercialização, o que dificulta o acesso a ganhos monetários e,

⁸A renda não monetária foi estimada através da estimativa da produção agropecuária para o consumo no período (Silveira *et. al.*, 2007).

conseqüentemente, o pagamento da dívida adquirida.

Em relação ao patrimônio, os beneficiários conseguiram adquirir maior quantidade de bens, especialmente os de consumo duráveis. Sendo assim, o patrimônio total médio, em 2006, era de R\$ 7.156 enquanto que, anteriormente, o mesmo valor era de R\$ 4.627. É preciso destacar que tanto a renda quanto o valor do patrimônio anterior à entrada no projeto eram baixos, o que indica que o público alvo do programa foi respeitado, ou seja, os beneficiários realmente estavam em condição de pobreza e, portanto, aptos a participar do programa.

Tabela 2. Renda média e estrutura da renda bruta dos domicílios antes do projeto e em 2006

| | Antes | % | 2006 | % |
|---|--------------|------------|---------------|------------|
| Renda Total | 2.472,21 | 100 | 7.901,18 | 100 |
| 1. Renda do trabalho fora do lote | 1.224,80 | 36,2 | 1.040,43 | 9,7 |
| 2. Atividades agropecuárias | 589,44 | 23,4 | 2.514,81 | 32,5 |
| 2.1. Individual | 589,44 | 22,4 | 2.389,52 | 30,2 |
| 2.2. Em sociedade | - | - | 116,29 | 2,3 |
| 3. Produção destinada ao consumo | - | - | 1.955,98 | 24,7 |
| 4. Outras fontes | 657,96 | 17,8 | 2.389,96 | 33,1 |
| 4.1. Renda com outros imóveis | - | - | 16,58 | 0,2 |
| 4.2. Aluguéis, arrendamento de terras, serviços de máquinas | 30,92 | 1,5 | 22,06 | 0,3 |
| 4.3. Outras atividades comerciais | 193,08 | 5,2 | 345,18 | 3,1 |
| 4.4. Doações e contribuições | 146,89 | 3,4 | 89,91 | 1,2 |
| 4.5. Benefícios de programas de seguridade | 287,07 | 7,6 | 1.916,40 | 28,3 |
| 4.5.1. Bolsas e cartões | - | - | 500,34 | 12,7 |
| 4.5.2. Garantia à safra | - | - | 13,64 | 0,5 |
| 4.5.3. Aposentadoria e pensão | 257,47 | 5,7 | 1.245,10 | 13,5 |
| 4.5.4. Seguro desemprego | - | - | 3,40 | - |
| 4.5.5. Outros | 29,60 | 1,9 | 157,31 | 1,7 |

Fonte: Silveira *et. al.* (2007).

Apesar da elevação registrada no patrimônio e nos rendimentos, em contrapartida, o nível de endividamento também estava consideravelmente alto,

pois cerca de 30% da renda bruta e 24% do patrimônio dos beneficiários estavam comprometidos em 2006. Ao serem questionados sobre qual é a principal fonte de rendimento para o pagamento da dívida, cerca de 40% afirmou que a principal fonte provém dos rendimentos agropecuários, enquanto que a renda em sociedade (relativa à atividade associativa) contribuiu com apenas 18%.

As associações são indispensáveis para a entrada no projeto e também possuem patrimônio em sociedade que, em 2006, não conseguiu alcançar nem 2% do patrimônio total bruto dos beneficiários. Isso demonstra um dos conflitos do PCT, pois as associações são um dos pilares do programa, mas não demonstram os resultados esperados. Em 52% dos casos observados em 2000, as associações foram criadas exclusivamente para os interessados obterem acesso ao programa e, por isso, eram bastante diversificadas e heterogêneas. Entretanto, existem traços comuns entre elas, especialmente a participação de agentes governamentais e não governamentais (ligados ou não ao programa), políticos, religiosos e proprietários interessados em vender as suas terras. Em alguns casos, há uma pré-seleção dos candidatos, em outras o poder municipal junto aos órgãos governamentais e os trabalhadores rurais elaboram uma comissão de seleção e, "não raro, o cadastramento transforma-se em um espaço de barganha e de disputa entre presidentes de associações, lideranças comunitárias, técnicos de órgãos governamentais, políticos e prefeituras locais, ou seja, desconfianças e práticas típicas de uma cultura política clientelista." (Bruno, 2000, p. 5).

Na pesquisa feita em 2006, também é marcante a participação de outros agentes nas reuniões das associações, em especial de técnicos do governo (com mais de 55% de participação), técnicos de entidades privadas (com 23%), políticos (com 22%) e religiosos (com 21%). Além disso, 49% das associações afirmaram que o número de associados caiu, enquanto que para 43% a participação continua a mesma e somente 6% afirmam que o número de associados aumentou. Apesar disso, mais da metade das associações afirmam ter facilidade para mobilizar os associados e 36% delas acredita que essa capacidade de mobilização está mais fácil em relação ao período anterior. Essa elevação do grau de mobilização e de tomada de decisão por parte dos associados pode ser explicada, em parte, pelo amadurecimento dos projetos que, em 2006, completaram 10 anos.

Outra função das associações é promover uma maior organização e mobilização social nos projetos e, com isso, seria possível pressionar o poder público para que as demandas dos beneficiários fossem atendidas. No entanto, ao analisar os dados da pesquisa, somente 48% das associações fazem algum

tipo de solicitação aos órgãos públicos e o atendimento (em comparação ao período anterior à entrada no projeto) permaneceu igual para cerca de 40% dos casos, o que demonstra clara deficiência do poder público em atender essas necessidades, ao mesmo tempo em que também evidencia a falta de mobilização no interior das associações.

Outros problemas também foram identificados na pesquisa e, entre eles (e não menos importantes), o acesso ao crédito e à assistência técnica. No que diz respeito ao acesso ao crédito, somente 19% dos beneficiários solicitaram algum tipo de crédito e, dentre eles, percebe-se que mais de 70% não obtiveram aprovação. Dentre os 25% restantes, quase 90% conseguiram acesso através do PRONAF-A, a linha específica para assentados de Reforma Agrária. (SILVEIRA *et. al.*, 2007).

Dessa forma, o endividamento das famílias prejudica a aprovação do crédito e, sem o acesso, há uma piora significativa nas condições de produção, o que diminuirá os rendimentos adquiridos e a própria capacidade de pagamento da dívida. Outro fator crucial para o desenvolvimento dos projetos está na assistência técnica, pois cerca de 60% dos beneficiários não obtiveram o acesso e, ainda assim, "o PCT diferencia-se dos demais grupos por ainda manter 21% dos domicílios com assistência mensal, e há a percepção de que a assistência técnica é boa em 67% dos domicílios que a recebem" (Silveira *et. al.*, 2007, p. 84).

As dificuldades apresentadas impactam sobre o nível de produção dos lotes e, sendo assim, o valor total médio da produção, em 2006, foi de R\$ 4.356, o que equivale a R\$ 363/mês e "apenas o consumo representa 42% do valor da produção no PCT." (Silveira *et. al.*, 2007, p. 77). Em contrapartida, o valor total médio da produção coletiva representa cerca de 3% do valor total produzido nos domicílios, o que evidencia a clara falta de incentivo para a ação coletiva.

O valor médio da produção é expressivamente baixo, impossibilitando maiores ganhos monetários, visto que a atividade agropecuária é a principal fonte de renda dessas famílias. Outro fator similar entre os dois programas está nos custos de produção que, em 2000, foram cerca de R\$ 490 no PCT e, no caso do INCRA, o mesmo valor era cerca de R\$ 550. (Magalhães, 2011). Assim, é possível afirmar que existem diversos problemas para que a produção se desenvolva de forma adequada. Entretanto, além das dificuldades externas (acesso ao crédito, a assistência técnica de qualidade, infraestrutura etc), existem dificuldades internas ao lote que diminuem a eficiência da produção, entre elas o baixo valor liberado pelo SIC (que impede que os beneficiários invistam em novas tecnologias de produção) e a alta participação da produção para o

autoconsumo, que, apesar de relevante para a manutenção da segurança alimentar da família, impede que as mesmas invistam na produção para comercialização.

Conforme aponta Magalhães *et. al.* (2011), "os beneficiários sofrem restrições de crédito para realizar os investimentos necessários. (...) Os recursos fornecidos pelo Programa Cédula da Terra para instalação inicial apresentam um limite superior e a área disponível para exploração é maior do que a família tem a capacidade de usar". (tradução nossa).

Nesse caso, é nítido que o programa apresenta diversos problemas que inviabilizam o seu sucesso e que influenciaram no processo de rotatividade do programa, pois de 1997 até 2006 cerca de 35% dos beneficiários saíram do PCT (com predominância no período entre 2002-2006) e, em sua grande maioria, conseguiram ser substituídos por outras famílias que assumiram as suas dívidas. (Silveira *et. al.*, 2007). Entretanto, vale ressaltar que grande parte dos problemas aqui apresentados não difere entre as duas vias implementadas no país, sendo possível realizar uma síntese comparativa entre ambas as vias.

3. Uma síntese comparativa

De acordo com o demonstrado, é possível fazer uma comparação dos diversos aspectos apresentados das duas vias de Reforma Agrária executadas no Brasil. Tal análise pode ser dividida em duas etapas principais: na primeira os aspectos comuns e, na segunda, os aspectos divergentes. No que diz respeito aos aspectos comuns, a chegada aos programas aumentou o acesso à moradia, à infraestrutura básica e elevou a segurança alimentar, levando grande parte dos indivíduos a afirmar que a sua condição de vida posterior é melhor do que àquela anterior. No entanto, ao considerar a extrema miséria a qual quase todos estavam submetidos, esses ganhos podem deturpar a real contribuição promovida pelos projetos.

Nesse sentido, percebe-se que os programas não foram eficazes para mudar por completo a realidade dessas famílias, visto a baixa renda auferida e a predominância da produção para o autoconsumo. Outro aspecto em comum diz respeito às dificuldades de acesso ao financiamento e apoio à produção. Além do acesso, Ramos (2009, p. 73) destaca que tão importante quanto o crédito e a assistência: "trata-se de fazer com que o recurso seja liberado na época certa e (...) o mais importante é que, uma vez iniciada uma cultura ou criação, ela seja acompanhada de perto, seja monitorada e, principalmente, haja rapidez na indicação de alternativas de eliminação de pragas e doenças".

O quadro é consideravelmente pior nos assentamentos realizados pelo

INCRA, onde menos da metade obtém acesso (com baixa qualidade) a esses serviços. No caso do PCT, o acesso é relativamente maior, mas a imposição de um teto máximo de cerca de US\$ 11.000 para os financiamentos faz com que os beneficiários não consigam investir em novas técnicas produtivas. Derivada dessa limitação está a falta de condições de apoio à comercialização e escoamento da produção, pois, conforme salienta Ramos (2009), não há projetos articulados de beneficiamento dos produtos e estratégias de escoamento da produção de modo a agregar valor às mercadorias e acessar novos mercados consumidores.

No que diz respeito aos aspectos divergentes entre cada via (conforme o quadro abaixo), no caso do INCRA, as principais vantagens são: a inexistência de dívida ao obter acesso à terra, que proporciona uma retenção maior da renda no lote e a amplitude dos projetos que, atualmente, estão presentes em todos os estados brasileiros. Os principais aspectos desfavoráveis dizem respeito a: falta de estímulo para o aumento da produtividade, a excessiva lentidão e/ou burocracia existente na consolidação dos assentamentos, o que atrasa a regularização dos lotes, encarece os projetos e afasta os técnicos do governo da realidade vivida no interior dos assentamentos.

Tais problemas deveriam ter sido substituídos por um processo descentralizado (conduzido pela demanda) nos projetos do PCT. Entretanto, percebe-se que há assimetrias de informações e falta de estímulo para a atividade associativa, imposição de um limite máximo para financiamento da produção e excessivo endividamento oriundo da dívida adquirida na compra da terra. No entanto, as principais vantagens estão no baixo custo dos projetos, na rapidez em consolidar os mesmos e o estímulo para aumentar a produtividade (que é imposto ao produtor na medida em que o mesmo contrai uma dívida ao comprar o lote de terra).

Portanto, pode-se afirmar que, em ambos os casos, as limitações apresentadas fazem com que os projetos não consigam se desenvolver da maneira correta, o que prejudica consideravelmente a capacidade de transformação da realidade desses locais. Desse modo, é nítido que muitas são as mudanças necessárias para que os projetos sejam bem sucedidos e, nesse sentido, convém destacar a importância das políticas agrícolas articuladas com maior cooperativismo e/ou associativismo dentro dos próprios projetos

| Prós e Contras | Reforma Agrária tradicional (INCRA) | Reforma Agrária via mercado (BIRD) |
|----------------------------------|--|---|
| Aspectos Favoráveis/Positivos | 1) Inexistência de dívida para ter acesso à terra; 2) Retenção da renda gerada no lote; 3) Projetos em escala nacional. | 1) Menor custo de implementação; 2) Descentralização das ações acelera a consolidação dos projetos; 3) Dívida estimula o beneficiário a produzir. |
| Aspectos Desfavoráveis/Negativos | 1) Falta de estímulo para elevar a produtividade; 2) Elevada burocracia nos processos jurídicos e/ou legais; 3) Altos custos de implementação em relação a via de mercado. | 1) Baixa atividade associativa; 2) Limites para financiamento; 3) Endividamento excessivo. |

Quadro 1 – Esforço de síntese comparativa da Reforma Agrária tradicional e de mercado

Fonte: Silva, 2012.

Considerações Finais

Ao analisar as duas vias em execução da Reforma Agrária no Brasil, nenhuma delas foi capaz de mudar qualitativamente e por completo as condições de vida dos assentados e beneficiários, devido à persistência de problemas relacionados, especialmente, à falta de infraestrutura e políticas agrícolas de estímulo à produção. Deve-se considerar que, no caso do PCT, como o indivíduo adquire uma dívida, a dificuldade que o mesmo encontra para saldá-la faz com que o projeto torne-se extremamente oneroso e, por vezes, leve a desistência dos que acreditaram nessa alternativa. Por outro lado, a intensa burocracia e lentidão dos projetos liderados pelo INCRA, unida aos diversos problemas de implementação, prejudica o bom andamento dos assentamentos.

De acordo com as informações disponíveis, podemos destacar três aspectos principais: o primeiro diz respeito à governança dos projetos: é preciso diminuir a burocracia existente nos projetos de assentamento do INCRA e, no caso do PCT, identificar os conflitos existentes entre os diversos agentes envolvidos,

bem como incorporar a preocupação com os impactos ambientais e regionais de tais ações. No segundo aspecto, estão as políticas de apoio aos produtores (a serem realizadas no período e na forma correta) necessárias para o pleno desenvolvimento da produção e, por último, o estímulo as atividades associativas no interior dos projetos. Percebe-se que o público para a Reforma Agrária no Brasil é gigantesco e que todas as formas de inserção dessa população serão válidas, desde que as mesmas sejam bem planejadas e executadas, com o objetivo único de retirar essa população da miséria e inseri-las em um novo contexto de desenvolvimento.

Referências

BRUNO, R. A Reforma Agrária de Mercado. In: _____. **Relatório preliminar de Avaliação do Projeto Cédula da Terra**. Brasília. Unicamp/NEAD/MDA. 2000, p. 1-300.

GOMES, M. C.; MELO, P. F. Reforma Agrária na Bahia: O Difícil Caminho do Desenvolvimento. In: INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Relatórios de Discussão**. Brasília, 2010, p. 1-28.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Pesquisa sobre a Qualidade de Vida, Produção e Renda nos Assentamentos de Reforma Agrária do Brasil: Primeiros Resultados**. Brasília, NEAD/MDA, 2010.

LEITE, S.; HEREDIA, B.; MEDEIROS, L.; PALMEIRA, M.; CINTRÃO, R. **Impactos dos Assentamentos: Um Estudo sobre o Meio Rural Brasileiro**. NEAD Estudos. São Paulo. Editora da Unesp. 2004.

LIPTON, M. Output, Efficiency and Growth Goals: Beyond the Inverse Relationship. In: _____. **Land Reform in Developing Countries: Property Rights and Property Wrongs**. British Library. 2009.

MAGALHÃES, M. M. **Eficiência de Produção segundo Diferentes Mecanismos de Acesso à Terra na Reforma Agrária Brasileira**. 2011. Tese (Doutorado em Agronomia) – Universidade Estadual "Júlio de Mesquita Filho". Botucatu.

MAGALHÃES, M. M.; SOUZA FILHO, H. M.; SOUSA, M. R.; SILVEIRA, J. M. J.; BUAINAIN, A. M. Land Reform in NE Brazil: A Stochastic Frontier Production Efficiency Evaluation. In: **Revista de Economia e Sociologia Rural**. vol. 49. nº 1. Brasília. 2011.

OLIVEIRA, A. M. **A Contra-reforma Agrária do Banco Mundial e os Camponeses no Ceará – Brasil**. 2005. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo. São Paulo.

PEREIRA, J. M. M. **A Política de Reforma Agrária de Mercado do Banco Mundial: Fundamentos, Perspectivas e Contradições**. Editora Hucitec. 2009.

PIMENTEL, A. C. S.; CAVALCANTI, A. S.; MELO, L. M.; VITAL, T.; SAMPAIO, Y. Evolução das Condições de Vida dos Assentados e Pequenos Agricultores da Zona da Mata de Pernambuco. In: **Revista Economia e Desenvolvimento**. Editora Universitária da UFPE. 2005.

RAMOS, P. Políticas Públicas e Perspectivas de Viabilização dos Assentamentos Rurais. In: **Retratos de Assentamentos**. nº 12. 2009.

SAUER, S. A Terra por uma Cédula: Estudo sobre a "Reforma Agrária de Mercado". In: _____. **O Banco Mundial e a Terra: Ofensiva e Resistência na América Latina, África e Ásia**. Editora Viramundo. São Paulo. 2004.

SILVA, P. A. O. **O debate em torno da reforma agrária no Brasil: uma análise da literatura pertinente e a busca de comparação das duas vias em execução**. 2012. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas.

SILVEIRA, J. M. J. da; MAIA, A. G.; MORIZOT, A; GUANZIROLI, C.; NEDER, H. D.; SOUZA-FILHO, H. M.; MAGALHÃES, M. M. **Estudo de Avaliação de Impacto do Projeto Cédula da Terra (PCT) 2006**. Convênio FECAMP e IE/Unicamp. Relatório Final. Campinas. 2007.

SPAROVEK, G. **A Qualidade dos Assentamentos da Reforma Agrária Brasileira**. Convênio USP/MDA/FAO. São Paulo. 2003.

ESPAIALIZAÇÃO E TERRITORIALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO SUCROALCOOLEIRO E DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST) NA REGIÃO NA REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO/SP (1998-2012)

*Dorival Borelli Filho²
José Gilberto de Souza³*

Resumo: O presente artigo objetiva analisar o processo de espacialização e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em uma espacialidade, sobretudo, caracterizada, pela homogeneização da paisagem agrícola e monopólio territorial engendrado pelo capital agroindustrial, a Região de Ribeirão Preto (SP), entre os anos de 1998 a 2012, tendo como principal referência as ações de ocupações de latifúndios com elevado passivo ambiental pertencentes ao setor sucroenergético, além de áreas públicas arrecadadas pelo governo estadual, em leilão, oriundas de dívida fiscal, mas que continuavam a

¹Projeto de pesquisa desenvolvido junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Campus de Rio Claro, com o título de A (Re) Construção do Território Camponês nos Projetos de Desenvolvimento Sustentável da Região de Ribeirão Preto (SP), sob a orientação do Prof. Dr. José Gilberto de Souza.

²Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Campus de Rio Claro. dorivalborelli@ig.com.br

³Docente do Departamento de Geografia da Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Campus de Rio Claro. jgilbert@rc.unesp.br

ser ilegalmente utilizadas pela agroindústria sucroalcooleira, ocupações engendradas pelo movimento social camponês como principal modalidade de luta pelo acesso e democratização da posse da terra no país. Para tanto, foram registradas as ações de ocupações de terras lideradas pelo movimento nesta espacialidade, bem como, o número de famílias em processo de ocupação, dados esses relacionados com a criação de novos projetos de assentamentos rurais pelos organismos estatais responsáveis pela implementação da reforma agrária no estado de São Paulo (INCRA e ITESP) e com o número de famílias assentadas nesta região.

Palavras-chave: MST; Região de Ribeirão Preto; Capital agroindustrial; Processos de ocupação; Reforma agrária.

***Abstract:** This article aims at analyzing the process of spatialization and territorialization of the Landless Rural Workers Movement (MST) in a spatiality mainly characterized by the homogenization of the agricultural landscape and territorial monopoly engendered by the agro-industrial capital, in the region of Ribeirão Preto (SP), between the years 1998 to 2012, having as main reference the actions of occupation of large estates with high environmental liability, belonging to the sugarcane industry, and public areas collected by the state government auction, coming from tax debt, but remained illegally used by sugarcane agribusiness occupations engendered by the social movement as a primary modality of peasant struggle for access and democratization of land ownership in the country. For this purpose, we recorded the actions of land occupations led by the movement in this spatiality as well as the number of families in the process of occupation, these data being related to the creation of new projects of rural settlements by state agencies responsible for the implementation of land reform in the state of São Paulo (INCRA and ITESP) and the number of families settled in this region.*

Keywords: MST; Ribeirão Preto region; Agroindustrial capital; Occupation processes; Agrarian reform.

Introdução

O presente artigo objetiva analisar o processo de espacialização e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), na

Região de Ribeirão Preto (SP), entre os anos de 1998 e 2012, espacialidade essa, sobretudo, caracterizada pela homogeneização da paisagem agrícola e monopólio territorial engendrado pelo capital agroindustrial (produção de cana-de-açúcar), tendo como principal referência as ações de ocupações de latifúndios improdutivos com elevado passivo ambiental pertencentes ao setor sucroenergético, além de áreas públicas arrecadadas pelo governo estadual, em leilão, oriundas de dívida fiscal, mas que continuavam a ser ilegalmente utilizadas pela agroindústria sucroalcooleira, ocupações engendradas pelo movimento social camponês como principal modalidade de luta pelo acesso e democratização da posse da terra no país.

Para tanto, foram registradas as ações de ocupação de terras lideradas pelo movimento nesta espacialidade, bem como, o número de famílias em processo de ocupação, dados esses relacionados com a criação de novos projetos de assentamentos rurais pelos organismos estatais responsáveis pela implementação da reforma agrária no estado de São Paulo (INCRA e ITESP) e com o número de famílias assentadas nesta região. Neste sentido, pretende-se demonstrar que a reforma agrária continua a se caracterizar não como uma política pública de iniciativa estatal, em um processo de luta política liderada pelos movimentos sociais, especialmente, entre os anos de 2003 e 2012, que correspondem ao exercício dos Governos Populares, sendo, especialmente determinada pelas ações dos movimentos sociais camponeses, em seus processos de espacialização e territorialização, instituindo territórios de autonomia e alteridade.

A perspectiva de análise territorial empreendida neste estudo compreende os projetos de assentamentos rurais, sobretudo, como resultado da luta de classes engendrada pelos movimentos sociais camponeses contra o capital agroindustrial, constituindo-se na força motriz do desenvolvimento da história, da sociedade e na produção do território camponês, compreendido como síntese contraditória, que se manifesta do ponto de vista do seu controle efetivo, apropriado nas suas mais distintas composições. Dessa maneira, o território é produto concreto das lutas de classes travadas pela sociedade no processo de produção de sua existência (OLIVEIRA, 2007).

O Agronegócio Sucroalcooleiro na Região de Ribeirão Preto

Percorrendo a Rodovia SP-333, saindo de São José do Rio Preto em direção a Ribeirão Preto, o condutor do veículo terá a impressão que está adentrando em um gigantesco canavial ou em um verdadeiro 'mar de cana', na expressão do ex-ministro da Agricultura do Governo Lula, João Roberto Rodrigues. No

princípio dessa atividade, o plantio da cana-de-açúcar e a produção de açúcar eram atividades parceiras, mas desarticuladas. Não era regra o latifundiário concentrar a propriedade da usina. Atualmente, a integração agricultura-indústria é praticamente absoluta na região. A partir da década de 1980, a laranja começa a ganhar terreno (quando ondas de geadas começaram a desestabilizar essa produção na Flórida) e a região passa a ser conhecida como o título de "Califórnia Brasileira".

Em meados da década de 1980, a presença da cana-de-açúcar e da laranja na região começa a atrair (e continua a atrair) uma população migrante de milhares de trabalhadores rurais para o corte da cana-de-açúcar e a colheita da laranja, fenômeno esse que fez duplicar a população de Ribeirão Preto nos anos 80, população migrante essa que irá se manifestar nos levantes de Guariba, em maio de 1984, contra a exploração dos usineiros que almejavam intensificar o ritmo do corte da cana-de-açúcar sem nenhum ganho real para esses trabalhadores.

A grande maioria desses trabalhadores é oriunda das regiões mais pobres do país: o Nordeste, especialmente, o Maranhão e o Piauí, e o Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais. Algumas estimativas apontam cerca de 50 mil migrantes, em sua maioria jovens, que se deslocam todos os anos a partir do mês de março e permanecem na região em alojamentos construídos pelas usinas ou em pensões nas cidades-dormitório (Barrinha, Guariba, Pradópolis, entre outras), até o fim da safra, no início do mês de dezembro. São os denominados "migrantes temporários", embora esse tipo de migração possa ser caracterizada como permanentemente temporária, pois existe desde o início dos anos 60 (SILVA, 2008).

Geralmente, esses trabalhadores migrantes temporários são arrematados por intermediários das usinas, os chamados "gatos" e, em algumas situações, de acordo com denúncias do Ministério Público e da Pastoral do Migrante, são submetidos às condições análogas à escravidão, veiculadas na imprensa local, regional, nacional e mesmo internacional. As condições de trabalho desses trabalhadores migrantes são caracterizadas pela altíssima intensidade de produtividade exigida. Para se ter uma ideia, na década de 1980, a produtividade exigida para esses trabalhadores era de 5 a 8 toneladas de cana-de-açúcar cortada/dia; na década de 90, passa a ser de 8 a 9 e, em 2000, para 10, e, em 2004, para 12 a 15 toneladas cortadas ao dia (SILVA, 2008).

Chegando a Ribeirão Preto pela Rodovia SP-333, o condutor do veículo se deparará com um marco em uma rotatória da cidade onde está escrito: Ribeirão Preto – Capital Brasileira do Agronegócio. A partir de 2002, o município passa

a ser oficialmente reconhecido como o centro de uma região onde o agronegócio encontra sua expressão mais extremada, ao configurar-se, como um dos centros mais significativos de produção de açúcar, álcool e suco de laranja concentrado do país, o que, por sua vez, também vem conduzindo o sucesso das feiras agropecuárias locais.

A partir de 1994, toda a riqueza produzida pelo município e pela região passa a ser exposta nas vitrines dos *agrishows*, feiras realizadas com a intenção de revelar o "Brasil Moderno", com tecnologias altamente avançadas, cuja agricultura é movida tão somente por máquinas. Contudo, existe uma outra realidade situada atrás do palco desse show: um mundo invisível, responsável pela produção da riqueza dessa região, escondido no meio das ruas dos canaviais: a exploração de trabalhadores rurais (SILVA, 2008).

A homogeneização da paisagem pelo agronegócio é a homogeneização de uma forma de produção espacial, objetiva se tornar sentido único de projeção humana e submeter todas as práticas sócio-espaciais a uma estética urbano-agro-industrial (Ribeirão Preto - Capital do Agronegócio), contraditoriamente uma pseudo-negação do agrário (SOUZA; PERES, 2012, p. 5).

No âmbito da paisagem estes elementos se articulam a uma espacialidade que supera as áreas essencialmente produtivas promovendo transformações no conjunto de estruturas espaciais (rodovias, redes urbanas e mesmo na mecanização da produção) que objetivam dar um sentido de modernidade e de desenvolvimento. Um processo que atinge a dinâmica de preços de terras ao intensificar as estratégias empresariais de produção do espaço, por meio da expansão territorial produtiva (SOUZA; PERES, 2012, p. 3).

A produção e a indústria canavieira é o cenário no qual o município se evidencia, com suas tecnologias e seus impactos sobre a vida do trabalhador rural, sendo que um significativo contingente desse segmento coexiste em municípios e nas cidades circunvizinhas, entre usinas de cana-de-açúcar e sofisticados implementos agrícolas. Historicamente, a fertilidade do solo norteia o desenvolvimento local, projetando homens na esfera política, financiado projetos de poder político, distinguindo classes sociais, condições de vida e relações de trabalho (TONETTO, 2007).

O modelo de desenvolvimento agrícola implementado na região, especialmente, a partir da década de 1980, com a instituição do Proálcool,

apresenta-se como um exemplo latente das transformações ocorridas no campo brasileiro com processo de "modernização" da agricultura, especialmente, a partir da década de 1960, pois, ao mesmo tempo em que, comporta uma agricultura com elevado valor comercial, sobretudo em razão das atividades desenvolvidas nos complexos agroindustriais da cana-de-açúcar e da laranja, por outro lado, também vem produzindo graves problemas de ordem social e ambiental (GONÇALVES; SCOPINHO, 2009).

Os impactos ambientais decorrentes das atividades agrícolas encontram-se relacionados, principalmente, à monocultura da cana-de-açúcar, em especial, a prática da queima da palha na época da colheita e o descarte da vinhaça. Além desse fato, o uso intensivo do solo e de insumos químicos (agrotóxicos) tem ocasionado compactação, erosão e contaminação dos recursos hídricos, tanto superficiais quanto subterrâneos (GONÇALVES; SCOPINHO, 2009).

A história objetivada dessa região – caracterizada pelas marcas das antigas fazendas de café, das moradias dos colonos e sitiantes, das multicoloridas plantações de milho, algodão, amendoim e feijão, além de pastagens, das estradas vicinais, das reservas de matas, de pequenos córregos – está em vias de desaparecimento, cedendo lugar ao padrão monocromático dos canaviais, exceto nas áreas ocupadas pelos laranjais. Durante os meses de abril a novembro, até mesmo o firmamento aparece enegrecido pelas gigantescas nuvens de fumaça advindas das queimadas da cana, prática predatória ao meio ambiente e à saúde das populações rurais e urbanas que aí vivem (SILVA, 2008, p. 3).

Ainda quanto aos negativos impactos sociais ocasionados por esse modelo de desenvolvimento agrícola implantado na região, podem ser mencionados, a princípio, às péssimas condições de trabalho e moradia a que se encontram submetidos os trabalhadores rurais, os denominados "boias-frias" (GONÇALVES; SCOPINHO, 2009). O ambiente de trabalho vivenciado diariamente pelos cortadores de cana-de-açúcar da agroindústria canavieira, denominados pejorativamente de "boias-frias", é extremamente inóspito, caracterizado por altas temperaturas, repleto de fuligem da cana queimada e cercado por animais peçonhentos. A cultura da cana-de-açúcar nessa região ainda não conseguiu se desvincular de elementos arcaicos como a monocultura, o latifúndio e a escravidão, sendo comum a exploração da mão-de-obra em condições precárias, com alta carga de trabalho, baixos salários, alimentação

ruim e equipamentos inadequados para os trabalhadores (CARVALHO, 2008).

A existência de condições análogas à escravidão dos trabalhadores canavieiros não é uma realidade difícil de encontrar nessa região. O descaso das autoridades estatais e dos usineiros para com esses trabalhadores expressa a barbárie do capital, um verdadeiro retrocesso histórico para a classe trabalhadora. A violação de direitos humanos e sociais em favor da acumulação de lucros se manifesta na omissão de direitos e na negação de conquistas, ao sujeitar à servidão aqueles que não reúnem condições para satisfazer dignamente as suas necessidades na sociedade de mercado (CARVALHO, 2008).

A lógica de exploração do capital agroindustrial nessa região caminha lado a lado com a utilização de insumos mecânicos/químicos e tecnologias altamente avançadas, simultaneamente, com o aumento da exploração e do agravamento das condições de trabalho, caracterizadas por baixos salários, perda dos direitos trabalhistas, casos de escravidão por dívidas, registros de mortes, ocasionadas pelas altas exigências de produtividade e uso de entorpecentes estimulantes durante o horário de trabalho. A permanência da mão-de-obra migrante, falsamente denominada temporária, constitui o alicerce do modelo lucrativo do agronegócio das usinas canavieiras paulistas (SILVA, 2005).

Ainda sobre os registros de mortes nas lavouras canavieiras ocasionadas, sobretudo, pelas altas exigências de produtividade, convém esclarecer que a exaustão física está entre as principais causas de morte desses trabalhadores rurais, em inúmeros casos mascaradas pelas autopsias locais. Quando o cortador de cana migrante não consegue retornar a sua terra natal após adquirir alguns poucos bens de consumo, falece de tanto trabalhar nas lavouras paulista, não suportando o ritmo extenuante trabalho análogo à escravidão, fato esse, extremamente, comum, pois entre 2006 e 2007 foram constatadas dezenove mortes por excesso de trabalho, algo em torno de dez mortes ao ano ou seis durante o período da safra.

Quanto ao corte da cana, trata-se de uma atividade extremamente pesada e dilapidadora, uma vez que, para lograr um bom desempenho, a cana precisa ser cortada ao rés-do-chão, exigindo a total curvatura do corpo. Depois que o trabalhador abraça as canas, são necessários vários golpes de facão, seguidos dos cortes dos ponteiros que contêm pouca sacarose e que, por isso, não são levados para a moagem. Em seguida, as canas são lançadas em montes – leiras – e, novamente, o ciclo é recomeçado. Além disso, quando as canas ainda estão com folhas, estas são retiradas pela perna

esquerda do trabalhador, impondo-lhe mais um movimento. Recente pesquisa revela que em 10 minutos o trabalhador derruba 400 quilos de cana, desfere 131 golpes de podão e faz 138 inflexões, num ciclo de 5,6 segundos para cada ação. O trabalho é feito em temperaturas acima de 27 graus centígrados com muita fuligem no ar, e, ao final do dia, a pessoa terá ingerido mais de 7,8 litros de água, em média, desferido 3.792 golpes de podão e feito 3.994 flexões com rotação da coluna. A carga cardiovascular é alta, acima de 40%, e, em momentos de pico os batimentos cardíacos chegam a 200 por minuto. Este fato caracteriza o trabalho como extremamente árduo e estafante, pois exige um dispêndio de força e energia que, muitas vezes, os trabalhadores não possuem, tendo em vista o fato de serem extremamente pobres, senão doentes e subnutridos.

Isto significa que ele não apenas anda 4.400 metros por dia, mas transporta, em seus braços, 6 toneladas de cana, com um peso equivalente a 15 kg, a uma distância que varia de 1,5 a 3 metros. Além de todo este dispêndio de energia, andando, golpeando, contorcendo-se, flexionando-se e carregando peso, o trabalhador sob o sol utiliza uma vestimenta composta de botina com biqueira de aço, perneiras de couro até o joelho, calças de brim, camisa de manga comprida com mangote, também de brim, luvas de raspa de couro, lenço no rosto e pescoço e chapéu, ou boné. Este dispêndio de energia sob o sol, com esta vestimenta, leva a que os trabalhadores suem abundantemente e percam muita água. Junto com o suor, perdem sais minerais, e a perda de água e sais minerais leva à desidratação e à freqüente ocorrência de câimbras.

A este cenário podemos acrescentar: o calor excessivo, pois a jornada de trabalho inicia-se às 7 horas e termina por volta das 17 horas; a fuligem, que é aspirada no momento do corte; a má alimentação; a violência simbólica existente no ambiente laboral, no sentido de considerar frouxo, fraco, aquele que não consegue atingir a produtividade (média) exigida, além da ameaça de perder o emprego, caso isso ocorra (SILVA, 2008, pp. 6-7).

Além de possuir graves problemas de ordem ambiental e social, especialmente, trabalhistas, tornando passíveis de desapropriação inúmeras propriedades rurais nessa localidade, a região também vem comportando um elevado índice de concentração fundiária, com cerca de 7% de proprietários detendo a posse de, aproximadamente, 70% de suas terras, configurando-se dessa maneira como uma região extremamente tensa, um verdadeiro "barril de pólvora" preste a eclodir

no interior do estado de São Paulo (GRAZIANO, 2004)⁴.

A partir de 2003/04, em razão da elevação dos preços das *commodities* agrícolas no mercado internacional, especialmente, da saca de açúcar e também de um expressivo aumento da demanda por biocombustíveis com a criação dos automóveis *flex-fluel* ou multicomcombustíveis, que, em 2012, atingiu 3.162.822 de unidades vendidas (Tabela 1), especialmente, em razão da elevação da demanda pelo álcool combustível, considerado um combustível mais limpo em termos ambientais, em substituição aos combustíveis derivados do petróleo, o agronegócio sucroalcooleiro passou a conhecer novamente um momento de expansão no interior do estado de São Paulo, após um período de crise e de desregulamentação e/ou desamparo de políticas públicas estatais direcionadas para o setor, durante a década de 1990, com a extinção do Proálcool em 1991.

O desenvolvimento dos veículos *flex-fluel*, criados em 2003, deu um novo impulso ao setor sucroalcooleiro, consolidando o álcool como combustível automotor, pois esse artifício vem inibindo o receio do mercado consumidor frente a uma possível crise de desabastecimento. A garantia de que, em uma provável escassez de álcool, a gasolina será um substituto adequado, tem resultado em uma transformação no setor energético, com impulso na produção, sustentado pelo consumo interno (RAMOS, 2008).

⁴De acordo com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), nas áreas produtoras de cana-de-açúcar no interior do estado de São Paulo, dos 5 milhões de hectares plantados, somente 20% é pertencente a pequenos e médios produtores rurais. As áreas de cana-de-açúcar plantadas na Região de Ribeirão Preto são de propriedade de somente 8 famílias. A corrida pela compra e/ou arrendamento de terras para a cana-de-açúcar, em São Paulo, também tem sido intensa suficiente ao ponto de produzir conflitos entre usineiros e empresas produtoras de suco de laranja (CAVALCANTE; FERNANDES, 2008).

Tabela 1 – Vendas Anuais de Automóveis Movidos a Gasolina, Etanol e Flex-Fluel (2003-2012).

| Ano | Gasolina | Etanol | Flex-Fluel | Total |
|------|-----------|--------|------------|-----------|
| 2003 | 1.152.463 | 36.380 | 48.178 | 1.237.021 |
| 2004 | 1.077.945 | 50.950 | 328.379 | 1.457.274 |
| 2005 | 697.004 | 32.357 | 812.104 | 1.541.465 |
| 2006 | 316.561 | 1.863 | 1.430.334 | 1.748.758 |
| 2007 | 245.660 | 107 | 2.003.090 | 2.248.857 |
| 2008 | 217.021 | 84 | 2.329.247 | 2.546.352 |
| 2009 | 221.709 | 70 | 2.652.298 | 2.874.077 |
| 2010 | 280.704 | 50 | 2.876.173 | 3.156.927 |
| 2011 | 376.998 | 51 | 2.848.071 | 3.225.120 |
| 2012 | 274.030 | 52 | 3.162.822 | 3.436.904 |

Fonte: ÚNICA, 2013.

Em razão das condições favoráveis do preço do açúcar no mercado internacional e de uma maior demanda interna pelo álcool combustível, a área de cana-de-açúcar disponível para colheita no estado de São Paulo salta de 3.002.676 hectares, em 2003, para 5.400.823 hectares, em 2011 (Tabela 2). Contudo, esse mesmo ritmo de expansão fundiária da agroindústria canavieira não conseguiu seguir na mesma intensidade na região agrícola de Ribeirão Preto, que, em 2003, possuía 30.576 hectares cobertos por cana-de-açúcar e, em 2011, 32.080 hectares disponíveis para a colheita (Tabela 3), crescendo tão somente 1.504 hectares em um período de nove anos. Os dados evidenciam uma provável escassez de terras para a expansão do setor sucroalcooleiro nessa região.

Tabela 2 – Área de Cana-de-açúcar no Estado de São Paulo (2003-2011) (ha).

| Ano | Soca (a) | Reformada (b) | Expansão (c) | Total (a+b+c) | Em reforma | Total cultivado |
|------|----------|---------------|--------------|---------------|------------|-----------------|
| 2003 | 2571334 | 0 | 0 | 2571334 | 431342 | 3002676 |
| 2004 | 2360012 | 417538 | 112310 | 2889860 | 275527 | 3165387 |
| 2005 | 2594585 | 246426 | 205958 | 3046969 | 317735 | 3364704 |
| 2006 | 2754259 | 294609 | 305603 | 3354471 | 306684 | 3661155 |
| 2007 | 3040725 | 284390 | 636814 | 3961929 | 287993 | 4249922 |
| 2008 | 3506411 | 276992 | 661874 | 4445277 | 428663 | 4873940 |
| 2009 | 4190036 | 385941 | 321801 | 4897778 | 344710 | 5242488 |
| 2010 | 4569154 | 289860 | 137445 | 4996459 | 306883 | 5303342 |
| 2011 | 4453362 | 259265 | 156437 | 4869064 | 531759 | 5400823 |

Fonte: Adaptado de INPE, 2012.

Tabela 3 – Área de Cana-de-açúcar na Região de Ribeirão Preto/SP (2003-2011) (ha).

| Ano | Soca (a) | Reformada (b) | Expansão (c) | Total (a+b+c) | Em reforma | Total cultivado |
|------|----------|---------------|--------------|---------------|------------|-----------------|
| 2003 | 25310 | 0 | 0 | 25310 | 5266 | 30576 |
| 2004 | 21380 | 5128 | 5 | 26513 | 3987 | 30500 |
| 2005 | 23910 | 3729 | 576 | 28215 | 2883 | 31098 |
| 2006 | 24240 | 2799 | 563 | 27602 | 4399 | 32001 |
| 2007 | 23792 | 4128 | 417 | 28337 | 2929 | 31266 |
| 2008 | 25598 | 2913 | 952 | 29463 | 2809 | 32272 |
| 2009 | 26314 | 2778 | 122 | 29214 | 3272 | 32486 |
| 2010 | 26836 | 3006 | 0 | 29842 | 2385 | 32227 |
| 2011 | 25970 | 2180 | 110 | 28260 | 3820 | 32080 |

Fonte: Adaptado de INPE, 2012.

A Região Agrícola de Região de Ribeirão (RA/SP) encontra-se localizada dentro da área de expansão central da cana-de-açúcar no país, considerada como a principal região produtora. Nesta localidade, o processo de expansão da produção canavieira vem ocorrendo de maneira concentrada, por razões de logística. Ainda a respeito dos prejuízos ambientais ocasionados pela expansão da atividade canavieira nessa região, além dos danos ambientais anteriormente elencados (queima da palha da cana na colheita, uso intensivo do solo e de insumos químicos que tem ocasionado compactação, erosão e contaminação dos recursos hídricos) convém considerar que as áreas de preservação ambiental (Reserva Legal) em terras agrícolas nessa região correspondem a 10%, ou seja, encontram-se abaixo do mínimo definido em lei para o bioma, os 20% estabelecidos pelo Código Florestal de 1964 (Lei nº. 4771/64), (SPAROVEK *et al.*, 2009), que, apesar das recentes tentativas de reformulação engendradas pela banca ruralista no Congresso Nacional, manteve essa determinação para o Estado de São Paulo⁵.

Além dos prejuízos ambientais ocasionados pela agroindústria canavieira, a destinação de matérias-primas agrícolas para a produção de biocombustíveis também vem sendo questionada pelos prováveis impactos negativos sobre a

⁵De acordo com o Inventário Florestal do Estado de São Paulo, realizado pelo Instituto Florestal, em 2002, na Região Ribeirão Preto, a cobertura vegetal nativa é da ordem de 13,7% (ALYJÚNIOR, 2011).

segurança alimentar, pois a expansão desta atividade pode resultar em uma redução de áreas agrícolas destinadas a culturas alimentares, com consequente redução de suas produções e elevação de seus preços, agravando a situação social das famílias mais pobres, que destinam grande parcela de suas rendas à compra de alimentos (FAO, 2010).

Ainda a respeito deste momento específico de crescimento da agroindústria canavieira no estado de São Paulo, convém considerar que a mecanização da colheita da cana-de-açúcar também tem se elevado nessa região, fato esse que não necessariamente significa um avanço em termos ambientais, podendo ainda vir a ocasionar um índice maior de desemprego nessa região. Durante a safra 2009/10, mais da metade da colheita da cana foi realizada sem queima da palha, atingindo aproximadamente 56%, contra 44% em que se utilizou do recurso. Na safra de 2006/2007, a colheita sem queima chegou aos 34%. No caso específico da região agrícola de Ribeirão Preto, localidade onde o setor sucroalcooleiro parece ter conhecido o seu limite de expansão e concentração fundiária, em 2006, a área de cana-de-açúcar colhida crua foi de 38.7% (150.926 ha), contra 61.3% (239.373) colhida com queima, porém, em 2011, esses números praticamente se invertem com a área de colhida crua atingindo 63.1% (263.653 ha) contra 36.9% (154.344 ha) colhida com queima da palha da cana-de-açúcar (Tabela 04) (INPE, 2012).

Tabela 4 – Área de Cana Colhida Crua e com Queimada em Ribeirão Preto/ SP (2006-2011) (ha).

| Ano | Crua (ha) | Crua (%) | Queima (ha) | Queima (%) | Total (ha) |
|------|-----------|----------|-------------|------------|------------|
| 2006 | 150.926 | 38.7 | 239.373 | 61.3 | 390.299 |
| 2007 | 179.902 | 46.0 | 211.448 | 54.0 | 391.350 |
| 2008 | 201.959 | 48.9 | 211.299 | 51.1 | 413.258 |
| 2009 | 223.218 | 56.6 | 171.267 | 43.4 | 394.485 |
| 2010 | 249.180 | 57.6 | 183.094 | 42.4 | 432.274 |
| 2011 | 263.653 | 63.1 | 154.344 | 36.9 | 417.997 |

Fonte: Adaptado de INPE, 2012.

A Região de Ribeirão Preto, em razão dessa alta demanda por terras para a produção sucroalcooleira, possui aproximadamente 98% de suas terras cobertas por plantações de cana-de-açúcar, com 40 usinas que produzem 30% do álcool e do açúcar produzidos no país, com uma produção anual de 80 milhões de toneladas (SILVA, 2005). A comercialização desse açúcar é essencialmente voltada para

atender uma demanda do mercado internacional, tendo como principais destinos a América do Norte e a Europa. Por outro lado, a maior parte do álcool combustível (etanol) produzido é comercializada no mercado interno brasileiro. Em razão dos preços atrativos do açúcar no mercado internacional, os empresários do setor sucroalcooleiro têm constantemente alterado o *mix* da cadeia produtiva, direcionando a maior parte da colheita da cana para a produção de açúcar, o que, por sua vez, tem ocasionado alta nos preços do álcool e crises de abastecimento, ao ponto do país ter necessitado importar o combustível em 2011⁶.

Apesar de quase possuir a totalidade de suas terras cobertas por plantações de cana-de-açúcar, processo que tem homogeneizado a sua paisagem rural, transformando a região em um verdadeiro "mar de cana", a demanda por terras nessa localidade continua em alta, realizando constantemente o agronegócio sucroalcooleiro inserções na espacialidade de pequenas propriedades agrícolas e em projetos de assentamentos rurais, mediante a cooptação e/ou o aliciamento de pequenos produtores rurais endividados, especialmente, de citricultores⁷, e/ou de famílias assentadas beneficiárias do programa de reforma agrária, a fim de que vendam, arrendem seus lotes familiares ou passem a produzir cana-de-açúcar em um sistema de parceria com o setor sucroalcooleiro e, neste sentido, podemos compreender que:

(...) o avanço do capital monopolista e de seus efeitos sobre as relações sociais produtivas marcadas pela subsunção do trabalho e da natureza ao

⁶Apesar do etanol não ter atingido um patamar de padronização e plena inserção no mercado internacional, o açúcar ainda se mantém como a expressiva "*commoditie*" do setor sucroenergético. Nos últimos anos o volume mundial de comercialização do etanol vem aumentando de forma significativa vis a vis a expansão de plantas de processamento em países da América do Sul e África. Um processo que evidencia a expansão econômica do setor, alicerçado ainda pelas estratégias de diversificação produtiva concêntrica, a partir da produção de energia de bagaço e palha e de subprodutos para setores químicos e plásticos (SOUZA, 2011).

⁷A pior crise vivenciada pela citricultura paulista, em 2012 deverá abrir espaço para uma maior espacialização da cana-de-açúcar no estado de São Paulo, com os citricultores migrando para atividades agrícolas mais rentáveis. Segundo dados do Instituto de Economia Agrícola (IEA), conheceu uma redução significativa da área plantada com laranja de 541 mil hectares, na safra de 2012, para 481 mil hectares, em 2013, com a erradicação de 25 milhões de pés de laranja. Na Região Agrícola de Ribeirão Preto, os 2.828.500,00 pés em produção existentes, na safra de 2003, foram reduzidos para 1.417.410,00 na colheita de 2012 (IEA, 2013).

transformar a matriz de produção regional e impor modelos hegemônicos de produção e de relações sociais produtivas. Trata-se de uma lógica que promove a demanda por terras determinando alteração no valor de troca e a concentração fundiária. Insere a terra no âmbito das relações comerciais na trajetória de *commoditização* da agricultura, alterando as condições dos termos de troca, deteriorando-os, e reforça o papel do Brasil na divisão internacional do trabalho, consolidando, portanto seu papel como produtor de *commodities*, tal como se propôs no Consenso de Washington (SOUZA; PERES, 2012, p. 3).

Adentrado ao processo de concentração fundiária verificado na Região de Ribeirão Preto, especialmente, através do aliciamento da agricultura familiar, observa-se que, em razão da incorporação de grandes quantidades de terras para a produção de cana-de-açúcar, entre os anos de 2006 a 2008, o Índice de Gini teve um aumento nessa região, mantendo-se nos níveis de forte a muito forte, verificando-se uma elevação principalmente em áreas de 500 a 1.000 hectares (OLIVETTE; CAMARGO, 2009) (Tabela 05).

Tabela 5 – Concentração Fundiária na Região de Ribeirão Preto/SP (2008).

| Área em hectares | 1995/96 | 2007/08 |
|-----------------------|---------------|---------------|
| (0 a 20) | 8,97 | 9,17 |
| (20 a 50) | 32,23 | 31,95 |
| (50 a 200) | 102,56 | 99,79 |
| (200 a 500) | 318,58 | 318,38 |
| (500 a 1.000) | 694,31 | 702,16 |
| (1.000 a 5.000) | 1.882,53 | 1.844,35 |
| Acima de 5.000 | 9.101,27 | 9.038,80 |
| Total | 107,10 | 91,27 |
| Índice de Gini | 0,78 | 0,78 |

Fonte: Olivette; Camargo, 2009.

Além dos verificados processos de concentração fundiária, de homogeneização territorial e paisagística e de monopolização do capital agroindustrial sobre o território, a demanda por terras para a produção sucroalcooleira na Região Agrícola de Ribeirão Preto tem alavancado significativamente o valor da terra nua ou terra de cultura de primeira, que, em um período de dez anos (2003 a 2012), conheceu uma taxa de crescimento nominal de 167% e real de 108,35⁸, com preço médio de um hectare agrícola saltando de R\$ 10.973,37, em 2003, para R\$ 29.269,97,

em 2012, e podendo atingir a cifra de R\$ 37.190,08, o que pode ser observado no quadro a seguir (Tabela 6).

Tabela 6 – Valor do Hectare na Região Agrícola de Ribeirão Preto/SP (2003-2012).

| Ano | Menor Valor (R\$) | Maior Valor (R\$) | Valor Médio (R\$) |
|------|-------------------|-------------------|-------------------|
| 2003 | 4.958,68 | 18.595,04 | 10.973,37 |
| 2004 | 4.958,68 | 24.793,39 | 16.000,92 |
| 2005 | 8.264,46 | 24.793,39 | 16.963,90 |
| 2006 | 8.264,46 | 24.793,39 | 16.963,90 |
| 2007 | 9.504,13 | 28.925,62 | 19.834,71 |
| 2008 | 9.504,13 | 41.322,31 | 24.858,63 |
| 2009 | 2.479,34 | 33.057,85 | 23.510,22 |
| 2010 | 16.528,93 | 33.057,85 | 26.424,53 |
| 2011 | 16.528,93 | 37.190,08 | 27.294,48 |
| 2012 | 16.528,93 | 37.190,08 | 29.269,97 |

Fonte: Adaptado de IEA, 2013.

Espacialização e Territorialização do Movimento Social Camponês

Embora a Região de Ribeirão Preto apresente aparentemente bons indicadores sociais e econômicos, com elevados índices de produtividade, situando-se como a mais rica região do estado de São Paulo⁹, em contraste com a Região do Pontal Paranapanema, a mais pobre deste estado e de forte atuação de

⁸De acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a taxa de inflação acumulada entre 2003 a 2012 atinge a cifra de 58,65%.

⁹A Macrorregião de Ribeirão Preto possui um Produto Interno Bruto (PIB) que gira em torno de R\$ 39.756.796.000,00 e um PIB *per capita* que se situa na casa de R\$ 16.688,70. A cidade de Ribeirão Preto, considerada o município sede dessa região, possui um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,855, ocupando a 6ª colocação no estado de São Paulo, um PIB de R\$ 13.896.532,740, 28ª colocada no país, e um PIB *per capita* de R\$ 24.898,11 (IBGE, 2010).

Os índices oficiais de desenvolvimento humano do município são questionados, quando tomadas análises específicas que incidem sobre áreas de periferia urbana da cidade (Bairro Jardim Aeroporto e Salgado Filho I), que apontam um IDH de 0,584, considerado médio, expressando uma lógica contraditória que nega a perspectiva da marginalidade social verificada nesta espacialidade e comportando em análises comparativas índices inferiores quando analisados os projetos de assentamento rurais implementados pelo INCRA na área rural do município, os PDS's – Sepé Tiarajú e Mário Lago que possuem, respectivamente, um IDH de 0,599 e 0,612 (BELLENTANI, 2010).

movimentos sociais camponeses, esta localidade também vem se tornando, especialmente, a partir da década de 1980, palco de grandes conflitos fundiários, sobretudo, em razão da elevação do índice de desemprego, ocasionado, principalmente, pela crescente modernização da agricultura (mecanização do corte da cana-de-açúcar e da colheita da laranja), do fechamento de usinas e da presença organizada de movimentos sociais camponeses, elementos esses que, conjuntamente, vêm contribuindo para uma maior incidência de famílias acampadas e ocupações de áreas públicas e latifúndios improdutivos/produativos pertencentes ao agronegócio local.

Atualmente, pode ser verificada nesta região a existência de quatro movimentos/organizações envolvidos no processo de luta pela terra e pela reforma agrária e que, por sua vez, disputam a liderança política dos trabalhadores rurais sem-terra nessa localidade: o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra); o MLST (Movimento de Libertação dos Sem Terra); movimentos sociais camponeses considerados independentes e a FERAESP (Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo), com sede em Araraquara e que, por sua vez, liderou os primeiros processos de mobilização, ocupações de terras e criação de assentamentos rurais nessa região antes da territorialização dos demais movimentos camponeses em meados da década de 1990.

O processo de espacialização e territorialização do MST na Região de Ribeirão Preto (SP) iniciou-se no final da década de 1990, realizando sua primeira mobilização em Araraquara em 1998. Quando os membros do movimento chegaram a Ribeirão Preto, foram, prontamente, auxiliados pela Comissão Pastoral da Terra (CPP), através de seu assessor Francisco Vannerom, mais conhecido como Padre Chico, um missionário de origem belga. Como o movimento não possuía um local próprio para seus membros instalarem-se, por intermédio de um amigo, o sacerdote conseguiu uma residência localizada na Avenida Saudade para hospedar as lideranças e os primeiros integrantes do movimento, que se encontravam abrigados no Sindicato dos Correios, transformando-se esta residência na sede do secretariado local do movimento sem-terra (TONETTO, 2007).

Após um breve período de organização, paulatinamente, o movimento começa a se expandir encontrando inclusive apoio em membros do Ministério Público Estadual, na Central Única dos Trabalhadores (CUT), em ONGs que lutam pela preservação do Aquífero Guarani, setores progressistas da Igreja Católica e lideranças petistas da região. Como estratégia de mobilização, as lideranças do movimento, passam a realizar periódicas visitas nas periferias urbanas de Ribeirão

Preto (Jardim Progresso, Salgado Filho e Simioni), conseguindo atingir um significativo número de cadastramentos. A esse estágio embrionário de articulação política e consolidação orgânica denominamos de espacialização, ações que projetam estes sujeitos sobre a espacialidade do agronegócio, como projeção social que externaliza intencionalidades e projetos sócio-políticos-territoriais.

Com o processo de espacialização do MST na Região de Ribeirão Preto, a luta pela posse da terra intensifica-se a partir de 1998-99, a territorialização da luta consolida a territorialização dos assentamentos, reestabelecendo novas lógicas nas relações e formas de apropriação da terra na região. Os diversos assentamentos criados na região não se constituem somente como uma espécie de resposta dos organismos estatais responsáveis pela reforma agrária (INCRA e ITESP) às ondas de ocupações lideradas pelo movimento sem-terra, mas, sobretudo, como concretudes históricas de luta e de enfrentamento aos setores econômicos organizados e ao próprio Estado.

O movimento camponês passa a utilizar como principal modalidade de luta, a fim de incrementar a reforma agrária nessa região, a ocupação de latifúndios improdutivos com elevado passivo ambiental pertencentes ao agronegócio local e áreas públicas arrematadas pelo governo estadual, em leilão, oriundas de dívida fiscal, além de desenvolver outras modalidades de luta, tais como: a ocupação de prédios das sedes dos órgãos estatais, manifestações, atos públicos, marchas e paralisações nas rodovias.

A trajetória de lutas do MST nessa região inicia-se no município de Restinga, no dia 1º de janeiro de 1998, com a ocupação da Fazenda Boa Sorte, que possui 3.025 hectares e encontra-se localizada a 80 km de Ribeirão Preto, no km 379 da Rodovia Cândido Portinari (SP 334) e a 18 km da cidade de Franca. Nas décadas de 1940 e 50, a área integrou o sistema de reflorestamento da Companhia Mogiana Estrada de Ferro. À época da ocupação, frente ao forte processo privatizações que marcou a década de 1990 (Governo FHC), a propriedade encontrava-se abandonada e estava sendo explorada ilegalmente por fazendeiros da região (ALBUQUERQUE, 2000).

O movimento conseguiu arrematar cerca de 200 famílias para essa ocupação em razão de uma forte onda de desemprego que se abateu sobre o município de Franca na segunda metade da década de 1990, sendo significativo neste trabalho de base (processo de mobilização) a participação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias de Calçados e Vestuários de Franca e Região, que, conjuntamente, com o MST, realizaram o cadastramento das famílias. Em setembro de 1998, após diversas liminares de reintegração de posse concedidas

pelo poder judiciário, situações de despejo e reocupação da área, a Fazenda Boa Sorte foi finalmente destinada à reforma agrária (ALBUQUERQUE, 2000).

Frente ao sucesso da primeira ocupação, o movimento desloca-se da região norte para o centro do estado de São Paulo, realizando a sua segunda ocupação, em território do capital agroindustrial, em 18 de dezembro de 1999, na Fazenda Bocaina, sede da antiga Usina Chimbó, no município de Matão, às margens da Rodovia Brigadeiro Faria Lima, local onde o MST conseguiu reunir cerca de 1.200 famílias de trabalhadores rurais sem-terra, oriundas dos municípios de Araraquara, Jaboticabal, Tabatinga e Taquaritinga, entre outros da região. Em razão da grande quantidade de famílias que se deslocaram para esse acampamento provisório, esses 1200 grupos familiares tiveram que ser organizadas pelo movimento em 32 núcleos de moradia com os seus respectivos setores (saúde, educação, higiene).

As reuniões, a fim de traçarem o plano de ocupação da Fazenda Chimbó, foram organizadas pelo MST na sede do Sindicato dos Metalúrgicos de Matão, cujos sindicalistas deram total apoio à ocupação. O movimento sem-terra obteve a informação de que os proprietários da área possuíam a época débitos fiscais junto à União. A ocupação da propriedade foi uma estratégia adotada pelo movimento a fim de pressionar o governo federal para que desapropriasse a área, destinando-a à reforma agrária.

A ação de ocupação da Fazenda Bocaina contou com o apoio de lideranças nacionais do MST, Gilmar Mauro, do Deputado Federal Luiz Carlos Grinraud, da então Prefeita de Jaboticabal, Maria Carlota Rocha (PT) e de setores progressistas da Igreja Católica, especialmente, do Bispo da Diocese de São Carlos, Dom Joviano de Lima Júnior, que após dez dias de ocupação rezou uma missa no acampamento e trocando a sua mitra episcopal por um boné do MST, em um ato simbólico, cortou com um alicate em punho uma cerca de arame da propriedade ocupada pelo movimento.

À época, o Prefeito de Matão, Adauto Scardoelli (PT), também contribuiu com a ocupação, enviando água potável em caminhões-pipa para o local e instalando uma extensão da Escola Municipal Adelino Bordignon no acampamento. Apesar da infraestrutura básica concedida pelo poder executivo municipal, essa segunda ocupação do movimento na região não obteve sucesso. Em decisão contrária à da Juíza Sílvia Estela Gigena de Siqueira, da 1ª Vara Cível de Matão, o Tribunal de Justiça de São Paulo aceitou o pedido de liminar de reintegração de posse dos proprietários da área ocupada.

O acampamento Dom Hélder Câmara teve a existência efêmera de três meses. Após a ação de reintegração de posse, somente 122 das 1.200 famílias

permaneceram na luta pela reforma agrária na região, as quais foram deslocadas pelo movimento sem-terra para a Fazenda Santa Avóia¹⁰, localizada no município de Barretos (local em que não havia mínimas condições infraestruturais para o acampamento), onde permaneceram por cerca de dois anos. Em meio a diversas ações de reintegrações de posse, entre inda e vindas da fazenda para a estrada e da estrada para a fazenda, um grupo de 55 famílias desvinculou-se do MST. As famílias que permaneceram vinculadas ao movimento sem-terra conseguiram ser assentadas antes das que permaneceram neste local (TEIXEIRA, *et al.*, 2011).

A trajetória de lutas desencadeada pelo movimento no município de Restinga, em 1998, passa por Matão (1999) e, posteriormente, desloca-se para Barretos, ícone da produção pecuária e da modernidade do rodeio "esportivo", que consolida um amálgama ideológico entre modo de vida e padrão fundiário de ocupação territorial. Chega finalmente à área de influência da "Capital Brasileira do Agronegócio", no dia 17 abril de 2000, o denominado *Abril Vermelho*, com a ocupação da Fazenda Santa Clara¹¹, localizada entre os municípios de Serrana e Serra Azul, a cerca de 20 km da sede econômico-administrativa dessa região, Ribeirão Preto, e mais propriamente no município, com a ocupação da antiga Fazenda da Barra, considerada o maior latifúndio improdutivo dessa região, no dia 3 de agosto de 2003.

Espacialização e Territorialização da Reforma Agrária

A ação sócio-espacial dos sujeitos e de suas formas de organização, os movimentos sociais, se consolidam a partir de dois momentos distintos, a espacialização e a territorialização. O primeiro processo se estabeleceu claramente a partir da organicidade produzida pelos movimentos sociais e sua articulação no campo e na cidade, construindo um amplo espectro de forças democráticas instaurando o debate e o conflito sócio-espacial, que se consubstancia a partir da monopolização do território pelo capital agroindustrial sucroenergético. O segundo momento se materializa a partir das formas de ocupação e resistência,

¹⁰A Fazenda Santa Avóia II, com área de 1270,43 hectares, havia sido declarada de interesse social para fins de reforma agrária em 21 de dezembro de 1999 (BRASIL, 1999), quando ocorreu sua ocupação em março de 2000.

¹¹Inicialmente o acampamento Sepé Tiarajú foi constituído por trabalhadores rurais sem-terra oriundos dos municípios de Jaboticabal, Rincão, Gavião Peixoto, Araraquara, Franca, Cajuru, Serrana, Cravinhos, Ribeirão Preto, que, por ocasião, se encontravam desempregados em razão da mecanização do corte da cana-de-açúcar na região.

demarcados pela desapropriação das terras e a efetiva territorialização de novas relações sócio-espaciais de produção a partir dos assentamentos rurais.

Nos anos que antecederam ao processo de espacialização e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na Região de Ribeirão Preto, praticamente inexistiam projetos de assentamentos rurais nesta localidade e, conseqüentemente, a atuação do INCRA, como principal agente da reforma agrária no país, era também inoperante nessa região. Os projetos de assentamentos rurais implementados próximos a essa região, geograficamente, localizam-se na microrregião de Araraquara.

Tais projetos de assentamento foram criados, quase que em sua totalidade, pela Fundação ITESP, que entre os anos de 1985 e 1997, assentou 389 famílias de trabalhadores rurais, em 5.572,72 hectares arrecadados para a reforma agrária (Tabela 07 e Gráficos 01 02). Somente o assentamento Bela Vista do Chibarro, implementado, em 1989, em área de 3.455,16 e com 176 famílias assentadas encontrava-se sob a administração do INCRA (ITESP, 2007), e que foram resultados das ações da Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (FERAESP), que, juntamente, com a CUT (Central Única dos Trabalhadores) e o MLPT (Movimento de Luta pela Terra) lideraram significativos processos de ocupação nessa espacialidade nas décadas de 1980 e 90.

Tabela 7 – Assentamentos Rurais Criados na Região de Araraquara/SP (1985-1997)

| Município | Assentamento | Criação | Área (ha) | Domínio | Famílias | Liderança |
|--------------|------------------------|---------|-----------------|---------|------------|-----------|
| Motuca | Monte Alegre I | 05/85 | 726,00 | ITESP | 49 | FERAESP |
| Motuca | Monte Alegre II | 10/85 | 857,70 | ITESP | 62 | FERAESP |
| Araraquara | Monte Alegre III | 08/86 | 1.099,56 | ITESP | 76 | FERAESP |
| Motuca | Monte Alegre IV | 08/86 | 679,35 | ITESP | 49 | FERAESP |
| Araraquara | Bela Vista do Chibarro | 12/89 | 3.455,16 | INCRA | 176 | FERAESP |
| Motuca | Monte Alegre V | 10/91 | 483,76 | ITESP | 34 | FERAESP |
| Araraquara | Bueno de Andrada | 05/97 | 472,41 | ITESP | 31 | FERAESP |
| Araraquara | Monte Alegre VI | 05/97 | 1.253,94 | ITESP | 88 | FERAESP |
| Total | 8 | - | 9.027,88 | - | 565 | - |

Fonte: Adaptado de ITESP, 2007.

A análise conjunta dos gráficos a seguir revela uma simetria entre o número de famílias assentadas e áreas arrecadadas para a reforma agrária, mas, por outro lado, indica também lapsos de tempo na criação de novos projetos de assentamento na Região de Araraquara/SP, no período em estudo (1985 a 1997), notadamente, nos anos de 1987, 1988, 1990 e entre 1992 a 1996, retornando em 1997. Embora a atuação do INCRA tenha se restringido à criação de um único projeto de assentamento no decorrer do período analisado, o PA Bela Vista do Chibarro, no ano de 1989, este pode ser considerado o melhor da reforma agrária na região, com 176 famílias assentadas e 3.455,16 hectares arrecadados para o programa.

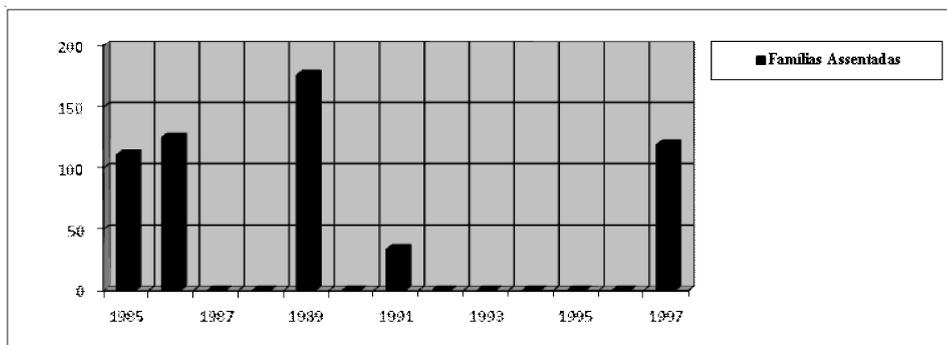


Gráfico 1 – Número de Famílias Assentadas na Região de Araraquara/SP (1985-1997)

Fonte: ITESP, 2007; Org.: Dorival Borelli Filho (2012).

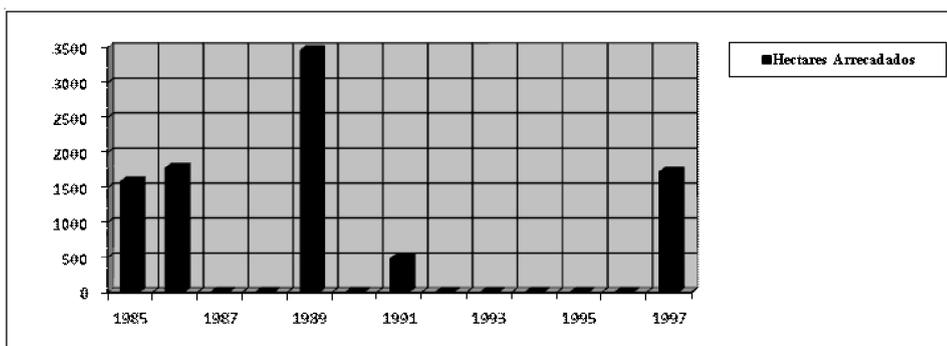


Gráfico 2 – Áreas Arrecadadas para a Reforma Agrária na Região de Araraquara/SP (1985-1997)

Fonte: ITESP, 2007; Org.: Dorival Borelli Filho (2012).

A partir do processo de espacialização e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na Região de Ribeirão Preto, utilizando-se, especialmente, das ocupações de latifúndios sob domínio do agronegócio sucroalcooleiro como principal estratégia para o acesso a terra (Tabela 8) e da ação política objetivando pressionar os organismos estatais para a efetivação da reforma agrária nesta espacialidade, são criados, entre os anos de 1998 e 2012, 11 novos projetos de assentamentos rurais, sendo beneficiadas 1.224 famílias, em 14.852,63 hectares, transformados em espaços da reforma agrária (Tabela 09 e Gráficos 03 e 04)¹². No entanto, neste sentido, convém esclarecer que nem todos esses assentamentos possuem uma direta relação com a atuação política do movimento sem-terra nessa região (MDA; INCRA, 2012).

¹²Observa-se também durante esse período a criação pelo ITESP, em 2000, do PE Horto Silvânia, no município de Matão, em área de 405,40 hectares e com 19 famílias assentadas. Contudo, esse projeto não foi inserido entre os assentamentos criados pós-territorialização do MST na Região de Ribeirão, pois se encontra localizado na Região de Araraquara.

Tabela 8 – Ocupações de Terras Lideradas pelo MST na Região de Ribeirão Preto/SP (1998-2012).

| Data | Área Ocupada | Município | Acampamento | Famílias |
|-------------|------------------------|----------------------|---------------------|-----------------|
| 01/01/1998 | Fazenda Boa Sorte | Restinga | Boa Sorte | 150 |
| 18/12/1999 | Fazenda Bocaina | Matão | D. Hélder Câmara | 1200 |
| -- /03/2000 | Fazenda Santa Avóia II | Barretos | D. Hélder Câmara | 122 |
| 17/04/2000 | Fazenda Santa Clara | Serra Azul | Sepé Tiarajú | 100 |
| 18/04/2000 | Fazenda Queixada | Barretos | D. Hélder Câmara | 350 |
| -- /04/2003 | Sítio Braghetto | Ribeirão Preto | Mário Lago | 265 |
| 03/08/2003 | Fazenda da Barra | Ribeirão Preto | Mário Lago | 265 |
| 20/08/2003 | Sítio Braghetto | Ribeirão Preto | Mário Lago | 100 |
| 07/11/2003 | Fazenda Santa Clara | Serra Azul | Sepé Tiarajú | 24 |
| -- /02/2004 | Fazenda da Barra | Ribeirão Preto | Mário Lago | 265 |
| 28/03/2004 | Fazenda da Barra | Ribeirão Preto | Mário Lago | 265 |
| 19/06/2004 | Área da Fundação Casa | Batatais | Saete Strozake | 84 |
| 20/07/2004 | Fazenda da Barra | Ribeirão Preto | Mário Lago | 265 |
| 21/09/2004 | Fazenda da Barra | Ribeirão Preto | Mário Lago | 314 |
| -- /01/2005 | Área da Fundação Casa | Batatais | Saete Strozake | 84 |
| 11/03/2006 | Fazenda Santa Maria | Cravinhos | - | 200 |
| -- /06/2007 | Área da FEPASA | Orlândia | Aparecida Segura | 60 |
| 23/07/2007 | Fazenda São João | Ribeirão Preto | Antonio Gramsci | 150 |
| 15/11/2007 | Área da Fundação Casa | Batatais | Saete Strozake | 150 |
| 22/05/2008 | Fazenda Bocaina | Serra Azul | Alexandra Kollontai | 60 |
| 04/06/2008 | Fazenda Santa Clara | Serra Azul | Alexandra Kollontai | 150 |
| 22/08/2008 | Fazenda Martinópolis | Serrana | Alexandra Kollontai | 150 |
| 06/12/2008 | Fazenda Santa Clara | Serra Azul | Alexandra Kollontai | 150 |
| 06/12/2008 | Fazenda Martinópolis | Serrana | Alexandra Kollontai | 60 |
| 28/04/2009 | Fazenda Martinópolis | Serrana | Alexandra Kollontai | 20 |
| 01/05/2009 | Fazenda Martinópolis | Serrana | Alexandra Kollontai | 100 |
| 11/06/2009 | Fazenda Martinópolis | Serrana | Alexandra Kollontai | 100 |
| 27/06/2009 | Fazenda Santo Antônio | Vista Alegre do Alto | - | 20 |
| 22/12/2010 | Área da FEPASA | Orlândia | Aparecida Segura | 60 |
| 05/01/2011 | Fazenda Martinópolis | Serrana | Alexandra Kollontai | 300 |
| 14/04/2011 | Área da FEPASA | Orlândia | Aparecida Segura | 30 |
| 11/02/2012 | Fazenda Martinópolis | Serrana | Alexandra Kollontai | 200 |
| 16/02/2012 | Fazenda Martinópolis | Serrana | Alexandra Kollontai | 135 |
| 28/02/2012 | Área da FEPASA | Sales de Oliveira | Aparecida Segura | 200 |
| 09/05/2012 | Fazenda Magalhães | Pradópolis | Aparecida Segura | 97 |
| 21/05/2012 | Fazenda Magalhães | Pradópolis | Aparecida Segura | 82 |
| 13/08/2012 | Fazenda Magalhães | Pradópolis | Aparecida Segura | 40 |

Org: Dorival Borelli Filho (2012)¹³

¹³Os dados para a composição desta tabela foram parcialmente extraídos da base de dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Tabela 9 – Assentamentos Rurais Criados na Região de Ribeirão Preto/SP (1998-2012)

| Município | Assentamento | Criação | Área | Domínio | Fam. | Liderança |
|------------------|---------------------|----------------|------------------|----------------|--------------|------------------|
| Colômbia | PA Perdizes | 10/11/98 | 1.506,17 | INCRA | 35 | FERAESP |
| Colômbia | PA Formiga | 10/11/98 | 1.063,39 | INCRA | 59 | FERAESP |
| Restinga | PE Boa Sorte | 10/12/99 | 2.979,07 | ITESP | 154 | MST |
| Bebedouro | PE Reage Brasil | 27/12/00 | 1.296,30 | ITESP | 80 | FERAESP |
| Pitangueiras | PE Ibitiúva | 27/12/00 | 725,01 | ITESP | 38 | FERAESP |
| Pradópolis | PE Guarany | 27/12/00 | 4.190,22 | ITESP | 252 | FERAESP |
| Jaboticabal | PA Córrego Rico | 05/11/01 | 467,18 | ITESP | 47 | FERAESP |
| Serra Azul | PDS Sepé Tiarajú | 20/09/04 | 798,00 | INCRA | 79 | MST |
| Ribeirão Preto | PDS da Barra | 20/06/07 | 1.548,48 | INCRA | 440 | MST |
| Batatais | PE Nossa Terra | 03/11/08 | 239,76 | ITESP | 30 | MST |
| Orlândia | PA Orlândia | 31/03/09 | 39,05 | INCRA | 10 | MST |
| Total | 11 | - | 14.852,63 | - | 1.130 | - |

Fonte: Adaptado de MDA; INCRA, 2012.

A análise conjunta dos gráficos a seguir indica uma assimetria entre o número de famílias assentadas e hectares arrecadados, notadamente, no ano de 2007, revelando ainda que não ocorrem processos de criação de novos projetos de assentamento rurais nesta espacialidade nos anos de 2002, 2003, 2005, 2006, caracterizando-se como uma política pública paralisada a partir de 2010. Em 2007, registra-se o maior número de famílias assentadas (440), com a criação de um único assentamento, o PDS – Fazenda da Barra, o que, por sua vez, não corresponde ao ano com o maior número de hectares arrecadados para o programa, 2000, período em que foram assentadas 370 famílias na região, com a criação de três assentamentos (PE Reage Brasil, PE Ibitiúva e PE Guarany).

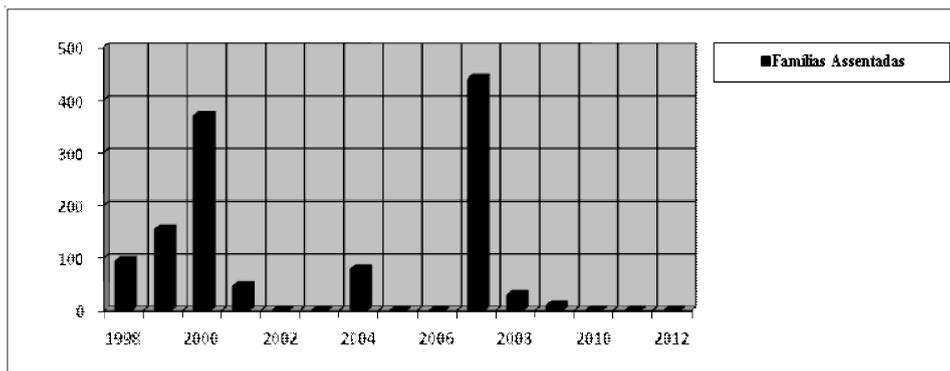


Gráfico 3 – Número de Famílias Assentadas na Região de Ribeirão Preto/SP (1998-2012)

Fonte: MDA; INCRA, 2012; Org.: Dorival Borelli Filho (2012).

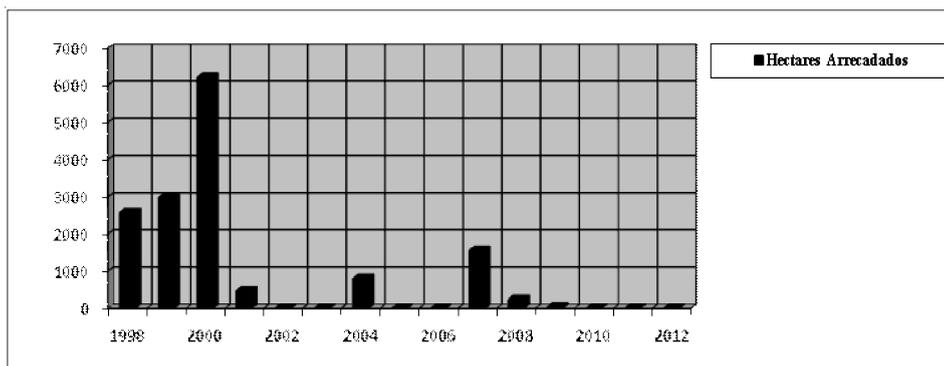


Gráfico 4 – Áreas Arrecadadas para a Reforma Agrária na Região de Ribeirão Preto/SP (1998-2012)

Fonte: MDA; INCRA, 2012; Org.: Dorival Borelli Filho (2012)

A intensidade das ocupações de terras promovidas pelo MST na Região de Ribeirão Preto sofreu um revés considerável no ano de 2001, muito provavelmente em razão da publicação da Medida Provisória 2109-52, de autoria do então Presidente Fernando Henrique Cardoso, que, por sua vez, criminalizou a luta pela terra no país, ao desautorizar o INCRA a realizar vistorias em áreas ocupadas

pelos movimentos sociais camponeses¹⁴. Ainda sobre as ocupações lideradas pelo movimento sem-terra nesta espacialidade, convém destacar que a periodicidades destas ocupações também sofreu um declínio nos anos de 2002, 2006 e 2010, que, justamente, coincidem com anos da corrida eleitoral à Presidência da República, retornando em maior intensidade nos anos subsequentes, o que sugere um atrelamento entre o movimento e os Governos Populares (Gráfico 5).

Os maiores registros de famílias em ocupações de terra correspondem aos anos de 1999, quando o MST ocupou a Fazenda Bocaina, no município de Matão, com um número superestimado de 1.200 famílias, instalando o acampamento Dom Hélder Câmara, logo no início do processo de espacialização do movimento na Região de Ribeirão Preto, e ao ano de 2004, quando o MST ocupou com o acampamento Mário Lago, em quatro oportunidades, a Fazenda da Barra, em Ribeirão Preto, com, aproximadamente, 265 famílias envolvidas em cada processo de ocupação e uma área pertencente à Fundação Casa, em Batatais, instalado o acampamento Salete Strozake com 84 famílias, números que totalizam 1.193 famílias em processos de ocupação neste período. Destoando da perspectiva de análise, em 2007, registra-se um número superior de famílias assentadas (440) com relação ao número de famílias acampadas (360), momento que corresponde à criação pelo INCRA do PDS – Fazenda da Barra, em Ribeirão Preto.

¹⁴A fim de viabilizar sua política de reforma agrária, Fernando Henrique Cardoso publicou duas medidas provisórias: a primeira determinava o não assentamento de famílias de trabalhadores rurais que tivessem participado de ocupações de terras e a segunda dizia respeito a não vistoria das terras pelo período de dois anos quando ocupadas uma vez e por quatro anos, quando ocupadas mais de uma vez (FERNANDES, 2003).

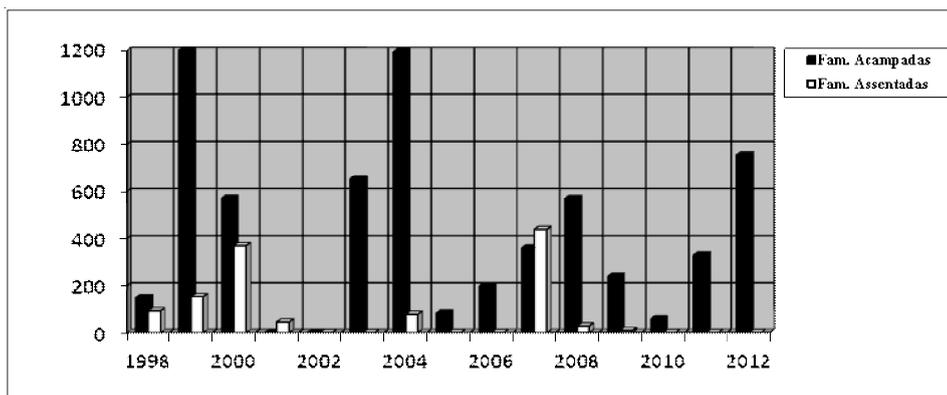


Gráfico 5 – Famílias Acampadas e Assentadas na Região de Ribeirão Preto/ SP (1998-2012)

Fonte: MDA; INCRA, 2012; Org.: Dorival Borelli Filho (2012).

Atingindo algumas conquistas territoriais entre os anos de 1998 e 2009, com o reconhecimento das terras da Fazenda Boa Sorte (Restinga), com a arrecadação da Fazenda Santa Clara (Serrana/Serra Azul) e com a desapropriação da Fazenda da Barra (Ribeirão Preto), que totalizam 5.604,36 hectares arrecadados para a reforma agrária na Região de Ribeirão Preto e um contingente de 713 famílias de trabalhadores rurais assentados, o ritmo da criação de novos projetos de assentamentos rurais nessa região vem declinando, fenômeno observado, especialmente, após os anos de 2008-09, com a criação dos projetos Nossa Terra (Batatais) e o PA Orândia (Orândia). Neste sentido, o movimento sem-terra não vem obtendo grandes êxitos em suas reivindicações de novas áreas para fins de reforma agrária, o que pode ser observado no quadro a seguir (Tabela 10).

Tabela 10 – Áreas Reivindicadas pelo MST na Região de Ribeirão Preto/SP (1998-2012)

| Ano | Município | Propriedade | Área (ha) |
|------|----------------------|-----------------------------|-----------|
| 1998 | Restinga | Fazenda Boa Sorte | 2.979,07 |
| 1999 | Matão | Fazenda Bocaina | 1.000,00 |
| 2000 | Barretos | Fazenda Santa Avóia II | 1.270,43 |
| | Serrana/Serra Azul | Fazenda Santa Clara | 797,74 |
| | Barretos | Fazenda Queixada | - |
| 2003 | Ribeirão Preto | Fazenda da Barra | 1.548,48 |
| | Serrana/Serra Azul | Fazenda Santa Clara | 797,74 |
| 2004 | Ribeirão Preto | Fazenda da Barra | 1.548,48 |
| | Batatais | Área da Fundação Casa | 56,90 |
| 2005 | Batatais | Área da Fundação Casa | 56,90 |
| 2006 | Cravinhos | Fazenda Santa Maria | 1.250,00 |
| 2007 | Ribeirão Preto | Fazenda São João | 500,00 |
| | Batatais | Área da Fundação Casa | 56,90 |
| | Orlândia | Área da FEPASA | - |
| 2008 | Serra Azul | Fazenda Bocaina | 200,00 |
| | Serra Azul | Área da Fazenda Santa Clara | - |
| | Serrana | Fazenda Martinópolis | 1.817,00 |
| 2009 | Serrana | Fazenda Martinópolis | 1.817,00 |
| | Vista Alegre do Alto | Fazenda Santo Antônio | - |
| 2010 | Orlândia | Área da FEPASA | - |
| 2011 | Serrana | Fazenda Martinópolis | 1.817,00 |
| | Orlândia | Área da FEPASA | - |
| 2012 | Serrana | Fazenda Martinópolis | 1.817,00 |
| | Sales de Oliveira | Área da FEPASA | - |
| | Pradópolis | Fazenda Magalhães | 254,00 |

Org: Dorival Borelli Filho (2012).

A partir do seu processo de espacialização e territorialização o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) conseguiu estabelecer seis estruturas sócio-espaciais na Região de Ribeirão Preto, além dos acampamentos Alexandra Kollontai, localizado em Serrana e com 250 famílias acampadas e Aparecida Segura (Orlândia), com cerca de 50 famílias: o Centro de Formação Sócio Agrícola Dom Hélder Câmara (Ribeirão Preto); o PE Boa Sorte (Restinga); o PDS Sepé Tiarajú (Serra Azul); o PDS Mário Lago (Ribeirão Preto); o PE Nossa Terra (Batatais) e o PA Orlândia (Orlândia). Esquemáticamente, as estruturas sócio-espaciais engendradas pelo movimento sem-terra na região podem ser representadas da seguinte maneira (Figura 1):

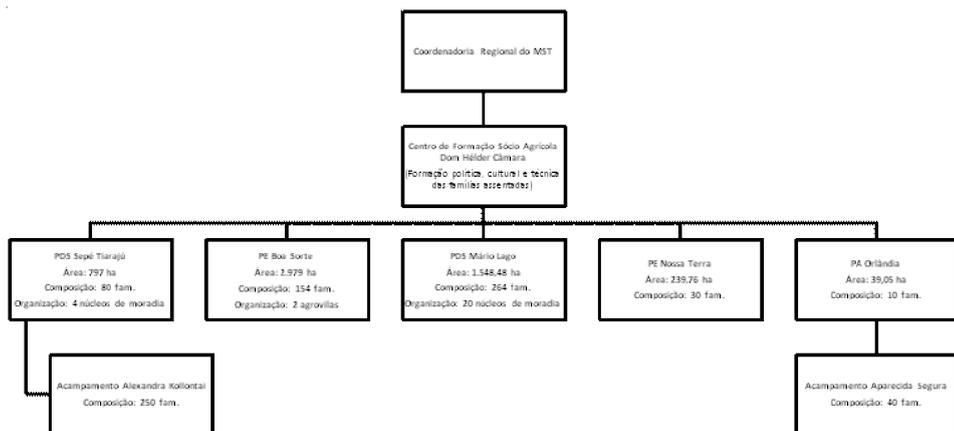


Figura 1 – Organograma da Estrutura Regional do MST
Org.: Dorival Borelli Filho (2012).

Considerações Finais

Ao término deste estudo convém ainda considerar que para a efetivação do processo de espacialização e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na Região de Ribeirão Preto, tornou-se imprescindível o desenvolvimento de uma estrutura organizativa constituída por uma coordenação regional do movimento, centro de formação política, setores de atividades, núcleos de base, além do intensivo trabalho de base realizado nas periferias urbanas da região.

Neste sentido, podemos acrescentar o estabelecimento de uma ação política como estratégia de disputa espacial pelo território, que se estabelece na articulação com os agentes sócio-políticos locais: setores progressistas da Igreja Católica (Comissão Pastoral da Terra), entidades de classe, mas, especialmente, o posicionamento do Ministério Público Estadual (que não se comportou meramente como um agente processual, mas como um ator político signatário) e nos processos de ocupação das sedes das instâncias governamentais (Prefeitura, INCRA, ITESP), nos debates realizados nas periferias urbanas e paralisações nas rodovias como mecanismos de popularização da luta, objetivando a ocupação de latifúndios improdutivos pertencentes ao agronegócio local e terras públicas utilizadas irregularmente pela agroindústria canavieira.

Finalmente, o processo de territorialização do movimento sem-terra nesta espacialidade pode ser compreendido como a quebra do monopólio da

propriedade privada exercido pelo capital agroindustrial, mas, sobretudo do ideário de desenvolvimento e forma de reprodução social capitalista postulado por este setor da economia, introduzindo novas lógicas de ação política, de sociabilidade e resistência, novas leituras sobre o papel do Estado, bem como novos território e territorialidades a partir da consolidação dos projetos de assentamentos de reforma agrária na Região de Ribeirão Preto.

Referências

ALBUQUERQUE, V. O. **Derrubando cercas, conquistando o chão**: a luta dos assentados da fazenda Boa Sorte. 2000. 104 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Serviço Social) – UNESP, Franca, 2000.

ALY JÚNIOR, O. Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS's) e os Desafios na Construção de Novas Políticas de Assentamento. **Retratos de Assentamentos**. Araraquara/SP, v. 14, n.º. 2, p. 283-303, 2011.

BELLENTANI, N. F. **Indicadores de desenvolvimento humano no campo e na cidade – Ribeirão Preto, SP**. 2010. 197 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente/SP, 2010.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto de 21 de Dezembro de 1999. Declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado "Fazenda Santa Avóia II", situado no Município de Barretos, Estado de São Paulo, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 1999.

CARVALHO, T. A. Os Trabalhadores do setor sucroalcooleiro. **Revista PUC Viva**, n.º. 33, out. 2008.

CAVALCANTE, M.; FERNANDES, B. M. Territorialização do agronegócio e concentração fundiária. **Revista NERA**. Presidente Prudente, ano 11, n.º. 13, p. 16-25, jul./dez. 2008.

FAO. Bioenergy and Food Security: The BEFS Analytical Framework.

Environment and Natural Resources Management Series, nº. 16, Roma, 2010.

FERNANDES, B. M. O MST e os desafios para a realização da reforma agrária no governo Lula. **OSAL**. Buenos Aires, ano IV, nº. 11, pp. 31-40, maio/ago. 2003.

GONÇALVES, J. C.; SCOPINHO, R. A. Desenvolvimento Rural Sustentável: Um Estudo de Caso sobre as Perspectivas de Sustentabilidade Agroambiental num Assentamento de Reforma Agrária na Região Nordeste do Estado de São Paulo. In: II SIMPÓSIO DE PESQUISA DE PÓS-GRADUANDOS EM SOCIOLOGIA DA USP, UNICAMP, UFSCar, UFRJ e UNESP, **Anais**, 2009, São Paulo.

GRAZIANO, F. Barril de Pólvora. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, dez. 2004.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em: 21/04/2012.

IEA. Instituto de Economia Agrícola. **Valor de Terra Nua**. Disponível em: http://ciagri.iea.sp.gov.br/nial/precors.aspx?cod_tipo=1&cod_sis=8. Acesso em: 21/04/2013.

IEA. Instituto de Economia Agrícola. **Estatísticas de Produção da Agropecuária Paulista**. Disponível em: http://ciagri.iea.sp.gov.br/nia1/subjetiva.aspx?cod_sis=1&idioma=1. Acesso em: 01/05/2013.

INPE. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. **Canasat** – monitoramento da cana-de-açúcar via imagens de satélite. Mapa do Cultivo. Dados do Estado de São Paulo. Disponível em: <http://www.dsr.inpe.br/laf/canasat/cultivo.html>. Acesso em: 16/06/2012.

INPE. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. **Canasat** – monitoramento da cana-de-açúcar via imagens de satélite. Mapa do Cultivo. Dados do Município de Ribeirão Preto (SP). Disponível em: <http://www.dsr.inpe.br/laf/canasat/cultivo.html>. Acesso em: 16/06/2012.

ITESP. Instituto de Terras do Estado de São Paulo. **Assentamentos – Situação Quanto à Localização Municipal**. São Paulo, 2007.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário; INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento. Coordenação-Geral de Implantação. **Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação**. 2012.

OLIVEIRA, A. U. **A geografia e os movimentos sociais**. São Paulo: USP (digitado), 2007.

OLIVETTE, M. P. A.; CAMARGO, F. P. de. Concentração Fundiária no Estado de São Paulo, 1996-2008. **Informações Econômicas**. São Paulo, v.39, n.6, jun./2009.

RAMOS, D. A. R. **Território e indústria**: as empresas metalomecânicas em Sertãozinho. 136 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Presidente Prudente/SP, 2008.

SILVA, M. A. de M.. Trabalho e Trabalhadores na Região do "Mar de Cana e do Rio de Álcool". **Agrária**. São Paulo, nº. 2, p. 2-39, 2005.

SILVA, M. A. de M. Mortes e acidentes nas profundezas do 'mar de cana' e dos laranjais paulistas. **InterfacEHS**. São Paulo, v.3, nº. 2, p. 1-31, abr./ago, 2008.

SOUZA, J. G. de; PERES, R. T. Commodities e água: fundamentos ambientais da questão agrária. *In: XVII ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS*, **Anais**, Belo Horizonte (MG), 2012.

SOUZA, J. G. de. Apresentação. **Estudos Geográficos**, Rio Claro, v. 9, nº. 2, p. 1-4, jul./dez. 2011. Disponível em: <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>. Acesso em: 01/05/2013.

SPAROVEK, G. *et al.* Environmental, land-use and economic implications of

Brazilian sugarcane expansion 1996-2006. *Mitigation and Adaptation Strategies for Global Change*, v. 14, p. 285-298, 2009.

TEIXEIRA, A. C. H. et al. Do Romper da Cerca ao Acesso a Terra: resgate e registro dos caminhos percorridos pelas famílias pioneiras da Comunidade Agrária 21 de Dezembro, Descalvado-SP. *Retratos de Assentamentos*. Araraquara, v. 14, nº. 1, p. 197-217, 2011.

TONETTO, S. M. **Clamores da luta pela terra**: Igreja e trabalhadores na busca da transformação social. Tese (Doutorado em Serviço Social) – UNESP, Franca, 2007.

ÚNICA. União da Agroindústria Canavieira de São Paulo. Departamento de Economia e Estatística. **Licenciamento anual de autoveículos novos no Brasil (ciclo Otto) por tipo de combustível**. 2013. Disponível em: www.unica.com.br/unicadata. Acesso em: 31/07/2013.

Agradecimento

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo financiamento desta pesquisa.

POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL E O CASO DA MICRORREGIÃO DE ANDRADINA-SP

*Murilo Didonet de Moraes¹
Flaviana Cavalcanti da Silva²
Douglas de Araújo Gonzaga³
Antonio Lázaro Sant'Ana⁴*

Resumo: As discussões referentes aos serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER) se intensificaram após a formulação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER). Sendo assim, este trabalho visa fornecer subsídios teóricos para a análise das implicações da PNATER e promover reflexões acerca das ações de ATER praticadas na Microrregião de Andradina-SP. A PNATER é fruto de esforços de movimentos sociais, do reconhecimento do potencial da agricultura familiar e da carência de ações governamentais voltadas para este segmento social. Entretanto, para que o avanço representado por sua criação e a sua institucionalização legal não se limite ao

¹Engenheiro Agrônomo, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Agronomia pela Universidade Estadual Paulista – Unesp, Campus de Ilha Solteira-SP. E-mail: murilonx@hotmail.com

²Mestre em Agronomia, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Agronomia pela Universidade Estadual Paulista – Unesp, Campus de Ilha Solteira-SP. E-mail: flaviana_cavalcanti@hotmail.com

³Engenheiro Agrônomo, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Agronomia pela Universidade Estadual Paulista – Unesp, Campus de Ilha Solteira-SP. E-mail: dousgonzaga@gmail.com

⁴Professor Doutor em Sociologia do Departamento de Fitotecnia, Tecnologia de Alimento e Socioeconomia da Universidade Estadual Paulista – Unesp, Campus de Ilha Solteira-SP. E-mail: lazaro@agr.feis.unesp.br

campo teórico, ainda são necessárias inúmeras ações locais e efetivas. Os aspectos levantados neste trabalho (processos de formação descontínuos, profissionais voltados exclusivamente para as formas convencionais de produção e baixa qualidade ou nulidade do serviço de ATER) indicam a necessidade de mudanças imediatas, a fim de se superar as limitações dos serviços prestados aos agricultores familiares da Microrregião. Por fim, espera-se que os resultados aqui apresentados auxiliem na formulação de estratégias pautadas nas diretrizes da PNATER, pois a manifestação das potencialidades da agricultura familiar dependem de tais mudanças.

Palavras-chave: Extensão rural; Agricultura familiar; política pública.

***Abstract:** Discussions regarding the technical assistance and rural extension services (ATER) were intensified after the formulation of the National Policy of Technical Assistance and Rural Extension (PNATER). Thus, this work aims to provide theoretical basis to the analysis of the implications of PNATER and to promote reflections about ATER actions practiced in Microregion of Andradina- SP, Brazil. The PNATER is the result of efforts of social movements, the recognition of the potential of family farming and the lack of governmental actions directed to this segment of society. However, in order that the advance represented by its creation and institutionalization would not be limited to the theoretical field, many local and effective actions are still required. The issues raised in this study (discontinuous training processes, professionals directed exclusively to conventional ways of production and low quality or the nullity of ATER service) indicate the need of immediate changes in order to overcome limitations of services provided to family farmers of the Microregion. Finally, it is expected that the results here presented assist in formulating strategies based on the guidelines of PNATER, considering that the manifestation of the potentials of family farm rely on such changes.*

Keywords: Rural extension; Family farming; Public policy.

Introdução

Nas últimas décadas, tem-se observado o crescimento exponencial da população mundial concomitante ao aumento na demanda por alimentos. Além disso, a escassez cada vez maior de recursos naturais indispensáveis para a manutenção da agricultura, só aumenta a pressão na busca por alternativas que

impulsionem o desenvolvimento da agropecuária, com o desafio de fazê-lo de uma maneira que seja sustentável (BALSAN, 2006; PEIXOTO, 2009).

Durante o século XX, surgiu, em vários países, uma numerosa gama de políticas públicas que buscavam a ascensão do desenvolvimento tecnológico da agropecuária. No Brasil, segundo Mielitz Netto et al. (2010), o foco das ações políticas para a agricultura no decorrer das décadas de 1960 e 1970 eram os subsídios e o acesso ao crédito com o intuito de facilitar a compra de equipamentos e máquinas agrícolas.

De acordo com Moraes et al. (2011), os métodos ou mecanismos de extensão, responsáveis por fazer com que todo o conhecimento gerado nas instituições de pesquisa chegue até os produtores rurais, carecem de maior importância nos estudos que abarcam os processos de transformação da agricultura brasileira.

Os serviços públicos de assistência técnica e extensão rural (ATER) ao redor do mundo está sendo forçado a se adaptar às novas mudanças do setor agrícola (RIVERA & ALEX, 2004). No Brasil, as mudanças referentes aos serviços de ATER se intensificaram após a formulação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), em 2010.

Peixoto (2008) afirma que as ações de extensão rural no Brasil já foram institucionalizadas há mais de 50 anos e que esse é um tema que está em constante discussão. Entretanto, existe uma carência de estudos no que se refere a regulação e a implementação prática dessa atividade.

A partir desta premissa, esta revisão tem como objetivo fazer uma discussão geral e concisa acerca da PNATER, bem como indicar alguns aspectos que permitem mostrar como está sendo conduzida a assistência técnica e extensão rural na microrregião de Andradina-SP.

Conceito de extensão rural

A definição do que pode ser considerada ATER é um assunto bastante discutido e existem numerosos trabalhos que abordam este conceito a partir das mais variadas perspectivas teóricas. Como este trabalho não tem o intuito de fazer uma revisão exaustiva dos mais diversos conceitos acerca da ATER, destacamos as principais correntes que definem este complexo termo.

Alex et al. (2002) ao conceituarem assistência técnica afirmam que esta ocorre quando os produtores tomam a iniciativa de identificar problemas e introduzir inovações, pois a partir daí, a extensão assume uma função restrita de assistência. Nesse caso, cabe ao agente acompanhar o produtor, trazendo experiências de outros produtores e lugares, da pesquisa e de análises políticas para resolver o

problema. Geralmente, os serviços de assistência técnica são mais relevantes aos produtores que possuem um alto grau de sofisticação ou que estão associados às cadeias produtivas altamente tecnificadas.

Na visão de Peixoto (2008), o termo extensão rural pode ser conceituado de três maneiras: como um processo, uma instituição e uma política. A extensão rural vista como um processo, num sentido literal, significaria o ato de estender ou transmitir o conhecimento de uma fonte geradora até o receptor final (produtor rural). Todavia, em um sentido amplo e atualmente mais aceito, a extensão rural pode ser entendida como um processo educativo de comunicação de conhecimentos de qualquer natureza. Como instituição, a extensão rural refere-se às entidades ou organizações públicas prestadoras de serviços de ATER nos estados. Por fim, o termo extensão rural também pode ser visto como uma política pública, sendo que neste caso referimo-nos às políticas de extensão rural, traçadas pelos governos (federal, estaduais ou municipais) ao longo do tempo, através de dispositivos legais ou programáticos, mas que podem ser executadas por organizações públicas e/ou privadas.

Histórico da ATER no Brasil

Normalmente, os estudos que procuram descrever o histórico da ATER no Brasil tendem a estabelecer como ponto de partida o ano de 1948, data em que foi criada a primeira Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR) em Minas Gerais. Entretanto, Peixoto (2008; 2009), partindo dos registros do Sistema de Informações do Congresso Nacional (SICON), mostrou que, ao menos do ponto de vista da legislação, as ações de ATER já existiam como atributos legitimamente instituídos.

Os registros federais apontam que na legislação de meados do século XIX, já existiam algumas ações, embora ainda rústicas e muito tímidas, de extensão rural. Essas ações se pautaram na criação de quatro institutos imperiais de agricultura (Baiano, Pernambucano, Sergipano e o Fluminense) que possuíam atribuições de ensino, pesquisa e difusão de informações (PEIXOTO, 2008).

Outro dispositivo legal que tinha o intuito de estabelecer atividades de extensão rural no Brasil foi o Decreto-Lei nº 7.449 de 1945, o qual recomendava a organização dos produtores rurais, a fim de obrigar cada município a possuir uma associação rural, para que estas funcionassem como órgãos técnicos e consultivos do governo federal. Essa ação promoveu reflexos nas décadas de 1950 e 1960, por meio da institucionalização efetiva de um serviço de ATER no País, a partir da criação nos estados das Acar's, coordenadas pela Associação

Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR) (PEIXOTO, 2009).

No decorrer das décadas de 1950 e 1960, os acréscimos advindos dos conhecimentos da ciência e da tecnologia no campo ainda eram muito escassos. Além disso, os recursos destinados à pesquisa agropecuária eram ínfimos, tendo em vista que o foco não era priorizar o aumento da produtividade, mas sim expandir as fronteiras agrícolas (SOUSA, 1987).

Apesar de já existirem alguns centros de geração de conhecimentos importantes (Instituto Agrônômico de Campinas – IAC, Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" – ESALQ e Universidade Federal de Viçosa – UFRV), o País não possuía uma massa crítica de pesquisadores que garantisse um fluxo estável e razoável de produção de conhecimentos científicos e tecnológicos capazes de ser incorporados no campo (SOUSA, 1987).

O final da década de 1960 e início da de 1970 são caracterizados por um novo período de crescimento econômico brasileiro, marcado pela ascensão do processo de urbanização e crescimento do emprego não agrícola. É nesse período também que começa a se consolidar o que veio a se denominar Complexo Agroindustrial Brasileiro, graças a três mudanças na base técnica da agricultura: 1) Fechamento das fronteiras agrícolas nas regiões urbanizadas; 2) Criação do Sistema Nacional de Crédito Rural; 3) Integração da agricultura com a indústria tanto à jusante quanto à montante (SOUSA, 1987; HOUTZAGER, 2004).

Com essa nova configuração da agricultura brasileira impulsionada por uma política governamental de aumento da produtividade agrícola, na qual o crédito rural farto e a juros irrisórios adquiriu o papel de protagonista do processo, tornou-se fundamental a ação desempenhada pelas agências de pesquisa e extensão rural. Partindo dessa premissa, em 1972 e 1974, foram criadas a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), respectivamente, sendo que a última veio em substituição a ABCAR (SOUSA, 1987; HOUTZAGER, 2004).

Durante todo o período destacado acima, a lógica que balizava as ações de extensão rural utilizadas no Brasil era o difusionismo. Rogers (1995), um dos principais precursores do difusionismo, explica essa linha de pensamento a partir da elucidação de quatro elementos chave: a inovação, a comunicação, o tempo e o sistema social. A inovação é o conhecimento ou a tecnologia que é produzido pelos centros de pesquisa e que para uma determinada comunidade é tido como novo. A comunicação se refere ao tratamento ou manipulação que a inovação recebe para chegar até o público alvo de maneira clara e eficaz. O tempo é

definido pelo autor como um intervalo que compreende desde a geração da inovação até adoção ou não por parte do público alvo. Por fim, o sistema social corresponde ao meio no qual a inovação será difundida.

Dentro da perspectiva difusionista, a fase de geração da inovação era desconsiderada: persistia a crença de que tudo que era gerado pela pesquisa era bom para os produtores. A concepção da difusão é essencialmente vertical, autoritária, unilateral e recepcionista, ou seja, os usuários são simples receptores de informação. Nesse âmbito, a difusão de uma inovação é vista como uma difusão de qualquer informação que leve a uma mudança individual das atitudes e comportamentos (THIOLLENT, 1984; SOUSA, 1988; ROGERS, 1995).

A partir do final da década de 1970, a noção de difusão de tecnologia passa por uma sensível evolução por meio do mecanismo de retroalimentação, que consiste no retorno de informações que tem a função de corrigir as estratégias de comunicação e de orientar o conteúdo da pesquisa (SOUSA, 1988).

No início da década de 1980, devido às críticas que tinham como alvo a falta de sustentabilidade ambiental e socioeconômica do padrão tecnológico do modelo modernizador adotado pelo Brasil, somadas ao reaparecimento do movimento ambientalista, começaram a ressurgir alguns conceitos relacionados à agricultura alternativa, sustentabilidade e ecodesenvolvimento (PEIXOTO, 2009). Paralelo a este processo, Lisita (2005) descreve que, devido ao fim do crédito agrícola subsidiado, a extensão rural começa a questionar a lógica dominante (difusionista) que pautava as ações de extensão rural no Brasil e inicia uma nova proposta de extensão rural. Em outras palavras, a extensão deixa de atuar como ponte entre a pesquisa e o produtor e assume um papel mais relevante em todas as demais fases do processo, a partir da construção de uma "consciência crítica" dos extensionistas.

Na nova proposta de extensão rural abordada no parágrafo anterior, a perspectiva progressista baseada na pedagogia da libertação desenvolvida por Freire (1983) passou a ser instrumento de ligação entre os extensionista e os produtores. A corrente defendida por Freire (1983), afirma que não é possível mudar as atitudes dos agricultores com uma simples comunicação técnica, devendo haver uma transmissão ou transferência do conhecimento de um sujeito ao outro, baseado na co-participação e no ato de compreender a "significação do significado", de maneira horizontal, onde todos aprendem e ensinam. A extensão aqui é vista como sinônimo de educação, comunicação e diálogo.

Na segunda metade da década de 1980, a extensão rural pública também foi atingida pela crise orçamentária e teve sua capacidade de ação cada vez mais

restringida. Não sendo suficientes os limites orçamentários impostos, o Governo Sarney extingue a Embrater em 1989. Contudo, a esfera extensionista buscou uma forma de reação e, apoiada pelos produtores rurais, realizou uma grande marcha em Brasília. Em contrapartida, o Congresso Nacional sustou a extinção da Embrater (PEIXOTO, 2009).

Como se não bastasse todo esse embróglio, a Embrater foi nova e definitivamente extinta em 1990 no primeiro dia do Governo Collor. A esfera extensionista não conseguiu articular-se e obter êxito para reverter a decisão do Governo junto ao Congresso Nacional, mas as instituições estaduais de ATER se articularam e criaram em 1990 a Associação Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (ASBRAER). Os anos seguintes à esses episódios foram de extrema desestruturação de todo o sistema oficial de ATER, provocando nos estados extinções, fusões, mudanças de regime jurídico e sucateamentos, com reflexos ainda visíveis nos dias atuais (PEIXOTO, 2009), pois várias instituições estaduais dependiam, em grande parte, de recursos federais que deixaram de ser repassados.

A década de 1990 também foi palco da criação uma nova categoria de análise: a do agricultor familiar, graças as ações do Movimento dos Sem-Terra (MST), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e do Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais. Essa nova categoria viria a influenciar as políticas públicas no restante dos anos 90, mediante a criação em 1996 do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Com a resolução, pelo menos em parte, dos problemas inerentes ao crédito agrícola, os movimentos sociais passaram a exigir com mais veemência um serviço de ATER público, gratuito e de qualidade (PEIXOTO, 2009).

Um trabalho desenvolvido por Guanzirolí e Cardim (2000) a partir de uma solicitação do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) ao Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO, demonstrou que:

O acesso a tecnologia apresenta grande variação tanto entre familiares e patronais quanto entre os agricultores de diferentes regiões, mesmo que de uma mesma categoria. Entre os familiares, apenas 16,7% utilizam assistência técnica, contra 43,5% entre os patronais. Entretanto, entre os familiares este percentual varia de 2,7% na região Nordeste a 47,2% na região Sul. Mesmo considerando as diferenças no interior da agricultura familiar nordestina, o número de agricultores com acesso a assistência técnica é muito pequeno (GUANZIROLI e CARDIM, 2000, p. 27-28).

Estes dados servem para atestar que, apesar do governo ter agido em outras frentes no decorrer da década de 1990 (intensificação das ações de implantação de assentamentos rurais, fortalecimento da categoria de agricultores familiares e criação do Pronaf), faltou dar uma maior atenção ao serviço público de ATER que ficou carente de incentivos financeiros, com ações políticas pontuais e pouco efetivas. Peixoto (2009) endossa essa conclusão ao afirmar que:

(...) a ATER pública sofreu com a extinção da Embrater e a redução dos orçamentos federal e estaduais destinados a estes serviços. A criação da Asbraer, em 1990, e do Dater, em 1994, bem como as atribuições legais ministeriais de apoio aos serviços de ATER não se traduziram em ações ou recursos financeiros que efetivamente recuperassem a importância e a capacidade de ação do setor extensionista (PEIXOTO, 2009, p. 55).

Um ato que demonstra a mudança de postura do governo e o início das atividades que visam o fomento às ações de ATER foi a aprovação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar em 2001, pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS) (PEIXOTO, 2009).

Além disso, a partir de um processo democrático, o MDA recolheu um conjunto de sugestões de mais de 100 entidades e mais de 500 pessoas, elaborando, com estes subsídios, a PNATER em 2003. A ampla participação dos setores interessados na sua construção, além de assegurar uma alta legitimidade sociopolítica, garantiu que a PNATER-2003 incorporasse mudanças que vinham sendo sugeridas havia anos (CAPORAL, 2011).

A operacionalização da PNATER em 2003 surge com o papel, segundo Caporal (2005), de fortalecer a agricultura familiar e ajudar o Brasil a construir um modelo de desenvolvimento rural sustentável, participativo e com vistas à preservação do meio ambiente.

A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural: diretrizes e objetivos

Em 11 de janeiro de 2010, o Presidente da República sancionou a Lei nº 12.188, que instituiu a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural bem como o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER, reformulando a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (BRASIL, 2010).

Como já discutido anteriormente, a PNATER-2003 foi implementada a partir de um amplo processo participativo de discussão e consulta à sociedade mediado pelo MDA. Segundo Caporal e Ramos (2006), de 2003 a 2006, foram estabelecidos convênios e contratos com mais de duas centenas de entidades – com destaque para as 27 organizações públicas estaduais de extensão – para a execução de ações de ATER baseadas nas diretrizes da PNATER. Ainda segundo os autores, o Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER) – órgão vinculado ao MDA – atuou como colaborador, promovendo centenas de eventos de capacitação de agricultores e técnicos em metodologias participativas, Agroecologia e tipos de agriculturas de base ecológica, entre outros.

Caporal (2011) salienta que ao longo do ano de 2009, ocorreu outro processo de debate sobre ATER, porém, desta vez, com reduzida ou quase nula participação da sociedade civil. Tratava-se da elaboração do Projeto de Lei nº 5.665/2009, que culminou posteriormente na Lei 12.188, sancionada pelo Presidente da República em 11 de janeiro de 2010. Neste processo, o termo Agroecologia foi excluído do conjunto das orientações. Contudo, por meio da intervenção da sociedade civil, durante o período que o projeto esteve em tramitação na Câmara de Deputados, adicionou-se uma recomendação minimamente orientada para o campo da Agroecologia. O autor comenta que a PNATER estabelecida em Lei, não condiz com a complexidade proposta na versão da PNATER de 2003 e, muito menos, se aproxima da perspectiva agroecológica, na medida em que somente trata dos sistemas de produção, não remetendo as multidimensões da sustentabilidade defendidas pelo campo da Agroecologia.

APNATER de 2010 tem como princípios: promover o desenvolvimento rural sustentável, visando à utilização de forma adequada dos recursos naturais e com a preservação do meio ambiente; fornecer de forma gratuita, com qualidade e de fácil acesso os serviços de assistência técnica e extensão rural com exclusividade aos agricultores familiares, assentados por programas de reforma agrária, extrativistas, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e aqüiculturas, povos da floresta, seringueiros, e outros públicos definidos como beneficiários dos programas do MDA/SAF; adotar para tal serviço a metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, com o objetivo de promover a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública; valer-se dos princípios da agricultura de base ecológica que buscam gerar o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis, tendo como norteador a busca pela equidade nas relações de gênero, geração, raça e

etnia; e ainda contribuir para a segurança e soberania alimentar e nutricional das populações alvo (BRASIL, 2010).

Dias (2008) afirma que a PNATER é uma política pública inovadora, entre outros motivos, porque ela propõe alterações nos princípios e instituições estabelecidos ao longo da história, defendidos por uma categoria profissional organizada como corporação.

Em linhas gerais os principais objetivos da PNATER são: promover o desenvolvimento rural sustentável por meio dos princípios agrícolas ecológicos; fortalecer a agricultura familiar e desta forma proporcionar uma melhoria na qualidade de vida da população assistida; desenvolver ações voltadas ao uso, manejo, proteção, conservação e recuperação dos recursos naturais, dos agroecossistemas e da biodiversidade a partir do conhecimento científico, empírico e tradicional; proporcionar o desenvolvimento das potencialidades econômicas regionais, auxiliando a organização das cadeias produtivas (BRASIL, 2010).

A Lei nº 12.188, que instituiu a PNATER, rege que as empresas responsáveis pela execução da Lei de ATER serão contratadas via MDA ou INCRA, podendo ser: instituições públicas estatais de ATER e/ou empresas de ATER, vinculadas ou conveniadas com o setor público; organizações de agricultores familiares que atuam em ATER; cooperativas de técnicos e de agricultores que executam atividades em ATER e ainda entidades que atuam com pedagogia de alternância e que executam atividades de ATER (BRASIL, 2010).

A contratação das empresas responsáveis pela ATER as populações alvo será por meio de chamada pública, sendo que as mesmas devem cumprir as seguintes exigências:

- a) Estar legalmente constituída há pelo menos cinco anos desenvolvendo atividades ligadas a ATER;
- b) Apresentar área de atuação geograficamente definida no estado em que solicitar o credenciamento;
- c) Equipe Técnica Multidisciplinar; Possuir experiência comprovada em ATER por no mínimo 2 (dois) anos a partir de 2005;
- d) Dispor de espaço físico definido, de meios de transporte e equipamentos de informática adequados a prestação de serviços de ATER;
- e) Possuir comprovada avaliação de pessoas jurídicas, ou de grupos de no mínimo 10 (dez) pessoas físicas, que atestem ter recebido serviços de assistência técnica e extensão rural da entidade solicitante por mais de dois anos, ininterruptos ou não, nos últimos cinco anos (BRASIL, 2012, p. 9-10).

Agricultura familiar e ATER na Microrregião de Andradina-SP

Localizada no noroeste paulista, a Microrregião de Andradina, pertence à mesorregião de Araçatuba e é constituída por onze municípios: Andradina, Castilho, Guaraçaí, Ilha Solteira, Itapura, Mirandópolis, Murutinga do Sul, Nova Independência, Pereira Barreto, SudMenucci e Suzanápolis.

Segundo dados do Censo Agropecuário de 2006, os estabelecimentos agropecuários pertencentes ao segmento da agricultura familiar somam 78,68% do total de estabelecimentos agropecuários da Microrregião de Andradina e, em contrapartida, a área ocupada por estes não chega a 20% da área destinada ao setor agropecuário na Microrregião. Conforme destacam Silva et al. (2009), além da forte presença da agricultura familiar na região, estes dados expressam ainda o problema da concentração fundiária; problema este que nos últimos anos resultou em ações governamentais voltadas para a desconcentração da propriedade da terra, representadas principalmente pela criação de assentamentos rurais, impulsionada pela presença de movimentos sociais de luta pela terra na região. Em 2009 os assentamentos rurais somavam 36 projetos, com mais de 3.200 famílias assentadas, além dos projetos de reassentamentos da CESP (Companhia Energética de São Paulo) (INCRA, 2010).

Principais órgãos responsáveis pelo serviço de ATER na Microrregião de Andradina

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA

Vinculado ao MDA, o INCRA é responsável pela implementação da política de reforma agrária e realização do ordenamento fundiário nacional. Na Microrregião de Andradina, predominam assentamentos federais, cuja ações de ATER são de responsabilidade do INCRA. Atualmente, a COATER - Cooperativa de Assessoria Técnica e Extensão Rural é a entidade que realiza as ações de ATER nos assentamentos da Microrregião, uma vez que esta venceu a chamada pública voltada para a seleção de entidade executora de Assistência Técnica e Extensão Rural, promovida pela Superintendência Regional do INCRA no Estado de São Paulo.

Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo – ITESP

Entidade vinculada à Secretaria de Estado da Justiça e da Defesa da Cidadania de São Paulo, o ITESP é responsável pelo planejamento e execução das políticas agrárias, além do reconhecimento das Comunidades de Quilombos no estado de São Paulo. Dentre as atividades desenvolvidas pela Fundação, destaca-se a

prestação de assistência técnica, realizada em 174 assentamentos rurais (133 estaduais e 41 federais) distribuídos pelo estado, especialmente na região do Pontal do Paranapanema (FUNDAÇÃO ITESP, 2012).

Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – CATI

A CATI está vinculada à Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Governo do Estado de São Paulo. O órgão reúne 40 Escritórios de Desenvolvimento Rural (EDRs) que englobam as Casas de Agricultura municipais que estão presentes em todos os municípios paulistas. A CATI realiza prestação de serviços ligados a ATER e disponibiliza produtos aos agricultores e pecuaristas, por meio das Casas da Agricultura (CATI, 2012).

Microrregião de Andradina e a PNATER: alguns aspectos para reflexão

"A adoção dos princípios da agricultura de base ecológica como enfoque preferencial para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis" (MDA, 2012, p.1) nas ações de assistência técnica e extensão rural, que consta dentre os princípios da PNATER, infelizmente, ainda não é realidade para a grande maioria dos produtores familiares da Microrregião de Andradina.

Em estudo realizado por Silva et al. (2009) com produtores familiares da Microrregião, observou-se a preocupação dos agricultores pesquisados em produzir alimentos isentos de insumos sintéticos, em virtude de questões relacionadas ao autoconsumo, à preservação do meio ambiente e à preferência dos consumidores finais. Ainda no referido trabalho, os autores verificaram o emprego de práticas agrícolas alternativas pelos agricultores pesquisados, bem como o interesse de um número expressivo destes em obter informações que viabilizem a redução ou mesmo o abandono do uso de insumos sintéticos. Estes e outros aspectos são apresentados pelos autores para demonstrar o potencial para a disseminação de práticas baseadas nos princípios agroecológicos, dentre as famílias pesquisadas.

Koga et al. (2010) constataram, dentre os produtores assentados e reassentados na Microrregião, uma forte limitação no que concerne ao acesso à informações acerca de sistemas agroecológicos de produção, muito embora, seja verificado o forte interesse dos produtores em relação a práticas próprias destes sistemas. Os autores observaram que 80% dos produtores entrevistados desconhecem o que vem a ser Agroecologia. Entre os produtores que manifestaram conhecimento sobre esse tema e/ou sobre o conceito de agricultura orgânica, apenas uma minoria dos produtores (5%) mencionou a contribuição

de profissionais ligados a órgãos que prestam assistência técnica na construção de tal conhecimento. Para os referidos autores:

Programas específicos de assistência técnica e extensão rural poderiam evitar o emprego inadequado de fertilizantes e agrotóxicos e/ou impulsionar avanços na construção do conhecimento a respeito de sistemas diferenciados de produção pautados na sustentabilidade dos ecossistemas; que, dentre outros benefícios, poderiam contribuir para ampliação das possibilidades de agregação de valor e de comercialização diferenciadas, a partir do emprego de técnicas que permitam aderir aos produtos obtidos características marcadamente diferenciadoras, (KOGA et al., 2010, p.09-10).

Souza et al. (2011) ao pesquisarem produtores familiares do Município de Ilha Solteira, que realizam comercialização em feiras livres, observaram o interesse dos agricultores em reduzir a dependência de práticas e insumos convencionais e em intensificar o uso dos recursos disponíveis em suas propriedades. Ainda segundo os autores, o maior entrave para o aumento do emprego de práticas voltadas para a utilização sustentável dos recursos disponíveis consiste em limitações relacionadas ao conhecimento dos produtores sobre tais práticas, em virtude de supostas deficiências na formação dos profissionais (e/ou negligências) dos órgãos de extensão, ou mesmo da extensão universitária em relação a este tema. Caporal e Ramos (2006) destacam que a implementação da PNATER requer outro perfil de profissionais, o que aponta para a necessidade de processos diferenciados de formação profissional com base nos conceitos, princípios e objetivos estabelecidos na política.

O Projeto Horta Mandala, implantado no Assentamento Santa Maria da Lagoa (Ilha Solteira-SP), foi criado com investimento do INCRA e objetivava viabilizar a produção de olerícolas de forma sustentável e propiciar maior estabilidade no que se refere à renda das famílias contempladas (SILVA et al., 2011). Entretanto, alguns aspectos levaram à descaracterização do projeto, com destaque para o desligamento da profissional vinculada ao INCRA responsável pelo projeto, o que ocasionou a descontinuidade do processo de capacitação das agricultoras envolvidas, de modo a impedir a conclusão da implantação das hortas e condução dos sistemas de cultivo com base nos preceitos agroecológicos, conforme previa o projeto inicialmente.

Ainda segundo Silva et al. (2011), os técnicos que substituíram a profissional inicialmente responsável pelo Projeto não deram continuidade às ações previstas.

A rotatividade no quadro de funcionários do INCRA nos últimos anos, na região, tem tornado distante a prestação de serviço de caráter continuado em assentamentos da Microrregião de Andradina, contrariando o que prevê as especificações da Lei de ATER. A importância do Projeto Horta Mandala no Assentamento Santa Maria da Lagoa se relaciona com as implicações da agricultura de base ecológica e consiste em uma das raras iniciativas fundamentadas na preocupação com o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis na Microrregião. Além disso,

(...) embora distante de sua forma original, no que refere à infraestrutura das hortas e ao acompanhamento técnico previsto, proporcionou melhorias na renda e/ou qualidade de vida das famílias envolvidas; e contribuiu, ainda, para fortalecer, dentre as mulheres, a noção de potenciais agentes de transformação das condições de vida de suas famílias, enquanto assentadas, enquanto agricultoras (SILVA et al., 2011, p.05).

Silva et al. (2010) alertam para o fato de que a baixa qualidade da assistência e/ou o distanciamento dos órgãos responsáveis pela assistência técnica e extensão rural na Microrregião dificultam o processo de tomada de decisão dos produtores em relação aos sistemas de produção explorados. Muitas decisões passam a basear-se, quase que exclusivamente, na própria experiência dos agricultores e em aconselhamentos de outros produtores, mesmo em circunstâncias nas quais o auxílio de profissionais seria imprescindível. Neste contexto, os autores fazem referência, dentre outros fatores, a aspectos relacionados à escolha/aquisição dos agrotóxicos empregados nos sistemas de cultivo, à determinação das dosagens, à utilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) na aplicação destes produtos e ao destino das embalagens dos defensivos.

Ainda segundo Silva et al. (2010), os resultados do estudo realizado na Microrregião com produtores familiares apontam para carência de programas que visem conscientizar e, sobretudo qualificar os produtores em relação aos aspectos inerentes ao uso do controle fitossanitário, especialmente no que se refere à aplicação dos agrotóxicos. É necessário que os órgãos ligados à extensão rural e assistência técnica atentem para tal necessidade e estabeleçam programas específicos e efetivos com esses objetivos.

Gonzaga (2011) ao analisar as estratégias de produtores idosos em projetos de assentamentos e reassentamentos rurais na Microrregião de Andradina e as políticas públicas relacionadas, observou questões preocupantes no que se refere

ao serviço de assistência técnica e extensão rural prestado ao público pesquisado. No estudo desenvolvido pelo referido autor, apenas 3% dos idosos pesquisados declararam receber regularmente visitas dos técnicos responsáveis pelo serviço de assistência técnica, enquanto 34,5% declararam receber visitas de forma esporádica. Da mesma forma, 34,5% afirmaram que não estavam recebendo assistência técnica no momento da pesquisa e 28% declararam que nunca contaram com tal serviço.

De maneira similar, Silva (2012) observou que, embora os produtores rurais pesquisados em seu trabalho pertençam a projetos de assentamento assistidos pelo INCRA e/ou Itesp, um considerável percentual destes agricultores (40%) não recebia assistência técnica no momento da pesquisa. Dentre estes, 31% declararam que nunca contaram com serviços de ATER.

Ainda com base em Silva (2012), notou-se que metade dos produtores pesquisados demonstrou insatisfação em relação à assistência técnica prestada por pelo menos um dos dois principais órgãos responsáveis por tal serviço (INCRA e ITESP). Reclamações relacionadas à assistência técnica prestada precisamente pelo INCRA foram evidenciadas na avaliação de 93% dos produtores que se mostraram insatisfeitos. As principais reclamações se referem a dificuldades no acesso aos profissionais, com destaque para a não realização de visitas nos lotes de forma individualizada, e a atuação fiscalizadora dos técnicos que se sobrepõe às ações de assistência técnica, propriamente dita.

Em relação às reclamações referentes à atuação de profissionais ligados ao ITESP, estas foram apresentadas por 20% dos produtores que demonstraram insatisfação com os serviços de ATER. Silva (2012) observa, ainda, que muito embora a amostra de produtores contemplada em sua pesquisa seja pequena, os resultados observados em relação à qualidade da assistência técnica, segundo a percepção dos produtores, sugerem a necessidade de mudanças imediatas nas estratégias de atuação do INCRA nos assentamentos da região, em vista da baixa efetividade de trabalho no campo, mencionada pelos produtores e evidenciada em vários momentos durante a realização da pesquisa.

Destaca-se que na época de realização do trabalho mencionado acima (2011), as ações do INCRA se mostravam ainda mais limitadas, em consequência da reestruturação da Superintendência no estado de São Paulo, além de problemas na licitação para a contratação da empresa que daria continuidade ao trabalho, o que levou a paralisação temporária das ações de assistência técnica e extensão rural nos assentamentos da Microrregião de Andradina (SILVA, 2012). Destaca-se que estas informações se referem, portanto, ao período anterior à contratação

da nova entidade credenciada ao INCRA, responsável pela execução do serviço de ATER na Microrregião atualmente, a COATER.

Vários aspectos relacionados a ATER na Microrregião (processos de formação descontínuos, profissionais voltados exclusivamente para as formas convencionais de produção, baixa qualidade da assistência técnica prestada, ou mesmo, a nulidade do serviço de ATER para várias famílias) consistem em fortes entraves no que concerne ao desenvolvimento da agricultura familiar, especialmente, em relação aos projetos de reforma agrária que tem redefinido a estrutura fundiária da região. São necessárias e urgentes as mudanças nas estratégias de atuação dos órgãos de assistência técnica e extensão rural na Microrregião de Andradina, sobretudo na atuação do INCRA.

Considerações finais

Ao se analisar o histórico da ATER no Brasil, observa-se o longo período marcado pela lógica difusionista como norteadora das ações governamentais no campo, com o favorecimento dos agricultores mais capitalizados no que se refere às políticas públicas e a despreocupação ou a subestimação do custo ambiental do modelo de crescimento econômico vigente. Criada a partir das reflexões acerca das implicações socioambientais das formas convencionais de produção nas quais esteve focada a extensão rural no país, a PNATER é, também, fruto dos esforços de movimentos sociais e do reconhecimento do potencial da agricultura familiar e da carência de ações governamentais voltadas para este segmento social, no que tange à assistência técnica e extensão rural. Para que o avanço representado pela criação da PNATER, bem como, a sua institucionalização legal não se limite ao campo teórico, ainda são necessárias inúmeras ações localizadas e efetivas com a participação do público foco da Política (os agricultores familiares e os outros segmentos englobados), na gestão do processo decisório que culminarão nas estratégias de atuação dos órgãos de ATER, segundo as especificidades das populações assistidas.

Os aspectos levantados em relação a ATER na Microrregião de Andradina indicam a necessidade de mudanças imediatas a fim de se superar as variadas limitações dos serviços prestados aos agricultores familiares da Microrregião, com destaque para a formulação de estratégias pautadas nas diretrizes da PNATER. A formulação de processos contínuos de avaliação dos serviços prestados pelos diferentes órgãos de ATER que atuam na região, baseados principalmente na percepção dos produtores familiares, poderiam consistir em importantes ferramentas para a implementação de mudanças nas estratégias

empregadas por tais órgãos. Ao se analisar as mudanças propostas na PNATER e o serviço de ATER na Microrregião de Andradina, observam-se os inúmeros débitos por parte desta política pública no campo das ações; obviamente, a continuidade deste quadro impossibilitará que as potencialidades da agricultura familiar na Microrregião de Andradina possam ser expressas em sua plenitude.

Referências

ALEX, G.; ZIJP, W.; BYERLEE, D. **Rural Extension and Advisory Services: New Directions**. Washington, D.C.: Agriculture & Rural Development Department, World Bank. Rural Development Strategy Background Paper 9, 49p. 2002. Disponível em: <[http://Inweb18.worldbank.org/ESSD/ardext.nsf/11ByDocName/RuralExtensionandAdvisoryServices/\\$FILE/Rural_extension.pdf](http://Inweb18.worldbank.org/ESSD/ardext.nsf/11ByDocName/RuralExtensionandAdvisoryServices/$FILE/Rural_extension.pdf)> Acesso em: 05 abril 2013

BALSAN, R. Impactos decorrentes da modernização brasileira. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, v.1, n..2, p. 123-151 ago. 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Instruções para credenciamento de Instituições de ATER**. Brasília, 2012. 40 p. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br>>. Acesso em 10 abr. 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010**. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm>. Acesso em 10 abr. 2013.

CAPORAL, F.R. Lei de ATER: exclusão da Agroecologia e outras armadilhas. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, vol. 4, n. 1, p. 23-33, ago/dez. 2011.

_____. **Política Nacional de Ater: primeiros passos de sua implementação e alguns obstáculos e desafios a serem enfrentados**. 14p. 2005. Disponível em <<http://agroecologia.pbworks.com/f/Pnater-primeiros+passos+Caporal.pdf>>. Acesso em: 06 abril 2013.

CAPORAL, F.R.; RAMOS, L. **Da extensão rural convencional à extensão rural para o desenvolvimento sustentável: enfrentar desafios para romper a**

inércia. Brasília, 2006. Disponível em: <<http://agroecologia.pbworks.com/f/Artigo-Caporal-LadjaneVers%C3%A3oFinal-ParaCircular-27-09-06.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2013.

CATI. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral. Disponível em <<http://www.cati.sp.gov.br/new/index.php>>. Acesso em: 10 abril 2013.

DIAS, M.M. Políticas públicas de extensão rural e inovações conceituais: limites e potencialidades. **Perspectivas em Políticas Públicas**, Belo Horizonte, v.1, n.1,p. 101-114 jan./jun. 2008.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 93p.

GONZAGA, D.A. **A questão dos idosos em (re)assentamentos rurais nos municípios de Ilha Solteira (SP) e Pereira Barreto (SP).** 2012. 58 f. Monografia (Graduação em Agronomia) – Departamento de Fitotecnia, Tecnologia de Alimentos e Socioeconomia, Universidade Estadual Paulista, Ilha Solteira, 2012.

GUANZIROLI, C.E.; CARDIM, S.E.C.S. (Coords.). **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto.** 74p. 2000. Disponível em <<http://www.portal.mda.gov.br/o/899430>>. Acesso em: 06 abril 2013.

HOUTZAGER, P.P. **Os últimos cidadãos: conflito e modernização no Brasil rural (1964-1995).** São Paulo: Globo, 2004. 305p.

IN CRA. **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.** Disponível em <<http://www.incra.gov.br>>. Acesso em: 15 abril 2013.

ITESP. **Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo.** Disponível em <<http://www.itesp.sp.gov.br/itesp>>. Acesso em: 15 abril 2013.

KOGA, P.S.L. ; SANT´ANA, A.L. ; SILVA, F.C. ; MAIA, A.H. ; GONZAGA, D.A. Análise de práticas agrícolas e da compreensão de produtores familiares sobre a agricultura orgânica e a agroecologia. In: SIMPÓSIO SOBRE REFORMA AGRÁRIA E ASSENTAMENTOS

RURALS, 4, 2010, Araraquara. **Anais...**, Araraquara: UNIARA, 2010. p.1-10.

LISITA, F.O. **Considerações sobre a extensão rural no Brasil**. Embrapa Pantanal, n.77, p. 1-3, 2005. Disponível em: <<http://www.cpap.embrapa.br/publicacoes/online/ADM077>> Acesso em: 6 abril 2013.

MIELITZ NETTO, C.G.A.; MELO, L.M.; MAIA, C.M. **Políticas públicas e desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2010. 82p.

MORAES, M.D.; LAFORGA, G.; MARIMON JUNIOR, B.H.; MARIMON, B.S. Estratégias de difusão do conhecimento da pesquisa agropecuária da Universidade do Estado de Mato Grosso. **Revista Extensão Rural**, ano XVIII, n. 22, p. 29-66, jul./dez. 2011.

PEIXOTO, M.A **Extensão privada e a privatização da extensão: uma análise da indústria de defensivos agrícolas**. 2009. 331 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2009.

_____. **Extensão rural no Brasil: uma abordagem histórica da legislação**. Brasília, 50p. 2008. Disponível em <http://www.senado.gov.br/conleg/textos_discussao.htm>. Acesso em: 06 abril 2013.

RIVERA, W.M.; ALEX, G. (editors). **Demand-Driven Approaches Agriculture Extension: Case Studies of International Initiatives**. Washington: World Bank. Agriculture and Rural Development Discussion, Paper 10 (Extension Reform for Rural Development) v.3, 123p. 2004. Disponível em: <[http://lnweb18.worldbank.org/ESSD/ardext.nsf/11ByDocNDrivenApproachestoAgricultureExtension/\\$FILE/Extension_Reform_V3_final.pdf](http://lnweb18.worldbank.org/ESSD/ardext.nsf/11ByDocNDrivenApproachestoAgricultureExtension/$FILE/Extension_Reform_V3_final.pdf)>. Acesso em: 05 abril 2013.

ROGERS, E.M. **Diffusion of Innovations**. 4. ed. New York: The Free Press, 1995. 447p.

SILVA, F.C. **Agricultura familiar em duas microrregiões do noroeste do estado de São Paulo: uma análise comparativa entre as explorações agropecuárias e as políticas dirigidas ao segmento**. 147 f. Dissertação

(Mestrado em Agronomia) – Departamento de Fitotecnia, Tecnologia de Alimentos e Socioeconomia, Universidade Estadual Paulista, Ilha Solteira, 2012.

SILVA, F.C.; SANT'ANA, A.L.; SOUZA, G.S.; SANT'ANA, D.Z.; ROSSINI, R.V.; MAIA, A.H. O enfrentamento de adversidades e a persistência de um grupo de mulheres: o caso do Projeto Horta Mandala em um assentamento do noroeste paulista. **Cadernos de Agroecologia**, v. 6, n. 2, p. 1-4, dez. 2011.

_____. Práticas Agrícolas Alternativas Empregadas pelos Agricultores Familiares da Microrregião de Andradina (SP) e a sua Correlação com Sistemas Agroecológicos: Possibilidades e Entraves. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA, 6, 2009, Curitiba. **Anais...**, Curitiba: ABA, 2009. p. 1-5p.

SILVA, F.C. ; SANT'ANA, A.L. ; MAIA, A.H. ; KOGA, P.S.L. ; MODENESE, V.S. Fatores relacionados à assistência técnica enquanto limitantes no processo de tomada de decisão de produtores familiares. In: SIMPÓSIO SOBRE REFORMA AGRÁRIA E ASSENTAMENTOS RURAIS, 4, 2010, Araraquara. **Anais...**, Araraquara: UNIARA, 2010. p. 1-11.

SOUZA, G.S. et al. A influência do uso de fertilizantes químicos sintéticos e de agrotóxicos em relação à decisão de compra do consumidor: o caso dos agricultores familiares que comercializam a produção em feiras de Ilha Solteira (SP). **Cadernos de Agroecologia**, v. 6, n. 2, p. 1-5, dez. 2011.

SOUSA, I.S.F. A importância do relacionamento pesquisa/extensão para a agropecuária. **Cadernos de Difusão Tecnologia**, v. 5, n. 1/3, p. 63-76, jan./dez. 1988.

_____. Difusão de tecnologia para o setor agropecuário: a experiência brasileira. **Cadernos de Difusão Tecnologia**, v. 4, n. 2, p. 187-196, maio/ago. 1987.

THIOLLENT, M. Anotações críticas sobre difusão de tecnologia e ideologia da modernização. **Cadernos de Difusão de Tecnologia**, v. 1, n. 1, p.43-51, jan./abr. 1984.

A POLITECNIA NA FORMAÇÃO PARA O TRABALHO ASSOCIADO EM COOPERATIVAS POPULARES

Caio Luis Chiariello¹
Farid Eid²

Resumo: Este texto apresenta o debate sobre a aplicação do conceito de politecnia na organização da produção do trabalho em cooperativas populares. A politecnia se refere à fusão do trabalho intelectual e do manual, propondo a formação de trabalhadores politécnicos, detentores de conhecimentos técnicos e científicos acerca do processo de trabalho e sua aplicação no ambiente de autogestão. O texto apresenta resultados de pesquisa empírica realizada em quatro cooperativas populares – COPAVA-SP, COPAVI-PR, COOPERUNIÃO-SC e COOPAN-RS – descrevendo sua trajetória e a organização do trabalho em seu interior. Mais especificamente, foi analisada a formação para o trabalho associado em cooperativas populares e as possibilidades reais da aplicação da politecnia.

Palavras-chave: Organização do trabalho; Politecnia; Formação para o trabalho associado; Cooperativas populares.

Abstract: This paper presents the discussion about the application of the politechny concept in work production organization in popular cooperatives. The politechny refers to the fusion of intellectual and manual labor, proposing the formation of polytechnic workers, holding technical and scientific knowledge about the work process, and its application to the self-management environment. This paper presents results of an empirical research conducted

¹Professor Adjunto da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD.
caiochiariello@ufgd.edu.br

²Professor Associado da Universidade Federal do Pará. farideid@ufpa.br

in four popular cooperatives – COPAVA-SP, COPAVI-PR, COOPERUNIÃO-SC and COOPAN-RS – describing their history and work organization. More specifically, we have analyzed the associated labor formation in popular cooperatives and the real possibilities of polytechnic application.

Keywords: *Work organization; Politechny; Associated labor formation; Popular cooperatives.*

Introdução

O presente artigo propõe um debate sobre o conceito de politecnicidade e sua aplicação na formação para o trabalho em cooperativas, em especial cooperativas populares que buscam realizar a produção com utilização de trabalho associado sob autogestão. Neste texto serão apresentados o conceito de politecnicidade e sua articulação com o trabalho associado, autogestionário, e posteriormente será apresentada a pesquisa empírica realizada em quatro cooperativas populares da reforma agrária, oriundas de movimentos sociais da luta no campo, com a análise da formação para o trabalho na produção autogestionária no interior dos empreendimentos. Por fim, nas considerações finais serão sintetizados os resultados da aplicação dos preceitos da politecnicidade nas cooperativas, sua viabilidade, bem como os desafios para o seu pleno desenvolvimento.

Politecnicidade, trabalho associado e autogestão

A politecnicidade é um conceito que propõe a fusão entre o trabalho intelectual e o trabalho manual, permitindo aos trabalhadores o domínio sobre os diversos conhecimentos acerca do processo de trabalho e sua gestão. Em sua etimologia, a politecnicidade se remete à aplicação de múltiplas técnicas, fundadas não apenas no empirismo, mas também na constituição científica, no questionamento não apenas do conteúdo técnico, mas dos objetivos econômicos, sociais e pessoais do processo produtivo. Para Saviani (1987, p.17) "a noção de politecnicidade diz respeito ao domínio dos fundamentos científicos das diferentes modalidades de trabalho. Politecnicidade, nesse sentido, se baseia em determinados princípios, determinados fundamentos, e a formação politécnica deve garantir o domínio desses princípios, desses fundamentos". Os princípios a que o autor se refere são os da unidade entre as diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho humano, fundindo os elementos técnicos e científicos. Neste sentido, a politecnicidade

"[...] postula que o processo de trabalho desenvolva, numa unidade

indissolúvel, os aspectos manuais e intelectuais. Um pressuposto dessa concepção é de que não existe trabalho manual puro, e nem trabalho intelectual puro. [...] A separação dessas funções é um produto histórico-social, separação esta que não é absoluta, é relativa. Essas formas se separam por um processo formal, abstrato, em que os elementos predominantemente intelectuais se sistematizam como tarefa de determinado grupo da sociedade. Temos então o que conhecemos por trabalhadores manuais, por profissões manuais" (SAVIANI, 1987, p.15).

A politecnia caminha na crítica da dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual, resultado de um processo histórico fundado na separação entre instrução profissional dirigida para a classe trabalhadora e instrução geral e científica direcionada para os pertencentes às classes privilegiadas no sistema capitalista, que propõe, desde a primeira formação, a divisão de classes, fomentada por pedagogias distintas. De forma proposital, uma pedagogia especial é articulada para a capacitação das elites em funções de planejamento e controle, com a compreensão dos fundamentos científicos do trabalho na sua globalidade, enquanto uma outra pedagogia é reservada àqueles encarregados das funções de execução, cujo primado pertence à prática imediata, desvinculada de criação e recriação teóricas (MACHADO, 1991). Em oposição a uma pedagogia sectarista, a formação politécnica propõe a junção dos elementos científicos e técnicos do trabalho mediante uma pedagogia e uma práxis em que estes elementos não sejam estranhados dos trabalhadores, mas sim por eles assimilados. Esta formação em múltiplas técnicas seria, em Marx, o 'fermento' da transformação social:

Na concepção de Marx, o ensino politécnico, de preparação multifacética do homem, seria o único capaz de dar conta do movimento dialético de continuidade-ruptura, pois não somente seria articulado com a tendência histórica de desenvolvimento da sociedade, como a fortaleceria. [...] contribuiria para aumentar a produção, fortalecer o desenvolvimento das forças produtivas, e intensificar a contradição principal do capitalismo (entre socialização crescente da produção e mecanismos privados de apropriação). Por outro lado, contribuiria para fortalecer o próprio trabalhador, desenvolvendo suas energias físicas e mentais, abrindo-lhe os horizontes da imaginação e habilitando-o a assumir o comando da transformação social (MACHADO, 1991, pp.126-127).

A politecnia, enquanto conceito crítico em relação à divisão técnica do trabalho, esteve presente no debate histórico do socialismo utópico, científico e mesmo na efetivação do socialismo real, participando da crítica para superação da exploração do homem pelo homem. No entanto, a experiência histórica em alguns países do Leste Europeu, durante décadas do século XX, mostrou que a supressão da propriedade privada dos meios de produção não é suficiente para erradicar a divisão técnica do trabalho e suprimir a dicotomia entre execução e gestão do trabalho com a formação de classes distintas: os que gerem e os que são geridos. Marx, em seus manuscritos econômico-filosóficos de 1844, teorizou que embora o comunismo se baseie na eliminação da propriedade privada, a simples negação de qualquer forma de propriedade e a 'profissão de fé' rumo ao coletivismo forçado poderiam coibir o talento individual, constituindo-se como um comunismo grosseiro. Haveria um ponto de equilíbrio a ser alcançado, abolindo a propriedade privada, mas sem cair no coletivismo tirânico, em que os traços de personalidade sejam negados (MARX, 2006).

Gorz (2003) assume uma postura alinhada à colocação de Marx quando afirma que a simples passagem da propriedade dos meios de produção para as mãos dos trabalhadores não resulta em sua emancipação. A menos que a concepção da produção vá ao encontro da racionalidade cooperativa, autogestionária, a produção tipicamente industrial caminhará para a produção de valor de troca e acumulação. Contudo, a supressão da propriedade privada, se não é suficiente para a supressão da alienação, é condição sine qua non para a autogestão e unificação plena entre execução e gestão. A autogestão, além de ser condicionada pela propriedade coletiva dos meios de produção, também advoga pelo trabalho associado, no qual se compartilha o conhecimento e o poder decisório, buscando-se estabelecer relações de igualdade e de solidariedade entre seus partícipes (SINGER, 1998).

A educação tem um importante papel no processo de constituição da autogestão, pois deve propiciar aos trabalhadores-educandos uma formação politécnica que favoreça a rotatividade entre os diversos postos de trabalho, o que a termo contribui para a abolição da especialização fragmentada (KUENZER, 1986). A finalidade do processo educativo é a formação de um indivíduo completo, omnilateral, capaz de desempenhar diferentes funções na atividade de trabalho associado, permitindo a aprendizagem do saber-fazer ligada aos diversos ramos e etapas do processo produtivo (NOGUEIRA, 1993).

Em Saviani (1987) percebe-se que a proposta de adoção da politecnia

como pilar da formação do trabalho associado, autogestionário, recupera a tradição socialista da unidade do trabalho, demarcando uma visão educativa distinta em relação àquela correspondente à concepção burguesa dominante. Mas, segundo o autor, para efetivação de um 'choque da politecnia', deve-se ter em conta que "a união entre trabalho intelectual e trabalho manual só poderá se realizar sobre a base da superação da apropriação privada dos meios de produção, colocando todo o processo produtivo a serviço da coletividade, no conjunto da sociedade." (SAVIANI, 1987, p.15). Portanto, a própria autogestão sugere que, pela coletivização dos meios de produção, todo conhecimento relativo tanto ao planejamento quanto à execução das atividades seja compartilhado entre o corpo de trabalhadores politécnicos, combinando múltiplas técnicas, que tenham sua utilização definida por eles próprios, de maneira a reafirmar sua autodeterminação.

No uso do conceito de politecnia, na prática da organização do trabalho em empreendimentos autogestionários, surge o questionamento: é possível dotar os trabalhadores associados de um instrumental teórico-científico que, somado ao saber-fazer da sua experiência empírica, permita acionar o processo de trabalho sob autogestão diferentemente da forma com que este é acionado sob a heterogestão? (CHIARIELLO, 2012). Nas cooperativas populares oriundas de movimentos sociais a propriedade coletiva dos meios de produção se coloca como premissa para o trabalho associado. Estas cooperativas, em sua maioria, mantêm laços estreitos com os movimentos sociais, atuando como empreendimentos econômicos coletivos, mas também como empreendimentos que pretendem apresentar-se como uma resistência à lógica observada nas empresas de capital. Ou seja, resistência ao capitalismo enquanto sistema hegemônico. Porém, estas cooperativas estão imersas na dinâmica do modo de produção capitalista e inseridas nas estruturas deste modo de produção, produzindo para o mercado tradicional, embora se valendo de uma lógica interna que rejeite seus ditames na totalidade. Em suma, são cooperativas autogestionárias que buscam atingir um patamar de eficiência econômica sem abrir mão do aspecto social e coletivo.

Com a realização de uma investigação empírica em quatro cooperativas popular, buscou-se analisar a arquitetura da formação para o trabalho nestes empreendimentos. Através da observação da trajetória das cooperativas na formulação das políticas de desenvolvimento dos qualificantes de seus quadros para o trabalho associado, pretende-se refletir sobre a aplicação dos preceitos da politecnia nestes ambientes de trabalho associado.

Apresentação das cooperativas populares objeto de estudo: a organização da produção e do trabalho

As cooperativas objeto deste estudo são oriundas de movimentos sociais do campo, formadas por trabalhadores e trabalhadoras que participam ativamente da luta histórica pela conquista da terra para nela produzir e viver. As quatro cooperativas são ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST. Segue abaixo breve histórico sobre as cooperativas e organização da produção e do trabalho em seu interior:

Quadro 1 – Cooperativas populares pesquisadas – CPPs.

Cooperativa de Produção agropecuária Nova Santa Rita – COOPAN

fundada em 1995, localiza-se no município de Nova Santa Rita-RS, dentro do Assentamento Capela. Em 2011, a COOPAN era composta por 30 famílias totalizando 95 pessoas, sendo 51 o número de associados. A cooperativa contava com 15 adolescentes entre 12 a 15 anos não associados, mas que participavam de algumas atividades de trabalho, como um processo de aprendizagem para a sua formação. As principais linhas de produção da COOPAN estão concentradas nos setores de arroz orgânico, suínos e abatedouro, responsáveis por grande parte da receita de comercialização da cooperativa, que em 2010 foi de cerca de R\$ 6 milhões. Os clientes de primeira linha da cooperativa são a Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, prefeituras que adquirem a produção para a merenda escolar, supermercados, lojas de produtos orgânicos. A gestão da produção da COOPAN é voltada para o desenvolvimento da produção e elevação da agregação de valor, mediante internalização das cadeias produtivas e ramificação de subprodutos, em especial nos setores de arroz orgânico e de suínos.

Cooperativa de Produção Agropecuária União do Oeste – COOPERUNIÃO

fundada em 1990, por famílias do Assentamento Conquista da Fronteira, município de Dionísio Cerqueira, região oeste de Santa Catarina. Dentre estas famílias, 35 eram oriundas dos acampamentos do MST e outras 25 pertenciam a comunidades do interior do município de Dionísio Cerqueira. Em 2011, a



COOPERUNIÃO era composta por 154 sócios de 48 famílias assentadas. O faturamento da cooperativa em 2010 era de aproximadamente R\$ 2 milhões, advindo principalmente da atividade agroindustrial de produção de frango e sua comercialização sob a marca Terra Viva, além dos serviços de abate para terceiros. A cooperativa também produz outros 25 tipos de gêneros alimentícios destinados ao autoconsumo pelos cooperados. A COOPERUNIÃO tem no desenvolvimento da produção um instrumento de sustentação do coletivo, mas busca harmonizar as demandas da produção com as demandas políticas das famílias e sua identidade enquanto membros de um movimento social.

Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória – COPAVI

fundada em julho de 1993 por 25 famílias do Assentamento Santa Maria, município de Paranacity, região noroeste do estado do Paraná. As atividades produtivas da cooperativa são concentradas nos setores de produção. Os setores de Leite e derivados, que produz leite, iogurte, queijo e doce de leite e o Setor de Cana e derivados, que produz cana *in natura*, açúcar mascavo, melado e cachaça camponesa, são responsáveis por 95% da receita comercial da cooperativa, que em 2010 era superior a R\$ 800.000,00. O quadro de trabalhadores associados da cooperativa em 2011 era composto por 53 cooperados, sendo 25 homens, 17 mulheres e 11 jovens, distribuídos pelos setores de produção. A cooperativa contava também com 19 empregados contratados como força de trabalho assalariada, atuando especificamente na atividade de corte de cana-de-açúcar no setor de cana e derivados.

Cooperativa de Produção Agropecuária Vó Aparecida - COPAVA

fundada em 1993 por 45 sócios, localizada na área III do assentamento Pirituba, no Município de Itaberá, região sudoeste do Estado de São Paulo. Em 2011, a COPAVA contava com 47 sócios, entre homens, mulheres e jovens. Por norma estatutária, cada família pode ter no máximo 3 membros associados à cooperativa, o que torna comum que nas famílias os jovens, ao completarem 16 anos, ocupem o lugar dos pais como sócios. No momento da pesquisa de campo, a cooperativa realizava as seguintes atividades: lavoura, pecuária e



suinocultura, comercializando com as cidades da região e com a capital, São Paulo. A receita bruta da COPAVA em 2010, próxima a R\$ 600.000,00, foi considerada satisfatória e tem apresentado crescimento ao longo dos anos, especialmente em função do repasse de grande parte de sua produção à Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, que faz o acompanhamento da produção junto aos produtores, adquirindo parte da produção a preços geralmente superiores ao do mercado tradicional, além do repasse de parte da produção agrícola para escolas públicas da região, em consonância com legislação que determina que 30% dos itens utilizados para a alimentação escolar sejam adquiridos diretamente da produção familiar, onde se enquadra a cooperativa.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Para a elaboração deste tópico, serão apresentados dados referentes a pesquisa empírica realizada junto às quatro cooperativas populares no ano de 2011. Adotou-se a observação participante junto aos empreendimentos, a análise documental das cooperativas para coleta de dados e aplicação de entrevistas com cooperados-chave da base e da direção. Foram utilizados fragmentos de entrevistas e a codificação dos entrevistados, conforme identificação no quadro abaixo:

Quadro 2 – Código de identificação dos cooperados entrevistados nas CPPs.

| CÓDIGO | COOPERATIVA | CARGO | ATUAÇÃO |
|---------------|--------------------|----------------------------------|-------------------|
| CPN1 | Coopan | Associado – Coordenação de | Produção de Arroz |
| CPN2 | Coopan | Associado - Base | Produção de |
| CPU1 | Cooperunião | Associado - Direção | Administrativo |
| CPU2 | Cooperunião | Associado - Direção | Administrativo |
| CPU3 | Cooperunião | Associado - Base | Frigorífico |
| CPI1 | Copavi | Associado - Direção | Produção de Cana |
| CPI2 | Copavi | Associado - Direção | Produção de Cana |
| CPI3 | Copavi | Associado - Base | Administrativo |
| CPI4 | Copavi | Associado - Coordenação de setor | Produção de Cana |
| CPV1 | Copava | Associado - Base | Setor agrícola |
| CPV2 | Copava | Associado - Base | Setor de suínos |

Fonte: Elaborado pelos autores.

As cooperativas desenvolvem as atividades de produção e de gestão, adotando a isonomia dos sócios quanto à democracia interna, representada pela soberania da Assembléia Geral, em que cada sócio tem direito a um voto, e quanto à propriedade coletiva da terra e dos meios de produção, algo estipulado desde a etapa de acampamento, portanto anterior à própria fundação das cooperativas. A coletivização possibilitou que o trabalho fosse otimizado para a produção conjunta, o que seria difícil caso fosse feita a opção pela utilização individual dos lotes e dos meios de produção.

Durante seus primeiros anos de existência, a produção se resumia ao cultivo para o autoconsumo, mas sempre esteve presente, especialmente na COPAVI e COOPAN, a perspectiva da produção de excedente para comercialização, de forma a atingir capacidade de investimento que, junto com o acesso a linhas de créditos oficiais, propiciassem a agroindustrialização. A inserção das cooperativas no processo de industrialização da produção com a internalização de cadeias produtivas para maior agregação de valor teve impactos tanto no processo produtivo quanto na organização do trabalho. A introdução de instrumental tecnológico para implantação das agroindústrias levou a uma mudança paradigmática, pois foram instaurados novos processos de trabalho, exigindo novas competências e responsabilidades na gestão e execução das atividades.

A produção para comercialização passou a ser o objetivo das cooperativas com a instalação das agroindústrias, levando a uma alteração substancial na configuração do projeto de trabalho. Este se baseava na experiência anterior de trabalho para a produção visando o auto-consumo, em que o uso dos meios de trabalho pelos cooperados permitia um total controle da atividade e participação dos trabalhadores ao longo de todo o ciclo da produção, desde a etapa de plantio até a colheita e breve beneficiamento. Posteriormente, com o desenvolvimento das atividades agroindustriais e a produção para comercialização, o maior contato com o mercado tradicional implicou em certa perda da autonomia na produção, pois as cooperativas passaram a produzir para os mercados regional, nacional e externo, tendo de se guiar em parte pelos seus ditames. Em um quadro esquemático, é possível proceder à análise do estágio da produção e da organização do trabalho em que as cooperativas se encontravam no momento da pesquisa de campo:

Quadro 3 – Produção primária, agroindústria e comercialização nas CPPs.

| Cooperativa | Produção primária | Agroindústria | Comercialização |
|-------------|--|---|---|
| COPAVI | Produz internamente gêneros primários tanto para autoconsumo, comercialização e industrialização. Trabalho com pouca especialização. A produção primária não assume caráter prioritário. | É a principal atividade da cooperativa. Cadeia produtiva completa da cana de açúcar e do leite. Apresenta divisão do trabalho em algumas atividades, com alguns setores com bastante especialização. | Comercialização para o mercado local do excedente da produção primária e para o mercado regional e nacional de grande parte da produção industrializada. |
| COOPERUNIÃO | Produz gêneros primários para o autoconsumo e para a industrialização. O trabalho é realizado por quase todos os trabalhadores associados sob o regime de rodízio. | Responsável pela maior parte da renda da cooperativa. Cadeia produtiva completa do frango. Trabalho com especialização realizado por quase todos os trabalhadores associados sob regime de rodízio. | Comercialização apenas da produção industrializada para o mercado regional e nacional. Trabalho realizado por cooperados experientes e suporte de um setor específico para as vendas. |
| COOPAN | Produção de gêneros primários para o autoconsumo e industrialização. Trabalho com relativa necessidade de qualificação e realizado por grande parte dos sócios sob o sistema de rodízio. | Responsável pela maior parte da renda da cooperativa. Cadeia produtiva completa do arroz orgânico e parcial do suíno com prestação de serviço de abate. Acentuada divisão do trabalho e especialização. | Comercialização da produção industrializada nos mercados regional e nacional e comercialização da produção primária em loja da reforma agrária. |
| COPAVAL | Produz gêneros primários para o autoconsumo e comercialização do excedente. Trabalho com relativa especialização. | Beneficiamento da soja, abate de suínos e do gado de corte e beneficiamento do leite. Projeto de implantação da agroindústria da cana de açúcar. | Comercialização do excedente da produção agrícola e pecuária, realizada por trabalhadores associados experientes integrantes do setor de administração e da direção. |

Fonte: COOPERUNIÃO; COPAVI, COOPAN, COPAVA.

Elaborado pelos autores.

Ao longo da trajetória das CPPs, a migração de atividades primárias para atividades agroindustriais exigiu uma postura diferenciada dos trabalhadores associados, mobilizando praticamente toda a capacidade de trabalho disponível para a produção. As cooperativas apresentaram diferentes configurações em seu quadro social ao longo dos anos. COPAVI, COPAN, COOPERUNIÃO e COPAVA vivenciaram a saída de famílias, em virtude de fatores como a pouca adaptação à vida em um coletivo, a busca por melhores perspectivas econômicas fora da cooperativa, a saída de jovens para viverem nas cidades, além de casos de expulsão. Mas também ingressaram novos sócios comprometidos com o trabalho associado e vislumbrando a vivência em um coletivo. Após a implantação das agroindústrias, pôde-se observar uma produtividade do trabalho relativamente baixa no interior dos coletivos, dos setores de produção e das equipes de trabalho, que se elevou posteriormente com o desenvolvimento da produção. Entretanto, a maioria dos cooperados tem a percepção de que a produtividade do trabalho poderia aumentar com o maior engajamento do coletivo na produção e incremento das competências. Nas CPPs, a discrepância entre os níveis de produtividade desejados e os níveis apresentados, embora resulte de diferenças naturais no desempenho individual, suscita uma reflexão sobre o comprometimento dos trabalhadores para com a cooperativa, como relatam alguns trabalhadores associados:

Ainda tem muita gente que se coloca meio fora do processo, 'a cooperativa é uma coisa e eu sou outra, quero trabalhar tantas horas, ganhar meu adiantamento'... e tem os que puxam mais (CPN1, 2011); Mesmo com a coletivização da terra e dos meios de produção, alguns na Coopan se comportam como se fossem assalariados... tem uns que fazem o trabalho só para ganhar a renda, uma mentalidade de empregado (CPN2, 2011).

Entretanto, os critérios de produtividade individual e eficiência técnica não são decisivos para a permanência dos trabalhadores associados nas cooperativas e algumas das CPPs adotam remuneração variada entre os trabalhadores com um percentual máximo de 20%, como forma de estimular a atuação em determinadas atividades e compensar a ocorrência de cargas de trabalhos mais intensas.

Nas CPPs, observa-se o esforço para que os trabalhadores associados desenvolvam atividades em diferentes setores de produção e de gestão ao longo do tempo, mediante a prática de um rodízio no interior dos setores e entre os

setores. O rodízio das funções e atividades de trabalho no ambiente de produção das cooperativas tem o intuito, em tese, de permitir que os trabalhadores associados tenham um amplo domínio do saber-fazer referente às atividades produtivas e às atividades de gestão, ampliando assim suas competências e suas responsabilidades, e ao mesmo tempo evitar que as atividades que apresentam cargas de trabalho mais intensas sejam exercidas exclusivamente por alguns sócios continuamente. A rotação na execução das atividades pode contribuir para o desenvolvimento cognitivo dos trabalhadores, aproximando o conhecimento empírico do conhecimento científico sobre o seu trabalho, sendo uma etapa importante na formação para o trabalho através da práxis, do contato com o trabalho concreto apresentado a todo o coletivo mediante a alternância dos postos de trabalho, tanto os de execução quanto os de gestão.

É bom saber fazer todas as atividades, pois se tiver necessidade em um momento, vai ter gente com capacidade para fazer um trabalho. Todo o pessoal da cooperativa pode-se dizer que sabe fazer todas as atividades da cooperativa...é um jeito que achamos para envolver todos com todas as atividades... direcionamos as pessoas com preferência em algum trabalho... colocando um com experiência junto com outros com menos experiência no setor (CPN2, 2011).

A presença do rodízio entre as atividades desempenhadas reforça a proposta democrática da participação de todos, demarcando a prevalência de uma racionalidade social e não apenas econômica. A equalização entre as diferenças individuais dos trabalhadores associados, na igualdade de propriedade, no direito a voto, no processo de trabalho, é fundamental para a construção de uma autogestão efetiva e eficiente, o que demanda um processo longo, de conscientização e construção coletiva. Nesse sentido, a construção da autogestão passa pela experimentação da politecnicidade no que tange à assimilação pelos trabalhadores associados dos conhecimentos referentes aos diversos setores da cooperativa, com uma formação que lhes permita transitar entre o ambiente de execução das atividades produtivas e o ambiente de administração e gestão do empreendimento, como será explanado no tópico subsequente.

Formação política e técnica para o trabalho

As cooperativas, em sua gênese, se caracterizam como organizações distintas das empresas típicas capitalistas, questionando a distância entre os que gerem e

os que são geridos no modo de produção capitalista. Os conceitos de cooperação e associação foram historicamente importantes na formação das cooperativas como ferramentas para obtenção de vantagens coletivas. Nas cooperativas populares a formação do quadro de sócios remete à importância da consolidação do conhecimento em duas frentes: política e técnica. Ao longo da história das cooperativas populares oriundas de movimentos sociais no Brasil, foi mister a formação política para tomada de consciência por parte dos trabalhadores da exploração do trabalho e desigualdade social, típicas da divisão de classes na sociedade capitalista. A formação política foi fundamental para as ações de conquista da terra por parte dos trabalhadores rurais e para a constituição de cooperativas de trabalho associado. Mas com o desenvolvimento das forças produtivas e com a passagem da produção de gêneros para consumo para a produção de mercadorias, a formação técnica passou também a ser indispensável. Ao ponderar sobre a importância da formação técnica e política nas cooperativas populares, Christoffoli (2010, pp.39-40) argumenta que face ao contato com o mercado, as cooperativas apresentam os seguintes traços:

Necessidade de formação técnica; O papel da escolarização e da capacitação técnica na construção de novos sujeitos sociais; Formação como dimensão integral do ser humano; Formação em gestão. Desafio de se apropriar coletivamente de ferramentas que contribuam fundamentalmente para a sobrevivência das experiências sociais alternativas, com geração de excedentes econômicos... Contradição entre desenvolvimento econômico, assunção gradual da ideologia capitalista, e os objetivos socialista iniciais... Unidade e Disciplina, vigilância, crítica e reunião, formação ideológica e mecanismos empresariais... Resgate do planejamento e de princípios socialistas de distribuição de resultados como ferramentas básicas de gestão.

Nas cooperativas populares pesquisadas a unicidade da formação política e técnica é considerada uma estratégia para a manutenção do coletivo e sua continuidade, pois contribui para reforçar os seus aspectos social e econômico. No âmbito da formação política, os trabalhadores associados tiveram um contato com as discussões teóricas e políticas no interior dos movimentos sociais e posteriormente nos assentamentos e cooperativas. A formação política é muito cara aos cooperados, pois remete à motivação original do coletivo, ao seu posicionamento dentro da sociedade como movimento social de resistência e que desenvolve a produção, prosseguindo na luta pela reforma agrária para

construção de uma sociedade mais justa. Aliada a esta primeira formação política, a formação técnica se mostrou estratégica para o aprimoramento da produção nas cooperativas, de início na produção para o sustento das famílias e depois na introdução das cadeias produtivas agroindustriais, sendo o elemento crucial para o desenvolvimento da atividade industrial. Nas cooperativas a preocupação com a educação política e profissional se manifestou através do empenho ao longo dos anos para universalizar a educação e a escolarização entre as famílias dos cooperados, promovendo a inserção de todas as crianças e jovens no ensino formal e dando oportunidade para os adultos retomarem os estudos interrompidos.

No momento da pesquisa de campo, na COOPERUNIÃO, COPAVI, COOPAN e COPAVA todas as crianças, adolescentes e jovens frequentavam a Ciranda infantil, a pré-escola, ensino fundamental e médio. Na COOPERUNIÃO, 8 pessoas frequentavam o ensino superior, nos cursos de Ciências Contábeis, Administração, Letras, Gestão de Cooperativas e Medicina Veterinária. A COPAVI contava com 03 cooperados frequentando os cursos superiores de Serviço Social, Tecnólogo em Gestão de Cooperativas e Ciências Contábeis e havia entre seus quadros 10 trabalhadores associados com formação superior. Na COOPAN, dois trabalhadores associados estavam concluindo o curso superior e na COPAVA três trabalhadores associados frequentavam o ensino superior. As cooperativas liberam quadros para realização do curso superior remunerando-os pela média das horas trabalhadas na cooperativa, como se estivessem atuando na produção, além de subsidiar alguns dos custos para o estudo superior.

A grande maioria dos trabalhadores associados que frequenta o ensino superior o faz sob a pedagogia da alternância³, em cursos direcionados para trabalhadores do campo, assentados, mantidos através de convênios entre instituições públicas de ensino, movimentos sociais e fundações nacionais e internacionais. Dentre estes cursos podemos enumerar o Curso Superior Especial de Agronomia com Ênfase em Agroecologia e Sistemas Rurais Sustentáveis, direcionado para alunos

³A pedagogia da alternância representa o processo de ensino-aprendizagem que acontece em espaços diferenciados e alternados. O primeiro é o espaço familiar e a comunidade de origem (realidade); o segundo é a escola, onde o educando/a partilha os diversos saberes que possui com os outros atores/as e reflete sobre eles em bases científicas, retornando então para o primeiro espaço fim de realizar a práxis (prática + teoria) (CALDART, 2007).

assentados da reforma agrária do estado de São Paulo, promovido pela UFSCAR no campus de Sorocaba-SP em parceria com INCRA e PRONERA; Curso Técnico em Administração de Cooperativas, realizado pelo Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária – Iterra – no município de Veranópolis-RS, que ainda oferece outros cursos técnicos para estudantes vinculados a assentamentos de reforma agrária; o curso Tecnólogo em Gestão de Cooperativas, oferecido pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia – CEAGRO – em parceria com o Instituto Tecnológico Federal do Paraná – IFPR e a Fundação Lanki-Mundukide, pertencente à Cooperativa de Mondragon⁴, o maior complexo cooperativo do mundo. Diversos cursos de capacitação para as atividades de manejo, agroecologia, agroindústria e gestão são realizados nas dependências das cooperativas, em parceria com o MST e outras entidades, facilitando a capacitação dos trabalhadores associados.

De acordo com alguns cooperados, os cursos de capacitação ainda não respondem à demanda real das cooperativas, pois muitos destes cursos são direcionados sob o enfoque do agronegócio capitalista. Espera-se das entidades propositoras a disponibilização de cursos direcionados para a realidade das cooperativas. Outra discussão que se observa nas cooperativas é que a maioria dos cursos oferecidos se direcionam para formação em ciências humanas e para o magistério. A formação dos quadros nas ciências exatas e biológicas, uma formação técnica para aplicação nas cadeias produtivas, ainda é muito incipiente, o que leva as cooperativas à necessidade de contratação frequente de profissionais externos para atuarem nestas áreas específicas, acarretando um ônus considerável. Segue alguns relatos a este respeito:

Precisamos de mais formação técnica para atuar nas linhas de produção da cooperativa, temos muito pouca contribuição... precisamos de mais formação, na área da pecuária, veterinária, na linha da cana, manutenção mecânica, um engenheiro, mas no movimento não tem, é raro, vai ter mais os cursos de pedagogia, administração, mas estamos precisando de formação técnica (CPI2); a gente precisa melhorar em relação a quem repassa esse conhecimento técnico para nós, a gente paga empresas que tem nada a ver

⁴A Cooperativa de Mondragon é sediada em Arrasate-Mondragon, no país Basco, reino da Espanha.

conosco, eles não tem compromisso com nossa realidade, a gente tem o SENAI, mas os cursos profissionais deles não tem nada a ver com as nossas demandas da nossa produção (CPU5); O investimento em equipamento tem de ser acompanhado por investimento em formação. O novos investimentos se baseiam na previsão da mão de obra capacitada para o trabalho. Os cursos do MST são bons pra qualificar a mão de obra da cooperativa, a gente sempre 'encaixar' sócios nos cursos. Mas os cursos também tem que acompanhar as questões ligadas à exigência do mercado (CPN1).

Uma dificuldade apresentada pelas cooperativas populares está no estabelecimento de um compasso entre a formação técnica e a formação política. A discussão sobre a intensidade destas duas modalidades de formação remete ao debate sobre o avanço das prioridades econômicas sobre as prioridades sociais nas cooperativas a partir do desenvolvimento das forças produtivas com a agroindústria. Na COPAVI, COPAVA, COOPERUNIÃO e COOPAN, as posições dos cooperados muitas vezes são opostas no que diz respeito à preponderância da formação política ou técnica. Em geral, os grupos ligados à produção agroindustrial, ao comércio, defendem que a formação técnica seja aprofundada, que a capacitação para as atividades produtivas estejam em conformidade com o avanço tecnológico na produção agroindustrial, pois a formação política já estaria enraizada no coletivo, como podemos observar em alguns registros:

Na COPAVI há mais formação política do que técnica. A formação técnica não é suficiente... precisa ser equilibrada. Você pode ter formação política à vontade, mas a formação técnica tem que ser suficiente para garantir as atividades (CPI3); temos que colocar na frente a formação técnica, essa é a nossa prioridade, é a produção na indústria, como é que a gente vai parar as máquinas para fazermos formação política? (CPI4); A formação técnica tem que ter permanentemente, pois a tecnologia vai mudando e a gente tem que se adaptar... a gente não pode parar com a formação técnica e ficar na discussão política...porque a gente vai readaptar os setores de produção, não vai ser mais o que está ai, e já estamos pensando no que fazer, colocar o pessoal para fazer cursos, a formação técnica não pode parar nunca (CPN2).

Em oposição à prevalência da formação técnica, muitos trabalhadores associados, especialmente os mais antigos, egressos dos movimentos sociais,

que participaram ativamente da conquista da terra, assumem que a formação política é indispensável para a perenidade da cooperativa, para não permitir a deformação de seus princípios solidários e o abandono de sua atuação como movimento social. O risco em se preterir da formação política levaria à caracterização das cooperativas populares exclusivamente como empreendimentos econômicos que buscam obter ganhos para os sócios, lançando mão de intensa formação técnica para a produção, aproximando-se do modelo das cooperativas tradicional.

É importante a formação profissional e técnica para que as atividades sejam feitas com qualidade e eficiência, mas se você não tiver a formação política e ideológica, não segura a organização nem as pessoas no processo, sem isso não tem cooperativa, mesmo com dinheiro e tal não segura. O principal é a questão da formação política e ideológica. Aqui nos últimos anos foi prioridade a formação profissional, o político foi deixado de lado por causa da produção da agroindústria, mas estamos retomando essas discussões (CPU2); A indústria atravancou a formação política, pois não tem tempo para discussão, vamos ter de dar um jeito de mobilizar para a política, mas não sei em que momento nós vamos fazer essa formação... hoje nós temos até uma base técnica, mas temos uma contradição entre os técnicos e a base, estamos tendo um conflito (CPI3).

Frente a uma possível polarização entre a formação política e a formação técnica, pôde-se observar na pesquisa de campo o posicionamento de muitos cooperados sobre a necessidade de uma harmonia entre as duas modalidades de formação. Sob este prisma, a formação política deve ser constante, conscientizando o coletivo sobre seu papel enquanto cooperativa ligada a um movimento social, participando da crítica à exploração e alienação do trabalho. Ao mesmo tempo, a cooperativa tem sua função econômica, de prover materialmente as cooperativas e melhorar sua qualidade de vida, buscando atuar junto ao mercado mas sem incorporar sua lógica. Assim haveria um reforço recíproco entre formação política e formação técnica, gerando uma dinâmica de desenvolvimento econômico interno sem comprometer o desenvolvimento social. Neste sentido, cabe o registro da fala de alguns trabalhadores associados sobre esta dinâmica:

A formação técnica é fundamental, para todas as atividades produtivas,

mas a formação política também é essencial. Devemos ter uma visão política madura, temos de ter as coisas casadas... tem de fazer o trabalho político paralelo, porque senão o coletivo começa a padecer, se a gente fica pensando o dia a dia do trabalho, fica essa carência. Nós chegamos até aqui também porque os sócios estudavam muito para a formação política, o movimento proporcionava muitos momentos de aprendizado, mas deixou a desejar ultimamente, e estamos tentando retomar este casamento entre a formação técnica e a formação política (CPU1); Agora neste conflito da saída das famílias, nós temos buscado a formação na gestão, no entendimento da produção da cooperativa... temos de aprender a administrar... mas temos a avaliação de que temos de caminhar nos dois campos, o político e o técnico, temos a questão das famílias e a questão de aperfeiçoar a produção (CPI2); A questão ideal é tentar equilibrar a formação dos sócios na questão política, do papel da cooperativa, do MST, sem deixar a produção cair, pois é ela que dá renda pras famílias, você não pode só olhar o político nem olhar só o econômico...mas é um ideal difícil de conseguir (CPN2). A gente precisa pensar na produção, do jeito que tá não tá bom, mas a gente precisa pensar nos sócios, na vivência, e isso não é só com a renda que a gente se realiza. A gente tem que melhorar e muito a produção, mas sem perder o nosso coletivo (CPA1).

As instâncias de formação dos trabalhadores associados, nas esferas técnica e política, tem o duplo papel de melhorar a produção da cooperativa, a renda, e ao mesmo tempo contribuir para o seu crescimento pessoal. O desenvolvimento das forças produtivas permitiu que os trabalhadores tivessem uma maior compreensão sobre a relevância da complementaridade entre a formação prática e o arcabouço teórico-científico do trabalho e isto reverbera na percepção individual, na auto-imagem de cada um. E a formação constante, ininterrupta, aliada à geração de oportunidades de trabalho nos setores de produção e administração, são elementos que levam à manutenção dos quadros e à permanência dos jovens, que é uma das garantias de continuidade das cooperativas. Como coloca um dos trabalhadores associados entrevistados.

As estratégias para atrair os jovens são: oferecer trabalho com uma renda digna e proporcionar formação em educação. Enfim, fornecer condições para que os jovens formem suas famílias sem precisar deixar a cooperativa. As famílias querem que os jovens fiquem próximos, há casas para os que

se associarem, toda a luta dos fundadores da cooperativa perde sua continuidade com a evasão da cooperativa (CPU1).

A geração de oportunidades de trabalho nas cooperativas é muito relevante, pois os jovens, ao obterem uma formação de caráter técnico, tem a expectativa de aplicar seus conhecimentos na perspectiva de agregação de valor na produção, preferindo fazer uso de um instrumental sofisticado e que o domínio do seu manuseio seja desafiador, o que significa atuar quase que exclusivamente nos setores de produção agroindustrial e na administração. Assim alguns jovens, portadores de competências recém-adquiridas no ensino superior, prontos para utilizá-las na produção com certa intensidade de tecnologia, não se sentem atraídos a contribuir nas atividades voltadas para a produção primária ou em atividades acessórias à produção, e por vezes questionam a modalidade de remuneração, pois entendem que sua carteira de competências deve ser levada em conta para a aferição dos seus rendimentos.

As cooperativas se veem diante de um impasse entre oferecer formação técnica para os jovens e ao mesmo tempo serem obrigadas a reservar a eles determinadas atividades de gestão, com remuneração diferenciada, para mantê-los nos empreendimentos. Mas as cooperativas, ao usarem este dispositivo, se distanciam dos princípios da politecnia, pois institucionalizam a segregação entre gestão e execução e obliteram a realização de um rodízio inter-setorial, seccionando os trabalhadores associados para a realização de atividades intensas em trabalho manual ou intensas em trabalho intelectual a partir de competências que foram obtidas às expensas do coletivo. E a negativa de aplicação de tal dispositivo pode implicar na saída de sócios com formação técnica, que encontram com relativa facilidade emprego formal na região ou em grandes centros, enquadrando-se enquanto capital humano, força de trabalho a ser explorada, deixando de dar o retorno esperado às cooperativas.

As cooperativas então podem deparar-se com um dilema: incentivar a formação técnica dos jovens e demais trabalhadores associados, garantindo postos de trabalho com condições diferenciadas, mas ao custo de comprometer a isonomia na organização do trabalho com a criação de grupos privilegiados, descontentando sobremaneira outros cooperados, podendo perder sócios em um ou outro caso. Somado a este dilema, as cooperativas relatam outro problema: a liberação de quadros para atividades junto aos movimentos sociais, quadros estes geralmente com formação técnica e competências comprovadas, que justamente por este motivo são convidados a exercerem funções nos movimento,

desfalcando a cooperativa muitas vezes em mais da metade dos seus trabalhadores associados com formação superior completa.

O esforço coletivo para formar os quadros, liberando-os para os estudos ou para atuarem nos movimentos sociais, acaba frustrando as expectativas da cooperativa, o que, inevitavelmente, incita que o coletivo questione se o esforço de todos os sócios para a formação técnica de alguns trabalhadores associados para a melhoria das atividades produtivas vale à pena, ou se a cooperativa deve investir no aprendizado prático apenas na própria atividade de trabalho, sem conjugar os componentes científicos e empíricos do trabalho, abrindo mão da proposta politécnica. A este respeito cabe colocar os próprios cooperados no debate:

O que dá pra perceber é que o jovem se forma, vem pra dentro e trabalha bem na teoria, mas na prática não... alguns aplicam o que aprendem, mas outros vem com a teoria, parece que ele não quer é botar a mão na massa, parece que como ele estudou, se formou, ele não quer acordar de madrugada, ele quer orientar, alguns até acabam indo embora. Ele tem uma certa formação, mas na prática ele perde para o sócio que tem experiência (CPU3); aqui na Copavi tem um problema: muitos jovens tem o discurso de que vão estudar, ficam 5 anos estudando e daí voltam para tirar leite? Ou capinar? Eles não querem. E eles sabem que aqui dentro esse serviço vai ter de acontecer, todo mundo ficar no escritório é que não vai dar (CPI1); o importante é colocar para os jovens que todo trabalho aqui é importante, eles que vão tocar a cooperativa, a cooperativa é deles e tem que ter estudo pra melhorar a produção (CPA2); a gente sabe que quem se forma não vai querer trabalhar na roça. A gente precisa achar um jeito de colocar o pessoal formado na indústria... o que não é justo é que a cooperativa invista na formação e depois não tem retorno, até desanima se esforçar para formar o pessoal (CPI2); o numero de pessoas liberadas é muito grande, pelo fato do assentamento ser pequeno, isso se torna um problema para a cooperativa... conforme vai tendo pessoas formadas é solicitado para outras tarefas fora do assentamento... o que se percebe é que as pessoas que estão no dia a dia nos trabalhos ficam desmotivadas por que fica uma carga muito grande, manter a cooperativa, os estudantes e os liberados (CPN2).

Em resumo, às cooperativas se coloca uma inflexão ao incentivarem a formação de seus quadros nas áreas técnicas e científicas: a) uma formação

técnica e política plena, politécnica, dos trabalhadores associados, permitiria sua transição nas diversas atividades de produção e gestão, gerando postos de trabalho convidativos aos jovens e outros novos associados, para que estes se mantenham no empreendimento constituindo suas famílias. A cooperativa pode então declinar da perspectiva de contratação de força de trabalho, realizando suas atividades com a utilização exclusiva de trabalho associado sob a autogestão. A fusão entre os núcleos de gestão e execução do trabalho seria dinamizada pela interação dos cooperados em várias funções, fazendo uso de competências diversas, que os habilitasse para a execução de todos os tipos de tarefas sem resistências estabelecidas, abrindo caminho para a consolidação dos princípios da politecnicidade. b) a formação técnica de muitos trabalhadores associados revelaria uma tendência de constituição de um grupo dotado de competências imprescindíveis para atividades estratégicas de agregação de valor à produção. Este grupo apresentaria demandas por maior remuneração de seu trabalho, se negando a contribuir em tarefas sem correspondência com suas especialidades, reservando para si a atuação em atividades em que o trabalho intelectual se sobressaia, preterindo de trabalho manual e deixando-o a cargo de outros trabalhadores que não disponham de capacitação para exercerem atividades 'mais complexas' sob o ponto de vista da racionalidade técnica. Seriam estabelecidas classes de trabalhadores no interior da cooperativa, e a divisão técnica do trabalho levaria à instauração da heterogestão, solapando a aplicação da autogestão e da politecnicidade e ato contínuo da cooperação autêntica.

A condução da trajetória das cooperativas sob a égide da autogestão e dos princípios da politecnicidade se dá pela capacidade das cooperativas de conduzir a formação técnica para o trabalho em paralelo com a formação política, ambas colocadas como ferramentas utilizadas em prol do coletivo. Afinal, as novas competências que os trabalhadores associados assimilam são antecedidas por disponibilização de tempo dedicado ao estudo teórico, com o suporte integral das cooperativas. Como forma de democratizar o acesso à formação, buscando equalizar a aquisição de competências, o rodízio nos setores de produção seria acompanhado pelo rodízio para a realização de cursos de formação técnica e política entre os jovens e os mais experientes, fazendo com que a totalidade dos cooperados acessem várias modalidades de formação, satisfazendo as demandas do coletivo bem como as demandas individuais.

A formação deve se adequar às prerrogativas da produção, dos segmentos de mercado com que a cooperativa se relaciona, mas deve também contemplar as expectativas internas do coletivo e dos movimentos sociais nos quais as

cooperativas estão imersas, e, nesse ponto, questiona-se a validade da educação formal vigente, que pode trazer consigo a ideologia dominante de instauração de classes distintas, sendo a prática pedagógica sectarista no campo da formação técnica e científica um dos pilares da sociedade de classes. Diferentemente, a formação dos trabalhadores associados seria norteadada por currículos adequados à realidade da autogestão e do trabalho associado. A este respeito, vale pontuar a reflexão de Dal Ri (2004, p.88)

Com a expansão dos assentamentos e a opção do Movimento pela impulsão das formas de trabalho associado, as necessidades educacionais ganharam premência e novos requisitos. A formação ideológica e política redefinem-se à luz do fato de que a luta passa a se dar concomitantemente no campo político e econômico, e o cuidado com as atividades produtivas requer conhecimentos técnicos específicos. O mais importante é a constatação de que o sistema de educação oficial, imprescindível por seus conteúdos em tantos aspectos, não é adequado à formação política dos membros do MST, nem tampouco à formação econômica das pessoas que integram o nascente sistema de trabalho associado.

A arquitetura de cursos de formação técnica e política pelas cooperativas, movimentos sociais e parceiros estratégicos tem se mostrado fecunda e pode apontar para o acesso a uma pedagogia revigorada pela negação da divisão técnica do trabalho, da exploração da força de trabalho, propondo, pelo contrário, uma formação que se pautar pela igualdade entre os trabalhadores e entre as atividades de trabalho, tendo no horizonte a perspectiva da autogestão, adquirindo assim contornos de uma formação politécnica plena.

Considerações finais

Este artigo se propôs a contribuir para o debate sobre o conceito de politecnia enquanto uma ferramenta aplicável na constituição do trabalho associado em ambientes autogestionários. Um dos vértices da autogestão é a possibilidade de que todos os atores envolvidos tenham acesso aos diversos conhecimentos referentes à gestão do empreendimento, acessando as atividades pertinentes ao desenvolvimento da produção, participando do processo decisório sobre o que produzir, para que produzir, como produzir, atuando da mesma forma no que tange à execução das atividades de trabalho. Em uma palavra, conjugar trabalho intelectual e trabalho manual, diferindo portanto da dinâmica da organização do

trabalho sob o capitalismo, marcado pela separação entre os elementos científicos e técnicos, o que fomenta a separação entre os que gerem e os que são geridos. Neste contexto, a formação para o trabalho sob a ótica da politecnicidade é estratégica para que os trabalhadores associados desenvolvam toda sua potencialidade e atuem nos ambientes de gestão e execução da produção autogestionária.

A pesquisa realizada em quatro cooperativas populares que buscam realizar a produção coletiva sob autogestão permite identificar na formação para o trabalho a possibilidade de aplicação da politecnicidade enquanto um emulador do processo autogestionário. As cooperativas apresentam uma inclinação para harmonizar a formação técnica e a formação política, encontrando em sua trajetória contradições e óbices, mas buscando compreender estas contradições enquanto parte do processo de construção de uma autogestão que contemple a aplicação da politecnicidade, vislumbrando uma formação para o trabalho que objetive a omnilateralidade de seus trabalhadores associados.

Referências

CALDART, R. S. **A pedagogia do Movimento Sem Terra**. Petrópolis: Vozes, 2007.

CHIARIELLO, C. L.. **Politecnicidade e polivalência na organização do trabalho em cooperativas populares e tradicionais**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós graduação em Engenharia de Produção, UFSCar, São Carlos, 2012.

CHRISTOFFOLI, P. I. **Eficiência econômica e gestão democrática nas cooperativas de produção coletiva do M.S.T.** 1998. Monografia (Curso de especialização superior em cooperativismo) – UNISINOS. São Leopoldo, 1998.

DAL RI, N. M.. **Educação democrática e o trabalho associado no contexto político-econômico do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. Tese (Livre-docência em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Marília, 2004.

GORZ, A.. **Metamorfose do trabalho**: crítica da razão econômica. São

Paulo: *Annablume*, 2003.

KUENZER, A. Z.. **Pedagogia da fábrica: as relações de produção e a educação do trabalhador**. São Paulo: Cortez Autores associados, 1986.

MACHADO, L. R. S.. **Politecnia, escola unitária e trabalho**. São Paulo: Cortez, 1991.

MARX, K.. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2006.

NOGUEIRA, M. A. **Educação, saber, produção em Marx e Engels**. São Paulo: Cortez Editora, 1993.

SAVIANI, D. **Sobre a concepção de politecnia**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 1989.

SINGER, P. I. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

AVALIAÇÃO AMBIENTAL DE ASSENTAMENTOS RURAIS: UMA ABORDAGEM COMPARATIVA MULTIVARIADA

*Marina Gulo Alcorinte¹
Larissa Fernanda Cazeiro²
Danielle dos Santos Araújo²
Guilherme Rossi Gorni³
Maria Lúcia Ribeiro³*

Resumo: O presente trabalho teve por objetivo avaliar variáveis ambientais de assentamentos beneficiados pelos programas de reforma agrária da Região Central do estado de São Paulo. A pesquisa foi realizada em duas modalidades de assentamentos: Projeto de Assentamento Federal – PA (Araraquara, Iaras, Colômbia e Piratininga) e Projeto de Desenvolvimento Sustentável – PDS (Ribeirão Preto, São Carlos e Descalvado), totalizando 60 famílias entrevistadas. Para verificar as características ambientais dos assentamentos, foram elaboradas as métricas: Score Ambiental por unidade produtiva (SA) e Análise Individual de Variáveis (AI), considerando cinco variáveis representativas de sustentabilidade ambiental: tipo de adubo utilizado na produção, classe de fertilizantes utilizados na produção, forma de tratamento de dejetos na unidade produtiva, existência de mata ciliar (APP) na unidade produtiva, e tipo de manejo da produção. Visando averiguar a efetividade ambiental entre as diferentes modalidades de assentamentos investigados foi utilizado o teste "t" de Student ($\alpha = 0,05$) com os valores de SA de cada lote. Os assentamentos classificados como PA apresentaram SA médio de 0,34 (0,21), e os PDS SA médio de 0,53 (0,17). Essa diferença entre as médias foi corroborada com o teste "t" ($p = 0,002$), indicando efetividades ambientais

¹Graduanda em Ciências Biológicas – UNIARA. E-mail: marina.alcorinte@gmail.com

²Graduanda em Farmácia – UNIARA.

³Docente do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – UNIARA.

distintas entre os dois modelos de assentamento: PDS podem ser considerados mais homogêneos, do ponto de vista ambiental, quando comparados ao modelo convencional (PA). A Análise Individual de Variáveis (AI) aponta diferenças entre as duas modalidades de assentamentos, porém, PA e PDS apresentaram deficiências nos parâmetros relacionados aos tratamentos dos dejetos, preservação da vegetação ciliar e manejo da produção.

Palavras-chave: Indicadores ambientais; Assentamentos rurais; Efetividade ambiental.

Abstract: *This study had as aim to assess environmental variables of settlements benefited from the agrarian reform programs in the central region of the state of São Paulo. The survey was conducted in two types of settlements: Federal Settlement Project – PA (Araraquara, Iaras, Colômbia and Piratininga) and Sustainable Development Project – PDS (Ribeirão Preto, São Carlos and Descalvado), where 60 families were interviewed. To check the environmental characteristics of the settlements, the following metrics were compiled: Environmental Score – SA per production unit and Single Variable Analysis – AI, considering five variables representative of environmental sustainability: type of fertilizer used in the production, class of fertilizers used in production, form of waste treatment in the production unit, the existence of riparian vegetation – APP (PPA – Permanent Preservation Areas) in the production unit, and type of production management. To assess the environmental effectiveness between the different types of settlements investigated here, Student's t-test ($\alpha = 0.05$) was applied, using the SA values of each land parcel. The settlements classified as PA presented an average SA of 0.34 (0.21), while the PDS showed an average SA of 0.53 (0.17). This difference between the averages was corroborated by the t-test ($p = 0.002$), indicating differences in the environmental effectiveness of the two settlement models: from the environmental standpoint, the PDS can be considered more homogeneous than the conventional model (PA). The single variable analysis (AI) indicated differences between the two types of settlements; however, PA and PDS presented deficiencies in the parameters related to waste treatments, preservation of riparian vegetation, and production management.*

Keywords: *Environmental indicators; Rural settlements; Environmental effectiveness.*

Introdução

Indicadores são variáveis que permitem a obtenção de informações de uma realidade, podendo ser combinados ou trabalhados isoladamente (RAMOS, 1997; RUA, 2006; SICHE et al., 2007). Desse modo, o uso desses instrumentos possibilita a caracterização e o acompanhamento de um espaço em suas várias dimensões (FERREIRA; AMADO, 2010) e sua aplicação vem crescendo na última década em várias áreas do conhecimento: biológicas (BIEGER et al., 2010), agrárias (LEITE JÚNIOR et al., 2013) e econômicas (VEIGA, 2009).

O objetivo da aplicação de indicadores provém da necessidade de simplificar o objeto de estudo, reduzindo-o a parâmetros, os quais devem representar os diferentes componentes do sistema: "correspondem a uma grandeza que pode ser medida com precisão ou avaliada qualitativamente, e que se considera relevante para a avaliação dos sistemas" (RAMOS, 1997). Assim, a construção de indicadores compreende uma atividade complexa, pois, envolve validade, objetividade, ser cientificamente aceito e baseado em dados disponíveis e de baixo custo, agregando informações e as transmitindo de forma simples, visando à tomada de decisões em conjunto com a comunidade (SICHE et al., 2007; GUIMARÃES; FEICHAS, 2009).

Desse modo, os indicadores vêm ganhando destaque na área ambiental, uma vez que, do ponto de vista das políticas públicas, eles permitem identificar e medir aspectos relacionados a problemas ou resultados de uma intervenção na realidade (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 2010). Entretanto, a mensuração por intermédio de indicadores apresenta limitações como qualquer outro tipo de métrica, como a perda da complexidade das informações (RAMOS, 1997; GUIMARÃES; FEICHAS, 2009).

No âmbito dos assentamentos, trabalhos que empregam indicadores vêm sendo realizados com o objetivo de avaliar o impacto ambiental dessas comunidades rurais, uma vez que, na maioria das situações, os assentados não são informados e cobrados para a preservação ambiental (FREIRE; BRAGA, 2011). Barreto; Khan e Lima (2005) investigaram a sustentabilidade dos assentamentos do município de Caucaia (CE), por meio da aplicação de questionários abordando as dimensões social, econômica e ambiental; Alves e Bastos (2011) adotaram a mesma metodologia para construir os índices de sustentabilidade dos assentamentos de Silvânia (GO); Freire e Braga (2011) estudaram o cumprimento das normas ambientais por parte dos assentamentos do estado de Pernambuco; Gavioli (2011) comparou agroecossistemas presente em um assentamento situado no estado de São Paulo, por meio da metodologia

MESMIS, abordando as três dimensões utilizadas para a análise da sustentabilidade; Mortais et al. (2012) avaliaram o impacto ambiental de dois assentamentos de reforma agrária, abrangendo as cidades de Santo Antônio do Leverger, Campo Verde e Confresa, por meio do software Sistema APOIA – Novo Rural; Leite Júnior et al. (2013) verificaram a qualidade de vida dos assentados e as questões ambientais das comunidades rurais, visando diagnosticar obstáculos a serem superados para se alcançar a sustentabilidade no desenvolvimento rural.

Nesse contexto, apesar da diversidade de temas, estudos que comparam diferentes modalidades de assentamentos, na esfera ambiental, são ainda incipientes na literatura. Embora a maioria dos autores não especifique a modalidade analisada, alguns estudos comparam assentamentos de mesma modalidade (ALVES; BASTOS, 2011; LEITE JÚNIOR et al, 2013).

Nessa perspectiva, o presente estudo objetivou avaliar, de maneira comparativa, aspectos ambientais de assentamentos rurais de duas modalidades diferentes beneficiados pelos programas de reforma agrária da Região Central do Estado de São Paulo.

Procedimentos metodológicos

Área de estudo

O presente estudo está inserido em um projeto mais amplo intitulado "Assentamentos Rurais, Quilombos e Desenvolvimento: bloqueios e perspectivas a partir de diversidades regionais" (Chamada Pública MCTI/CNPq/MEC/Capes – Ação Transversal nº 06/2011 - Casadinho/Procad), dentro do eixo temático Indicadores Socioambientais para o meio rural. O espaço amostral contempla sete assentamentos da Região Central do Estado de São Paulo pertencentes às cidades de Araraquara, Colômbia, Descalvado, Iaras, Piratininga, Ribeirão Preto e São Carlos. A relação e classificação segundo a modalidade produtiva de cada assentamento estão indicadas na Tabela 1.

Tabela 1 – Assentamentos da Região Central do Estado de São Paulo.

| Município | Assentamento | Classificação |
|------------------|------------------------|----------------------|
| Araraquara | Bela Vista do Chibarro | PA |
| Colômbia | Formiga | PA |
| Descalvado | 21 de Dezembro | PDS |
| Iaras | Zumbi dos Palmares | PA |
| Piratininga | Santo Antônio | PA |
| Ribeirão Preto | Fazenda da Barra | PDS |
| São Carlos | Nova São Carlos | PDS |

Fonte: elaborada pelos autores, 2014.

Coleta dos Dados

Os dados utilizados neste estudo são de natureza primária e foram obtidos por pesquisa direta por meio de questionários aplicados aos assentados no período de julho a agosto de 2011.

Score Ambiental por unidade produtiva e análise individual de Variáveis

O score ambiental por unidade produtiva (SA) e a análise individual de variáveis (AV) foram calculados através de respostas às perguntas básicas referentes às comunidades. Matematicamente, o SA e o AV podem ser definidos, respectivamente, como:

$$(i) \quad SA = \frac{\sum_{i=1}^n (Var)}{n}$$

$$(ii) \quad AV = \frac{\sum_{i=1}^n (Resp)}{n_L}$$

Onde: SA = Score ambiental por unidade produtiva; Var = pontuação da i-ésima variável na unidade produtiva; n = número de variáveis utilizadas no modelo; AV = análise individual de variáveis; Resp = valor atribuído a determinada variável na i-ésima unidade produtiva; nL = número de unidades produtivas por unidade amostral.

Consolidação das variáveis utilizadas no Cálculo do SA e AV

As variáveis utilizadas no modelo, bem como seus respectivos pesos utilizados para a mensuração do Score Ambiental por unidade produtiva (SA) e análise individual das variáveis (AV) estão apresentadas a seguir:

- i. Tipo de adubo utilizado na produção
químico (1) orgânico
- ii. Classe de fertilizantes utilizados na produção
químico (1) biofertilizante
- iii. Forma de tratamento de dejetos humanos na unidade produtiva
fossa simples (0,5) fossa incompleta (1) fossa séptica (1) rede de esgoto
- iv. Existência de mata ciliar (APP) na unidade produtiva
não (1) sim
- v. Tipo de manejo da produção
convencional (0,33) tradicional (0,66) conservacionista (1) agroecológico

Os valores do Score Ambiental, bem como da Análise Individual de Variáveis variaram entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1, maior a "nota" ambiental da unidade produtiva (lote) ou da unidade amostral.

Visando averiguar a efetividade ambiental entre diferentes tipos de assentamentos investigados foi utilizado o teste "t" de Student ($\alpha = 0,05$) com os valores de SA.

Resultados

A pesquisa foi desenvolvida mediante a aplicação de questionários especialmente elaborados a 60 famílias assentadas, sendo que 53% pertencem ao projeto de Assentamentos Federais (PA) e 47% ao projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS). Assentamentos classificados como PA foram implantados há mais tempo quando comparados aos PDS (Tabela 2), os quais vêm sendo criados, no Brasil, a partir de 1999 como consequência da crescente preocupação com o meio ambiente, estando em consonância com as legislações ambientais (ALVES; BASTOS, 2011). Dessa forma, há uma diferença significativa em relação à produção dos assentamentos antigos e novos, tendo em vista que as questões envolvendo o ambiente como um todo ganham cada vez mais força ao longo dos anos.

Tabela 2 – Ano de implantação de assentamentos rurais no Brasil.

| Assentamento | Ano de implantação |
|---------------------------|--------------------|
| PA Bela Vista do Chibarro | 1989 |
| PA Formiga | 1998 |
| PA Zumbi dos Palmares | 1998 |
| PA Santo Antônio | 2001 |
| PDS 21 de Dezembro | 2005 |
| PDS Nova São Carlos | 2007 |
| PDS Fazenda da Barra | 2009 |

Fonte: elaborada pelos autores, 2014.

Os assentamentos classificados como PA apresentaram SA médio de 0,34 ($S = 0,21$); e os PDS o SA médio de 0,53 ($S = 0,17$) (Figura 1).

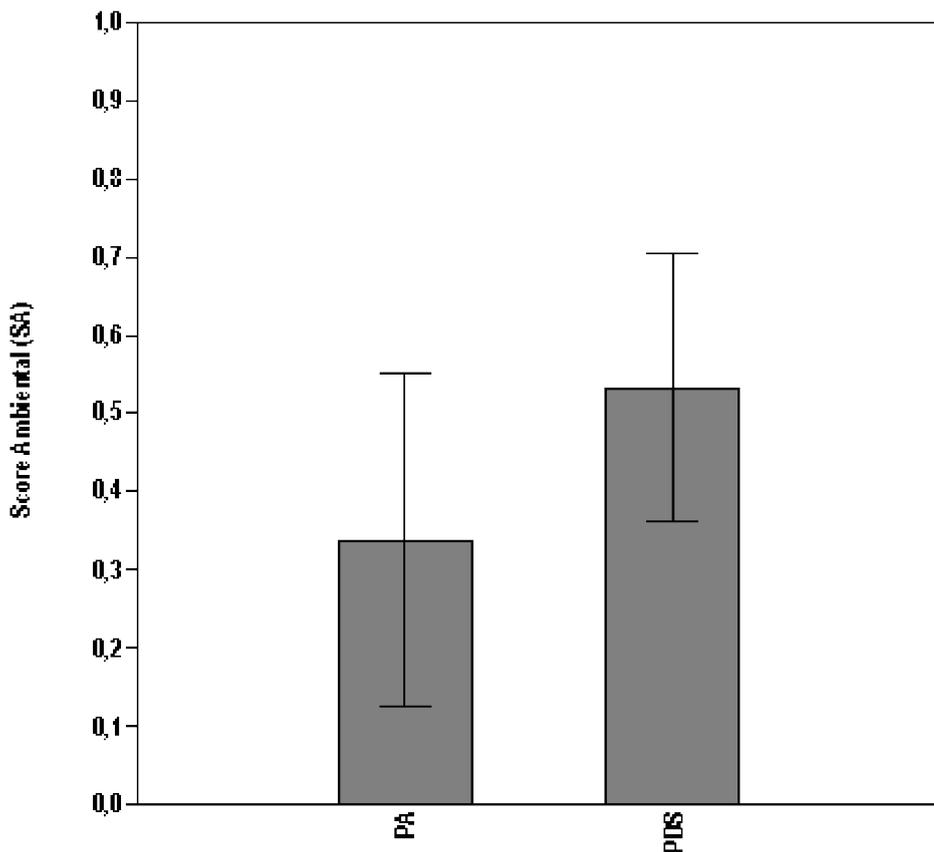


Figura 1 – Score Ambiental Médio de Assentamentos PA e PDS.

Fonte: elaborada pelos autores, 2014.

Com base nesses dados, os assentamentos PDSs podem ser considerados mais homogêneos quando comparados ao modelo PA, considerando as variáveis ambientais abordadas no modelo de análise adotado. A diferença registrada entre o SA médio dos assentamentos PA e PDS (0,19) foi corroborada pelo teste "t" de Student ($p = 0,002$). Este resultado aponta a ocorrência de diferenças significativas quanto à efetividade ambiental quando investigados os dois modelos de assentamento: PDS podem ser considerados mais homogêneos, do ponto de vista ambiental, quando comparados ao modelo convencional (PA). Essa menor homogeneidade dos assentamentos PA pode ser consequência de deficiências nas práticas ambientais mensuradas pelas variáveis selecionadas neste estudo.

A Análise Individual de Variáveis (AI) aponta as diferenças entre as duas modalidades, demonstrando as deficiências ambientais que os assentamentos apresentaram (Figura 2).

Os PDSs destacaram-se positivamente quanto ao tipo de adubo utilizado na produção (0,80) e quanto ao uso de agrotóxicos (0,84), enquanto os valores para os PAs foram respectivamente: 0,43 e 0,38. Em relação ao tipo de manejo de produção, os PAs ficaram aproximadamente 0,19 pontos abaixo dos PDSs. As demais variáveis apresentaram efetividades similares nos dois modelos: mata ciliar (PA: 0,21; PDS: 0,30), tratamento de dejetos (PA: 0,29; PDS: 0,30) e fertilizantes (PA: 0,60; PDS: 0,54).

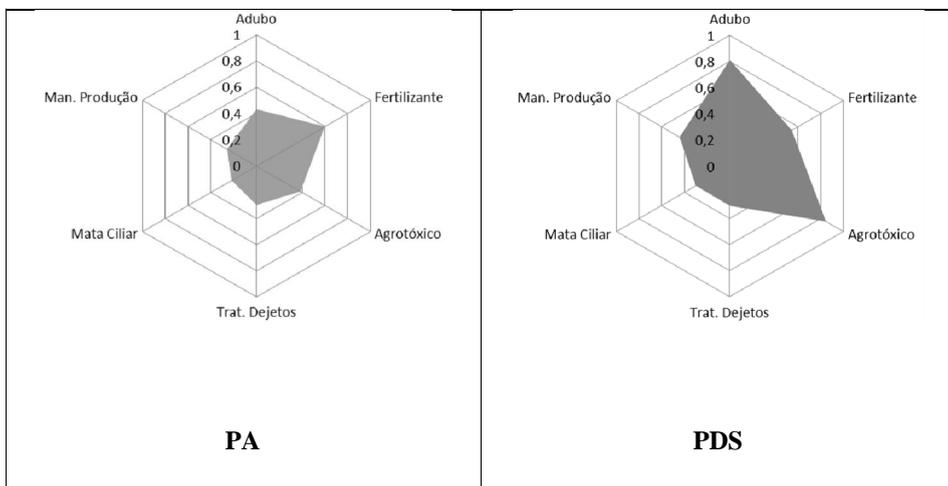


Figura 2 – Análise Individual de Variáveis (AI) em assentamentos PA e PDS.

Fonte: elaborada pelos autores, 2014.

Apesar dos PDSs terem apresentado bons valores para as variáveis adubo e agrotóxico, a análise conjunta dos indicadores aponta deficiências nos critérios ambientais investigados. Quando se compara o padrão extraído das análises desta pesquisa aos resultados de Leite Junior et al. (2013), observa-se similaridades dos assentamentos classificados como PA, demandando auxílio técnico para viabilizar a implementação de práticas conservacionistas, que podem melhorar a condição ambiental local. De maneira similar, Alves e Bastos (2011) também registram índices ambientais insatisfatórios para assentamentos pertencentes à modalidade PDS, o que sugere a adoção urgente de políticas

que visem ao aumento da utilização de práticas menos impactantes para ambas as modalidades de assentamentos.

Referências

ALVES, L. B.; BASTOS, R. P. Sustentabilidade em Silvânia (GO): o caso dos assentamentos rurais São Sebastião da Garganta e João de Deus.

Revista de Economia e Sociologia Rural, Piracicaba, v. 49, n. 2, p. 419 - 448, Abr. - Jun. 2011.

BARRETO, R. C. S.; KHAN, A. S.; LIMA, P. V. P. S. Sustentabilidade dos assentamentos no município de Caucaia-CE. **Revista Estudos Regionais**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 2, p. 225 - 247, Abr. - Jun. 2005.

BIEGER, L. et al. Are the streams of the Sinos River basin of good water quality? Aquatic macroinvertebrates may answer the question. **Brazilian Journal of Biology**, v. 70, n. 4, p. 1207 - 1215. 2010.

FERREIRA, D. M.; AMADO, R. F. Levantamento e análise de indicadores de sustentabilidade ecológica para propostas urbanísticas. **Ingepro: inovação, gestão e produção**, v. 2, n. 6, p. 63 - 72, Jul. 2010.

FREIRE, M. S. V.; BRAGA, R. A. P. Indicadores de cumprimento de normas ambientais em assentamentos de reforma agrária. In: ENCONTRO DA REDE LUSO-BRASILEIRA DE ESTUDOS AMBIENTAIS, 14, 2011, Recife. **Vulnerabilidade socioambiental na África, Brasil e Portugal: dilemas e desafios à memória do professor Manuel Serrano Pinto**.

GAVIOLI, F. R. Avaliação da sustentabilidade de agroecossistemas através de indicadores em um assentamento rural em São Paulo. **Verde**, Mossoró, v. 6, n. 5, p. 99 - 110, Dez. 2011.

GUIMARÃES, R. P.; FEICHAS, S. A. Q. Desafios na construção de indicadores de sustentabilidade. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 12, n. 2, p. 307 - 323, Jul. - Dez. 2009.

LEITE JÚNIOR, C. B. et al. Indicadores social-econômico e ambiental em

assentamentos de reforma agrária no cerrado goiano. **Campo-território: revista de geografia agrária**, v. 8, n. 16, p. 342-378, Ago. 2013.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO.
Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos – SPI. **Indicadores de programas: guia metodológico**. Brasília. 2010. 128 f.

MORAIS, M. A. V. et al. Impacto ambiental em assentamentos da reforma agrária no Mato Grosso. **Floresta**, Curitiba, v. 42, n. 3, p. 587 - 598, Jul. – Set. 2012.

RAMOS, T. B. Sistemas de indicadores e índices ambientais. CONGRESSO NACIONAL DOS ENGENHEIROS DO AMBIENTE, 4, 1997, Faro, p. 433-443.

RUA, M. G. **A avaliação no ciclo de gestão pública**. 2006.

SICHE, R. et al. Índices versus indicadores: precisões conceituais na discussão da sustentabilidade de países. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 10, n. 2, p. 137 - 148, Jul. - Dez. 2007.

VEIGA, J. E. da. Indicadores socioambientais: evolução e perspectivas. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 29, n. 4, p. 421 - 435, Out. - Dez. 2009.

POLÍTICAS PÚBLICAS E PARTICIPAÇÃO ECONÔMICA DE MULHERES ASSENTADAS: O CASO DO PAA NOS ASSENTAMENTOS DO PONTAL DO PARANAPANEMA

Laís Túbero Izidoro¹

Martha Esthela dos Santos Silva²

Luís Antonio Barone³

Resumo: Este artigo apresenta resultados preliminares de levantamento sobre a participação de mulheres assentadas no Programa de Aquisição de Alimentos num município da região do Pontal do Paranapanema (São Paulo). A partir de discussão sobre a questão de gênero no rural brasileiro e junto às populações beneficiárias das políticas de reforma agrária, avalia-se a "invisibilidade" da contribuição econômica da mulher – com atuação geralmente restrita às atividades de cuidado da casa e produção para autoconsumo – que se encontra em transformação tanto devido à mobilização das mulheres quanto a diferentes políticas públicas implementadas na última década. Uma dessas, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é analisado na sua operacionalização. Embora não gestado para esse fim específico, esse programa tem contribuído para a visibilidade do trabalho produtivo feminina nos assentamentos. A pesquisa se deu através da verificação da participação feminina nos documentos obrigatórios para inserção no PAA, revelando um percentual que praticamente se iguala ao dos homens. É discutido, em conclusão, que o fato do programa comprar produtos anteriormente cultivados exclusivamente para autoconsumo possibilitou

¹Graduanda do curso de Geografia da FCT/Unesp – Campus de Presidente Prudente/SP. Bolsista de Iniciação Científica (PIBIC/Unesp).

²Mestre em Geografia pelo IGC/Unesp – Campus de Rio Claro/SP.

³Sociólogo, professor assistente-doutor da FCT/Unesp – Campus de Presidente Prudente/SP.

essa performance das mulheres, que já eram responsáveis por essa produção.

Palavras-chave: Gênero; Reforma Agrária; Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

***Abstract:** This paper presents preliminary results of a survey on the participation in the Food Acquisition Program of women living in land reform settlements of "Pontal do Paranapanema" (São Paulo State). Based on the discussion on gender issue in the Brazilian countryside, especially in the beneficiary populations of land reform policies, it evaluates the "invisibility" of the economic contribution of women – generally restricted to acting with house care activities and production for self consumption – which is in transformation due either to the women's mobilization or to different public policies implemented in the last decade. Although not gestated for this specific purpose, the PAA program has contributed to the visibility of women's productive work in the settlements. The search was developed by verifying the female participation in the required documents for inclusion in the PAA, showing a percentage almost equal to the men's one. To conclude, it is discussed the fact that the program buys products formerly cultivated only for self consumption made this women's performance possible because they were already responsible for this production.*

Keywords: Gender; Land Reform; Food Acquisition Program (FAP).

Introdução: os assentamentos rurais como laboratórios de novas relações de gênero

Os assentamentos rurais consistem no fruto da luta das trabalhadoras e trabalhadores rurais sem-terra, constituindo-se como novos espaços rurais, repletos de contradições e complexidades, reconfigurando as relações de produção e de força no meio rural das distintas regiões do país. Por estarem inseridos em um contexto singular, os assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema – região do Estado de São Paulo mais fortemente impactada pela ação reformista dos governos estadual e federal – são um grande laboratório de novas experiências sociais, nas quais a questão de gênero ganha um especial relevo. Este trabalho se insere num esforço de reflexão acadêmica que não se limita à análise do desempenho econômico dos assentamentos, mas busca enfocar esse grande empreendimento social de conquista e manutenção da terra por

parte de agricultores familiares pauperizados.

A participação econômica das mulheres no meio rural – especificamente nos Projetos de Assentamentos (P.A.s) – é tema recorrente de estudos. Neste artigo, buscamos analisar a participação das mulheres no espaço econômico produtivo a partir do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), política pública que incrementa a produção agropecuária da chamada agricultura familiar (no Estado de São Paulo, notadamente a dos assentamentos de reforma agrária).

Entender que os assentamentos rurais também são espaços construídos de forma diferenciada entre homens e mulheres e que, portanto, reproduzem estruturas de subordinação existentes entre os gêneros, são argumentos que qualificam nossa pretensão de usar o gênero como categoria de análise para a compreensão da realidade ímpar dos assentamentos rurais.

No entanto, a complexidade dos assentamentos se faz por apresentar novas relações de produção (com a democratização da terra), assim como a possibilidade de novas relações de gênero. Como resposta do Estado frente às reivindicações dos que não possuem acesso à terra, a construção dessa política implica a concorrência de diferentes esferas de interesse. Os assentamentos rurais se fazem palco de disputas e de ação de governos que se dá em diversos níveis. Essa disputa coloca sempre em questão os poderes estabelecidos – sejam eles políticos, sociais e econômicos. Na condição de assentados, os trabalhadores deparam-se com novos problemas relativos à organização política e econômica, já que, muitas vezes, essas necessidades se apresentam de forma inédita para eles. Além disso, há a necessidade de desenvolvimento do vínculo social com a terra, outrora perdido devido ao êxodo rural decorrente da industrialização no campo (FERRANTE, BARONE, 2003). Essa nova condição e sua rede de implicações repercute na situação das mulheres assentadas, grupo social tradicionalmente subjugado por estruturas patriarcais (próprias das relações sociais camponesas), já que o "novo" da reforma agrária recoloca de forma crítica a posição e a participação das mulheres.

Quando analisamos as principais questões que norteiam as discussões sobre gênero nos assentamentos, podemos perceber que elas se referem direta ou indiretamente à questão do trabalho feminino. Isto porque tanto as políticas públicas de acesso à terra quanto as de acesso a créditos procuram gerar subsídios para que as mulheres possam romper a invisibilidade de seu trabalho dentro do lote. Desta forma, este estudo tem como fio condutor a hipótese que a autonomia financeira das mulheres se constitui como uma das questões fundamentais para superar a subordinação e a invisibilidade dessas frente aos homens.

Apresentamos, aqui, sobretudo, um estudo de dados compilados a partir das informações disponíveis em bases do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), que relacionam os agricultores familiares (pessoas físicas) portadoras de documentação específica e que participam do PAA. Inquietações e hipóteses foram manifestadas a partir desse primeiro levantamento, ensejando uma reflexão (materializada neste trabalho) e novos caminhos para a pesquisa sobre a atuação das mulheres na reforma agrária.

A invisibilidade do trabalho feminino no campo e as políticas públicas

Desde a inserção da lógica mercantil no campo, que modificou as relações de produção, encurralando a agricultura familiar, as mulheres vêm se organizando como forma de reivindicar não só o seu espaço dentro do meio rural como também seu papel para além do trabalho reprodutivo. Na reforma agrária, essa realidade tem matizes bastante distintas e especiais: se no contexto de luta pela terra por vezes as relações patriarcais são superadas pela necessidade de homens e mulheres estarem na militância política, é sabido que, no âmbito do lote, as igualdades são sufocadas pelos papéis sociais impostos (RUA, ABRAMOVAY, 2000; GARCIA, 2004). Quando se analisa a questão de gênero na conquista da terra, por exemplo, vemos que o acesso à terra por parte das mulheres é mais baixo, não só no Brasil, mas em toda a América Latina (PAULILO, 2004). Isso sugere que, embora tenha ocorrido uma democratização do acesso à terra, seu acesso ainda não ocorre de forma igualitária entre homens e mulheres. Os assentamentos se fazem produto de luta pela reforma agrária e, neste contexto de conquista, o papel da mulher se apresenta oscilante, já que embora sejam atuantes no processo de conquista, têm seu papel secundarizado na dimensão familiar e produtiva no lote nos assentamentos. (BARONE, et. al., 2012).

No entanto, políticas públicas têm buscado intervir especificamente nesta realidade – notadamente a partir do início deste Século – garantindo direitos e criando oportunidades para que as mulheres rurais (e as mulheres assentadas em especial) possam ser protagonistas de suas vidas e terem participação ativa nas esferas política e econômica. Mesmo assim, dentro do lote a existência de políticas públicas podem não ser garantia absoluta de autonomia para as mulheres. Reconhecer os direitos e inseri-los nas políticas públicas não garantem sua efetividade.

Em pesquisa que utilizou dados obtidos através da pesquisa realizada entre a

Superintendência Regional do INCRA (SP) e o NUPEDOR/UNIARA⁴ foi possível diagnosticar que, mesmo no caso de políticas públicas específicas nas quais o protagonismo feminino é pressuposto, o índice de acesso é baixíssimo. Nos assentamentos localizados na região do Pontal do Paranapanema, por exemplo, apenas 2% das assentadas entrevistadas declararam ter acessado o crédito de instalação denominado Apoio Mulher (BARONE et. al., 2012).

A modalidade Apoio Mulher, segundo o INCRA (2013), não ultrapassa o valor de R\$ 2,4 mil (sendo um dos fomentos rurais que apresentam o valor mais baixo). Para se ter acesso a este crédito é necessário que as mulheres estejam organizadas em grupos produtivos e devem ter a ajuda do ATES (Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária) para elaborar o Projeto Básico (MDA, 2013). O baixo acesso, evidenciado no caso do Pontal do Paranapanema, mostra que esta política pública não teve impacto significativo na mudança das relações de gênero nos assentamentos. Como foi constatado por Barone et. al. (2012), o crédito é visto com desprezo por parte dos maridos e técnicos, envolvidos a uma cultura machista.

Inseridas tanto no trabalho doméstico, que inclui os cuidados com a casa, os filhos e o quintal (hortas, pomares e pequenos animais), quanto em trabalhos ligados a relações comerciais, esses sempre tidos como "ajuda" aos maridos, as mulheres do campo têm sua mão de obra categorizada como subalterna⁵. A problematização da invisibilidade do trabalho feminino se dá na difícil dissociação entre trabalho produtivo e trabalho não produtivo, ambos presentes no lote familiar rural, Segundo uma estudiosa do tema:

E assim o único esforço físico ou mental que passou a merecer o nome de trabalho produtivo e a ser remunerado foi o despendido nas atividades consideradas econômicas. Daí a separação entre trabalho produtivo e

⁴O Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (NUPEDOR), grupo de pesquisa que há décadas se dedica à temática da reforma agrária em São Paulo, realizou, no ano de 2011, uma importante pesquisa sobre o desenvolvimento dos assentamentos do Estado e o impacto das políticas pública nesses espaços, através de uma parceria com o INCRA (regional São Paulo). Esse banco de dados ainda é fonte que está sendo explorada, dadas a abrangência das questões levantadas e a cobertura da amostra.

⁵Como indicador desta ausência de reconhecimento da força de trabalho feminina, podemos citar o elevado número de mulheres caracterizadas como trabalhadoras sem remuneração (RUA, ABRAMOVAY, 2000).

não produtivo, nada fácil de se visualizar quando não há separação entre unidade familiar e de produção, como é o caso do campesinato (PAULILO, 2004, pg.244).

Dentro da análise realizada por essa autora, podemos perceber uma das origens da secundarização do trabalho realizado pelas mulheres dentro do lote. Por se tratar de atividades que não geram renda, como o cuidado das hortas e quintais para o autoconsumo, assim como os demais trabalhos reprodutivos que se fazem no espaço doméstico, as atividades realizadas por mulheres assentadas não são reconhecidas e acabam permanecendo no campo da invisibilidade. A mulher trabalha, mas o resultado econômico do seu esforço, bem como as decisões relacionadas a como a renda eventualmente obtida será aplicada fica majoritariamente sob responsabilidade dos homens.

Para além da mera configuração locacional, podemos compreender o espaço do lote de reforma agrária como um espaço socialmente construído – ou, como "*um conjunto de objetos organizados segundo uma lógica e utilizados (acionados) segundo uma lógica*" (SANTOS, 2006, p.24). Esta lógica na organização dos objetos, aqui entendidos como o **espaço da produção da agricultura familiar**, será utilizado/acionado segundo uma lógica, que avaliamos ser a da **divisão sexual do trabalho**. Por isso, avaliar o espaço produtivo dos assentamentos pressupõe entender as dinâmicas sociais que se fazem e que vão determinar sua organização e utilização. Dessa forma, o recorte de gênero e a questão do trabalho feminino ganham relevância ímpar.

Embora homens e mulheres estejam diariamente na labuta e o espaço do roçado e da horta estejam geralmente próximos, a hierarquização do trabalho exercido por homens e mulheres não consegue ser rompida. Para Garcia (2004), as diferentes experiências vividas por esses indivíduos se concretizam nas posições diferenciadas dentro deste espaço. Para a autora, a divisão sexual do trabalho seria a produção social do gênero, que por ser uma relação social acaba por ser também uma relação espacial.

A invisibilidade do trabalho feminino também dificulta a participação da mulher nas esferas políticas. Segundo Rossini (2008), ao entrar para o mercado de trabalho, na medida que seu trabalho gera renda, a mulher começa a se enxergar como trabalhadora e não mais como um elemento que fornece ajuda. Desta forma ela começa a se interessar por sindicatos (e pela política). No contexto da reforma agrária, entretanto, a participação política da mulher ainda se faz de forma muito tímida e bloqueada pelas posições machistas. Em estudo muito

reconhecido, mesmo quando a participação direta da mulher é bastante evidenciada, uma pauta que contemple as demandas específicas de gênero não é, em nada, prioritária (RUA, ABRAMOVAY, 2000).

Num estudo mais específico, realizado por Medeiros (2008), constatou-se que as mulheres assentadas participavam das reuniões de forma limitada, uma vez que opinavam sobre a gestão produtiva das culturas agrícolas, mas não possuíam acesso a informações e conhecimentos sobre as relações institucionais envolvendo a atividade. Em sua reflexão, a autora também problematizou o fato das decisões e conhecimentos serem direcionados somente para os homens, apontando também para uma participação mantenedora do poder já que "[...] o homem acumula um capital específico de conhecimento e de relações que o habilita a permanecer com as mesmas atribuições e manter sua posição de poder" (p.13).

Buscando elementos que possam garantir a inclusão da mulher em esferas não naturalizadas pelo patriarcalismo, as mulheres se colocam em luta e reivindicam direitos que extrapolam o simples acesso à terra e que forneça condições para que elas consigam se reconhecer como assentadas. Nesse sentido, Butto e Hora (2008) realizaram levantamento de alguns direitos conquistados pelas mulheres no campo – notadamente a partir de 2003 – o que nos fornece um panorama do avanço das políticas públicas para promover a igualdade entre os gêneros.

No entanto, conforme destacam as autoras, nem sempre elas por si só garantem uma efetiva implementação. Ainda segundo elas, uma conquista importante para as mulheres assentadas se deu já em 2003, quando do lançamento do II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA), através da portaria do INCRA nº981/2003 que garantiu a obrigatoriedade da titulação conjunta da terra para lotes de assentamentos constituídos por casais. Foi também neste ano que foi criado o Programa de Promoção de Igualdade de Gênero, Raça e Etnia – PPIGRE (BUTTO, HORA, 2008).

De forma geral, a pressão dos movimentos sociais que lutavam por políticas públicas que auxiliassem na superação do patriarcalismo levou à incorporação dessas pautas no pelo governo federal, gerando mudanças gradativas. Essa pressão foi fundamental para que a perspectiva de gênero fosse colocada em algumas instâncias políticas, como aponta Medeiros:

Essa pressão também foi importante para garantir a adoção de uma perspectiva de gênero em todos os procedimentos administrativos do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), como é o caso da institucionalização,

dentro do Ministério, do programa de ações afirmativas para igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres; o estabelecimento de uma meta de 30% na representação das mulheres na distribuição de créditos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e do Banco da Terra, quando este foi criado, bem como nos treinamentos do Pronaf e dos programas de extensão; o objetivo de assegurar, progressivamente, 30% de representação de mulheres na estrutura administrativa do MDA e, quando em 2003, tornou-se obrigatória a titularidade conjunta da terra (MEDEIROS, 2008, p.17).

Outra política pública vigente que busca contemplar os direitos das mulheres, indo além de uma perspectiva econômica, é o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR), criado em 2004, que visa oferecer documentos – como o Cadastro de Pessoa Física e demais documentos de ordem civil e trabalhista – garantindo maior cidadania às mulheres do campo. De posse destes documentos é possível, para as mulheres, maior autonomia burocrática e institucional, possibilitando, por exemplo, a obtenção da Declaração de Aptidão de Produtor, necessária para a inclusão nos programas de incremento econômico do governo federal como o PRONAF (não só, mas também o PRONAF Mulher) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) – alvo deste estudo. O PNDTR, ainda segundo o MDA, foi elaborado a partir da ajuda de movimentos sociais feministas – como o setor de gênero do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST – e o Movimento das Mulheres Camponesas – MMC – (MDA, 2013).

Entretanto, embora haja um crescente número de políticas públicas que têm como objetivo a superação do patriarcalismo no campo, a maior parte delas ainda enfrenta resistência oriunda de posições machistas, como é o caso do crédito de fomento Apoio Mulher – no já citado caso em que as assentadas foram explicitamente desestimuladas por parte de técnicos e maridos para acessá-lo (BARONE et. al., 2012).

Desta forma as concepções naturalizadas do que seja o trabalho feminino modelam os discursos e entram as possibilidades de rompimento da subordinação. O trabalho produtivo das mulheres assentadas no lote não é reconhecido como componente integrante da produção e suas limitações dentro do núcleo familiar se expressam, sobretudo, na esfera produtiva (GARCIA, 2004). Porém, o espaço doméstico nos assentamentos de reforma agrária já não podem ser entendidos como um espaço que engloba diferenciações de

funções, já que a maior parte do que é produzido pelos assentados objetivando a comercialização também é destinado a alimentação da família, ainda que a divisão da mão-de-obra aplicada nas atividades comerciais e ao quintal sejam separados sobretudo por gênero.

O Programa de Aquisição de Alimentos e sua estrutura organizativa

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma política pública de fortalecimento da Agricultura Familiar e um programa de promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SANS). O programa articula a pequena produção agrícola às políticas de combate à fome, pois proporciona o desenvolvimento no campo e o enfrentamento da insegurança alimentar tanto no meio rural quanto no meio urbano. Criado pela Lei no. 10.696/2003, o PAA busca incentivar e dinamizar a agricultura familiar. Ele estimula a produção de alimentos com a garantia de comercialização e geração de renda para os pequenos produtores.

O programa vem para interligar as políticas agrárias às políticas de segurança alimentar, com a finalidade de incentivar a agricultura familiar por meio da comercialização da produção de baixa escala e atendendo aos segmentos de agricultores familiares que enfrentam dificuldades para a venda de seus produtos. Porém, no artigo 19 da referida Lei temos:

Art. 19. Fica instituído o Programa de Aquisição de Alimentos com a finalidade de incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos. (BRASIL, LEI FEDERAL 10.969/2003).

Então, se em uma ponta do programa está a agricultura familiar, na outra ponta estão os programas sociais e pessoas em situação de insegurança alimentar que recebem a produção agrícola que é doada. Sendo assim, o programa gera renda para os agricultores no campo e colabora com o enfrentamento da fome e da pobreza na cidade. (D'ÁVILA, ROVERSI, 2010).

O PAA é resultado de um longo movimento de combate à fome e à pobreza, assim como as demais políticas do Programa Fome Zero. O Programa é destinado à aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares que se enquadrem no PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Os produtos são doados a entidades sociais (escolas, creches, asilos, hospitais, casa do menor, igrejas) e a famílias em situação

vulnerabilidade social. Dessa forma, a ação pública propicia a melhoria alimentar e nutricional à população mais vulnerável e atende uma antiga demanda por canais institucionais de escoamento da produção da agricultura familiar – especialmente dos assentados da reforma agrária.

A execução do programa é realizada em parceria com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e os governos estaduais e municipais. Há, também, um Grupo Gestor, envolvendo seis Ministérios Federais⁶. O Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) é responsável pela coordenação do Grupo Gestor do PAA, decidindo as normas para a operacionalização do programa, a sistemática de aquisição dos produtos e a comercialização.

O programa compra os produtos agrícolas diretamente com as associações de agricultores familiares, com os assentados de Reforma Agrária e com as comunidades tradicionais, via CONAB. O programa cria um vínculo entre os produtores de alimentos e as pessoas em situação de insegurança alimentar, colocando a possibilidade de valorização da agricultura familiar.

Os produtores do PAA são agricultores familiares enquadrados no PRONAF (categorias A e B), pescadores artesanais, silvicultores, extrativistas, membros de comunidades remanescentes de quilombos, comunidades indígenas e/ou assentados por projetos de Reforma Agrária, além de agricultores acampados. Dentre esse público, o Programa estimula a prioridade aos povos e as comunidades tradicionais, extrativistas, acampados da Reforma Agrária e atingidos por barragens.

Para participar do programa, o produtor deve possuir a identificação de agricultor familiar, comprovada por meio da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), sendo necessário, também, ser sócio de uma associação ou de uma cooperativa de produtores. Os beneficiários da a produção de alimentos são as entidades sociais (escolas, creches, orfanatos, asilos, casa do menor, igrejas, famílias em situação de vulnerabilidade social, hospitais, cozinhas populares, pessoas atendidas pelo Centro de Referência de Assistência Social – CRAS). Assim, o programa cria um mercado institucionalizado para a comercialização de alimentos, dinamizando a economia do meio rural. O mesmo atende à demanda alimentar dos programas sociais locais e articula diversos setores da sociedade.

⁶O Grupo gestor do PAA é constituído por representantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministério da Fazenda; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; e Ministério da Educação.

A compra dos produtos pelo Programa de Aquisição de Alimentos se efetiva entre cinco modalidades específicas:

1- **Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF)**: também conhecida como doação simultânea, esta modalidade visa garantia de renda ao agricultor familiar por meio da compra direta da produção ao preço de mercado;

2- **Compra Antecipada da Agricultura Familiar (CAAF)**: esta modalidade prevê a antecipação de recursos para o plantio da safra, sendo destinada exclusivamente aos agricultores familiares do PRONAF. A operação é realizada no momento do plantio e a entrega do produto pelo agricultor ocorrerá após a referida safra;

3- **Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar (CAEAF)**: esta modalidade atua no âmbito local e estadual, adquirindo produtos para formação de estoques e para fazer doação simultânea às populações em situação de risco alimentar;

4- **Compra Direta Local da Agricultura Familiar (CDLAF)**: esta modalidade é operada nacionalmente por meio de convênios entre Governo Federal e administrações municipais. Visa estimular a articulação entre a produção oriunda da agricultura familiar e o atendimento direto às demandas de suplementação alimentar e nutricional dos programas sociais das municipalidades, bem como de instituições locais que atuam no combate à fome;

5- **Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite (IPCL)**: esta modalidade, restrita às áreas de abrangência da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) – que são os estados da região nordeste e norte dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo – visa diminuir a vulnerabilidade social, combatendo à fome e à desnutrição. Ao mesmo tempo, pretende contribuir para o fortalecimento do setor produtivo por meio da aquisição de leite do produtor familiar.

As modalidades mais comuns para os assentamentos rurais de Reforma Agrária são a Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF), também conhecida como Doação Simultânea, que tem como objetivos, a garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável para pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade social; o fortalecimento da agricultura familiar; a geração de trabalho e renda no campo; e a promoção do desenvolvimento local por meio do escoamento da produção para consumo, preferencialmente, na região produtora. Também ocorre o acesso à modalidade voltada para a formação de estoque (CAEAF). Enquanto a primeira modalidade aproveita muito bem produtos com maior perecibilidade (hortaliças e frutas), a segunda pressupõe o

fornecimento de alimentos menos perecíveis (mandioca, feijão etc.).

A licitação para a compra dos produtos é dispensada para este tipo de aquisição. Porém, os preços não devem ultrapassar os valores praticados nos mercados regionais. De acordo com Mattei, "o Programa desburocratizou o processo de aquisição dos produtos da agricultura familiar, dispensando as regras de licitação requeridas pela Lei 8.666/93" (2007, p. 08). Ainda sobre a funcionalidade do programa, D'Ávila e Roversi (2010), citando Sabourin (2006), apontam que:

[...] o Programa de Aquisição de Alimentos constitui uma ferramenta estimulante para a produção, assegurando um preço garantido e, em geral, levemente superior ao do mercado de troca. Graças a esse sistema de abastecimento dos órgãos públicos (segurança alimentar, bem como merenda escolar, hospitais, etc.), é possível fazer com que, por meio da redistribuição, camponeses tenham acesso a mercados institucionais protegidos da concorrência do mercado capitalista. (SABOURIN, 2006, apud, D'ÁVILA, 2010, p. 260).

O programa beneficiou as camadas rurais que produzem em baixa escala e que tem dificuldade em agregar valor à produção. Agora, a partir da pequena produção, vão especializando-se e objetivando produzir em maior quantidade e qualidade, almejando entregar sua produção para outros programas governamentais. Isso resultou em um fortalecimento da agricultura camponesa, que se atrela a ações de combate à fome.

O PAA criou um mercado inexistente nas economias locais, pois sem a garantia de venda de *hortifruti*, muitos agricultores não cultivavam hortas. A matriz produtiva nos assentamentos do Pontal do Paranapanema, por exemplo era somente o leite (em alguns casos, conjugado com a mandioca). O programa melhorou a renda dos assentados e diversificou o campo com novas cores e sabores. O pasto cede espaço à agricultura, que produz os mais diferentes alimentos, melhorando o autoconsumo alimentar no campo e a alimentação na cidade. Populações que eram excluídas das feiras, quitandas e supermercados na compra de *hortifruti*, hoje têm acesso a esses alimentos.

Com o PAA, parte do problema de escoamento da produção agrícola foi sanada. O Programa propõe-se a realizar a compra direta da produção dos assentados, garantindo-lhes uma renda que permite o subsídio de necessidades básicas. Porém, ressalta-se, não foi dado nenhum reforço para a assistência

técnica, que já vinha com debilidades (BARONE et. al., 2012b).

O programa, ainda que com suas debilidades, coloca novas perspectivas para o campo, pois a produção agrícola de alimentos, antes quase inexistente no Pontal, retorna e uma das bandeiras mais importantes da reforma agrária ganha notória objetividade e percepção pela população urbana. Essa produção corta as cercas dos latifúndios e tenta romper com a separação campo e cidade, pois evidencia o espaço de produção de alimentos que é o assentamento rural. Novos arranjos produtivos são construídos no campo e a mulher, "produtora invisível" passa a ter fundamental importância, pois a mesma está diretamente ligada à produção do PAA, sobretudo na modalidade que recebe hortifrutis.

As mulheres e o Programa de Aquisição de Alimentos em Presidente Venceslau: aproximações e reflexões

O município de Presidente Venceslau⁷ localiza-se no oeste do Estado de São Paulo, na região conhecida como Pontal do Paranapanema (Figura 1). Essa região, que mais teve conflitos por terras no Estado (LEITE, 1996) ainda é palco de inúmeros conflitos fundiários.

Este processo de luta resultou na criação de mais de uma centena de assentamentos na região. Entre 1996 e 2009, cinco assentamentos rurais foram instalados no município de Presidente Venceslau: Primavera, Tupanciretan, Radar, Santa Maria e São Camilo. A implantação do PAA neste município iniciou-se em 2009-2010, com uma associação de produtores denominada Renascer, localizada do assentamento Primavera. Em Presidente Venceslau, temos projetos do PAA nos cinco assentamentos, além da participação de uma associação (Associação dos Produtores Água da Colônia) formada por sítiantes tradicionais (Silva, 2013).

⁷Representativos do contexto do Pontal do Paranapanema e em Perímetro declarado devoluto pelo Judiciário, os assentamentos rurais do município Presidente Venceslau são monitorados há mais de 10 anos pelos grupos "Ruralidades, Habitat e Cidadania" e "Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Popular" (GEPEP), ambos da FCT/Unesp - Campus de Presidente Prudente.

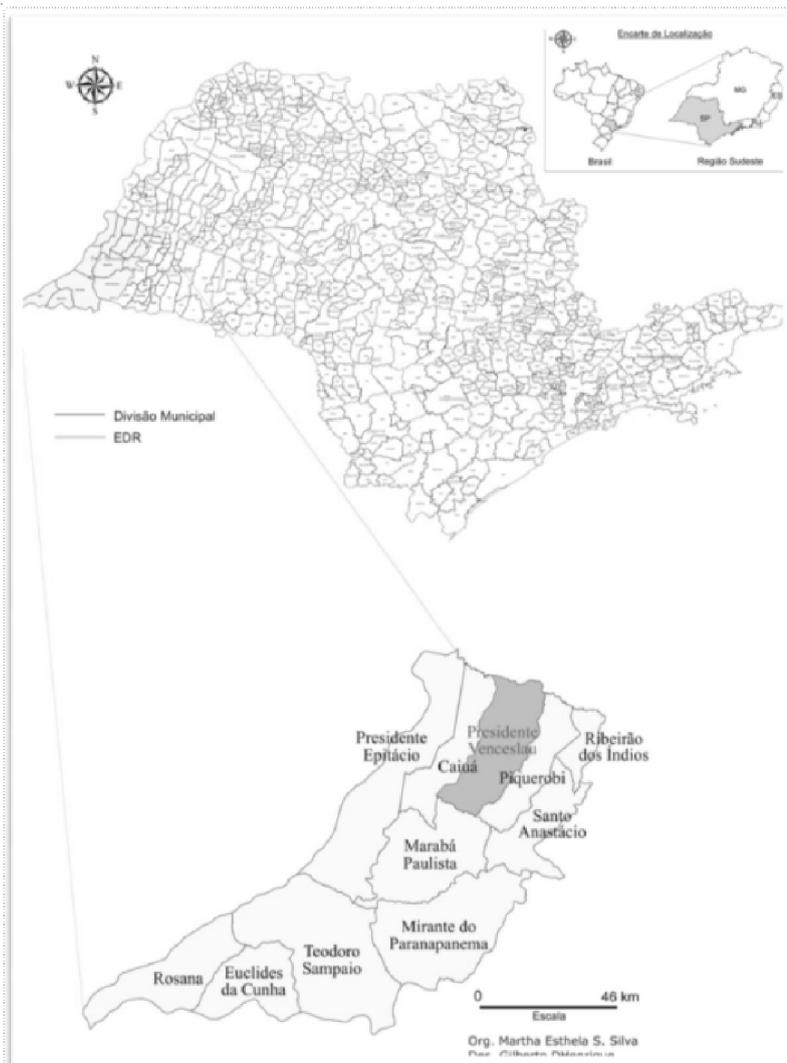


Figura 1 – A região do Pontal do Paranapanema, com destaque para o município de Presidente Venceslau

Fonte: SILVA, 2013.

Como já citado anteriormente, para que haja a participação no programa o(a) produtor(a) precisar ter a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP); e é a partir deste elemento que se inicia a problemática das mulheres assentadas no tocante à participação no PAA. A DAP, documento criado em 1995, é

responsável por identificar produtores familiares e suas formas associativas que estão aptos a se inserirem no Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Seu uso se faz como um banco de informações que serve também para o acesso a outras políticas públicas, como o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), o Garantia-Safra, entre outros. Somente no ano de 2004, com pressão dos movimentos de mulheres do campo, a titularidade da DAP passa a ser obrigatoriamente emitida em conjunto (marido/mulher).

Siliprandi e Cintrão (2011) realizaram um abrangente estudo sobre a participação das mulheres no PAA⁸. Para as autoras, devido às dificuldades existentes para que as mulheres assentadas emitam sua DAP, o trabalho exercido por elas no PAA se torna invisível, já que, por terem maior facilidade para a emissão da DAP, são os maridos que ficam formalmente cadastrados no programa. Neste contexto, o PNDTR se faz de suma importância, já que um dos documentos necessários para a emissão da DAP é o CPF, documento que muitas mulheres no campo ainda não possuem.

Esclarece-se que, embora a DAP seja emitida com a assinatura conjunta dos dois titulares (marido e mulher), o pagamento do que foi fornecido ao PAA é feito para somente uma pessoa, a que possui cadastro através de seu CPF (SILIPRANDI e CINTRÃO, 2011). Entretanto, nem sempre este cadastro revela a força de trabalho empregada na atividade agrícola. As autoras supracitadas realizaram um levantamento da participação formal das mulheres no PAA, destacando que:

(...) a participação formal de mulheres no programa - indicada pelo percentual de mulheres que aparece nos contratos do PAA - subestima a real participação das mulheres no Programa, especialmente nas modalidades de Compra Direta com Doação Simultânea, mesmo sendo essas as em que aparecem os maiores percentuais de mulheres (SILIPRANDI, CITRÃO, 2011, p.166).

Podemos inferir, desta forma, que o PAA tem contribuído com a ruptura da exclusividade do espaço doméstico para o reconhecimento do trabalho feminino.

⁸Este artigo reconhece a relevância do estudo de Siliprandi e Cintrão (2011) para a reflexão aqui ensaiada, sobretudo quanto à metodologia de análise dos dados, bem como uma leitura da realidade com enfoque no gênero.

Entretanto, devido ao machismo implícito na distribuição da documentação, este trabalho ainda aparece secundarizado. A destacada participação do trabalho feminino na horticultura deve-se ao fato de que essa cultura está mais diretamente ligada ao autoconsumo, ao espaço doméstico, que tradicionalmente é o espaço ocupado pela mulher.

Com a implantação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), contudo, os produtos da esfera casa-quintal ganharam um valor monetário, deixando de ser somente para o consumo alimentar familiar. Agora, este espaço gera renda monetária, apontando para a possibilidade de autonomia financeira para a mulher. Segundo Siliprandi e Cintrão, "(...) alguns deles [produtos do quintal] já eram vendidos pelas mulheres, mas em escala menor e com mais dificuldades, como as aves e os ovos, as hortaliças (bastante incluídas no PAA e em vários casos estimuladas por ele) e as frutas" (2011, p. 168).

Procurando conhecer a distribuição das DAPs e de que forma se faz a inserção das mulheres dos assentamentos de Presidente Venceslau/SP no PAA, fizemos levantamento em bancos de dados do MDA e da Conab. Os assentamentos pesquisados foram o Primavera e o Tupanciretan, ambos selecionados por serem os maiores e mais antigos do município.

O primeiro levantamento realizado foi o da distribuição de DAPs no município de Presidente Venceslau. É importante ressaltar que este levantamento não diferencia a categoria social em que o produtor se encontra, por isso o levantamento inclui tanto assentados de reforma agrária quanto agricultores familiares sem vínculo com a política de reforma agrária. Os dados, pesquisados no site do MDA, não possibilitam, também, verificar o vínculo do nome cadastrado com o Programa de Aquisição de Alimentos – já que a DAP serve para outros programas federais (como o próprio PRONAF). Nessa base de dados consta que existem 407 DAPs ativas. Entretanto ao realizarmos a conferência de todos os nomes presentes na lista, buscando diferenciar nomes masculinos e femininos, chegamos a um número de 690 DAPs ativas⁹ – número usado para a análise. A seguir, no Gráfico 1, apresentamos a distribuição das DAPs em Presidente Venceslau por sexo do titular.

⁹O site não fornece explicações desta disparidade dos números, razão pela qual optamos por analisar os 690 nomes apresentados na lista. A hipótese mais provável é que tenhamos a sobreposição de homens e mulheres (marido e mulher) co-participantes nas mesmas DAPs. Mesmo assim, consideramos adequada a utilização dessa lista, usando o número total da lista.

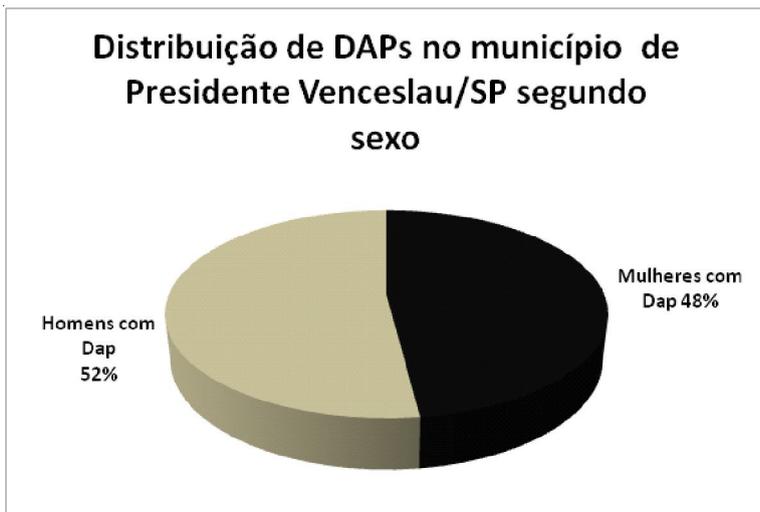


Gráfico 1 – Distribuição de DAPs no município de Presidente Venceslau/SP, de acordo com o sexo

Fonte: Adaptado de MDA – setor Transparência Pública (www.mda.gov.br). Organizado pelos autores.

A distribuição de DAPs no município de Presidente Venceslau se faz de forma equilibrada entre os sexos, embora os homens apareçam com um percentual de DAPs maior do que as mulheres. Em números absolutos, a distribuição se apresenta em 361 declarações de aptidão ao Pronaf no nome de homens, enquanto o número de mulheres com a declaração é de 329. Dentre as diversas causas possíveis deste equilíbrio quanto ao sexo podemos destacar a obrigatoriedade da emissão da titularidade conjunta nessas declarações, desde o plano Safra de 2004.

Outro banco de dados analisado foi o da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). A Conab se vincula ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e tem como função planejar e executar algumas políticas públicas ligadas ao meio rural. Atualmente, a principal política pública executada pela Conab é o PAA. Foi a partir do cadastro de DAPs relacionadas no site da CONAB como participantes do programa no ano de 2013 que realizamos nosso estudo. A análise da distribuição de DAPs foi realizada a partir do cadastro no PAA de três associações diferentes, localizadas nos dois assentamentos escolhidos como amostra deste estudo.

A primeira associação cadastrada no PAA aqui analisada (cf. Gráfico 2) foi a Associação dos Produtores Rurais Campos Verdes, localizada no assentamento Primavera. Esta associação fornece para o PAA somente na modalidade Formação de Estoque (CAEAF), sendo que a origem do recurso, neste caso vem do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA.

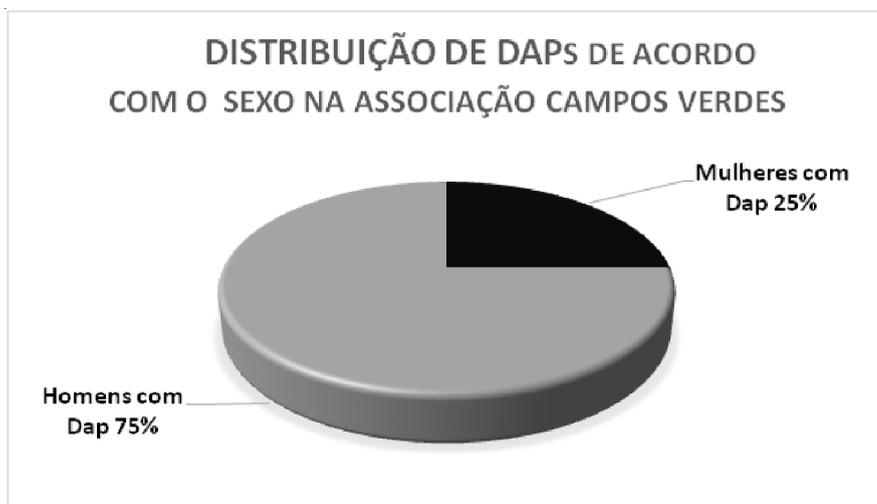


Gráfico 2 – Distribuição de DAPs na associação Campos Verdes, de acordo com o sexo

Fonte: www.conab.com.br; Organizado pelos autores.

No caso da distribuição das DAPs na associação Campos Verdes, vemos que a emissão em nome de homens é substantivamente maior. Enquanto as DAPs aparecem em 75% dos casos emitidas em nomes de homens, esta porcentagem no caso das mulheres é de 25%. Em números reais, constantes na base de dados acessada, do total de 24 DAPs cadastradas para acessar PAA na "Campos Verdes", apenas 6 são de mulheres. Evidenciamos que, neste caso, a distribuição de DAPs se faz expressivamente desigual, diferentemente do caso geral, apresentado no Gráfico 1, organizado a partir das informações colhidas no MDA.

A informação recolhida no site da CONAB foi corroborada por depoimentos tomados no próprio PA, junto à diretoria da Associação Campos Verdes. Ali soubemos que a associação só fornece ao PAA na modalidade formação de estoque, no qual existe a antecipação de recursos para a produção, que é

geralmente de mandioca ou feijão. Essa informação ajuda a explicar a forte prevalência masculina na operação do PAA nesta associação – que não entrega hortaliças e frutas em doação simultânea.

Outra associação presente no cadastro do PAA pesquisado no site da Conab é a Associação Renascer (Gráfico 3), também localizada no PA Primavera, mas que participa apenas da modalidade Doação Simultânea, na qual a origem do recurso é o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).



Gráfico 3 – Distribuição de DAPs segundo o sexo, na Associação Renascker
Fonte: www.conab.com.br; Organizado pelos autores.

No caso da Associação Renascker, a distribuição de DAPs entre produtores e produtoras se faz de maneira mais equilibrada, contudo em ligeira vantagem para as mulheres (elas, com 56% de presença). Em números reais, temos que, de 32 DAPs cadastradas, 18 são de produtoras e 14 são de produtores. Esta maior presença de mulheres cadastradas pode ser explicada pela modalidade de PAA a qual a associação está vinculada – a doação simultânea. A horticultura sé base da produção para essa modalidade e se insere no cotidiano das mulheres, responsáveis pela alimentação da família, que também faz uso desses alimentos.

Presente em outro assentamento, a Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Tupanciretan também foi analisada. A associação participa do PAA somente na modalidade Doação Simultânea e tem o cadastro de DAPs equilibrado entre os sexos, como mostra o gráfico 4, a seguir.



Gráfico 4 – Distribuição de DAPs na Associação de Produtores Rurais do Assentamento Tupanciretan, de acordo com o sexo
Fonte: www.conab.com.br; Organizado pelos autores.

Embora os homens apareçam com um percentual ligeiramente maior de cadastro de DAPs para o PAA do que as mulheres (51% X 49%), podemos analisar que a distribuição se faz de forma bem mais igualitária neste caso. Em números reais, temos que, de 51 DAPs cadastradas, 26 são em nome de homens e 25 em nome de mulheres.

Siliprandi e Cintrão destacam, em seu trabalho, que há a presença maior de mulheres com cadastro no PAA nas modalidades Compra Direta e Doação Simultânea, embora ainda assim, sua presença seja subestimada. No estudo apresentado pelas autoras aparecem, entretanto, casos em que esta regra não se aplica, já que o cadastro de DAPs no nome de homens se faz de forma quase sempre em número superior – mesmo nessas modalidades. No caso do recorte territorial utilizado por nós neste trabalho (Pontal do Paranapanema), a pressuposição de que uma maior presença feminina nas modalidades que abrigam uma maior diversidade agrícola, como no caso de Doação Simultânea, se faz verdadeira.

Corroborando com essa hipótese, temos, nesse contexto regional, como apontar possíveis correlações entre a participação feminina no PAA e no trato da horticultura – o que possibilita que as mulheres sejam mais presentes na participação do PAA na modalidade Doação Simultânea. Segundo Barone et al.

(2012b), para uma amostra que contemplou nove assentamentos de seis diferentes cidades, localizadas na região do Pontal do Paranapanema (sendo que uma delas compreende nosso recorte territorial, o P.A. Tupanciretã, em Presidente Venceslau), buscando identificar a inserção dos assentados em arranjos produtivos e em políticas públicas locais/regionais, bem como avaliar a importância do autoconsumo alimentar, a relação entre produção agrícola para autoconsumo e trabalho doméstico fica evidenciada.

Utilizando-se dados referentes aos cuidados da produção agrícola pelos membros da família, tem-se a seguinte configuração:

Tabela 1 – Responsabilidade pelo cultivo agrícola por tipo de produto

| | Homem (%) | Mulher (%) | Filhos (%) | Outros (%) |
|-----------------------|-----------|------------|------------|------------|
| CEREAIS | 44 | 42 | 14 | 0 |
| CANA-DE-AÇÚCAR | 64 | 9 | 27 | 0 |
| EUCALIPTO | 70 | 20 | 10 | 0 |
| HORTICULTURA | 42 | 48 | 10 | 0 |
| FLORES | 50 | 50 | 0 | 0 |
| FRUTAS | 52 | 43 | 5 | 0 |
| CAFÉ | 57 | 29 | 14 | 0 |
| MANDIOCA | 46 | 38 | 14 | 2 |
| PASTAGEM | 50 | 33 | 17 | 0 |

Fonte: BARONE et. al., 2012b.

A distribuição da mão de obra entre homens, mulheres e filhos tende a mostrar

maior participação masculina na agricultura. Como já colocado, há uma forte relação entre responsabilidade pelo cultivo e o papel social desenvolvido dentro do lote. Observamos que a horticultura é a única atividade que aparece com predomínio da mão de obra feminina. Isto pode ser explicado pela destinação principal desses produtos agrícolas, que vem a ser o autoconsumo – pois tradicionalmente, dentro da lógica patriarcal, fica como responsabilidade feminina a alimentação da família. Este conjunto de dados a respeito da produção permite inferir que a maior presença de mulheres na modalidade Doação no PAA se correlaciona ao fato desta modalidade abarcar produtos que usualmente são de responsabilidade feminina (como os hortifrutis) – embora seja possível que exista, por trás do número sempre inferior de mulheres responsáveis pelos outros diferentes cultivos, a visão machista da mulher que "só ajuda".

Considerações finais

A situação das mulheres assentadas em projetos de reforma agrária é bastante complexa, envolvendo, simultaneamente, um risco de retorno a uma condição submissa decalcada da ordem tradicional camponesa (patriarcal) e um horizonte de emancipação e de isonomia – oriundo da própria luta pela terra e das políticas públicas instituídas para o desenvolvimento dos PAs. Embora não especialmente voltado para promover essa igualdade de gênero (como é o caso de programas como o Fomento Apoio Mulher), o PAA tende a contribuir com essa pauta específica, promovendo a mulher ao posto de protagonista também no espaço produtivo gerador de renda monetária.

As informações levantadas na base de dados do MDA e da CONAB chegam, no caso estudado, a indicar prevalência de mulheres nas DAPs registradas por algumas associações (como a Associação Renascer, do PA Primavera). É interessante constatar que esses dados referentes aos assentamentos de Presidente Venceslau destoam daquilo que um outro estudo citado aponta (SILIPRANDI, CINTRÃO, 2011), ou seja, há uma maior participação feminina no PAA no caso aqui estudado. É difícil identificar todos os condicionantes desse fato. Podemos estar diante de uma exceção, constituída pelos assentamentos de Presidente Venceslau, ou arranharmos um contexto regional no qual a participação feminina nos assentamentos é mais autônoma (o Pontal do Paranapanema e a outrora forte presença do MST ali, estruturando a luta pela terra e, indiretamente, incentivando a participação feminina).

Com as políticas públicas que incentivam a horticultura e a fruticultura, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), a separação espacial entre casa-

quintal e roça-pasto passa a ser questionada, na medida em que, com a produção para o PAA, os espaços produtivo comercial e o de reprodução social (casa e quintal) tendem a se confundir cada vez mais. Se esses diferentes domínios existentes no lote, segundo sugere Rebouças (2000) num estudo sobre a organização espacial dos lotes de assentamentos, ainda são conservados pela divisão sexual do trabalho, já não será a destinação da produção um elemento absolutamente divisor do espaço produtivo/reprodutivo.

Um maior número de mulheres cadastradas no PAA evidencia também que este Programa tem atingido os espaços que, culturalmente, foram associados ao trabalho feminino e que, por não gerarem renda até então, tinham sua importância secundarizada. Ainda que o PAA tenha suas limitações e entraves, ele garantiu, por meio da compra daquilo que a mulher produz, uma reversão dessa visão machista. Antes invisível, o trabalho feminino exercido nas atividades mais comerciais realizadas no lote familiar, torna-se evidente, na medida em que o Programa, sobretudo na modalidade Doação Simultânea, compra produtos agrícolas que, por serem anteriormente utilizados só para o autoconsumo, tinham seu cultivo sob responsabilidade majoritariamente das mulheres (caso da horticultura). Além disso, é possível supor maior autonomia das mulheres, na medida em que as Declarações de Aptidão ao PRONAF (DAPs) cadastradas no PAA incluem muitas mulheres, o que as torna receptoras dos recursos provenientes da venda institucional de hortifrutis.

Referências

BARONE, L. A.; SILVA, A. A.; IZIDORO, L. T.; TEIXEIRA, A. L. Mulheres Assentadas do Pontal: papéis em transformação na luta pelo desenvolvimento da reforma agrária. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v. 15, p. 265-286, 2012.

BARONE, L. A.; SILVA, A. A. ; TEIXEIRA, A. L. ; IZIDORO, L. T. ; SOUZA, D. H. S.. Considerações acerca da produção nos assentamentos do Pontal do Paranapanema. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v. 15, p. 135-156, 2012b.

BUTTO, A; HORA, K.E.R. Mulheres e Reforma Agrária no Brasil. In: LOPES, A.L.; ZARZAR, A.B. (Orgs) **Mulheres na reforma agrária a experiência recente no Brasil**. Brasília, MDA, 2008.

D'ÁVILA, C. R.; ROVERSI, M. M. S. Programa de Aquisição de Alimentos. In: CONTI, I.L.; ROMERO, C. [et.al]. **Programa de Aquisição de Alimentos: Uma Inovação em Políticas Públicas de Segurança Alimentar e Nutricional**. Passo Fundo-RS, IFIBE, 2010.

DELGADO, G. C. et. al.. **Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar (PAA)** Texto para discussão nº 1145, Brasília: IPEA, 2005.

FERRANTE, V.L.S.B.; BARONE, L.A. Assentamentos rurais e poder local: os rumos da descentralização da reforma agrária. In FERRANTE, V. L. S. B. et alii (Orgs.) **Dinâmicas familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo**. Araraquara/Campinas/S. Paulo, EdUNIARA/FEAGRI/INCRA, 2003.

GARCIA, M.F. **A luta pela terra sob enfoque de gênero: os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema**. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

MATTEI, L. Programa de aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) Antecedentes, Concepção, e Composição geral do Programa. **Cadernos do CEAM**, Brasília, v. 7, p. 33-44, 2007.

MEDEIROS, L.S. de. Assentamentos rurais e gênero: temas de reflexão e pesquisa. In: LOPES, A.L.; ZARZAR, A.B. (Orgs) **Mulheres na reforma agrária a experiência recente no Brasil**. Brasília, MDA, 2008.

PAULILO, M.I.S. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n.01, p. 229-252, 2004.

REBOUÇAS, L. M. **O planejado e o vivido: O reassentamento de famílias ribeirinhas no Pontal do Paranapanema**. São Paulo. Annablume/Fapesp, 2000

RUA, M.G.; ABRAMOVAY, M. **Companheiras de luta ou "coordenadoras de panela"?: As relações de gênero nos**

assentamentos rurais. Brasília, UNESCO, 2000.

SANTOS, M. A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SILVA, M. E. S. A Representação da Social e a Territorialidade da Reforma Agrária no Espaço Urbano a Partir do Programa de Aquisição de Alimentos. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2013.

SILIPRANDI, E; CINTRÃO, R. As mulheres agricultoras e sua participação no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). In: **BUTTO, A; DANTAS, I.** (Orgs) **Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural.** Brasília, MDA, 2011.

Transparência Pública PAA: Banco de dados. Disponível em: <http://consultaweb.conab.gov.br/consultas/consultatransparenciapaa.do?method=abrirConsulta> >. Acesso em Abril, 2013.

CONAB. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/>>. Acesso em Abril, 2013.

MDA. Banco de dados: Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais. Disponível em: <<http://portal.mda.gov.br/portal/dpmr/>>. Acesso em Abril, 2013.

AGRICULTURA FAMILIAR E O PNAE: A IMPLANTAÇÃO DA LEI 11.947/2009 NOS MUNICÍPIOS DO CIRCUITO DAS FRUTAS-SP¹

Vanilde Ferreira de Souza Esquerdo²

Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco³

Fernando Rabello Paes de Andrade⁴

Resumo: A agricultura familiar brasileira é importante pela produção de gêneros alimentícios e também por permitir a manutenção do homem no campo, assim torna-se necessária a implementação de políticas públicas para a promoção do seu fortalecimento e reconhecimento. Em 2009 a Lei 11.947, aproximou a agricultura familiar e a educação, pois essa Lei determina que, do total de recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), no mínimo 30% deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações. Para a aquisição dos alimentos da agricultura familiar, os municípios devem realizar as Chamadas Públicas de compras. Após quatro anos da publicação da Lei no país, alguns municípios ainda possuem dificuldades para a sua implantação. O objetivo deste trabalho foi analisar a implantação da referida Lei nos municípios do Circuito das Frutas-SP. Foram

¹Este trabalho faz parte do projeto de pós-doutorado da primeira autora, intitulado: O impacto das políticas agrícolas nos municípios do Circuito das Frutas-SP, financiado pela Fapesp.

²Profa. Doutora, Faculdade de Ciências Aplicadas (FCA) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), e-mail: vanilde@yahoo.com

³Profa. Titular, Faculdade de Engenharia Agrícola (Feagri) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), e-mail: sonia@feagri.unicamp.br

⁴Doutorando na Faculdade de Engenharia Agrícola (Feagri) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); fernando.rabello.paes@gmail.com.

realizadas entrevistas com os atores do processo de implantação da legislação nos municípios. Verificou-se que ainda há municípios que não lançaram Chamada Pública para a aquisição de produtos da agricultura familiar, além da pequena adesão de agricultores familiares dos municípios que publicaram Chamadas Públicas.

Palavras-chave: Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Lei 11.947/2009, Agricultura familiar, Políticas públicas.

***Abstract:** Brazilian family farming is important for the production of foodstuffs and also for promoting the maintenance of man in the field, so it becomes necessary to implement public policies to promote their empowerment and recognition. In 2009, Law 11.947 approached family farming and education, because it determines that from the total financial resources allocated by the National Fund for Education Development - (FNDE), under the National School Feeding Program- PNAE, at least 30 % should be used to food purchase directly from family farmers and from the rural family entrepreneur or from its organizations. For the food purchase from family farms, municipalities must make Public Calls. Four years after the publication of Law, some municipalities still have difficulties with its implementation. The objective of this study was to analyze the implementation of the Law in the municipalities of the Fruit Circuit-SP. Interviews with the actors of the process of implementing the legislation were held in the municipalities. The results showed that some municipalities are still not using Public Call to purchase products from family farms, besides the small adherence of family farmers in the municipalities that have published public calls.*

Keywords: National School Feeding Program (PNAE); Law 11.947/2009; Family farming; Public policies.

1. Introdução

A agricultura familiar brasileira sempre foi um setor importante no meio rural, seja pela possibilidade da permanência do homem no campo, perpetuando suas tradições e culturas, seja pela produção de gêneros alimentícios para a população. Porém, ocupou um lugar secundário em relação às políticas públicas, uma vez que essas, prioritariamente, foram direcionadas às grandes propriedades monocultoras.

A partir da década de 1990, a agricultura familiar no Brasil começou a ter um reconhecimento enquanto categoria social e produtiva, pois foi a partir dos anos 1990 que o Estado passou a enxergar algumas de suas necessidades, implementando políticas públicas a seu favor. Como exemplos podemos citar em 1994 a criação do PROVAP (Programa de Valorização da Pequena Propriedade), que, segundo Mattei (2005) apesar dos resultados bastante modestos em termos de fortalecimento e distribuição de crédito aos agricultores familiares, teve sua importância por permitir a diferenciação dos créditos por categorias de agricultores. Além disso, esse Programa foi o passo inicial para a constituição, dois anos depois, do primeiro e mais importante programa direcionado à agricultura familiar, o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar).

O PRONAF foi fruto da organização e reivindicação dos trabalhadores rurais, que, no final da década de 1980, faziam diversas pressões sobre o Estado. Foi implementado com o objetivo de fornecer crédito e apoio institucional aos agricultores familiares, os quais até então eram excluídos das políticas públicas existentes. Apesar de representar a primeira grande conquista da agricultura familiar no que tange às políticas públicas não há um consenso sobre os impulsos que esse Programa pode causar quanto à melhoria de renda e de vida dos agricultores. Embora possua alguns problemas, é indiscutível que o PRONAF é a legitimação da importância de uma política de crédito para a agricultura familiar brasileira, categoria esta tão esquecida durante muitos anos.

A partir de 2003 houve a implementação de outro importante Programa para a promoção da agricultura familiar, o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos). Este Programa constitui-se numa das ações do programa Fome Zero, surgindo a partir de uma demanda da sociedade e de instituições públicas que trabalhavam para o fortalecimento da agricultura familiar aliado ao tema da segurança alimentar e nutricional.

Outro grande passo para a promoção da agricultura familiar está relacionado ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). A partir de 2009, com a implementação da Lei 11.947 se criou um elo institucional entre a alimentação escolar e a agricultura familiar local ou regional. De acordo com o artigo 14 dessa Lei, no mínimo 30% dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), aos Estados e municípios para a compra de alimentos para o PNAE deverão ser utilizados para a aquisição de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações.

Para a aquisição dos gêneros alimentícios da agricultura familiar os municípios devem realizar as Chamadas Públicas de compras, processo que dispensa a licitação. Porém, após quatro anos da publicação da Lei no país percebe-se que alguns municípios ainda possuem dificuldades para a sua implantação. Dada a importância dessa Lei este trabalho objetivou analisar a implantação da referida Lei nos municípios que pertencem ao Circuito das Frutas Paulista.

2. Metodologia

2.1 Área de Estudo

A área escolhida para o estudo foi o Circuito das Frutas, pois compreende dez municípios com presença marcante da agricultura familiar, principalmente para a produção de frutas e para o turismo rural. Essa área é um dos principais e melhores circuitos turísticos do estado de São Paulo. Os municípios que fazem parte do Circuito das Frutas são: Atibaia, Indaiatuba, Itatiba, Itupeva, Jarinu, Jundiá, Louveira, Morungaba, Valinhos e Vinhedo, que têm nas suas economias uma forte presença do setor rural, principalmente da fruticultura, com destaque para a produção de uva, morango, pêssego, goiaba, ameixa, caqui, acerola e figo.

A formação territorial dos municípios pertencentes ao Circuito das Frutas está ligada à chegada de imigrantes, europeus (a maioria italianos) e japoneses, para a região de Campinas, que foram responsáveis pela inserção de diversas culturas na região, através da introdução de seus costumes. A constituição do Circuito das Frutas é decorrente da cultura e tradições desses imigrantes, levando-se em consideração fatores que vão desde o cultivo das frutas até a formação de uma política de desenvolvimento do agroturismo (BERNARDI, 2009).

A permanência dos imigrantes nestes municípios é importante para o entendimento da atual configuração do Circuito das Frutas, pois foram eles que transformaram os municípios em referências no cultivo de frutas e na realização de festas e eventos.

A origem do Circuito das Frutas remonta a meados dos anos 1990, quando produtores rurais da região buscavam no desenvolvimento do turismo rural alternativas para a viabilização econômica de suas propriedades. Mas apenas no ano 2000 um grupo composto por 27 produtores rurais reuniu-se para a constituição da Associação de Turismo Rural do Circuito das Frutas.

Com a organização da associação houve o apoio das prefeituras dos municípios participantes, e entidades como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE/SP e Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – SESCOOP/SP. Na mesma época, o

interesse do governo estadual no desenvolvimento de roteiros turísticos propiciou a condição necessária para que, em 2 de outubro de 2002, fosse oficialmente instituído o Polo Turístico do Circuito das Frutas (PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, 2009).

A área total dos municípios que compõe o Circuito das Frutas é de 2.318 km², com população estimada em 1.070.400 habitantes. O Circuito das Frutas está localizado numa região próxima à grande São Paulo (PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, 2009).



Figura 1 – Mapa da localização do Circuito das Frutas-SP.

2.2 Instrumentos para o levantamento dos dados

Os dados sobre o PNAE, Lei 11.947/2009 no Circuito das Frutas foram levantados por meio da realização de entrevistas semiestruturadas com atores atuantes na concretização da Lei nos municípios do Circuito das Frutas. Assim, foram entrevistados os engenheiros agrônomos das Casas da Agricultura dos municípios, os engenheiros agrônomos das Secretarias de Agricultura das

Prefeituras e as nutricionistas das Prefeituras Municipais.

As entrevistas foram realizadas durante o período de janeiro a setembro de 2012, de forma diretiva, ou seja, estruturadas, onde as perguntas foram determinadas com antecipação. Para isso foi necessário, portanto, o uso de um roteiro de entrevistas.

Além das entrevistas para a obtenção de dados do PNAE, houve também a obtenção de dados levantados pela CEIA – Comissão Estadual Intersetorial de Alimentação Escolar, cuja constituição deu-se para ajudar na implementação, no Estado de São Paulo, da Lei nº 11.947, especialmente no que diz respeito à aquisição de produtos da agricultura/empreendedor familiar para a alimentação escolar. A CEIA tem uma constituição diversificada e conta com representantes do Ministério de Desenvolvimento Agrário; do INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; do FNDE – Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação; da CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento; da Secretaria de Agricultura do Estado por meio dos órgãos de extensão/apoio rural (como a CATI – Coordenadoria de Assistência Técnica Integral e a CODEAGRO – Coordenadoria de Desenvolvimento dos Agronegócios); do SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas; de gestores de alimentação escolar - Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo; de Conselhos de Alimentação Escolar - CAE de Guarulhos e de organizações do terceiro setor – a ONG Ação Fome Zero; a Faculdade de Saúde Pública – USP; o Instituto Via Pública e a ITESP – Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo. Os dados foram adquiridos pela CEIA em agosto de 2011. Para a realização deste trabalho, a aquisição dos dados levantados pela CEIA foi feita junto a CATI.

3. O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE

O PNAE foi criado em 1954 pelo Ministério da Saúde e formalizado em 1955 pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) com o objetivo de reduzir a desnutrição escolar e ao mesmo tempo melhorar os hábitos alimentares dos alunos.

Esse Programa tem como órgão gestor o Ministério da Educação, com a coordenação e recursos do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação). A Lei 11.947 além de criar um novo mercado, o da alimentação escolar, colabora para que a agricultura familiar se organize cada vez mais. Para quem adquire os alimentos, o resultado é mais qualidade na alimentação a ser servida, manutenção e na apropriação de hábitos alimentares saudáveis e mais desenvolvimento local de forma sustentável (BRASIL, 2009).

O FNDE conta com parcerias para a implementação desta legislação, entre elas tem-se a Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

A regulamentação da Lei 11.947 ocorreu através da Resolução 38 do FNDE, a qual regula os repasses de recursos federais para a alimentação escolar, prevendo a aquisição direta de gêneros alimentícios da agricultura familiar por meio das Chamadas Públicas, tornando-se um instrumento mais objetivo para a implementação do artigo 14 da Lei 11.947, proporcionando um contato inicial de forma legal entre os agricultores familiares e as prefeituras (MALINA, 2012).

As chamadas públicas são meios de aquisição de produtos em substituição à necessidade em se realizar a licitação, ou seja, por meio das chamadas públicas ocorre a aquisição de produtos da agricultura familiar sem a necessidade da realização de licitação. Porém, deve haver uma ampla divulgação da chamada e "conter minimamente as informações necessárias às organizações da agricultura familiar que se interessem em fornecer para a alimentação escolar, como produto, período e local de entrega, quantidade, padrão de qualidade." (MÜLLER, 2010).

O agricultor familiar pode participar da chamada pública de forma individual ou através de suas organizações, sejam elas informais ou formais, como associações e cooperativas. Para tanto, o agricultor familiar deve ser reconhecido formalmente, através da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). A DAP é o instrumento que reconhece legalmente os agricultores familiares (DAP Física) e suas organizações (DAP Jurídica) para o acesso a políticas públicas, como o Pronaf, o PAA e o PNAE.

Inicialmente a Lei 11.947/2009 previa como limite máximo de venda dos produtos da agricultura familiar o valor de R\$ 9.000,00 por DAP por ano. Em julho de 2012, esse limite máximo foi aumentado através da Resolução n° 25 que alterou a redação dos artigos 21 e 24 da Resolução 38, de julho de 2009. Com a alteração, o limite de venda ao PNAE passou de R\$ 9 mil para R\$ 20 mil por DAP/ano.

Assim, a aprovação da Lei 11.947/2009 é mais um importante passo para o reconhecimento do papel econômico e social da agricultura familiar na produção de alimentos no Brasil, uma vez que essa categoria de agricultura representava em 2006 84,4% do total de estabelecimentos rurais do Brasil. Mesmo cultivando uma área menor, foi responsável pela produção dos principais produtos destinados à alimentação humana, como: 87% da produção nacional da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, além de ser representativa na produção de suínos (59%), leite (58%), aves (50%), bovinos (30%) e trigo

(21%) (CENSO AGROPECUÁRIO, 2009).

Para quem produz, a nova Lei abre mais um mercado, o da alimentação escolar, onde o agricultor familiar pode atuar como fornecedor. Ao todo, atualmente, são 47 milhões de alunos, distribuídos em 190 mil escolas da Rede Pública de Ensino em todo Brasil. (BRASIL, 2011). Dessa forma, percebe-se que se abriu a oportunidade para um importante canal de comercialização dos produtos da agricultura familiar. Além disso, o fornecimento dos alimentos oriundos da agricultura familiar local pode contribuir para a melhoria da qualidade da alimentação escolar e promoção do desenvolvimento local.

4. O entendimento da Lei 11.947/2009 e sua aplicação nos municípios do Circuito das Frutas

Até 1994, o processo de aquisição dos gêneros alimentícios para o PNAE era centralizado, ou seja, os alimentos formulados e industrializados eram adquiridos de um conjunto selecionado de algumas empresas, através de licitação pública e, posteriormente, distribuídos para todo o território nacional. Essa prática de trabalho, na maioria dos casos, não era a mais adequada uma vez que os hábitos alimentares dos alunos são diferentes nas diversas regiões do país. Além disso, por diversas vezes os alimentos chegavam aos locais de destino já vencidos e impróprios para o consumo, aumentando ainda mais o desperdício de recursos.

Houve um avanço, a partir de 1994, com a descentralização dos serviços de compra dos gêneros alimentícios para as escolas. Com isso, a gestão da alimentação escolar pelos municípios permitiu elaboração e o planejamento dos cardápios de acordo como hábito alimentar das comunidades e a maior participação da sociedade civil através do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) no gerenciamento do Programa (SPINELLI e CANESQUI, 2002).

Com a promulgação da Lei 11.947 em 16 de junho de 2009, os municípios brasileiros tiveram que se adequar diante de uma nova forma de aquisição de gêneros alimentícios a serem distribuídos às escolas e creches, uma vez que até então o setor de compras das prefeituras possuía mais conhecimento e estava mais adaptado a realizar a compra por meio de licitações.

Em virtude dessa adequação, em 2009 os gestores públicos municipais responsáveis pela compra de alimentos e pela elaboração dos cardápios para a merenda escolar, começaram a se organizar para obterem informações sobre a forma de implementar a Lei nos municípios. Dessa forma, nos municípios do Circuito das Frutas, em 2009 não houve a publicação de nenhuma chamada pública, pois as informações sobre como ocorreriam as compras ainda não estavam claras a eles.

O primeiro passo (para a maioria das prefeituras) foi a busca por maiores informações sobre o que seria a chamada pública, pois havia um desconhecimento para a sua elaboração e seus regulamentos.

"Todas as prefeituras ficaram sabendo que precisava fazer a chamada, se não me engano teve um curso para todas as prefeituras explicando a obrigatoriedade de comprar da agricultura familiar regional. Eu sei de uma prefeitura que o chefe de gabinete foi chamado pra ter o curso de como estava funcionando, porque não sabia como fazer a chamada. Na verdade, ninguém sabia como fazer, como montar essa chamada, qual era a exigência, que até então era o atravessador comprou ali e tinha licitação." (Entrevista, C.G.A, ex-presidente da cooperativa "Entre Serras e Águas" e eng. Agrônomo da Prefeitura de Atibaia, 2012)

A Lei 11.947 estabelece para os gestores públicos novos desafios para a aquisição de produtos da alimentação escolar, pois exige modificações diretas no setor de compras e licitações municipal ou estadual para que as aquisições de alimentos sejam adequadas às exigências legais do artigo 14 da Lei, devendo-se estabelecer um maior envolvimento entre agricultores e os agentes públicos (BACCARIN *et. al.*, 2012).

Percebeu-se que os gestores públicos (agrônomos, nutricionistas e responsáveis pelo setor de compras) da maioria dos municípios do Circuito das Frutas buscaram informações sobre como elaborar a chamada pública, participando de reuniões organizadas pelo FNDE, pela CONAB e pela CATI. Em alguns municípios era requisitada a presença do Gerente de Operações da Conab do estado de São Paulo para que fossem esclarecidas algumas dúvidas sobre o chamamento público.

"Nos fóruns de merenda já se começou a falar muito da nova lei da merenda, aí depois a gente foi num curso em São Paulo mesmo. Eu fui no curso da Conab em Campinas, no Ital. Daí em São Paulo eu fui num curso que a prefeitura pagou pra mim e pra Ivone que é do setor de Compras, a gente ficou um dia todo no curso que falou como que ia fazer a aquisição, como ia fazer o chamamento, como que ia fazer a carta, tudo, daí de lá que conseguimos. Então foi assim, foi junto com a Educação, a Agricultura e o setor de Compras." (Entrevista, C.G., nutricionista, Prefeitura Municipal de Morungaba, 2012).

Para a implementação da Lei nos municípios é imprescindível que haja um diálogo constante entre os gestores públicos, municipais e estaduais, e os agricultores familiares.

Com o entendimento sobre a elaboração das chamadas públicas fazia-se necessário o conhecimento a respeito da agricultura familiar local, uma vez que os responsáveis pela elaboração do cardápio e compra dos alimentos, muitas vezes, sequer tinham noção do que era produzido no município. Assim, em alguns municípios do Circuito das Frutas, como Atibaia, Itatiba, Jarinu, Jundiá, Louveira, Morungaba e Vinhedo foram realizadas reuniões com os agricultores familiares, antes do lançamento da primeira chamada pública, para conhecer a sua produção, informá-los sobre o Programa e suas exigências quanto à documentação e verificar o interesse dos mesmos em sua participação.

A aproximação entre a prefeitura e os agricultores antes do lançamento da primeira chamada pública foi importante, pois permitiu não apenas o conhecimento sobre o que é produzido no meio rural do município, mas também verificar a participação dos agricultores em associações e cooperativas e, sobretudo, saber se os agricultores possuem DAP.

Desta forma, conclui-se que não é preciso haver receio em conversar anteriormente ao lançamento da chamada pública com os agricultores familiares e suas organizações sobre, por exemplo, condições de entrega, preço de referência, possibilidade de substituição de produtos, uma vez que a lei prevê a prioridade para grupos locais e adaptações do cardápio, entre outras questões. (MALINA, 2012).

Nas primeiras reuniões havia a participação de um número considerável (de acordo com o município) de produtores, porém quando lhes era informado o valor do Programa, percebia-se uma insatisfação para a participação. Em todos os municípios pesquisados o baixo valor anual (R\$ 9.000,00) por DAP não seria atrativo para os agricultores familiares.

"A gente divulgou para os agricultores, mas duas coisas que a gente sempre teve dificuldade, uma é o valor anual de nove mil, que é baixo, o pessoal considera muito baixo. Por ano eles acham muito pouco, então isso é a primeira coisa (...)" (Entrevista, I.C.F.H, Eng. Agr. Prefeitura Municipal de Jundiá).

De acordo com Esquerdo e Bergamasco (2012), para os gestores municipais de Jarinu-SP, o pequeno número de agricultores fornecedores de alimentos para

a merenda escolar se devia principalmente ao baixo valor oferecido na época, pois segundo eles, o valor de R\$ 9.000,00 por ano seria muito pouco. Corroborando esse fato, Souza (2012) também verificou que uma das queixas generalizadas dos agricultores familiares relacionadas aos programas de apoio às compras institucionais é o baixo valor de comercialização por DAP por ano.

Atrrelado a esse fato, percebeu-se que nessa região muitos agricultores já comercializam os seus produtos em centro atacadistas como o Ceagesp (Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo) em São Paulo e a Ceasa (Central de Abastecimento) em Campinas, significando possuírem canais de comercialização consolidados. Como muitas vezes o produtor arca com o custo de logística, tendo que entregar os produtos em cada escola do município, como é o caso de Indaiatuba, Jundiá, Morungaba, Itatiba e Atibaia esse custo torna-se muito alto, pois o volume semanal ou quinzenal estabelecido para ser entregue é baixo.

Morungaba, por ser um município pequeno não há problema a entrega ser ponto a ponto, ou seja, em cada escola e não num ponto centralizado pela prefeitura. Porém, em municípios grandes como Jundiá e Indaiatuba, que possuem muitas escolas, o fato de não haver um local da prefeitura para a centralização da entrega dos produtos onera muito o custo dos produtores. Diante disso, muitos produtores dessa região optam pelo pagamento de um único frete, para a venda de um volume maior de produtos e entrega ao Ceagesp ou Ceasa.

5. A realização das Chamadas Públicas e as principais dificuldades encontradas

A partir de 2010 os municípios de Indaiatuba, Itatiba, Itupeva e Louveiralançaram a primeira chamada pública. Apenas em Louveira houve agricultores locais participando da abertura dos envelopes e se interessando em tornarem-se fornecedores de produtos para a merenda escolar. Contudo, num município médio como Louveira onde a agricultura faz parte da vida da população, apenas seis produtores são fornecedores de alimentos para o PNAE.

Em Itupeva, ainda não houve a compra de alimentos de agricultores familiares do município, da região ou de outros estados. De acordo com a nutricionista da prefeitura deveria haver uma divulgação mais ampla sobre o Programa entre os agricultores, pois muitos não têm informações sobre o mesmo.

Em Atibaia, um grupo de 15 agricultores familiares se filiou à Cooperativa "Entre Serras e Águas", de Bragança Paulista, para serem fornecedores de gêneros alimentícios para a merenda escolar. Houve um trabalho dos agentes públicos

municipais e da Cooperativa "Entre Serras e Águas" para estimularem a participação e filiação dos agricultores que possuíam DAP

"A maior preocupação nossa era como organizar esses produtores pra poder atender a chamada. O que nós fizemos? Nós tínhamos já uma cooperativa montada, já existia uma pessoa jurídica, que é a cooperativa pra tomar rumo. Os produtores já estavam mais ou menos organizados em algumas associações, o que eles precisavam era juntar um grupo maior, pra atender a cooperativa." (Entrevista, C.G.A, ex-presidente da cooperativa "Entre Serras e Águas" e eng. Agrônomo da Prefeitura de Atibaia, 2012)

Como a Cooperativa não tinha condições de fornecer todos os produtos da chamada pública, outras cooperativas podem também participar do processo. O contrato em Atibaia envolve 51 produtores da cooperativa (15 do município de Atibaia) para fornecer 31 itens, desses, 10 são orgânicos. Assim, além da Cooperativa da região, formada com alguns agricultores familiares de Atibaia, também são fornecedoras de alimentos para o PNAE cooperativas da região sul do país, entregando principalmente produtos não perecíveis.

Atibaia foi o primeiro município da região a cumprir a Lei 11.947/2009, implantando em 2010, o Projeto Agricultura Familiar na Merenda Escolar que oferece todos os dias uma refeição mais saudável a 28 mil alunos da rede municipal de ensino. Produtos como alface, cenoura, brócolis, banana e outras frutas, verduras e legumes complementam as refeições dos alunos. Esses alimentos vêm diretamente das propriedades rurais do município.

Em 2010 com o lançamento da primeira chamada pública em Indaiatuba agricultores familiares da região e de outros estados do país, representados por suas organizações (cooperativas), iriam tornar-se fornecedores de alguns gêneros alimentícios para a merenda escolar dos municípios. Porém, devido a problemas com os custos de logística o município de Indaiatuba não conseguiu comprar feijão e leite de uma cooperativa de agricultores familiares do município de Itapetininga.

Em Itatiba, não houve a participação de nenhum agricultor familiar local. Em 2010, com a publicação da primeira chamada pública não houve a presença de nenhuma entidade ligada à agricultura familiar. Dessa forma, a aquisição dos alimentos para a merenda escolar teve que ocorrer por meio do processo licitatório convencional.

Até meados de 2013 o grande problema desse município referia-se à questão da organização dos produtores, pois sendo o valor anual repassado ao município superior a R\$ 100.000,00, assim a entidade executora deveria adquirir os alimentos de organizações formais, no caso, cooperativas. Os gestores públicos do município iniciaram um processo de organização dos agricultores por meio de uma associação, conseguindo reunir 25 agricultores para formar a associação, porém como a associação não pode emitir nota fiscal, não poderia participar da chamada pública. Com isso houve um desânimo por parte dos agricultores em relação ao Programa, pois como eles estão no início de um processo de organização, ainda não estão seguros em montar uma cooperativa e não desejam participar de cooperativas de outros municípios para poderem fornecer alimentos ao Programa.

"Conseguimos fazer a associação voltar, porque até toda a burocracia da papelada, por enquanto eles não querem formar a cooperativa, eles tão começando a se virar com associação, tão começando a gostar da associação, pra virar cooperativa ainda demora, (...). E cooperativa é uma coisa maior e você mexe com dinheiro." (Entrevista, M. A., Eng. Agrônoma, Prefeitura de Itatiba, 2012).

Até 2013, os municípios cujo repasse anual para a compra de alimentos da agricultura familiar fosse superior a R\$ 100.000,00 havia a necessidade da compra de uma organização formal (cooperativa) dos agricultores familiares. Tal fato limitava a participação dos agricultores, uma vez que os mesmos não se encontravam organizados em cooperativas e sim em associação. Em Itatiba foi verificado esse problema.

Até junho de 2013 a lei estabelecia, através da Resolução 38, que nos municípios cujo repasse anual fosse superior a R\$ 100.000,00, a entidade executora deveria adquirir os alimentos de organizações formais, no caso, cooperativas.

No processo de aquisição dos alimentos, as Entidades Executoras deverão comprar diretamente dos Grupos Formais para valores acima de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) por ano. Para valores de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais) por ano, a aquisição deverá ser feita de Grupos Formais e Informais, nesta ordem (...)." (Resolução 38, Parágrafo 4, art. 23)

Com a publicação da Resolução 26 de 17/06/2013, artigo 30, que estabelece que nos Estados, Distrito Federal, Municípios e escolas federais onde o valor total de repasse do FNDE para execução do PNAE seja superior a R\$ 700.000,00 por ano, a entidade executora poderá optar por aceitar propostas apenas de organizações com DAP Jurídica (cooperativas), desde que previsto na chamada pública. Dessa forma, essa nova resolução alterou o limite anterior que era de R\$ 100.000,00 para R\$ 700.000,00. Assim, municípios cujo repasse anual for inferior a R\$ 700.000,00 poderão adquirir produtos da agricultura familiar através de suas associações e/ou de forma individual.

A partir de 2011, 9 municípios do Circuito das Frutas lançaram chamadas públicas para aquisição de gêneros alimentícios para a merenda escolar, pois já estavam mais organizados e esclarecidos sobre como elaborar a chamada pública e conheciam melhor a agricultura familiar local, bem como seus produtos ofertados.

Dos 10 municípios pesquisados, até o mês de setembro de 2012, apenas o município de Valinhos não havia elaborado nenhuma chamada pública para a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para o PNAE. (Tabela 1)

Tabela 1 – Chamadas Públicas elaboradas pelos municípios e número de agricultores familiares participantes.

| Municípios | Chamadas Públicas | | | | Agricultores Familiares do Município |
|------------|-------------------|------|------|------|--------------------------------------|
| | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | |
| Atibaia | 0 | 0 | 1 | 1 | 15 |
| Indaiatuba | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 |
| Itatiba | 0 | 1 | 1 | 2 | 0 |
| Itupeva | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 |
| Jarinu | 0 | 0 | 1 | 2 | 3 |
| Jundiaí | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 |
| Louveira | 0 | 1 | 0 | 1 | 6 |
| Morungaba | 0 | 0 | 2 | 1 | 3 |
| Valinhos | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Vinhedo | 0 | 0 | 1 | 1 | 13 |

Fonte: Dados da Pesquisa, 2012; CEIA, 2011.

De acordo com a Tabela 1, no Circuito das Frutas, cinco municípios estão adquirindo alimentos para a merenda escolar de agricultores familiares locais, o que não significa que não estejam adquirindo os produtos de agricultores familiares em outras regiões. Este era o caso de Indaiatuba, Itatiba e Jundiá. Esses três municípios, até meados de 2013, possuíam o mesmo desafio, o de organizar seus produtores em cooperativas, já que o valor do repasse anual era superior a R\$ 100.000,00. Porém, com a publicação da Resolução 26 de 17/06/2013, o município de Itatiba cujo repasse anual é inferior a R\$ 700.000,00, pode agora comprar produtos da agricultura familiar local sem que os mesmos estejam participando de uma cooperativa.

Percebeu-se que quando há o apoio do município para a organização do produtor tem-se um melhor resultado, pois os agricultores são carentes de informação. Ainda assim, com o apoio e o esclarecimento por parte dos gestores públicos municipais quanto à formação de cooperativa, percebeu-se que em Itatiba os agricultores ainda não estavam preparados para esse processo. Em Indaiatuba, um grupo de cinco produtores havia se filiado junto à cooperativa do município de Engenheiro Coelho para que pudessem entregar os alimentos para a merenda.

Em Louveira, apesar do repasse anual ser superior a R\$ 100.000,00 (antes de junho de 2013) um grupo de seis produtores conseguiu em 2010 fornecer alimentos (pimentão, rúcula, alface e ovo) ao Programa de forma individual, por meio da DAP física, isso pelo fato de haver um parecer positivo da Procuradoria Geral da União para que a associação pudesse comercializar os produtos dos agricultores familiares através da DAP física. Na época, o departamento jurídico da Prefeitura de Louveira aceitou que a negociação fosse realizada. Nos anos seguintes a compra dos produtos dos agricultores não foi mais possível pelo entendimento de que havia a necessidade de estarem organizados em uma cooperativa, porém, atualmente em função da Resolução 26, os mesmos podem participar das chamadas públicas através da associação dos produtores.

Em Jundiá há uma cooperativa já formada, a Cooperativa Agrícola Nossa Senhora das Vitórias, de vitivinicultores de Jundiá e região, porém não pode participar do Programa, pois menos de 70% de seus cooperados possuem DAP.

"A Cooperativa Agrícola Nossa Senhora das Vitórias não se enquadra no PAA e nem no PNAE. Nossa Senhora das Vitórias é um super exemplo aqui de cooperativas que deu certo, eles são fruticultores, principalmente caqui, pêssgo, ameixa, uva então tá crescendo cada vez mais agricultores

que tão se associando. Só que aí vem outra questão da legislação federal, pra ser considerado cooperativa de agricultores familiares o corpo da cooperativa, o número de cooperados no mínimo 70% tem que ter DAP, ou seja, tem que ser agricultor familiar, segundo as definições do governo, não é o caso. Eles são agricultores, pequenas propriedades, trabalham em família, mas tem uma renda superior do que é determinado pela DAP ou tem mais funcionários do que permite, então é o pai, o filho, a esposa e mais três funcionários, porque a fruticultura exige, então ele não tem DAP, ele é agricultor familiar, mas não consegue tirar a DAP." (Entrevista, S.M.P. Eng. Secretaria da Agricultura, Prefeitura de Jundiá, 2012).

No Brasil, a agricultura familiar é definida tanto pela Lei 11.326 de 24/07/2006⁵ (Lei da Agricultura Familiar), quanto pela Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP.

A DAP foi criada a partir de uma demanda dos movimentos sociais do campo e pela necessidade de regulamentação do Conselho Monetário Nacional, pela Resolução CMN/BACEN n° 2.191 de 24 de Agosto de 1995, para viabilizar o acesso ao Crédito Rural (PRONAF) para os estabelecimentos familiares. Assim, de acordo com o parágrafo 2° do Artigo 1° da Portaria n° 47, de 26 de Novembro de 2008, a DAP constitui "*instrumento hábil de identificação dos agricultores familiares de modo a permitir-lhes o acesso às demais ações e políticas públicas dirigidas a essa categoria de produtores*".

Para Rodrigues (2009), há uma grande semelhança entre os critérios abordados pela Lei da Agricultura Familiar e pela DAP. A principal diferença entre os critérios está no fato em que a DAP determina tanto o limite de renda quanto o número de empregados permanentes como critérios de identificação.

⁵Em termos legais, o agricultor familiar e empreendedor familiar passam a ter uma definição a partir da implantação da Lei 11.326 de 24/07/2006. Assim, esse agricultor é aquele que pratica atividades no meio rural atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I – não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II – utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III – tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- IV – dirija seu estabelecimento ou empreendimento com a família.

Contudo, a DAP é usada não para caracterizar os estabelecimentos familiares, mas sim para identificar, inicialmente, no universo da agricultura familiar quem pode acessar o programa de crédito do PRONAF. Atualmente os registros dos estabelecimentos da DAP também são utilizados tanto para o acesso de informações quanto ao acesso de outros programas ou políticas públicas direcionadas

Percebe-se dessa forma haver outra barreira enfrentada pelos agricultores para conseguirem ter acesso aos programas governamentais a eles direcionados. Os agricultores familiares do estado de São Paulo possuem dificuldade em conseguir a DAP, pois muitos municípios sofreram durante os anos uma forte expansão urbana, assim áreas que eram consideradas rurais, atualmente estão localizadas em perímetro urbano. Sendo assim, as propriedades que estão localizadas em perímetro urbano não poderiam ser classificadas como imóveis rurais, logo, não podem ter acesso à DAP. Esse tipo de problema foi observado nos municípios de Jundiá e Indaiatuba. Assim, caso não consigam resolver tal problema, dificilmente os produtores desses municípios conseguirão ter acesso ao PNAE.

Mesmo em municípios pequenos, como Jarinu e Morungaba, onde os agricultores podem participar do Programa por meio da DAP física, percebeu-se uma pequena adesão. Em Morungaba apenas três agricultores familiares realizaram contrato com a prefeitura para entregar os alimentos, entre os fatores para a baixa adesão estão o baixo valor do recurso e a falta de documentação (principalmente a DAP) necessária para participar. Em Jarinu apenas três agricultores familiares participavam do PNAE. A pequena participação de agricultores em Jarinu se deve a alguns fatores como: valor do Programa, considerado baixo, pouco volume de produtos a ser entregue, canal de comercialização já consolidado pelos agricultores familiares locais, dificuldade para conseguirem DAP. Quando os agricultores locais não conseguem suprir a demanda, abre-se o processo licitatório convencional.

Em Vinhedo um grupo de 13 agricultores familiares estava participando do Programa e entregando os produtos como: banana, pimentão, abobrinha, repolho, salsinha, cebolinha, alface, rúcula, tomate cereja, goiaba, pêssego, maracujá, mamão, couve. Esses produtos são entregues num ponto da prefeitura, que se encarrega em distribuí-los em 14 creches do município. Além desses produtores, existem outros do município que tinham interesse em participar, porém ainda não possuíam toda a documentação necessária. Para os gestores públicos desse município esse Programa tem sido um estímulo a mais para o produtor continuar

na propriedade, além de contribuir para sua fixação e manutenção na terra.

"Olha, a primeira coisa que eu percebi é assim, mostrar pra eles como eles podem se organizar pra poder comercializar pra uma prefeitura ou pra uma empresa maior, isso dá uma visão maior pra eles. Eles se sentem um pouco mais seguros, ele falam assim, poxa, minha produção, eu to plantando, eu tenho já pra quem vender e com isso cresce muito, dá uma segurança. Isso eu acho que ajudou muito, mesmo aqueles que já estavam vendendo, já tem um cliente a mais, e isso aí nesse sentido eu achei um ponto muito importante do Programa." (Entrevista, M.C.S.D., Eng. Agr., Prefeitura de Vinhedo, 2012).

Nota-se que há grandes dificuldades ainda a serem superadas, mas por outro lado, há que se considerar o avanço desse Programa no reconhecimento da importância da agricultura familiar local como fornecedora de alimentos, na maioria das vezes, de melhores qualidades, contribuindo assim para a segurança alimentar e nutricional das crianças.

6. Considerações Finais

A instituição da Lei 11.947/2009 abriu a oportunidade de um mercado institucional para apoiar e fortalecer a agricultura familiar local, contribuindo para diminuir insegurança do agricultor familiar quanto à comercialização da sua produção. Esse novo mercado pode melhorar a renda da família, bem como contribuir para a sua permanência no meio rural.

A pesquisa realizada nos 10 municípios do Circuito das Frutas nos aponta algumas direções sobre a implantação da Lei 11.947/2009. Percebeu-se que os municípios, com exceção de Valinhos, estão tentando cumprir a Lei ao realizarem as Chamadas Públicas. Porém, a simples publicação da Chamada Pública não é garantia de que, no mínimo, os 30% dos recursos repassados pelo FNDE aos municípios serão gastos com aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar, uma vez que, com exceção de Atibaia, nenhum município conseguiu gastar mais de 60% dos recursos repassados aos municípios para a compra de produtos da agricultura familiar para a merenda escolar.

Nesse sentido, foram identificados alguns problemas para que o Programa realmente cumpra com o seu objetivo, como falta de documentação por parte dos agricultores (principalmente a DAP), o baixo valor do Programa, a falta de organização dos produtores, a descentralização dos pontos de entrega dos produtos nos municípios, aumentando o custo de produção do agricultor.

Ainda que todos esses problemas sejam resolvidos, se não houver vontade política para a promoção e o fortalecimento da agricultura familiar local e regional, o Programa dificilmente terá êxito nos municípios. Este problema estava implícito em algumas situações observadas em alguns municípios pesquisados. Isso ocorre porque a administração pública ainda não percebeu que o fortalecimento da agricultura familiar local pode promover também o fortalecimento e desenvolvimento da economia local, uma vez que o agricultor familiar não possui o hábito de comprar seus bens de necessidade em outros municípios. Aliado a isso, está o fato da promoção de uma alimentação de melhor qualidade às crianças das creches e escolas locais, já que os gestores públicos foram unânimes em dizer que os alimentos chegam mais saudáveis e frescos às crianças.

Referências

BACCARIN, J. G.; BUENO, G.; ALEIXO, S. E.; SILVA, D. B. P. da. Agricultura familiar e alimentação escolar sob vigência da Lei 11.947/2009: adequação das chamadas públicas e disponibilidade de produtos no estado de São Paulo em 2011. In: 50º Congresso da Sober. 2012. Vitória-ES, **Anais...**, Cd-rom.

BERNARDI, A. **ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL**: um estudo sobre o Circuito das Frutas e sua articulação com a Região Metropolitana de Campinas (SP). 2009. 182 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, 2009.

BRASIL. **Lei nº 11.947**, de 16/06/2009: Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Brasília-DF. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/alimentacaoescolar/2478043>>. Acesso em: 15/05/2010.

_____. **Censo Agropecuário**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE Cidades. Disponível em:

<www.ibge.gov.br/cidades>. Acesso em: 05/04/2012.

_____. **Cidades**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em: 10/07/2011.

ESQUERDO, V. F. de S. e BERGAMASCO, S. M. P. P. 2012. O processo de implantação da lei 11.947/2009 (PNAE) nos municípios do Circuito das Frutas-SP. In: V **Simpósio sobre Reforma Agrária e Questões Rurais: políticas públicas e caminhos para o desenvolvimento**. Araraquara, SP, Brasil: CD Rom.

LUQUE, T. **Investigación de Marketing: fundamentos**. Barcelona: Ariel Economía, 1997.

MALINA, L.L. Chamada Pública: instrumento legal de compra da agricultura familiar para a alimentação escolar. p. 15-28. In: CORÁ, M.A.J.; BELIK, W. (Orgs.). **Projeto NUTRE-SP: análise da inclusão da agricultura familiar na alimentação escolar no estado de São Paulo**. São Paulo: Instituto Via Pública, 2012.

MATTEI, L. **Impactos do PRONAF: análise de indicadores**. Brasília: MDA/NEAD, 2005.

MÜLLER, A. L. Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar e Programa Nacional de Alimentação Escolar. Brasília, 2010, 30 p. **Relatório de Consultoria**.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ. Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento. **Emissão Mercosul: Produtos de Exportação – Circuito das Frutas – Turismo Rural**. 2009. Disponível em: <<http://www.selosefilatelia.com/PastaLancamentos09/016.html>>. Acesso em: 12/05/2010.

RODRIGUES, J.G.B. **Proposta de Identificação das Organizações Econômicas da Agricultura Familiar para o Mercosul**. Brasília: IICA/NEAD/MDA, 2009. Disponível em: www.mda.gov.br/portal/nead/arquivos/.../Artigo_023.pdf?file_id.... Acesso em: 05/04/2012.

SOUZA, L. B. B. Organizações da agricultura familiar no estado de São Paulo e sua experiência de fornecimento para o PNAE. p. 31-45. In: CORÁ, M.A.J.; BELIK, W. (Orgs.). **Projeto NUTRE-SP**: análise da inclusão da agricultura familiar na alimentação escolar no estado de São Paulo. São Paulo: Instituto Via Pública, 2012.

SPINELLI, M. A. S.; CANESQUI, A. M. O programa de alimentação escolar no estado de Mato Grosso: da centralização à descentralização (1979-1995). **Rev. Nutr.**, v.15,n.1, p.105-17, 2002.

SEGURANÇA ALIMENTAR E GESTÃO MUNICIPAL: UMA INVESTIGAÇÃO A PARTIR DE COMUNIDADE RURAL ASSENTADA EM ARARAQUARA

Thauana Paiva de Souza Gomes¹

Luiz Manoel Morais Camargo de Almeida²

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante³

Sebastião Souza Lemes⁴

Resumo: Neste artigo procurou-se aprofundar, investigar e analisar os entraves institucionais e organizacionais de políticas públicas, em período de mudança de gestão municipal, dos programas de segurança alimentar. Propõem-se, além dos entraves, identificar a eficácia e efetividades sociais na rede SAN com destaque ao Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE. A análise se concentra no município de Araraquara na sua rede de programas de segurança alimentar, em sua relação com os assentamentos, destacando as particularidades culturais e produtivas.

Palavras-chave: Programas de Segurança alimentar; Assentamento; Entraves e efetividades.

Abstract: *This paper sought to deepen, investigate and analyze the institutional and organizational obstacles of public policies for food security programs, in a period of change in municipal management. Our aim is,*

¹Doutoranda em Educação Escolar (Unesp/Araraquara) e pesquisadora do Nupedor.

²Docente da UFSCar/Lagoa do Sino e do Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente (Uniará).

³Coordenadora do Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente (Uniará).

⁴Docente do Programa em Educação Escolar (Unesp/Araraquara).

besides de obstacles, to identify the efficacy and effectiveness of SAN social network, highlighting the National Program of School Food – PNAE. The analysis focuses the city of Araraquara and its food security program network in its relationship with the settlements, highlighting its cultural and productive particularities.

Keywords: *Food Safety Programs; Settlements; Barriers and efficacy.*

Introdução: Os Caminhos da Pesquisa

O presente artigo faz parte de uma agenda de pesquisa aberta em 2006 com o objetivo de identificar as eficácias e os efeitos das políticas públicas de segurança alimentar (SAN) e as redes de inclusão que se formaram nos municípios paulistas de portes diferenciados. Com as redes identificadas, um dos objetivos a serem mostrados foram os entraves institucionais e organizacionais existentes em cada política pública municipal. Desde então, detectou-se os principais entraves e a necessidade de construção de uma metodologia de avaliação de políticas públicas locais de segurança alimentar que permitisse utilizar descritores e indicadores⁵ de eficácia das gestões locais e da efetividade social de cada programa de segurança alimentar aplicados nos municípios (Programa Nacional de Alimentação Escolar, Bancos de Alimentos, Programas de Aquisição de Alimentos (PAA) da Agricultura Familiar, Varejões Populares, Restaurante Popular, dentre outros) e de outras políticas sociais como o Bolsa Família.

Os entraves têm se apresentado, neste ciclo de estudos como filtros institucionais e organizacionais quando esses dificultam a capacidade de operação e de obtenção de recursos dos atores em uma política pública. Filtros institucionais são as instituições (regras, normas, políticas públicas, convenções de mercado

⁵Um indicador consiste em um valor usado para medir ou acompanhar a evolução de algum fenômeno ou o resultado de processos sociais. O aumento ou evolução desse valor permite verificar as mudanças na condição desse fenômeno. Indicadores podem ser produzidos com base em resultados de pesquisas de avaliação. Isso só tem sentido se a pesquisa for repetitiva, para comparar indicadores no tempo, se tiverem comparabilidade com outros indicadores, produzidos a partir de outras bases de dados; ou ainda, se puderem ser interpretados à luz de algum objetivo que queira se alcançar. Indicadores de avaliação também expressam certas condições relativas a "estrutura", " processos" e "resultados", está última categoria englobando indicadores de "impactos" e "efeitos", de acordo com as dimensões do estudo a partir do qual são produzidos (DRAIBE, 2001).

etc.) que pesam sobre as atuações dos atores e, quando se consolidam, passam a filtrar as capacidades destes em produzir, negociar, obter recursos e permanecer nos mercados (avançando ou retrocedendo). Os diagnósticos dos filtros institucionais são fundamentais para o encaminhamento de políticas públicas e privadas e seu aprimoramento (PAULILLO, 2010; ALMEIDA, 2006).

Nos primeiros anos da agenda, foram identificados fatores eficazes e ineficazes desses programas de SAN, permitindo lançar algumas considerações sobre o caminho delineado pelos gestores (prefeituras, secretarias, ONGs, OMCISP e Fundações) e a real trajetória de cristalização de uma política pública de segurança alimentar territorial. No estágio atual de implantações de políticas públicas de segurança alimentar nos municípios brasileiros, o risco não é apenas a política não ser eficaz, mas também o conjunto de atividades não corresponder a uma política, muitas vezes se limitando a um programa pontual ou, ainda, a apenas uma somatória de iniciativas que, desordenadas, não correspondem nem mesmo a um programa estratégico (ALMEIDA, 2009; PAULILLO, 2010). Tudo isto ainda pode ser potencializado quando há mudança de gestão e falta de comprometimento na manutenção dos programas, as alterações administrativas, processo de readequação de funcionários, estrutura e até mesmo das atividades ligadas à SA (Segurança Alimentar), podem gerar descontinuidades das redes sociais, comprometendo sua eficácia.

Nesta perspectiva, temos observado e trabalhado os programas da rede SAN com um olhar para além dos entraves e perspectivas de avanços, destes programas, voltado ao conjunto de assimetrias de informações e capacidade dos agentes responsáveis em manter a coesão social da rede de programas de segurança alimentar.

Além disso, neste artigo pretende-se aprofundar como tem ocorrido a dinâmica na rede SAN com destaque ao PNAE e para seus entraves, eficácias e efetividades. Nesta perspectiva, destacamos as características do município de Araraquara e o processo de construção da rede de programas de segurança alimentar com destaque para os assentamentos como fonte de produção agrícola diversificada.

Contornos teórico-metodológicos da pesquisa em segurança alimentar

A abordagem territorial do desenvolvimento estimula o estudo de mecanismos de governança pública e o território coloca ênfase na maneira como uma sociedade utiliza os recursos de que dispõe em sua organização produtiva e, portanto, na relação entre sistemas econômicos, sociais e

ecológicos (FOLKE, BERKES, 1998).

A articulação entre as dimensões territorial ou local e da segurança alimentar é importante porque o desenho e a implantação de programas de desenvolvimento territorial recente no Brasil e em outros países da América Latina têm levado em conta a questão da segurança alimentar como eixo condutor das ações governamentais. Embora muitos técnicos afirmem que seja difícil conciliar os objetivos de desenvolvimento territorial e as ações emergenciais no combate à fome e à desnutrição (que têm como característica central o início da cristalização da segurança alimentar no Brasil), essas duas políticas tendem a se aproximar cada vez mais. Por um lado, a segurança alimentar de uma população tem que levar em conta a sua sustentabilidade por meio de projetos que apontem portas de saída e, ao mesmo tempo, indiquem elementos em termos de organização que possam ser incorporados e reproduzidos por outros grupos em situação de risco. De outra parte, dada a interpenetração das realidades urbana e rural, as ações que hoje estão sendo desencadeadas nos espaços territoriais influenciam diretamente nas variáveis, como a ocupação e renda da população, como um todo (ALMEIDA, 2009; PAULILLO, 2010).

A contribuição inovadora da proposta de trabalho nessa questão foi identificar os espaços criados e compreender os efeitos trazidos pelos programas de segurança alimentar aos atores das redes territoriais formadas a partir de destas iniciativas e, por fim, os subsídios para estabelecer e estimular essas redes que envolvem os agricultores familiares na forma de parcerias sólidas e participativas de intercâmbio de experiências e o acesso destas comunidades a sistemas de distribuição dos produtos, sejam estes oriundos de mercados institucionais ou locais.

Estudar a ação pública a partir da abordagem de redes significa: 1) dispor, no mesmo plano de análise, dos atores estatais e não estatais, sendo os governos (locais, estaduais, agências públicas federais, comitês) avaliados como atores concretos que podem se diferenciar pelas funções (deliberativa ou regulatória) e pelos objetivos, com estratégias que podem até mesmo entrar em conflito; 2) considerar as políticas públicas a partir da base e não do alto, o que significa destacar o começo da ação pública (tomada da decisão e reformulação de problemas); 3) resgatar a complexidade do setor público e da ação pública em políticas (como na alimentação escolar, na distribuição de alimentos para pessoas carentes, na inclusão digital, na assistência técnica rural territorial, na segurança pública local, na arbitragem da concorrência empresarial, etc.), pois, dentro de cada política pública; podem operar muitas redes (PAULILLO, 2002).

As redes podem definir com maior profundidade as dificuldades organizacionais e os fatores de ineficácia de uma política pública porque rompem com a preponderante visão linear e sequencial, situação privilegiada neste artigo dada a mudança de gestão do Município de Araraquara – e o conseqüente rompimento de medidas, com conseqüências significativas para a continuidade das políticas (ROMANO, 2001, p. 217).

Universo empírico: um mosaico agrícola em território do agronegócio

A região central do Estado caracteriza-se pelo alto desenvolvimento e dinamismo do agronegócio com empresas sucroalcooleiras e madeireiras. Por cobrir uma vasta extensão territorial, é possível subdividi-la em microrregiões, para melhor compreender a área rural, o perfil econômico e as potencialidades locais. Desta forma dizemos que tal região se estabelece nas áreas de Araraquara, São Carlos e Descalvado; Ribeirão Preto; Iaras e Piratininga; Colômbia.

No caso do município de Araraquara, podemos construir a paisagem agrícola como tomada pelas grandes extensões de terras ocupadas por culturas de exportação, fundamentalmente pela cana-de-açúcar e a laranja. A significativa presença de culturas típicas ligadas ao agronegócio caracteriza a estrutura fundiária da região da alta Mogiana como sendo bastante concentrada, o que se confronta com o universo das pequenas propriedades (FERRANTE et al, 2012).

É importante destacar que, dentro deste recorte das pequenas propriedades encontram-se os produtores localizados nos bairros rurais e nos assentamentos, com destaque para o segundo grupo que tem um papel importantíssimo nas estratégias de fornecimento de produtos naturais e diversificados para o município e programas de segurança alimentar. A produção agrícola familiar que abastece a maior parte de Araraquara provém, portanto, principalmente, dos agricultores familiares assentados, em sua maioria, altamente descapitalizados e carentes de apoio institucional.

Este peso de propriedades rurais assentadas é fruto da luta pela Reforma Agrária nesta região, estabelecida a partir do contraponto com o agronegócio e protagonizada pelos trabalhadores rurais que ora se vincularam ao movimento sindicalista (em especial a FERAESP), ora aos movimentos sociais (em especial o MST).

Além da relevância política e social dos assentamentos, é preciso destacar a existência de pequenos produtores rurais que permanecem às margens dos centros urbanos e/ou dos assentamentos que enfrentam igualmente ou de forma mais intensa os problemas de disputa de forças com as agroindústrias locais. Vale

salientar que estes produtores permanecem à sombra dos assentados, muito por não serem assistidos por linhas de créditos e fomentos que são destinados aos assentamentos rurais.

Por este motivo ao pensar nesta região central do Estado é necessário refletir que o espaço, neste contexto, é visto como um território analisado como um adensamento de forças sociais e políticas.

Assim, ao trabalharmos com as políticas de desenvolvimento, apoio à distribuição de renda e as públicas de segurança alimentar por meio dos programas da CONAB como o Programa de Aquisição de Alimentos PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE é preciso esclarecer o papel fundamental das mesmas para o desenvolvimento principalmente nas áreas rurais.

Na região de Araraquara em especial, por predominar o complexo canavieiro, que exerce forte pressão sobre os assentamentos rurais, estes programas estão tornando-se um forte vetor do desenvolvimento regional. Desta forma, as práticas de outras agriculturas e a diversificação agrícola aparecem relacionadas como contrapontos às estratégias de produção específica de uma matriz tecnológica convencional com forte propensão às culturas altamente dependentes de recursos e insumos químicos, mecânicos e genéticos (FERRANTE, 2009).

No entanto, as políticas de segurança alimentar têm permitido que, apesar da entrada do plantio de cana como estratégia produtiva nos assentamentos, exista uma produção diversificada que atende aos mercados locais (das próprias famílias assentadas) e regionais.

Assim, a diversificação das áreas agrícolas passam a ser referência para estratégias alternativas de desenvolvimento rural que fogem àquelas convencionais como monoculturas de milho, soja, cana de açúcar, gado leiteiro extensivo etc.

Nestes termos é preciso compreender que a efetividade ou o entrave para as políticas públicas voltadas à segurança alimentar (SAN) dependem muito dos atores que estão inseridos em rede de coesão social e que muitas vezes pode ser alterada pela forma como os atores sociais se reorganizam inclusive nas gestões destes programas.

Políticas públicas de segurança alimentar em Araraquara: uma experiência truncada?

Com a perspectiva de traçar a rede dos programas de segurança alimentar no decorrer do ciclo de pesquisas, avaliamos o processo de evolução das políticas de SA no município de Araraquara com a perspectiva de análise na mudança de gestão e impactos sobre estes programas no município.

Asaber, até o ano de 2008, os programas de Segurança Alimentar e Nutricional (PAA, Banco de Alimentos, Merenda Escolar – PNAE e Direto do Campo) no município de Araraquara, faziam parte de uma rede centralizada gerida pela Coordenadoria de Agroindústria e Segurança Alimentar considerados como origem de modelo de desenvolvimento alternativo às economias regionais, capaz de promover padrões de segurança alimentar e responsabilidade social do município (FLORES et al.2012).

Neste período, foram apresentados como resultados algumas ações e alternativas institucionais que proporcionaram a inclusão de agricultores familiares ao circuito local.

Como forma de contemplar a agricultura familiar de assentados e pequenos produtores rurais na agenda municipal, a gestão que vinha de uma reeleição havia intensificada um conjunto de ações em parceria com o Governo Federal:

1) A venda direta dos produtores aos consumidores locais através dos Programas de Feira do Produtor, Direto do Campo, Programa de Aquisição de Alimentos Locais do Governo Federal;

2) Integração das produções de alimentos da agricultura familiar em projetos de âmbito local como a alimentação escolar, o restaurante popular e o banco de alimentos.

No caso específico de Araraquara o conjunto de políticas de segurança alimentar que interagem e, ao mesmo tempo, se complementavam, no sentido de formarem uma rede de conexões primárias e secundárias (ALMEIDA, GOMES, 2011).

A proposta de gestão durante o recorte da pesquisa (2005-2008) centralizava os programas, permitindo uma maior dinâmica em relação aos produtos recebidos do PAA e o destino dos mesmos. Os produtos do PAA eram destinados ao Banco de Alimentos que posteriormente atendia às entidades e escolas municipais. Alguns produtos recebiam pré-processamento ou preparo final nos programas da gerência de abastecimento geral. O Programa Direto no Campo e outras iniciativas isoladas da rede primária apresentam resultados significativos de inclusão social e desenvolvimento regional, no sentido de permitir o escoamento dos produtos da agricultura familiar.

Os principais atores dessa rede eram o diretor geral da coordenadoria, os gerentes coordenadores dos programas, as secretarias municipais, os professores e funcionários da rede de ensino, os alunos, os produtores familiares e o conjunto de beneficiários e funcionários dos programas, como indicado na figura 1.

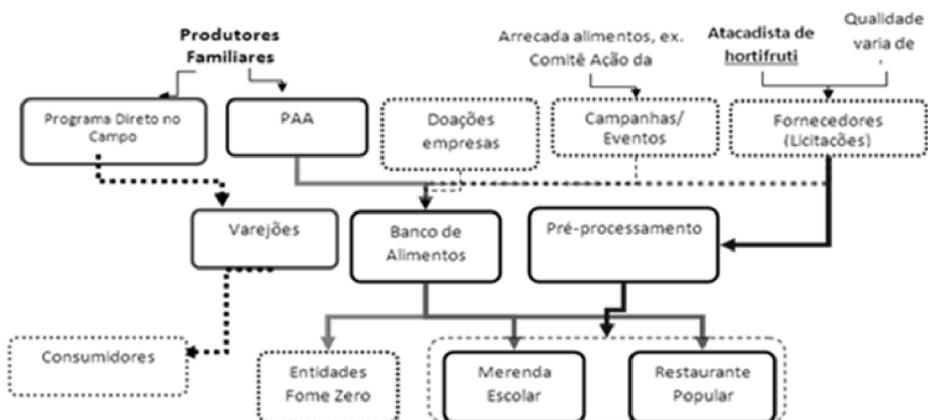


Figura 1 – Rede Política de Segurança Alimentar no município de Araraquara-SP

Fonte: Gomes e Almeida, 2012.

No entanto, representavam limites e entraves significativos identificados no quadro a seguir:

| Entraves levantados durante a pesquisa de 2007/2008 |
|--|
| 1. Agricultores familiares não revelam dependência de rotina para a entrega do PAA. |
| 2. Os recursos do governo federal, por meio do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos do Governo Federal), são fundamentais para o Banco de Alimentos e Restaurante Popular e Merenda Escolar (no caso dos alimentos hortifrutigranjeiros). |
| 3. Os agricultores familiares necessitaram de instrumentos locais de articulação e de dependência de rota para o crescimento dessas alternativas. |
| 4. Os agricultores familiares sofrem com o conjunto de exigências do PAA, o que causou a queda do número de agricultores familiares participantes de Araraquara. |
| 5. Processos burocráticos por parte da administração local e do Governo Federal e a falta de agilidade e clareza no processo de renovação de contratações levam produtores a se desvincularem dos projetos. |
| 6. Falta de informatização dos dados de controle de produtores e produtos fornecidos |
| 7. Dificuldades dos produtores em levar o produto até a Coordenadoria |
| 8. Falta de organização em cooperativas e outras formas associativas |
| 9. Número de funcionários restritos. |
| 10. Morosidade dos pregões da Merenda Escolar |
| 11. Atraso no pagamento de fornecedores |
| 12. Ausência de compra direta de produtores da região |
| 13. Deficiências do sistema de compras inibem as participações de agricultores familiares |

Quadro 1 – Entraves das políticas de segurança alimentar de Araraquara

Fonte: Gomes, 2009.

Diante disso, as alternativas de segurança alimentar para a agricultura familiar no município de Araraquara necessitavam de instituições específicas que respeitassem as condições rurais locais e que pudessem resolver os entraves organizacionais encontrados. A fase das políticas foi identificada como estando em consolidação dada a integração dos produtores com os programas e a comunidade, mas necessitando de normas e rotinas locais (GOMES, ALMEIDA, 2012).

Foi possível traçar uma rede de segurança alimentar ampla construída com o fornecimento de produtos regionais para a merenda escolar através do programa PAA. Até a análise da pesquisa não havia outra forma de compra dos produtores familiares para a merenda por falta de habilidade de utilização da compra direta

no processo licitatório. Isto poderia ter sido realizado se fosse utilizado até 8.000 mil reais por produto sem licitação ou 80 mil reais por um grupo de produtos similares via tomada de preços. Esses processos fogem da concorrência via preços tradicionais. Também não havia sido articulada uma forma de organização dos produtores para facilitar a compra institucional.

A articulação do PAA com a merenda escolar necessitou de uma estrutura logística específica que envolvia o cadastramento dos produtores aptos a esse programa, a conscientização e capacitação para preenchimento do cadastro, o conhecimento de seus produtos e tecnologias de produção, volume, época e local de entrega, sua triagem na central de recebimento, a preparação centralizada dos cardápios para aproveitamento dos mesmos e suas destinações finais nas escolas municipais (ALMEIDA, 2012).

Os produtos não passíveis de utilização na merenda eram destinados ao banco de alimentos do município e posteriormente entregues às entidades carentes do município, como já salientado anteriormente. Portanto, o programa que foi considerado contínuo no recebimento de produtos da agricultura familiar foi o PAA. No entanto, exigiu uma adaptabilidade árdua para aplicabilidade e utilização no município, o que se deu sem entraves.

Continuidades e discontinuidades da rede dos programas de segurança alimentar (sa)

A análise continuada dessas ações nos ajudaram a fornecer respostas sobre o êxito noticiado por muitos especialistas sobre essas alternativas institucionais, que poderiam levar os assentados e pequenos produtores rurais a uma relativa inclusão social por meio de uma agenda política local. Igualmente foi possível, a compreensão do novo desenho da gestão dos programas de segurança alimentar, levantando-se as continuidades e discontinuidades das redes das políticas de segurança alimentar iniciadas após a troca de gestão.

O novo desenho (GOMES, ALMEIDA, 2012) da gestão dos programas se estabeleceu em três níveis, o primeiro da Secretaria de Agricultura, o segundo das coordenadorias de Segurança Alimentar, Agricultura e Agroindústria, no terceiro e último nível temos sete gerências: a de Abastecimento, de Agronomia e Agricultura pertencentes à Coordenadoria de Agricultura e Agroindústria, as Gerências de Abastecimento e Nutricional da Coordenadoria de Segurança Alimentar. Finalmente, as duas últimas: a Gerência Administrativa e a Gerência de Compras, Licitações e Contratos estão submetidas diretamente à Secretaria Municipal de Agricultura. Conforme o desenho estruturado na figura 2 abaixo:

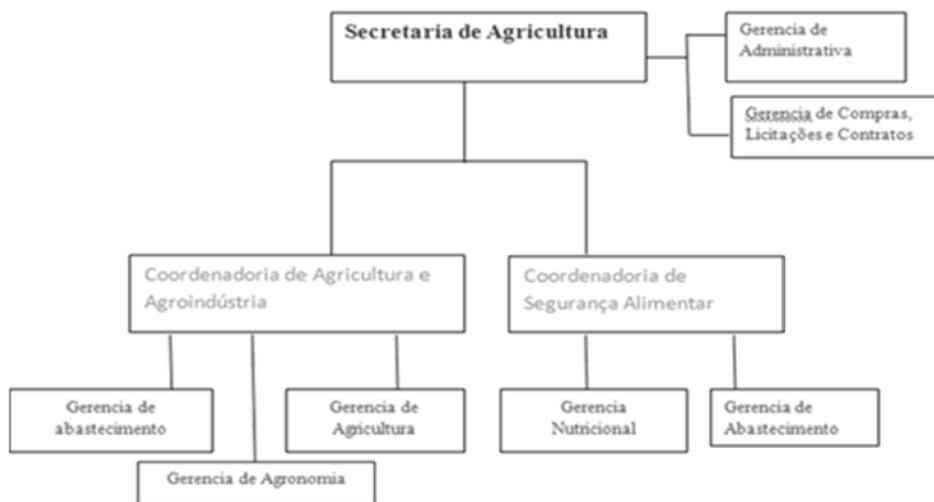


Figura 2 – Desenho atual da gestão de programas de segurança alimentar
Fonte: Gomes e Almeida, 2012.

A Coordenadoria de Agroindústria e Segurança Alimentar é transformada em Secretaria de Agricultura em 2009 e continua como órgão mais independente do que na gestão municipal inicial dos programas de segurança alimentar. Com a reeleição da prefeitura e da gestão da rede em 2012, os programas permanecem os mesmos. Entretanto há problemas sérios que, publicizados merecem ser inseridos nas presentes reflexões.

Desta rede, merecem destaque os programas Restaurante Popular, Direto do campo, PAA, PNAE/Merenda escolar que estão abaixo descritos:

No projeto do restaurante popular houve implementação de uma nova área de estoque e equipamentos. Continua produzindo 1500 refeições para as frentes de trabalho, casas transitórias, para a população carente e funcionários da prefeitura.

A proposta da construção de um novo restaurante na região do 8º Distrito de Araraquara, área de concentração de indústrias e o refeitório para os funcionários municipais da prefeitura local não saíram do papel.

O PAA ainda se coloca com fornecedor muito importante de alimentos para o Banco de Alimentos. Além da parceria com a CONAB e com algumas instituições que promovem alguns eventos que arrecadam alimentos e destinam para o banco. A mobilização com empresas alimentícias e outras instituições não ocorreu e o PAA continua e sendo o coração do banco de alimentos. Com

relação ao PAA, novos bloqueios entram em cena, e outros permanecem como, por exemplo, os agricultores assentados do município continuam entregando e vendendo sua produção basicamente para a Prefeitura de São Carlos, apesar dos problemas de gestão também da prefeitura local, já que os assentados de São Carlos dizem que há muita concorrência com aqueles que vêm de outras cidades. Situação a exigir uma análise das influências da gestão municipal na maior ou menor efetividade dos programas.

Este programa tem, na lei nº 11947, a obrigatoriedade na aquisição dos alimentos, em pelo menos 30% dos produtos adquiridos para os estudantes com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) originados da agricultura familiar. O que significa dizer que com esta lei, o orçamento para alimentação escolar foi ampliado em R\$ 400 milhões, totalizando R\$ 2,1 bilhões, sendo que 30% deverão ser aplicados na aquisição de produtos da agricultura familiar.

A compra também fica dispensada de licitação, desde que os preços sejam compatíveis com os do mercado local e os produtos atendam normas de qualidade, uma alternativa para isentar as prefeituras de fiscalização direta dos produtores locais.

Mas cabe dizer que mesmo com todas estas possibilidades e quase 4 anos da aprovação da lei, a participação dos produtores na aquisição de alimentos para o mercado institucional do município teve um sutil aumento, mas pouco se avançou nesta política quando se trata da compra efetiva de pequenos produtores ou assentados do município de Araraquara.

Alega-se o problema de associações de pequenos produtores não possuírem a DAP jurídica, e por isso não podem concorrer às licitações nem tão pouco vender para a merenda.

Esta dificuldade se coloca como um entrave bastante significativo, já que esbarra novamente na burocracia. A não existência de grupos formais impede a compra direta, e a verba advinda da merenda não pode ser repassada, o que resulta em um impasse (GOMES e ALMEIDA 2012).

Impasse que se torna ainda mais preocupante já que não representa um entrave local, mas estadual, conforme dados mostrados na pesquisa INCRA/UNIARA (2011) sobre a questão do desenvolvimento regional local dos assentamentos estaduais.

Esta pesquisa realizada em 43 assentamentos dos 110 do Estado mostrou, no que tange aos programas federais de comercialização, que o PAA e a venda para Merenda escolar se mostraram canais mais seguros para garantir o

escoamento dos produtos agrícolas destas áreas rurais e o grande fomentador da diversidade agrícola nestas áreas. Estes têm sido o grande elo para compatibilizar o ciclo Produção – Comercialização – Renda nos assentamentos, já que tanto os assentados quanto os produtores rurais sentem certa segurança na relação produção e escoamento pelos programas.

No entanto, a pesquisa demonstrou um entrave ainda maior que pode romper esta confiabilidade e provocar ruptura no processo de diversificação nos assentamentos. São as questões relativas à irregularidade das associações repassarem o dinheiro para os assentados. Se, de um lado, as prefeituras exigem a DAP jurídica dos produtores para garantir a venda e o processo de prestação de contas mais facilitado, de outro, as associações (segundo inúmeros depoimentos colhidos na pesquisa INCRA/UNIARA, 2011) em alguns casos desviavam ou simplesmente não repassavam o dinheiro vindo do pagamento do PAA ou da Merenda e os assentados chegaram a ficar 14 meses sem receber.

Isso demonstra o conjunto de entraves que vão sendo construídos ao longo da rede, os quais, muitas vezes impedem que o projeto ou lei constituídos de maneira correta não consigam chegar aos objetivos iniciais ao final da cadeia.

Em outros casos, os assentados não conseguem entregar para o PAA porque sua cota já foi encerrada ou porque a prefeitura tem uma oferta muito grande, isto é comum em cidades pequenas que possuem um grande número de pequenos produtores ou assentados. Em outros casos ainda, a boa vontade política – variável que difere da prefeitura –, para compra especialmente para merenda pode integrar fortemente os assentamentos ou isolá-los cada vez mais. Neste caso, algumas prefeituras fazem exigências absurdas sobre o produto dos assentados como padronização do peso, do tamanho ou até a certificação orgânica dos produtos. Exigências que mascaram, muitas vezes, as opções da prefeitura em priorizar terceirizações na compra da merenda.

É importante dizer com relação específica aos programas da rede SAN do município de Araraquara, alguns entraves foram superados e outros ainda permaneceram. Como indicado no quadro abaixo:

| Entraves levantados durante a pesquisa de 2007/2008 | Entrave que permanece em 2010/2011 | Entrave Superado |
|--|--|--|
| 1. Agricultores familiares não revelam dependência de rotina para a entrega do PAA. | | Superado- há um grande número de produtores que estão fazendo entrega para o Programa. |
| 2. Os recursos do governo federal, por meio do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos do Governo Federal), são fundamentais para o Banco de Alimentos e Restaurante Popular e Merenda Escolar (no caso dos alimentos hortifrutigranjeiros). | Permanece | |
| 3. Os agricultores familiares necessitam de instrumentos locais de articulação e de dependência de rota para o crescimento dessas alternativas | Permanece em parte, há um maior número de equipamentos e funcionários para facilitar a agilidade dos programas, mas há problemas com a compra de produtos vindos da agricultura familiar para a Merenda. | Superado em parte |
| 4. Os agricultores familiares sofrem com o conjunto de exigências do PAA, o que causou a queda do número de agricultores familiares participantes de Araraquara. | | Superado, há exigências por parte do programa, mas os assentados estão entregando. |



| | | |
|---|---|--|
| 5. Processos burocráticos por parte da administração local e do Governo Federal e a falta de agilidade e clareza no processo de renovação de contratações levam produtores a se desvincularem dos projetos. | Permanece, no caso da Merenda. | |
| 6. Falta de informatização dos dados de controle de produtores e produtos fornecidos | | Está sendo superado com a contratação de funcionários. |
| 7. Dificuldades dos produtores em levar o produto até a Coordenadoria | Permanece em parte | Superado em parte. Há mais um caminhão que auxilia na busca, mas este problema a secretaria não tem como resolver, já que o programa não prevê a busca dos produtos. |
| 8. Falta de organização em cooperativas e outras formas associativas | Permanece | |
| 9. Número de funcionários restritos. | Permanece em parte, apesar das contratações, o número de funcionários ainda não é suficiente, | Permanece em parte |
| 10. Morosidade dos pregões da Merenda Escolar | Não identificado | Não identificado |
| 11. Atraso no pagamento de fornecedores | Permanece | |
| 12. Ausência compra direta de produtores da região | Permanece no caso da Merenda | |
| 13. Deficiências do sistema de compras inibem as participações de agricultores familiares | Permanece no caso da Merenda | |

Quadro 2 – Entraves Institucionais: permanências e superações

Fonte: Gomes e Almeida, 2012.

Foi possível salientar que mesmo diante da superação de alguns entraves, há outros maiores que se colocam não apenas em níveis municipais, mas em níveis regionais e nacionais que podem gerar descontinuidades dos programas pela burocracia, pela falta de sistematização na organização, nos prazos, bem como na clareza e falta de rigorosidade de algumas gestões públicas, tanto estaduais quanto municipais. Por exemplo, um problema comum dos programas da prefeitura de Araraquara é enfrentar a incapacidade da organização, conhecida especialmente pelas dificuldades em adequar os projetos e as prestações de contas ao que é exigido pelo Estado ou Governo Federal, já que em muitos casos, não existem funcionários capacitados para gerir e fazer a prestação de contas exatamente no tempo e sob a forma correta.

Mas, diante de todas estas questões, o PNAE – especialmente a Merenda escolar nos últimos anos 2012/2013 se apresenta como o grande mote incentivador da produção diversificada, tradicional e, especialmente, nota-se a articulação de inúmeros grupos e associações locais tanto em assentamentos quanto para pequenos produtores rurais.

PNAE: Como avaliá-lo frente à diversidade cultural e agrícola dos assentamentos?

No que tange especialmente ao PNAE temos percebido que houve um avanço napolítica pública voltada para os assentamentos Bela Vista e Monte Alegre, especialmente porque tradicionalmente, a prefeitura de Araraquara tem se utilizado dos programas da rede SAN, apesar dos entraves, para o aumento na qualidade de alimentos distribuídos nas escolas e inclusão dos assentados nos programas, pelo fato da horticultura e fruticultura serem os cultivos mais fortes na região. Este programa desponta como principal da rede SAN no que tange às vantagens oferecidas para os agricultores rurais, já que representa uma possibilidade rentável a mais e superior ao valor máximo de entrega por produtor comparado ao PAA.

Faz-se necessário aprofundar a avaliação deste programa em questões que não envolvem apenas aspectos de efetividades e entraves, mas temas que se encontram no patamar da confiabilidade, da coesão, e da autorealização dos participantes da rede. Aqui, cabe analisar primeiro como ficam as relações entre a gestão do programa e a relação entre associados frente às inúmeras exigências burocráticas como a DAP jurídica e a organização das associações diante da desarticulação dos próprios assentados? Segundo, como as escolas rurais (no caso específico a Hermínio Pagotto) lidam com o que são oferecidos às crianças na rotina do cardápio frente às propostas de diversificação agrícola, etnobotânica

e cultural da proposta pedagógica escolar.

Para compreensão e entendimento destas questões é importante localizarmos o caso da escola Hermínio Pagotto do assentamento Bela Vista do Chibarro e como tem se dado a relação da mesma com o programa PNAE.

A escola deste assentamento segue a proposta pedagógica de Escola do campo, em que há uma grande adaptação do projeto pedagógico para atender às especificidades do campo de modo a valorizar a cultura local, a sustentabilidade, práticas agrícolas tradicionais e diversidade agrícola, entre outras características. Para atender tais demandas, a escola foi municipalizada em 2011 e o calendário escolar também passou a refletir a realidade do campo. Toda esta proposta entrava em contradição quando as crianças a sair das aulas práticas na horta e mesmo em alguns casos nos lotes de seus pais ou conhecidos sentavam-se no refeitório para merendar. Havia um choque entre o que a professora dizia como sendo de qualidade e típico do local com o que se oferecia na escola.

Até o ano de 2010, as escolas estaduais no município recebiam esporadicamente do Governo Estadual, alimentos pré-prontos como: enlatados de almôndegas, *hamburgers*, feijão e outros pacotes de desidratados para preparo de arroz-doce, canjica e leite, Flores (2012) salienta mais um problema:

Outro exemplo da falha é a maçã, presente nos cardápios e fornecida por produtores da região Sul do país, descumprindo diretrizes do programa. A maçã aparece na pesquisa como fruta de preferência da maioria das crianças, embora seja acompanhada na diversidade das frutas dos cardápios apenas pela banana. Segundo justificativa da Gerência de Nutrição, além de suas propriedades nutricionais, a facilidade de manuseio por parte dos beneficiários é considerada na elaboração dos cardápios e inclusão nas listas licitatórias. Porém, frutas regionais como a manga, que poderiam ser incluídas na época de produção, têm componentes nutritivos similares e não são aproveitadas, bem como a mandioca, castanhas e oleaginosas, as quais não constam dos cardápios. A laranja, riqueza produzida em grande escala na região, aparece em forma de suco sem que seja oferecida diariamente aos alunos, mas sim, duas a três vezes na semana (FLORES, p.21, 2012).

Ocorre aqui um choque entre o que se valorizava dentro da escola e da casa das crianças e o que efetivamente se colocava na merenda e com o que as crianças assistiam nos meios de comunicação de massa.

Neste contexto, vale abrir um parêntese para a questão do que as crianças

passaram a consumir, mas neste contexto, como material intelectual e formativo. A partir deste mesmo ano a prefeitura padronizou os livros das escolas municipais, adotando o material didático do SESI – material preparado para valorizar uma concepção industrial e produtivista e por consequência acaba por desconstruir a experiência do projeto de Escola do Campo na medida em que o método adotado ocupa uma grande parcela da formação das crianças assentadas (PAVINI, 2012; GOMES, 2013).

Com relação à merenda, houve uma mudança. Cada escola estadual passou a receber semanalmente os alimentos perecíveis, e mensalmente, os secos, ou não perecíveis da Gerência de Abastecimento. No entanto, a Gerência de Nutrição não se mostra contrária ao oferecimento dos alimentos pré-prontos e continuam a ser oferecidos na escola, divergindo dos princípios que rezam o PNAE sobre o respeito aos costumes e produção locais e alimentos frescos, considerando-se a diversificação e riquezas agrícolas da região. Porém, segundo a análise de Flores (2012) as diretrizes de sustentabilidade verbalizadas em seus eixos não são respeitadas, sendo até mesmo desconhecidas pelos sujeitos executores do programa. Além disso, em estudos anteriores foi identificado que desde verduras, frutas à farinha são originários de fornecedores ganhadores de licitações.

Problema este que poderia ser corrigido com políticas de incentivo aos pequenos produtores locais, considerando que municípios vizinhos adquirem alimentos de produtores araraquarenses para a merenda de seus beneficiários do programa, como é o caso da prefeitura de São Carlos, como já salientado anteriormente. (ALMEIDA, 2011; FLORES et al 2012).

A questão que ainda se coloca para análise com relação à efetividade do programa do PNAE não se localiza somente na gestão municipal, mas na própria articulação dos assentados para a exigência da retirada da DAP. Há outras questões que ultrapassam o plano da legalidade e mostram transgressões no tratamento dado a estes programas por órgãos da administração local.

A Publicização Das Investigações: A Segurança Alimentar vira uma Questão de Polícia

Além do problema da subtilização dos produtos naturais advindos dos produtores da região no programa da Merenda escolar-PNAE, a prefeitura especialmente a Secretaria de Agricultura junto com ex-vereador da cidade de Araraquara estiveram no final de 2013 envolvidos em um esquema de fraude que não afetou apenas o abastecimento de entidades assistenciais da cidade,

mas uma rede ampla de agricultores que entregavam produtos para os programas da rede SAN. Em reportagens de jornais as acusações são colocadas especialmente ao secretário da agricultura e ex-vereador da cidade:

Supostos esquemas de desvio de recursos públicos atribuídos ao ex-vereador Ronaldo Napeloso já afetam ao menos 1,5 mil pessoas em situação de vulnerabilidade social, em especial crianças, adolescentes e idosos, em Araraquara. Isto porque, o Governo Federal suspendeu repasse de até R\$ 1,3 milhão ao ano do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para entidades assistenciais da cidade, um dos alvos de investigação da Polícia Militar e do Ministério Público. As vítimas diretas das supostas fraudes de Napeloso dependem do trabalho das 50 entidades sociais cadastradas no Programa Fome Zero, e que desde o anúncio das investigações sobre o ex-parlamentar, no final de julho, deixaram de receber legumes, verduras e frutas por meio da Prefeitura (Disponível em: <http://www.viaeptv.com/epnoticia/noticias/NOT,3,7,879755,Suposto+esquema+de+fraude+afeta+entidades+assistenciais+de+Araraquara.aspx> – 10/09/2013)

Caso este já havia sido denunciado em inúmeras entrevistas pelos assentados que dependiam dos programas para escoar seus produtos, em depoimentos do início do ano acusavam o coordenador pela má administração e não cumprimento dos pagamentos das notas emitidas pelos produtos entregues à prefeitura. Em outros casos, apontavam que individualmente eles não podiam entregar para os programas, deveriam, por exigência dos responsáveis dos programas, procurar uma cooperativa para vender os produtos a prefeitura. No entanto, a entrega era direcionada apenas a uma cooperativa que, sem dúvidas, fazia parte do esquema de fraude destes programas. Em caderno de campo, são apontados por assentada alguns dos problemas:

Ao perguntarmos sobre o PAA e se ela estava entregando os produtos, disse que sim, mas apontou muitos problemas. Um deles e o que me pareceu mais grave é que a Secretaria de Agricultura passou a comprar os produtos apenas por meio de associações para o PAA e PNAE com a justificativa de que os assentados a partir de então deveriam procurar as associações para vender os produtos. No entanto, a única associação do núcleo 6 que é o CEDIR não está com os documentos regularizados e no caso específico a prefeitura de Araraquara tem mandado os assentados entregarem na

Associação de Rincão – ASPRAR. Segundo ela, como a prefeitura trabalha com licitação, apenas esta associação tem ganhado os processos. O fato disso, segundo ela, se dá porque a ASPRAR paga uma porcentagem por fora para a prefeitura escolher este grupo. E reclamou demais do tratamento pessoalizado e político da gestão atual. Neste sentido, ela disse que existem em torno de 40 produtores que estão com uma nota fiscal desde outubro de 2012 sem receber e, a prefeitura fez a proposta para os assentados que eles deveriam entregar novamente para receber o que estava atrasado, sendo que eles cancelariam a nota antiga e receberiam apenas pela atual. A justificativa, segundo ela, é a de que a prefeitura havia comprado mais do que podia ou usado o orçamento da compra dos produtos para outros fins e o resultado é que o valor que a prefeitura tinha para pagar os assentados não foi o suficiente para pagar a todos. Ela disse ter ido procurar o responsável direto pelo programa para perguntar por que a demora do pagamento e ao chegar à Secretaria de Agricultura, o secretário da agricultura disse que não era mais para ela ir lá perguntar sobre o pagamento. Depois disso, ela disse ter sofrido perseguição política por ser do PT e o governo de oposição ao seu partido; disse que o secretário da agricultura ligou pessoalmente para o motorista na semana posteriormente a sua estada na Secretaria e pediu para que ele não pegasse nem a Dona N. e nem as mercadorias dela para serem vendidas no terminal. Fato este que se verídico, deve ser denunciado de alguma forma (Caderno de Campo-entrevista D. N. 15/08/2013).

Estas denúncias estavam sendo feitas há muito tempo por inúmeros assentados e além de denunciarem grupos envolvidos com a "associação parceira do esquema da fraude" assediavam aqueles que não faziam parte destes programas para venderem seu talonário fiscal, em troca de uma porcentagem de venda de cada nota. Alguns assentados venderam achando estar "se beneficiando e beneficiando os colegas", no entanto, entraram no processo de irregularidade como co-responsáveis pela fraude. Em reportagem disponível no site da EPTV aponta este esquema:

E é exatamente aí que o esquema atuava, comprando notas frias e criando "espécies" de fornecedores fantasmas para a Prefeitura. Investigações da Polícia Federal apontam indícios de fraude na escolha dos pequenos produtores cadastrados no Programa Nacional de Fortalecimento da

Agricultura Familiar. "As entidades estão passando por uma fase difícil, temos recebido reclamações, mas acho que logo devem resolver. Agora, quem tem condições, compra. Mas e aquelas que não têm?", questiona José Carlos Porsani, secretário de Assistência Social (Disponível em: <http://www.araraquara.com/politica/NOT,0,0,879691,Caso+Napeloso+afeta+pelo+menos+15+mil+pessoas+em+risco+social.aspx>. Acessado em 07/03/14).

Infelizmente, o resultado deste processo acarretou a suspensão dos repasses do PAA à pasta de Agricultura pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome por causa das suspeitas de irregularidades. O que significa a perda de um valor máximo anual que representa uma média de R\$ 103 mil/mês a menos nos cofres públicos do município e em nossa análise, a maior perda deste processo é para os mais de 300 pequenos agricultores familiares que deveriam, de fato, vender até R\$ 4,5 mil em alimentos por ano ao Executivo.

E estes programas que, sem dúvidas, têm demonstrado sua importância para o desenvolvimento da agricultura, em especial nos assentamentos de Reforma Agrária, vão sendo aos poucos descredibilizados por esquemas de fraude em associações ou grupos ligados à gestão municipal dos programas. Tal situação comprova nossa hipótese de que as políticas públicas federais só tem efetividade quando encontram vontade política por parte da gestão municipal.

Fato que ocorre em muitos casos pela falta de comprometimento e valores divergentes sobre a finalidade das associações que aos poucos fragmentam a coesão social dos grupos envolvidos nos programas, dificultando que a rede dos programas da SAN seja melhor estruturada.

Situação que poderia ser resolvida de um lado, por uma fiscalização mais intensa do Ministério Público e de Abastecimento e Combate à Fome exigindo por parte dos gestores dos programas conhecimento da necessidade do cumprimento de leis como a nº 11.947/2009, que subsidia o eixo social da inclusão e de produções agropecuárias locais não aproveitadas, como carnes, frutas, cereais dos produtores locais. As exigências de tamanho e forma acabam levando a escolha de produtos perfeitos como verduras, frutas, legumes para cumprimento de contratos que camuflam sistemas produtivos convencionais que levam ao intenso uso de agroquímicos e a degeneração do meio ambiente e que vão na contramão de procedimentos ecologicamente corretos. E de outro, um maior controle social por parte dos assentados de suas associações e exigência da compra das culturas tradicionais que produzem já que enfrentam dificuldades em inserir e escoar seus produtos nos mercados locais e nos programas pelo

fato de desconhecer os caminhos para eles e mesmo pela assimetria de informações que envolvem os assentados, gestores municipais e órgãos responsáveis pelos próprios assentamentos como INCRA e ITESP.

Considerações Finais

Finalmente, a partir desta perspectiva e da análise da rede SAN destacamos neste artigo o Município de Araraquara como um estudo de caso significativo para analisar como o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE tem garantido ou não a alimentação de qualidade de seus alunos. Tendo como base de referência quatro anos da Lei nº. 11947 que exige dos municípios a compra de pelo menos 30% dos alimentos destinados à merenda escolar de pequenos produtores ou assentados rurais. O estudo deste município como referência da pesquisa se destaca pelo fato da cidade possuir dois assentamentos de grande porte que de um lado, oferecem produtos agrícolas e processados diversos e, de outro, por conter escolas com um número significativo de alunos que geram demanda por produtos de qualidade

Os projetos de escoamento como o PAA e Merenda escolar deram sinais nos últimos anos (Pesquisa INCRA/UNIARA, 2012) de um caminho possível, ainda que existam problemas na relação dos produtores rurais com as associações, as quais muitas vezes lançam mão de esquemas duvidosos de procedimento, deixando o assentado muitas vezes aprisionado às armadilhas da burocracia.

Entretanto, a realidade demonstra que quando o Governo, seja federal ou estadual, cria políticas de fato voltadas para a inclusão econômica da população – neste caso para os assentados- no circuito do abastecimento alimentar a resposta é positiva como demonstra a pesquisa com relação à participação e ao conhecimento que os assentados possuem sobre o Programa de Aquisição de Alimentos.

Não existe uma fórmula final, mas exigisse uma boa articulação entre poder público, bem como uma rede coesa de comunicação e esclarecimentos que poderiam evitar assimetria de informação e gerar qualidade de vida. Neste sentido, os parâmetros de eficácia dirigido a assentamentos têm que levar em conta as perspectiva de continuidade ou não de gestões públicas, o que pode gerar novos impasses.

Invertendo concepções exclusivamente monetárias de renda, os assentados produzem alimentos para suas famílias, melhorando sua condição de vida por fora dos circuitos capitalistas. Concomitantemente, eles comercializam sua

produção alimentar (como nos casos mais abrangentes do leite, das hortaliças e da mandioca), certamente, de maneira que podem e devem ser aprimoradas, o que não significa que se deva alterar esse dinâmico equilíbrio, expresso nos dados que revelam que a maior parte da produção agrícola dos assentamentos tem tanto uma destinação comercial quanto para o autoconsumo, sem dúvidas, um grande elo entre a produção agrícola e a segurança alimentar do país.

Referências

ALMEIDA, L. M. M. C. Estrutura de Governança e Gestão das Redes e Programas de Segurança Alimentar: Análise Comparativa entre Municípios Paulistas. Campinas, SP: UNICAMP/ Faculdade de Engenharia Agrícola, 2009. 220 p. **Relatório Técnico-Científico de Bolsa de Pós-Doutorado no país da FAPESP.**

_____ et al. Public policies and food security and family farming networks: contributions to the construction of effectiveness indicators. Estudos da sociedade e agricultura, Scielo Social Science, vol.3 (versão online), p. 205-235, 2007. Disponível em: <http://socialsciences.scielo.org/scielo.php/script_sci_serial/pid_1413-0580/ing_en/nrm>.

_____ et al. Segurança Alimentar e Agricultura Familiar: um balanço de um experiência municipal recente. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v. 1, p. 157-194, 2008.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto. Brasília, 2000.

BRASIL. Constituição, 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988**. 27 ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

_____. **Lei de Responsabilidade Fiscal**. Lei Complementar nº. 101, 4 de maio de 2000. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 de maio de 2000.

FERRANTE, V L S B, et al. **Relatório de Pesquisa Estadual de assentamentos e quilombos**. Pesquisa INCRA/UNIARA N° 100000/

2010. Araraquara, 2012.

BERKES, F.; FOLKE, C. (Eds) **Linking Social and Ecological Systems: management practices and social mechanisms for building resilience.** Cambridge University Press, Cambridge, 1998.

FLORES, T. M.C. Programa Nacional de Alimentação escolar no Município de Araraquara-SP: efetividades, entraves e diferenciações entre Unidades Escolares. **Revista Raízes**, Campina Grande, 2012.

FONSECA, A. Avaliação de políticas sociais: o desafio de fazer, analisar e corrigir simultaneamente. **Revista brasileira de Ciências Sociais**, 2005.

GOMES, T P de. **Mulheres do Campo, patrimônio e gestão escolar: um estudo voltado às práticas tradicionais e equidade de gênero em escola de assentamento rural de Araraquara.** Projeto de Doutorado – UNESP-Fclar, 2013.

_____. T. P de, et al.. A Formação de uma Rede de Políticas Públicas de Segurança Alimentar de alta Coesão Social no Município de Araraquara-SP: continuidades e descontinuidades com as mudanças de governos. 5º Encontro de Rede de Estudos Rurais. In: **Anais 5º Encontro de Rede de Estudos Rurais**, 2012.

_____. T. P de, et al. Rede de Políticas Públicas de Segurança Alimentar no Município de Araraquara-SP: continuidades e descontinuidades. IV Jornada de Assentamentos Rurais. In: **Anais IV Jornada de Assentamentos Rurais**, Campinas 2011.

PAULILLO, L.F. **Entraves para políticas de segurança alimentar: uma análise comparativa da eficácia e aplicabilidade dos programas e redes de inclusão criadas em municípios paulistas.** Relatório de Projeto apresentado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq, bolsa Produtividade em Pesquisa. São Carlos, 2010.

SANTOS, B. de S. **Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade.** 8. Edição. Ed Cortez, SP, 2001.

_____. S. M. C.; SANTOS, L. M. P. Avaliação de políticas públicas de segurança alimentar e combate à fome no período de 1995-2002 - Abordagem metodológica. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 5, p. 1029-1040, 2007.

WHITAKER, D.C.A. **Sociologia Rural: questões metodológicas emergentes**. Presidente Venceslau/SP: Letras à Margem, 2002.

Reportagens consultadas:

<http://www.araraquara.com/politica/NOT,0,0,879691,Caso+Napeloso+-afeta+pelo+menos+15+mil+pessoas+em+risco+social.aspx>. Acesso em: 07/03/14.

<http://www.viaeptv.com/epnoticia/noticias/NOT,3,7,879755,Suposto+-esquema+de+fraude+afeta+entidades+assistenciais+de+Araraquara.aspx> - acesso: 10/09/2013

UMA EXPERIÊNCIA DIVERSIFICADA DE COMERCIALIZAÇÃO GERIDA POR ASSENTADOS RURAIS¹

Michelle Ribeiro Pinto Costa²

Zildo Gallo³

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante⁴

Luis Antonio Barone⁵

Resumo: O modelo socioeconômico vigente, que preconiza o lucro como fim último de seu sistema, fez da região Central do Estado de São Paulo um complexo de grandes indústrias, onde trabalhadores rurais são mão-de-obra barata e volante. Indutor de mudanças constantes sempre em favor do capital, este sistema desencadeia um ciclo de dependência, desorganização e vulnerabilidade na vida no campo. Inserem-se nesta complexa realidade os projetos de assentamentos rurais que representam uma forma justa de distribuição de terras e possuem contrapontos e resistências às grandes concentrações de terra e renda. A partir da perspectiva de um fragmento – um casal de assentados do Projeto de Assentamento Monte Alegre que produz sem agrotóxicos e organiza seus produtos em cestas para entregas em domicílio, bem como se utiliza da rede social *facebook* como mediadora do processo – desejamos relatar e compreender como esta experiência diversificada se sustenta em meio a tantas contradições.

Palavras-chave: Estratégias Diversificadas de Produção; Assentados Rurais; Cestas de verduras, legumes e frutas entregues em domicílio.

¹Dissertação desenvolvida no Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente do Centro Universitário de Araraquara – UNIARA.

²Mestre pelo Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – UNIARA.

³Prof. Dr. do Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – UNIARA.

⁴Prof. Dra. do Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – UNIARA.

⁵Prof. Dr. da UNESP de Presidente Prudente.

Abstract: *The current socioeconomic model, which advocates for profit as the ultimate purpose of its system, made the central region of the state of São Paulo a large industrial complex, where rural workers are cheap and seasonal work force. Leading to constant changes always favoring capital, the system triggers a cycle of dependency, disorganization and vulnerability in rural life. We can insert into this complex reality projects of rural settlements that represent a fair distribution of land and have counterpoints and resistance to high concentrations of land and income. From the perspective of a fragment - a couple of settlers belonging to the Monte Alegre Settlement Project that produces without pesticides and organizes its products into baskets for home delivery, and use of social network facebook as a mediator of the process - we want to relate and understand how this diversified experience is sustained amid so many contradictions.*

Keywords: *Diversified Production Strategies; Rural Settlers; Home delivery of vegetable and fruit baskets.*

Introdução

O modelo de distribuição de terras no Brasil está envolto dos ideais de lucro acima de qualquer justiça, o que justifica os imensos latifúndios que tomam conta da paisagem brasileira. Este complexo processo, que não passou por momentos de drásticas rupturas com o capital, caminhou a passos lentos, os muitos demandantes por terra, suas reflexões e ocupações realizadas forçaram, após muitas lutas, o Estado a gestar políticas públicas que mesmo insuficientes ainda são sinais de possibilidades dentro deste contexto emaranhado de controvérsias. Apesar de insatisfatória e sempre incompleta, a criação de assentamentos confere maior justiça social a esta realidade.

Os Projetos de Assentamento (P. A.) constantemente exigem a organização, manutenção e desenvolvimento de estratégias que viabilizem uma vida com qualidade aos assentados, isso compreende inúmeros fatores que se entrelaçam, formando uma complexa teia cheia de agentes e condicionantes na maioria das vezes imensuráveis. Diante destas contradições encontramos experiências exitosas em diversos assentamentos que nos reafirmam a necessidade de relatá-las como mecanismo para difundir e promover as boas ideias.

Nos municípios de Araraquara e Motuca, região central do Estado de São Paulo, reconhecidos por suas monoculturas de cana e seus complexos sucroalcooleiros, onde se situa também o Projeto de Assentamento Monte Alegre,

encontra-se a experiência de um casal de assentados que produz sem o uso de agrotóxicos, e ao mesmo tempo fazem a entrega de cestas de verduras, legumes e frutas, utilizando a rede social facebook. A experiência que foi se organizando e ganhando adeptos já caminha para três anos de existência, com uma contribuição efetiva, como verá mais adiante, para a vida do casal de assentados.

O presente artigo derivado da dissertação defendida no Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente do Centro Universitário de Araraquara – UNIARA justifica-se a partir da necessidade de divulgar a viabilidade da manutenção de uma experiência diversificada, em um contexto em que os dados apontam que grande área agricultável do assentamento Monte Alegre é destinado ao cultivo da cana⁶. Deste modo, o que impulsiona tal experiência e como a mesma se mantém de forma viável para os assentados, são questões que serão discutidas ao longo do texto, buscando voltar o olhar para a viabilidade da entrega das cestas de verduras, legumes e frutas como mais uma possibilidade no sentido do sucesso das experiências de reforma agrária.

História e Trajetória

Aspectos históricos do Assentamento Monte Alegre

A região central do Estado de São Paulo, universo desta pesquisa, tem peculiaridades importantes, que fazem deste território um modelo de como o processo de modernização da agricultura transformou a vida no campo, trazendo grandes conquistas para o agronegócio e graves questões sociais e ambientais para toda sociedade. Haja vista que as terras agricultáveis da região, em grande parte, são destinadas a cana-de-açúcar; no município de Araraquara, por exemplo, são 49 mil hectares, ou 49% de toda a área do município⁷.

A formação do P. A. Monte Alegre com suas conquistas e desafios foi contada ao longo dos tempos por Antuniassi, Aubrée e Chonchol (2012), Duval (2009), Ferrante e Barone (2006), Bellacosa (2012), entre outros. O mesmo ainda é objeto de inúmeras investigações e publicações.

Sem a pretensão de revelar a origem de cada família do P. A. Monte Alegre, a Tabela 1 fornece um panorama geral do início do assentamento. Ao longo do

⁶Com um aumento gradativo ano a ano, o plantio de cana atingiu seu recorde na safra 2009/2010 com um total de 282 produtores, o que representou 79% das famílias instaladas no assentamento. (BELLACOSA, 2012).

⁷Fonte: IBGE: Produção Agrícola Municipal, 2009.

tempo, famílias desistiram de seus lotes, novas famílias de diversos lugares foram chegando, soma-se a isso também agregados que se uniram a donos de lotes. O P. A. Monte Alegre foi se constituindo aos poucos em diferentes momentos históricos, por trabalhadores rurais com diferentes origens, o que resultou em uma miscelânea de culturas, anseios e trajetórias diversas, conforme se nota na tabela abaixo.

Tabela 1 – Formação Assentamento Monte Alegre⁸

| Ano de formação | Julho de 1985 | Outubro de 1985 | Agosto de 1986 | Novembro de 1986 | 1989 | 1997 |
|--------------------------|--|--|--|--|-------------------------|----------|
| Núcleo | I | II | III | IV | V | VI |
| Origem dos trabalhadores | Famílias de Pontal, Urupês e Cravinhos | Famílias de Sertãozinho e região anteriormente acampadas em Pradópolis | Bóias-frias de Minas gerais | Trabalhadores de Guariba ligados a lideranças políticas locais | Famílias de Sertãozinho | |
| Forma de ocupação | Ocupação | Alocados após invasão em Guarani e pradópolis | Selecionados pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araraquara | Ocupação | Ocupação | Ocupação |

Fonte: Organizada por Michelle R. P. Costa; Abril de 2013.

Resumidamente: a fazenda Monte Alegre tem um total de 6.599,16 hectares, entre lotes agrícolas, agrovilas, áreas de reserva legal e de proteção permanente; a área agrícola total do assentamento é de 4.960 ha, conforme registra Bellacosa (2012).

Formas de produção no assentamento

Nos primeiros anos agrícolas, por imposição do ITESP, grãos como milho, soja e feijão foram motivos de duas safras desastrosas. A falência de um projeto coletivo nos primeiros anos pode ter ocorrido pela ignorância sobre o funcionamento de cooperativas, pelas dificuldades para gerir a própria produção,

⁸Com informações de BELLACOSA, 2012.

pelos choques provocados pelas diferentes origens e culturas dos assentados etc. Após o fim do projeto coletivo aumentam as produções de autoconsumo.

O P. A. Monte Alegre iniciou sua trajetória com muitas dificuldades para se consolidar e garantir direitos básicos às famílias, assim a suscetibilidade às ideias de progresso fizeram com que, aos poucos as usinas, já com falta de terras para cultivo, aliciassem poder público e assentados para o seu projeto. Assim há uma grande aceitação das famílias com o Projeto Cana; em 2004 11% das famílias ingressaram na "parceria", na safra 2009/2010, 79% das família cediam parte de seus lotes para plantar cana-de-açúcar. A questão central é, portanto, que o assentamento Monte Alegre foi aos poucos se tornando um mar de cana (Bellacosa, 2012).

As questões que envolveram a entrada da cana no assentamento Monte Alegre representaram obstáculos ao modo de vida dos assentados, pois não houve uma integração completa dos agricultores ao processo produtivo, visto que o mesmo é excludente de mão de obra, conforme observa Bellacosa (2012):

Este número é ainda mais expressivo quando analisamos o número total de famílias que aderiram ao projeto nesses últimos sete anos. Para termos uma idéia, desde que a "parceria" para o plantio de cana começou no assentamento, 89% das famílias ingressaram no projeto em algum período dessas sete safras. Significa dizer que somente 41 famílias, de um total de 358, optaram por não produzir cana até a safra 2010/2011.

Contudo há uma dialética que envolve todo o processo, pois mesmo com os empecilhos impostos pela atividade canaveira, houveram espaços de resistência, pois com recursos os assentados puderam plantar diferentes cultivos na metade restante dos lotes. O que evidencia que mesmo em uma escala reduzida, a cana divide espaço com uma produção diversificada.

Estratégias de comercialização e renda: uma estratégia familiar?

A comercialização sempre foi considerada uma dos maiores obstáculos para o crescimento econômico do produtor rural, especialmente para os assentados pela reforma agrária. Para os assentados rurais muitas são as incertezas que envolvem sua produção e comercialização, o clima que pode contribuir ou destruir, as imprevisibilidades que geram custos e demandam recursos que podem chegar ou não. Por reconhecer estes inúmeros desafios é necessário ir além e descrever as estratégias encontradas pelos assentados.

Coletivamente ou não, alguns e poucos assentados conseguem romper com o esquema de comercialização via intermediário e comercializam direto nas feiras, no varejo e até mesmo em centros atacadistas ou ainda fornecem para empresas, [...] Entretanto, embora isso represente a chance de se conseguir melhores preços pelos produtos é preciso equacionar o custo benefício, pois o aumento das despesas é visível quando se opta pela comercialização direta, englobando transporte, embalagens, mão-de-obra, geralmente deslocada da produção, mas quase nunca computada pelos assentados (SANT'ANA, 2011).

As feiras livres, a entrega de alimentos para o CEASA e/ou para programas como o PAA são estratégias muito utilizadas pelos assentados. Mesmo com as imposições ora do ITESP, ora das usinas, experiências diversificadas surgem e se mantêm, agricultores adeptos e com experiências em tipos diversos de agricultura conseguem produzir e comercializar sua produção, conforme aponta Whitaker (2008). Para Bourdieu, segundo SANT'ANA (2011):

As estratégias formam um sistema cronologicamente articulado, de modo que uma estratégia pode substituir a função de outra ou ser mais importante do que outras em determinado contexto ou de acordo com o ciclo de vida da família.

Os cultivos para autoconsumo vão ao longo desta trajetória representar importantes práticas de diversificação. As estratégias dos assentados de reforma agrária da Fazenda Monte Alegre produziram uma série de transformações no meio ambiente, tais como: o aumento da diversidade dos sistemas agrícolas e a criação de uma heterogeneidade no espaço físico da área (WHITAKER, FIAMENGUE, 2000). As produções para autoconsumo são também uma constante que vão garantir a segurança alimentar dos assentados.

Estratégias utilizadas pelos assentados como a utilização de calcário para correção de acidez do solo, o combate às pragas através de plantio de culturas intercaladas, utilização de materiais orgânicos (excedentes de produção, esterco, folhagens) e manejo de animais, sem a utilização de agrotóxicos e/ou adubação química, entre outros já garantem uma qualidade ambiental mais adequada que no sistema exclusivo de monocultura.

A professora Dulce Whitaker e Elis Cristina Fiamengue (2000) descrevem quatro modelos de produção diferenciados nos lotes da Fazenda Monte Alegre,

o que demonstra que de diferentes formas os assentados organizaram a produção em seu lote e contribuem para a manutenção sustentável do assentamento. Whitaker e Fiamengue (2000) destacam também cinco níveis de diversidades encontradas nos lotes da Fazenda Monte Alegre que são destacados abaixo:

1. Formação de mosaicos na paisagem: O solo coberto pelas diversas culturas, criações e formas alternativas de produção é responsável pela composição de um mosaico na paisagem.

2. Diversidade de produção entre os lotes: Cada lote possui diversos e diferentes cultivos, Whitaker destaca a criação de gado leiteiro para produção de queijos e doces, ou para comercialização do leite como produto final, criação de bicho-da-seda, de carpas, de rãs, além das criações de subsistência (galinhas, porcos, etc.), o cultivo de frutas e hortaliças diversas, de mandioca, sendo que alguns cultivam cereais de subsistência (feijão, milho, arroz, etc.).

3. Diversidade interna dos lotes: No interior de cada lote reconhecemos diversos sistemas de produção organizado e desenvolvido por cada família.

4. Diferentes formas de produção e o uso criativo de recursos: As diferentes formas de utilização criativa dos recursos, como: circuito interno de reciclagem, frutas para alimentar gado, a utilização de culturas intercaladas, entre outros. Plantio de diversas culturas (frutas, verduras e hortaliças), algumas oriundas de outros estados.

5. Diversidade de consumo na mesa dos assentados e nos produtos comercializados no mercado: Consome-se e comercializa-se laticínios, frutas e doces, hortaliças e legumes, fio de seda, galinhas e ovos, peixes e rãs, porcos e coelhos.

Conforme Whitaker (2008), o inventário de alguns lotes de assentados da região de Araraquara

(...) nos surpreende com hortas e pomares de ricas variedades. Além disso, um pequeno número de cabeças de gado determina criatividade e diversidade no uso do leite. Galinhas e porcos "passeiam" pelos terreiros à moda antiga, enquanto técnicas modernas permitem a criação de peixes e rãs em tanques e reservatórios. Alguns se dedicam a sericicultura, outros fabricam farinha de mandioca, alguns vendem o leite para usina, outros preferem produzir queijos e com o soro alimentar os porcos. Verdadeiros sistemas agrícolas se formam a partir de diferentes atividades integradas pelos agentes humanos na situação.

Não se deseja aqui desprezar os muitos determinantes estruturais, deseja-se, no entanto, compreender as ações dos sujeitos na construção de suas estratégias de vida, reconhece-se, portanto, as limitações que as sociedades e o próprio processo histórico impõem constantemente.

Segundo SANT`ANA (2011), as estratégias se fundamentam em *habitus* e envolvem projetos que estão em constante construção. Estes projetos são parte dos modos de vida que enfatizam prática cotidianas, representações, estão incorporados no agir pensar e ser dos indivíduos... É o modo de vida que dá sentido às inter-relações entre as estratégias, embora nem sempre seja produto de escolhas racionais e lógicas e, como elemento histórico está em permanente construção.

As estratégias, portanto, são construídas na relação tensa entre um campo, um *habitus* e um projeto, expressam e são expressão de um modo de vida; buscam configurar e, ao mesmo tempo sofrem a mediação desse mesmo modo de vida (SANT`ANA, 2011).

Esta ideia possibilita que se olhe de forma mais ampla para as estratégias diversificadas promovidas pelos assentados, em particular pelo Sr. Alvino e Sra. Maria da Glória, bem como para os questionamentos em torno de como elas surgem e se mantêm dentro de uma realidade adversa e complexa, como os assentamentos rurais. O *habitus* parece determinar estratégias que não são organizadas e planejadas de forma consciente, mas sempre se adéquam a situação.

Conforme se relatará a seguir, o Sr. Alvino e a Sra. Maria construíram seu modo de vida ao longo do tempo baseados em suas muitas e diferentes vivências que trouxeram aos mesmos muitas possibilidades para sempre repensar suas estratégias. As famílias buscam desenvolver diferentes estratégias para tornar viável a produção em seu lote, e desenvolvem concomitantemente conjuntos de situações onde a reprodução não é apenas material e produtiva, mas social, cultural e ideológica.

Sem tomar as determinações estruturais como verdade absoluta, nem as desprezando, faz-se necessário observar os modos de vida adotados pelo casal, para compreender de fato como ele viabilizou suas estratégias ao longo do tempo. O modo de vida, mesmo não sendo, às vezes, resultado de decisões racionais e lógicas, constitui-se como fator histórico e está em constante construção. Há uma interdependência entre modo de vida e as condições de vida, que são um constante movimento de construção e reconstrução, num espaço social em que

dificuldades, sucessos ou insucessos devem ser compreendidos para além do seu significado material.

As cestas e a rede social

O lote da perspectiva dos assentados

Numa oposição frontal ao positivismo, a sociologia compreensiva propõe a subjetividade como fundante do sentido e defende-a como constitutiva do social e inerente ao entendimento objetivo. Essa corrente não se preocupa em quantificar, mas em lograr explicar os meandros das relações sociais consideradas essência e resultado da atividade humana criadora, afetiva e racional, que pode ser apreendida através do cotidiano, da vivência, e da explicação do senso comum (MINAYO, 2008).

A trajetória do casal se confunde com o desenvolvimento do assentamento, que ao longo dos anos foi sofrendo transformações em busca de sua viabilidade, conforme confirmam os relatos, que registram o início da organização dos assentados⁹. Também demonstra a relação de proximidade com a vida rural e a necessidade de manutenção da mesma. O Sr. Alvino mesmo depois de ter trabalhado com diversos serviços, como na construção civil e na administração de um mercadinho de sua propriedade, destaca sua ligação com a terra e o desejo de viver do seu trabalho nela. Experiências em diversos setores conferem o empreendedorismo percebido na fala do Sr. Alvino.

As ações geridas pelo Sr. Alvino destacam traços interessantes de sua personalidade criativa e observadora, sempre motivada pela auto-realização com desejo de assumir responsabilidade e ser independente. A maneira como ao longo do tempo ele foi percebendo as mudanças, lidando com as oportunidades, tendo iniciativa para gerar novas estratégias, reafirma traços marcantes de uma personalidade criativa, mas não se pode deixar de ressaltar que a participação da família, de companheiros assentados, a vivência com os amigos, o trabalho, os relacionamentos, a televisão são fatores importantes e constituintes desta

⁹Com os resultados deficientes e a precariedade da situação econômica do assentamento, muitas famílias deixaram o projeto. Foi o grande momento de ruptura da reforma das Terras de Monte Alegre. Assim, após a colheita de 1987, 18 famílias abandonaram o assentamento. Outros vieram ocupar os lotes vazios (ANTUNIASSI, 1993).

personalidade empreendedora. Na fala do Sr. Alvino nota-se o espírito empreendedor:

Nós viemos em 1988 para o lote, foi quando nós viemos para o lote. E eu vim para o lote porque eu sempre fui da terra, sempre eu morava em fazendas, e todo mundo que mora em sítio ou em fazenda o sonho dele um dia é ter um pedaço de terra. E eu morava em terra dos outros e eu sempre sonhei um dia em ter um pedaço de terra que fosse meu. Aí quando surgiu essa oportunidade de eu pegar esse lote aqui eu, mais do que depressa, larguei as profissões que eu tenho e vim para o lote, apesar de eu ter outras profissões. Eu sou armador, sou mestre de obras, e outras profissões mais, mas eu preferi mexer com a terra.

Fica evidente que a relação com a terra e o desejo de viver do trabalho no sítio são características essenciais para a prosperidade batalhada e alcançada. Com orgulho o Sr. Alvino descreve, que, seu lote foi indesejado por outros agricultores, por conta de sua situação geográfica e reforça que seu desejo de trabalhar e viver do seu sítio possibilitou a construção de diferentes estratégias para tornar produtiva e viável a sua permanência no assentamento.

Cestas: uma forma inovadora de inserção no mercado

A história de como as cestas tornaram-se uma forma de comercialização viável é contada de modo emotivo pelos agricultores, que puderem ver boas mudanças em suas vidas. A participação, mesmo que pequena, da pesquisadora e de sua família nesse processo serviu para impulsioná-la a relatar e registrar a experiência.

Entrevistador: Como é que começou ideia de vender as cestas. E começou com quantas cestas e como é que foi crescendo a venda das cestas?

Sr. Alvino: O que é mais engraçado de tudo é que essa cesta eu comecei com você. Um dia que eu te convidei na feira pra que você viesse aqui no sítio pra nós fizesse uma pamonha. E você conheceu o sítio, você como freguês, comprando na minha barraca. Aí você chegando aqui, e vendo a minha horta, as coisas que a gente tava produzindo, a maneira como a gente tava produzindo, aí você propôs pra mim porque é que eu não fazia essa cesta básica de verdura e eu falei pra você: "É complicado porque é o

seguinte, pra eu poder começar a entregar uma cesta de verdura eu tinha que ter no mínimo 15 ou 20 cestas pra entregar, senão não vai compensar essa viagem daqui até Araraquara, com mão-de-obra e tudo." Você ficou quieto, tal, e foi embora. Passou três dias você me telefonou e falou: "Olha, Seu Alvino, eu estou com 15 cestas pra você entregar pra nós aqui. Você traz aqui que eu vou te levar às pessoas." E eu peguei aqui um dia a tarde, montei a cesta, peguei um dia lá a tarde, aí foi eu mais você, de casa em casa entregando e aí surgiu a ideia da cesta, graças a vocês dois.¹⁰

A emoção dos agricultores ao relatar uma experiência que vem sendo positiva é muito interessante, pois após tantas lutas e em meio a um cenário nada motivador, conseguir produzir e escoar a produção parece por vezes um imenso milagre.

Sobre os primeiros clientes e a divulgação

Entrevistador: Depois dessas primeiras cestas como é que foi crescendo isso, como é que foi esse papel da Lindamar (filha) vendendo pela internet. Como é que isso foi acontecendo?

Maria da Glória: A maioria é de freguês que compra, começou consumindo essa cesta, gostaram, e falam pra amigos, indica pra outra pessoa, pra vizinhos, pra própria família... A maioria das nossas cestas tá sendo assim, de indicação, de boca a boca. Está tendo também pelo face [facebook], pela internet tem muita gente acessando... Mas o que está sendo mais gratificante pra gente é que está sendo mais por boca a boca, gente que está gostando e indicando a cesta da gente pra outras pessoas. Isso é o mais gratificante pra gente, que quer dizer que tá tendo... Tá gostando da nossa cesta.

A receptividade das pessoas que buscam saber sobre a entrega das cestas é sempre muito animadora, após a entrega das primeiras cestas o jeito cativante e sempre muito otimista do casal conquistou os clientes. Vale destacar a imensa

¹⁰Entrevista concedida por Alvino e Maria da Glória. Entrevistadores: Michelle Ribeiro Pinto Costa e Keffin G. C. Gracher. Araraquara, 2012.

generosidade da filha mais velha do casal – Lindamar – que está sempre pronta e paciente para fazer o contato com os clientes. Nas conversas informais a mesma demonstra muito orgulho da luta de seus pais.

A estratégia que utiliza o e-mail e a rede social facebook é um grande diferencial desta experiência, a facilidade oferecida aos clientes, bem como o rápido alcance destes mecanismos a novos e possíveis clientes contribuem enormemente para o sucesso deste projeto.

Sobre os pedidos

Entrevistador: A maior parte das vendas dos produtos, ou a totalidade, é feita através da internet? Ou por email ou pelo face?

Sr. Alvino: Exatamente.

Entrevistador: E aí depois...

Maria da Glória: Já tem os freguês fixo. Tem gente que já fez pedido a primeira vez, querem receber toda semana, então continua pegando tendo toda semana. Tem gente que já fez o pedido, quer de 15 em 15 dias, que consome menos. Então já tem uma lista de freguês que eu já guardo que é de 15 em 15 dias, outros que é toda semana. E fora os que pedem depois pra ela pelo face (Facebook) e pela internet.

Como método para agradar o cliente e agregar valor ao produto, as cestas podem ser organizadas de acordo com o interesse de quem compra. Isso acarreta a necessidade de um grande empenho por parte de todos os envolvidos no processo.

Sobre a montagem das cestas

Entrevistador: E aí quando chega o pedido vocês colhem e vão montar a cesta?

Maria da Glória: É. Geralmente...

Sr. Alvino: Funciona assim, olha: a gente faz a lista, a gente vai na horta, vê os produtos e vê o que nós mandamos. Porque senão fica muito repetitivo,

você vai pegar todo dia cenoura, todo dia beterraba e cenoura. Então a gente vai lá com a lista, a outra semana a gente mandou cenoura, beterraba e tal. Então nós vai pôr chuchu, nós vai pôr... Então a gente vai verificar. Só o que nós manda sempre, que aqui ninguém enjoa, que tá na mesa de todo brasileiro todo dia são tomate, alface, essas coisinhas... Um cheiro verde, um negócio que faz parte de todo dia.

Maria da Glória: Do dia-a-dia, né.

Sr. Alvino: Agora, legume a gente tá sempre pescando, um dia a você põe uma batata-doce, um dia você põe uma mandioca, outro dia você põe uma berinjela, outro dia você põe um jiló, outro dia você põe a beterraba, outro dia você põe a cenoura... Vai dando uma modificada em legumes pra não ficar repetindo toda semana.

Maria da Glória: Eu procuro sempre pôr folha, legumes, uma raiz e flor. Mas nem sempre é época de flor. Quando tem época de flor, da brócolis, do couve-flor, a gente sempre procura pôr. E quero montar cestas... Eu procuro sempre fazer isso: ponho sempre folha, fruta, legumes e uma raiz, e flor, pra ficar uma cesta legal.

O processo de preparação das cestas também envolve muito cuidado em suas várias etapas, lavar, separar, pesar, as mandiocas, por exemplo, são picadas, lavadas e ensacadas. A liberdade de escolha dos produtos pelos clientes faz com que o processo de organização das cestas para os agricultores seja demorado e exija muita atenção e habilidade para que as cestas estejam de acordo com as necessidades de cada um.

A rede social facebook e as cestas

O facebook no Brasil tinha em 2012, ano da pesquisa, mais de 38 milhões de usuários, mostrando que a rede se consolida no País, dado que se comprova pelo tempo gasto mensal nas redes, quase sete horas. Nos assentamentos rurais a internet ainda não se faz presente de forma tão intensa como nos centros urbanos, contudo a influência das redes sociais é tão ampla que parece não existir desconhecimento sobre a mesma.

Com a organização da experiência da entrega de cestas de verduras, legumes e frutas, foi criado no facebook o grupo denominado "*grupo de cestas sem*

agrotóxicos", onde foram adicionados os primeiros clientes e, aos poucos, os próprios membros foram adicionando outras pessoas e construindo um jeito próprio de organizar o grupo. O grupo hoje conta com cerca de 350 membros, é utilizado com frequência semanal por cerca de 20 consumidores, ora para fazer o pedido da cesta, ora para repassar endereços, para fazer pedidos personalizados e/ou fazer alterações fora dos prazos. O que demonstra que cerca da metade dos consumidores semanais utiliza a rede social como mecanismo de aquisição das cestas. Nas postagens parece que o contato via facebook para os clientes da cesta é sempre mais rápido do que o uso do telefone.

O grupo no facebook confere um caráter facilitador à comercialização, pois, como grande parte dos clientes possui acesso constante ao mesmo, existe muita comodidade para a feitura dos pedidos. Outro fator importante é a visibilidade ao processo de comercialização, que se torna uma constante, pois sempre que um membro do grupo "curte" uma postagem ou faz comentários, se houver a prévia permissão dos usuários, todas as pessoas conectadas a este cliente sabem de sua participação no grupo. Como a rede pode construir infinitas conexões, um grande número de pessoas pode ter acesso ao grupo. Por todas estas facilidades a rede social pode ser um instrumento importante na comercialização das cestas, significando uma experiência inovadora.

As culturas: O caminho para a diversificação

O Sítio São José da Proteção é hoje um exemplo da formação de mosaicos na paisagem. No sítio o Sr. Alvino, com o objetivo de tornar o solo mais homogêneo com terra mais fofa, o trator é utilizado para ciclar os nutrientes de cima para baixo, nas faixas de terras adiciona-se de forma manual uma mistura comprada de esterco bovino com terra e após este processo o solo é revolvido novamente, desta vez com a enxada de forma mais superficial.

Criam-se sulcos verticais e horizontais que criam um xadrez na terra para receber as mudas e ou sementes (compradas em estabelecimento de produtos agrícolas – sem preferência por semente orgânica e sem fungicida). Somente na horta são cerca de 20 tipos de cultivos diferentes.

O Sr. Alvino detalha seu modo de produção com destaque para os cultivos de brócolis e repolho, onde fica evidente que a construção de seus saberes desenvolve-se no dia-a-dia, no contato com a terra e seus desafios. Se por um lado surpreende reconhecer tanta pró-atividade e espírito empreendedor, não se pode deixar de questionar as imensas perdas que a falta de uma assistência técnica efetiva poderia dirimir.

Os vegetais e frutas que não servem para a comercialização bem como a palha do milho e restos de podas são espalhados pelo solo para garantir nutrientes, cobertura e proteção contra a perda de umidade e exposição ao tempo que podem causar erosão.

Não existe uma divisão rígida dos cultivares, hortaliças e leguminosas em um terreno com o preparo descrito anteriormente, e as frutas são distribuídas por toda a propriedade de forma aleatória.

As pragas como fungos, pulgões e lagartas, são administradas com uma infusão de Mamona (*Ricinus communis L.*) e/ou *Neem* (*Azadirachta indica*). Além disso, é realizada a rotação de culturas para que uma praga que ataca um cultivar específico não perdue. Touceiras entre as plantações são deixadas de forma proposital, pois elas criam barreiras naturais a fim de evitar que as pragas de uma determinada cultura atinjam as outras ao redor.

A maneira como o Sr. Alvino relaciona sua produção com a biodiversidade de seu lote estão presentes nas suas observações. Por exemplo, quando ele julga que suas perdas nunca são grandes o bastante que justifiquem o uso de agrotóxicos, ele cria uma lógica completamente diversa do mais comum. Explica-se isso, talvez, pelo seu jeito empreendedor e o desejo de viver da terra e sentir-se completamente satisfeito com o ritmo natural da vida.

O desnível do terreno é aproveitado para o escoamento da água, poupando esforços para irrigar toda a plantação¹¹, que é feita com mangueiras com pequenos furos, dispostas entre as plantações, ligadas a uma bomba que retira água dos três açudes criados artificialmente a partir de uma nascente localizada na propriedade.

A colheita é feita o ano todo já que as culturas (principalmente as que demoram mais para colher como a mandioca e milho) são plantadas em diferentes épocas do ano, de forma a criar várias plantações do mesmo cultivar, em distintas fases de desenvolvimento, criando uma sucessão na produção. Coexistem no sítio galinhas e peixes.

¹¹A alta diversidade produzida corresponde aos diversos sistemas de produção empregados pela família, o terreno possui uma disponibilidade de água contribui e muito, para uma diversificação das atividades tais como: criação de carpas em tanques, criação de rãs, cultivo de arroz na baixada e irrigação de horta, com produção diversificada de hortaliças. Neste caso, os gradientes de umidade e de fertilidade do solo criam uma heterogeneidade física e especial dentro do lote, que permite uma maior diversificação dos cultivos (WHITAKER, 2000).

É perceptível que de forma muito natural e a partir das muitas tentativas, de erros e acertos, os animais, à água, o solo e as plantas são organizados pelo Sr. Alvino de modo que possam coexistir em harmonia.

Desafios e entraves

A organização de uma estratégia diferenciada de comercialização torna-se uma necessidade para viabilizar maior produção e rentabilidade e, como o próprio processo produtivo vai exigir a superação de desafios diários, a logística para a entrega das cestas é um deles.

Pensar um roteiro para as entregas de modo que os produtos mantenham-se sem perdas (murchos e/ou amassados) exige a reelaboração de estratégias, já que os clientes não são fixos. A entrega em condomínios é outro entrave, pois atrasa bastante o processo, em alguns residenciais da cidade é necessária a apresentação de documentos semanalmente. O carro utilizado para o transporte das cestas é outro entrave ao processo, pois precisaria ser refrigerado em condições ideais. No caso do Sr. Alvino, ele mesmo adaptou uma camionete com uma capota que confere maior proteção as cestas. Mas as entregas já foram feitas em caminhão aberto, em Kombi etc.

Considerações finais

Como se organizou essa experiência diversificada no assentamento rural? É possível concluir que o modo de vida deste casal de assentados, viabilizou a construção de suas estratégias ao longo do tempo. A construção foi fruto de cada momento histórico vivenciado no assentamento pelos mesmos, suas estratégias são resultado também de sua convivência com vizinhos, dos trabalhos nas feiras, das visitas a universidades, ou seja, uma constante construção/reconstrução de saberes. Sua principal característica é o empreendedorismo do casal que viabilizou a construção de estratégias diversificadas. Também o desejo de viver de seu lote sustentou-os nesses anos todos.

O Sr. Alvino e a Sra. Maria da Glória são exemplos de resistência em um contexto marcado pelas grandes monoculturas de produções mecanizadas e carregadas de agrotóxicos. A história do assentamento Monte Alegre e das suas inúmeras famílias que constantemente vivem com a necessidade de garantir sua sobrevivência, relembra o quanto é difícil resistir às insinuantes propostas do agronegócio que também acabou por se fazer muito presente com o cultivo da cana-de-açúcar. Experiências diversificadas existem e se mantêm, mesmo contra todas as expectativas.

As estratégias e alternativas adotadas, dependentes das trajetórias e habitus dos sujeitos – como diria BOURDIEU (1989) não demonstram só a criatividade dos indivíduos, frente às pressões que às vezes nos parecem inexoráveis. Elas são prova da existência de alternativas aos grandes cultivos da impropriamente chamada Revolução Verde - que deveria ser intitulada Revolução Tecnológica da Agricultura. Uma verdadeira Revolução Verde tomará como modelo as alternativas encontradas pelo campesinato que sobrevive ao redor do mundo, com suas soluções possíveis (WHITAKER, 2008).

A comercialização da produção através das cestas de verduras, legumes e frutas se faz relevante, pois ultrapassa os limitantes conceitos de produção e produtividade econômica, cria-se uma cadeia de ações que beneficia os agricultores, os consumidores e o meio ambiente. As cestas entregues em domicílio contribuem para a qualidade de vida de seus consumidores e coloca o homem que vive na zona urbana em contato com o ciclo de produção dos alimentos na zona rural. Contribuem sobremaneira para uma alimentação mais variada e saudável e os agricultores também são beneficiados, pois podem planejar e escoar a demanda de produção, oferecendo melhores preços e obtendo uma justa remuneração.

O cultivo sem o uso de agrotóxicos respeita a necessidade de manutenção da qualidade das águas, do solo e da vida dos agricultores. O Sr. Alvino e a Sra. Maria da Glória conduzem as suas atividades agrícolas de forma interligada com as especificidades da terra e do ecossistema onde se inserem. O seu modo de vida, somado ao seu estilo empreendedor, resultou em uma prática cheia de particularidades; estão citadas abaixo as práticas que parecem comuns ao modo de vida dos assentados em geral e que fazem parte das práticas adotadas pelo casal:

- Junção das palhas, capins e de todo material orgânico não utilizado dentro da propriedade para manter a umidade do solo e as microvidas que ali habitam;
- O uso racional da água e a proteção das nascentes;
- A criação de pequenos animais (galinhas, peixes, patos etc.) compondo a diversificação da produção e contribuindo para a elevação da qualidade do autoconsumo da família;
- A organização dos cultivos consorciados que contribui para o sistema radicular e para o aumento de quantidade de raízes no solo;
- A arborização garantida pelo cinturão verde contribui para o aumento da

biodiversidade local e protege do vento.

Nesse sentido, os assentamentos de reforma agrária podem ser tomados como modelos e serão levados em conta, quando as exigências da recuperação do meio ambiente obrigarem a superar os sistemas dos grandes cultivos. Embora tímida, nossa modesta reforma agrária pontilhou o país de milhares de pequenos lotes com suas soluções originais e alternativas aos fracassos dos planejamentos, recriando mosaicos e diversidade, eliminando a fome não só para seus agentes como, em muitos casos, para populações a sua volta. Isso para não falar nas baixíssimas taxas de mortalidade infantil que apresentam, segundo pesquisas da FAO (1999). (WHITAKER, 2008).

As características e detalhes dos desafios e ousadias do Sr. Alvino e da Sra. Maria da Glória foram contados neste artigo para mostrar a sua exitosa experiência e para dizer que existem várias possibilidades nos assentamentos rurais. Com muitos desafios, em meio a um contexto rural regido pelo agronegócio, sem o auxílio de assistência técnica, do poder público ou das universidades, agricultores se reinventam e constroem experiências novas. Contudo, eles ainda necessitem de assistência técnica, visto que, se ela funcionasse, como se propõe nos documentos oficiais, poder-se-ia, com certeza, ter milhares de boas e diversificadas experiências a relatar.

As universidades podem ser grandes colaboradoras na questão da assistência técnica, não somente com suas belas dissertações nas prateleiras da biblioteca, mas com cursos para agricultores, com mediação e preparação dos assentados para debates junto aos órgãos gestores dos Projetos de Assentamentos, com cursos práticos relacionados à produção, organização e desenvolvimento dos lotes, com ampla divulgação de sua produção junto aos assentados rurais, com eventos que promovam a integração dos assentados à universidade e aos conhecimentos por ela produzidos.

A experiência de entrega de cestas mostrou-se viável também por ser gerida e organizada por assentados rurais com características pessoais de pró-atividade e empreendedorismo que os impulsionam a constantemente reformular suas formas de sobrevivência no assentamento. As características mais marcantes da experiência são as formas de produção que não podem ser caracterizadas como alternativas, agroecológicas ou orgânicas, mas que, ao mesmo tempo, possuem características muito fortes de uma agricultura que integra homem e meio ambiente de forma sustentável e respeitosa.

A utilização da rede social Facebook, que confere praticidade e agilidade a todo o processo de comercialização, sustenta-se pela persistência, coragem, cuidado e respeito dos agricultores na relação seus clientes. O uso da rede indica que é necessário repensar a relação dos homens com os alimentos, aproximando quem produz de quem consome e reunindo os saberes em favor de um futuro mais saudável para todos, Deste modo, a possibilidade de escolher através da rede o que comer pode tornar-se uma decisão que caminha no sentido da quebra paradigmas.

Valorizar as muitas formas de produção, a biodiversidade, a cultura alimentar das diferentes localidades, afim de que todos possam ter bons alimentos é imprescindível. Incentivar assentados rurais que se mantêm fiéis ao campo, que cultivam sem agrotóxicos é estimular o cuidado com a terra e com as pessoas. Assim, a construção de novos modelos agrícolas é uma necessidade, como observa Whitaker (2008):

Mas, a história tem seus processos contraditórios, e em todos os países, dos hegemônicos e modernizados aos oprimidos, colonizados e explorados, vozes se levantam e movimentos sociais reivindicam novos modelos agrícolas, por meio dos quais se consiga manter a pequena propriedade produtora de alimentos, formando redes de abastecimento regionais que garantam alimentação para todos em situação de soberania.

Referências

ANTUNIASSI, M. H. Rocha; AUBREÉ, M.; CHONCHOL, M. E. F. **De sitiante a assentado: trajetórias e estratégias de famílias rurais.** Disponível em: https://www.seade.gov.br/produtos/spp/v07n03/v07n03_15.pdf Acesso em: 10 nov.2012.

BELLACOSA, J. M. **Os desafios da reprodução camponesa frente à expansão dos agrocombustíveis: o assentamento Monte Alegre – Araraquara-SP.** 2012: (Mestrado) FFLCH. São Paulo, 2012.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Difel, 1989.

COSTA, M. R. P. **Uma experiência diversificada de comercialização gerida por assentados rurais.** Dissertação de Mestrado. Mestrado em

Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, Centro Universitário de Araraquara – UNIARA, 2013.

DUVAL, H. C. **Da terra ao prato**: um estudo das práticas de autoconsumo em um assentamento rural. Dissertação de Mestrado. Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de São Carlos, Araras/SP, 2009.

FERRANTE, V.L.S.B.; BARONE, L.A. Parcerias com a cana-de-açúcar: tensões e contradições no desenvolvimento das experiências de assentamentos rurais em São Paulo. Sociologias (Versão Impressa), v.13, UFRGS, p.262- 305, 2011. **Revista do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural** (Nupedor), n. 10. p.67 - 81. 2006.

IBGE. **Produção Agrícola Municipal**, 2009.

MINAYO, M. C. S. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S. GOMES, Suely Ferreira Deslandes Romeu (orgs.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 27ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 9-29.

SANT'ANA, A. L. Estratégias dos agricultores familiares: entre a moldagem da intensificação produtiva e a construção de formas diferenciadas de comercialização. Retratos de Assentamentos – **Revista do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural** (Nupedor) nº 14, p. 283-304. 2011.

WHITAKER, D. C. A. Soberania Alimentar e assentamentos de reforma agrária. In: FERRANTE, V. L. B. WHITAKER, D. C. A. (Org.). **Reforma agrária e desenvolvimento**: desafios e rumos da política de assentamentos rurais. Brasília. MDA, 2008, p. 323 - 340.

_____; FIAMENGUE, E. C. Assentamentos de Reforma Agrária: Uma possibilidade de diversidade agrícola. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, Ano VI, n.8, Programa de Pós Graduação em Sociologia FCL/ UNESP/NUPEDOR/CNPq, p. 19-31, 2000.

O MST E A EDIFICAÇÃO DE UMA PROPOSTA DE REFORMA AGRÁRIA BASEADA EM PRINCÍPIOS AGROECOLÓGICOS

Ricardo Serra Borsatto¹
Maristela Simões do Carmo²

Resumo: Nos últimos anos diferentes movimentos sociais ao redor do mundo têm internalizado em seus ideários novos valores e princípios epistemológicos edificados sobre as bases da sustentabilidade ambiental e equidade social. Dentro desse contexto, esse artigo objetivou compreender o processo de adoção de um discurso baseado na Agroecologia pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Brasil. Para tanto foram analisados os documentos produzidos pelo MST e realizadas entrevistas semiestruturadas com lideranças do Movimento. Por meio da pesquisa empreendida é possível afirmar que o MST modificou o seu discurso em relação ao sistema de produção a ser adotado por seus militantes, defendendo atualmente a adoção de princípios agroecológicos. Porém, percebe-se que essa modificação de postura ainda tem apresentado efeitos limitados na transformação dos sistemas produtivos dos assentamentos e importantes entraves ainda terão que ser superados.

Palavras-chave: Agroecologia; Assentamentos rurais; Movimentos camponeses; MST; Reforma agrária.

Abstract: *In recent years, various social movements around the world have internalized new values and epistemological principles built upon*

¹Professor Associado da FATEC de Itapetininga; Pesquisador colaborador do programa de Pós-Graduação da FEAGRI/UNICAMP. ricardo.borsatto@fatec.sp.gov.br, ricardo.borsatto@feagri.unicamp.br

²Professora da Faculdade de Ciências Agrônômicas da Unesp (FCA/UNESP); Professora do Programa de Pós-Graduação da FEAGRI/UNICAMP. stella@feagri.unicamp.br

environmental sustainability and social equity. Within this context, the aim of this paper was to understand the process of adopting a discourse based on the Agroecology by the Movement of Landless Rural Workers (MST) in Brazil. For this purpose, documents produced by MST were analyzed and semi-structured interviews with leaders of the Movement were applied. The results of the research allow us to state that the MST changed its discourse in relation to the production system to be adopted by its members, currently defending the adoption of agroecological principles. Even so, it is possible to observe that this change in posture has also presented limited effects in the transformation of the productive systems of settlements, and significant barriers still need to be overcome.

Keywords: *Agroecology; Settlements; Peasant movements; MST; Land reform.*

Introdução

Com 30 anos de existência, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), figura entre os mais significativos movimentos camponeses do mundo. Nessa sua trajetória o MST tem buscado, em diferentes referenciais teóricos, ideias para nortear suas ações.

Especificamente, no que remete aos sistemas de produção que devem ser adotados em seus assentamentos, percebe-se que ocorreu uma transformação radical do discurso adotado nos primeiros anos após a sua fundação, quando comparado ao que é propugnado hoje pelas suas lideranças. Migrou-se de um discurso com forte viés produtivista/tecnicista para outro baseado numa perspectiva mais agroecológica, no qual são valorizadas outras dimensões.

Percebe-se nesse discurso mais recente que o MST tem proposto uma nova racionalidade para os sistemas produtivos de seus assentados, edificada sobre bases de sustentabilidade ecológica e equidade social.

É certo que uma transição como esta não ocorre de forma automática, sem o enfrentamento de resistências e dificuldades.

Dentro deste contexto é que se insere o presente trabalho, que teve como escopo compreender como vem se processando a adoção do discurso agroecológico dentro do MST, entender sua fundamentação e construção, suas contradições e as dificuldades enfrentadas para sua concretização.

Para tanto, foram realizadas análises de documentos produzidos pelo MST e entrevistas semiestruturadas com cinco lideranças do Movimento, representando

diferentes regiões do país.

Considera-se que, do estudo desse processo, podem-se extrair importantes lições para os diferentes grupos sociais que também vêm lutando pela construção de um rural mais sustentável ao redor do mundo.

O Discurso Produtivista

Desde sua fundação, até meados da década de 1990, é notória a influência do marxismo ortodoxo, com fortes inspirações nos escritos de Kautsky e Lênin, em questões relativas à organização da produção nos assentamentos rurais tutelados pelo MST. Isso se evidencia no fomento do cooperativismo, em bases coletivistas, ocorrido durante o início da década de 1990.

Nessa época o MST constrói toda uma estrutura específica para a promoção dessa forma de cooperativismo em seus assentamentos. Segundo Borges (2010), o MST via na cooperação a principal saída para a viabilidade econômica da produção, que como resultado promoveria o desenvolvimento econômico nos assentamentos. No entanto, a proposta de cooperação agrícola do MST indicava um modelo uniforme para os assentamentos, centrado numa ótica predominantemente econômica. Isto permitiu a elaboração de um projeto único, em relação ao modo de organização social, para assentamentos rurais de todo país, sem levar em consideração as especificidades regionais. Este modelo se materializava pelo incentivo à implantação de Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs) nos assentamentos, considerada pelo Movimento como a mais viável das alternativas.

Cada CPA organizava-se em um único assentamento, tendo como premissa que a posse da terra e dos demais meios de produção fossem coletivos, e com a diretriz de agregar valor à produção agropecuária por intermédio de processos de agroindustrialização dentro do próprio assentamento (BRENNEISEN, 2002). A proposta das CPAs extrapolava os limites econômicos e buscava uma formação mais abrangente de seus membros (BORGES, 2010). Em suma, como escreveu Fabrini (2002, p. 85) "A idéia é que as cooperativas possam criar condições favoráveis à construção do socialismo".

Segundo SCOPINHO (2007), foram organizadas mais de 40 CPAs em diferentes regiões do território brasileiro, sendo que muitas inteiramente coletivizadas, tornando-se "verdadeiras ilhas socialistas", tanto em relação à organização do trabalho, como em relação aos outros aspectos da vida doméstica, como por exemplo, a alimentação em refeitórios coletivos.

Para estimular o cooperativismo, nessa vertente de caráter estritamente

coletivista, o MST organizou diversos cursos de formação para os assentados, baseados na chamada *teoria de organização do campo*, que se caracterizava por ser altamente impositiva, determinando um modelo organizacional aos assentados. Baseada nas teorias de Marx, Kautsky e Lênin, da superioridade do proletariado urbano, desqualificava o chamado *comportamento ideológico camponês* que era caracterizado como isolacionista, individualista e personalista, sendo que este comportamento deveria ser eliminado (BRENNEISEN, 2002).

Borges (2010) explica que essa teoria possibilitou a elaboração de uma proposta cooperativista, baseada na forte mecanização, na divisão e especialização do trabalho e na produção em escala, tendo como principal referencial teórico o pensamento de Kautsky.

A implementação dessa teoria tinha em vista a construção de grandes fazendas de produção coletiva, de inspiração kautskiana e leninista, no modelo dos colchozes soviéticos, ou das cooperativas cubanas, onde todos os meios de produção seriam coletivos, intensamente mecanizadas, com grande utilização de agroquímicos, especializadas, com agroindústrias para transformação da mercadoria e com divisão científica do trabalho. Preconizava uma rígida organização e especialização do trabalho, ao modo industrial, pois somente assim os assentados teriam condições de competir no mercado e concomitantemente desenvolver a consciência revolucionária.

Durante alguns anos esse foi o modelo de assentamento preconizado e incentivado pelo MST, que investiu seu poder organizativo nesse projeto. Projetos de agroindustrialização de grande escala foram executados, na maioria das vezes, fundamentados em bases inconsistentes e contraditórias.

Severas críticas, por diferentes autores, foram desferidas a esse modelo de organização de assentamentos; por ter um padrão impositivo, construído de "cima para baixo", que despreza as características inerentes do campesinato como autonomia e autossuficiência, por possuir uma visão maniqueísta, ser homogeneizador, desprezar as características regionais de cada território, não considerar a heterogeneidade das histórias de vida presentes em cada assentamento, por ser alienador, entre outras considerações (BERGAMASCO, CARMO, 1991; BRENNEISEN, 2002; FABRINI, 2002; NAVARRO, 2002; BERGAMASCO, NORDER, 2003).

Tanto pelos motivos citados acima, que impediram que a maioria da base social do MST aderisse ao projeto, mas também devido à intervenção do Estado, incompetência gerencial e estratégica e condições macroeconômicas, muitas das CPAs entraram em crise, fato que evidenciou a inviabilidade prática desse projeto.

Em relação ao aspecto produtivo, esse modelo se baseava exclusivamente nas proposições da *Revolução Verde*, ocorrência que levou os assentados a dependerem do mercado para aquisição de todos os insumos necessários à produção agrícola. Ademais, como produziam majoritariamente *commodities* para o mercado, também ficaram dependentes dessa relação comercial quanto aos preços auferidos por sua produção.

Como expõe Barcellos (2010), as preocupações do Movimento nesse período não estavam direcionadas às tecnologias empregadas no processo produtivo, mas sim ao sistema econômico e social que as circundavam.

O que se observou, no entanto, foi que os princípios extraídos dos escritos de Marx, Lênin e Kautsky, quando transformados em práxis pelo MST, não se confirmaram. As CPAs, salvo exceções, não viraram modelos de sucesso a serem seguidos, pelo contrário, criaram nos assentados um forte sentimento de resistência a este projeto cooperativista coletivizado. Por sua vez, a maior parte dos agricultores, apesar da falta de um projeto de desenvolvimento, continuou a (sobre)viver como assentados, adotando outras estratégias de produção e sobrevivência.

Com a falência desse modelo, o Movimento se viu órfão de diretrizes teóricas e políticas que subsidiassem suas ações em relação à organização dos assentamentos. O MST precisou buscar novos aportes teóricos e, mais enfaticamente estabelecer novas práticas para continuar o seu trabalho.

Atualmente o cooperativismo ainda continua sendo um dos eixos principais nos debates do Movimento, porém agora de forma mais flexível e democrática, levando em consideração a valorização das especificidades locais.

O Surgimento do Discurso Agroecológico

Em meados da década de 1990, com a crise e o questionamento da proposta de coletivização levada a cabo até então pelo MST, abriu-se espaço para novas discussões e avaliações, que culminaram na elaboração de outras orientações políticas. Nesse novo contexto o debate sobre a Agroecologia (mesmo ainda não estando bem claro o que este termo significava) começou a ganhar relevância nos espaços internos do Movimento (BARCELLOS, 2010; BORGES 2010).

Isso pode ser verificado na Proposta de Reforma Agrária do MST de 1995 (MST, 2005), onde o questionamento ao modelo preconizado anteriormente começou a sofrer críticas.

"O atual modelo adotado na agricultura visa apenas o lucro das empresas produtoras de insumos. E é completamente predatório aos nossos recursos

naturais: solo água, clima, fauna e flora. É, sobretudo, prejudicial ao ser humano, tanto pela contaminação no uso de agrotóxicos, quanto por comprometer os recursos naturais das gerações futuras." (MST, 2005, p.192-193).

E mais do que isso, este documento apresentou algumas propostas para a construção de um novo modelo produtivo para os assentamentos, modelo esse que deveria considerar a dimensão ambiental.

Picolotto e Piccin (2008) creditam essa mudança de rumo das orientações políticas do MST a três fatores: a) a reforma neoliberal do Estado brasileiro que pôs fim às políticas setoriais de preços mínimos e abriu os mercados; b) o fim do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (PROCERA) em 1999; e, c) a formação da Via Campesina.

Segundo os autores, os dois primeiros fatores dificultaram a continuidade das estratégias produtivas até então desenvolvidas pelo Movimento, enquanto o terceiro ampliou o leque de relações institucionais do MST, colocando as suas lideranças em contato com outros movimentos sociais internacionais que já haviam incorporado a questão ambiental em sua pauta e agregado novos referenciais teóricos.

A partir de seu IV Congresso Nacional realizado em 2000, o MST, trouxe para o centro de seus debates a discussão sobre a "organização dos assentamentos". Isto ocorreu devido à percepção de que era necessário aprimorar o modelo de assentamento efetivado até então, que se caracterizava por priorizar, notadamente durante a implantação, as dimensões ligadas ao trabalho e à produção; modelo este que acabava por dar prioridade aos aspectos econômicos da existência e relegava a um segundo plano as outras dimensões da vida (BORSATTO et al., 2007).

Costa Neto e Canavesi (2003) identificaram referências a pelo menos três outras dimensões – ambiental, política e cultural – nos documentos oriundos desse Congresso, o que, em suas concepções, intensificou o conteúdo do discurso do MST rumo à sustentabilidade.

Em relação à destinação da produção, sugeriu-se que esta deveria estar voltada prioritariamente à segurança alimentar da família, garantindo alimentação de qualidade e abundante. Com relação às técnicas produtivas o texto diz:

Deveremos estimular a prática agrícola sem a utilização de insumos externos ao lote, sem a utilização dos agroquímicos. Deveremos ao longo dos anos ir ajustando esta forma de produzir, evitando gastar dinheiro com adubos e venenos, com horas máquina, buscando utilizar mais e melhor a mão de

obra disponível e desenvolvendo técnicas adaptadas a nossa realidade, evitando de nos intoxicar e de envenenar a natureza. Deveremos abrir para a criatividade da companheira, produzindo uma nova matriz tecnológica (MST, 2000, p. 50-51).

Foi a partir de seu IV Congresso Nacional que o MST assumiu de forma explícita a Agroecologia como uma base na qual deveria se erigir a realização da reforma agrária no Brasil (GONÇALVES, 2008; BARCELLOS, 2010; BORGES, 2010).

A Agroecologia emerge no discurso do MST não somente como uma prática agrícola menos agressiva ao meio ambiente, mas emoldurada por um forte questionamento político em relação às políticas agrícolas que estavam sendo adotadas pelo Estado brasileiro, que, por sua vez, fomentavam uma agricultura de larga escala, fortemente mecanizada, voltada para exportação e dependente de complexos agroindustriais oligopolizados (COSTA NETO, CANAVESI, 2003; DELGADO, 2008; KARRIEM, 2009).

Valadão e Moreira (2009) destacam que a Agroecologia para o Movimento exerce dois papéis importantes, o de *resistência* e o de *superação*, sendo que a *resistência* se manifesta como uma resposta ao modelo de agricultura convencional que expulsa os camponeses do campo; e a *superação* pela possibilidade de se construir um novo modelo para o campo, centrado na valorização do ser humano e demais formas de vida. Ainda concluem afirmando que, para o MST a Agroecologia não é um fim, mas uma estratégia para alcançar uma sociedade mais justa e solidária.

No documento do IV Congresso Nacional, várias foram as ações deferidas e fomentadas pelo Movimento com vistas a internalizar a Agroecologia nos assentamentos rurais. Por suposto que essas ações não foram realizadas com a mesma intensidade por todo o território nacional, diferenças em nível estadual são facilmente verificáveis.

De toda forma, passados mais de 10 anos, pode-se afirmar que o MST tem obtido limitado sucesso na difusão desse novo paradigma. Sistemas produtivos coerentes com os princípios agroecológicos ainda são marginais nos assentamentos vinculados ao MST (DELGADO, 2008).

Reconhece-se que o MST mudou de forma radical o seu discurso nos últimos anos, quando comparado com o defendido no início de sua formação até meados da década de 1990. O conhecimento tradicional camponês, antes rejeitado, assume um lugar central nas propostas para o desenvolvimento dos assentamentos, assim

como também são quebradas as barreiras internas que separavam a luta pela reforma agrária da questão ambiental. Para o MST, enquanto organização, o agricultor deixa de ser um mero objeto em uma massa revolucionária e passa a ser um *sujeito criando a sua própria existência*, com conhecimento e valores morais que são considerados como sendo o germen para a construção de uma sociedade mais justa, sustentável e melhor. Metodologias em que o saber camponês é valorizado passam a ser usadas nos espaços de formação do Movimento (MST, 2007a; TONÁ, GUHUR, 2009; RAMOS FILHO, SEVILLA GUZMAN, 2010).

Em relação à aproximação com os debates relativos à questão ambiental, isso passa a ocorrer de forma mais profunda quando o Movimento se aproxima dos demais movimentos camponeses ligados à Via Campesina.

No V Congresso Nacional, realizado no ano de 2007, aprofunda-se ainda mais a valorização dos preceitos agroecológicos como caminho para a consolidação da reforma agrária, que passa a ser denominada de *popular*.

A temática da soberania alimentar, principal bandeira de luta da Via Campesina, passa também a ser uma das principais bandeiras de luta do Movimento (MST, 2007b).

Atualmente, como podem ser verificadas em sua *Proposta de Reforma Agrária Popular* todas as demandas e esforços relativos à questão da produção, realizados pelo MST, vão em direção ao fomento da Agroecologia, que é citada de forma constante no texto (MST, 2009). Isto demonstra que a defesa da Agroecologia dentro do MST está em uma curva ascendente, em contraponto ao discurso produtivista/coletivista de fomento de grandes unidades de exploração agrícola especializadas, antes vigente.

Aponta-se que o discurso agroecológico no MST vem sempre fortemente vinculado a duas outras temáticas afins, a da soberania alimentar e da luta contra o agronegócio.

Entrevistas com as Lideranças

Com vistas a compreender como tem se processado essa transição ideológica dentro do MST, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com quatro lideranças e com um intelectual orgânico³ com forte vínculo histórico com o Movimento.

³Conceito desenvolvido por GRAMSCI (2004), para definir os intelectuais que conscientes de seus vínculos de classe, manifestam sua atividade intelectual não de forma isolada das condições sociopolíticas que os cercam, mas sim no interior da sociedade civil, impregnados por uma concepção ético-política na busca de um consenso em torno de um projeto de classe.

Para a realização das entrevistas foi utilizado um roteiro, preliminarmente testado, constituído por 22 (vinte e duas) questões agrupadas em três blocos. O primeiro visava recolher os dados pessoais do entrevistado; o segundo bloco tinha como objetivo compreender os fundamentos teóricos e dogmáticos que estavam por trás do discurso da Agroecologia; enquanto o terceiro buscou compreender o processo que vem sendo conduzido para a efetivação desse discurso em prática pelo Movimento.

Para a análise das entrevistas foram definidas seis categorias para a análise dos discursos, sendo elas: a) definição de Agroecologia para o MST; b) emergência do discurso agroecológico; c) resistência das lideranças; d) ações de fomento à Agroecologia promovidas pelo MST; e) fatores limitantes à difusão da Agroecologia nos assentamentos; f) a realidade agroecológica dos assentamentos.

Faz-se importante ressaltar que apesar dos entrevistados exercerem diferentes funções dentro do MST e, atuarem em diferentes realidades territoriais, foi constatada uma grande coerência entre seus discursos.

a) Definição de Agroecologia para o MST

Uma característica marcante nos discursos dos entrevistados foi de que, para eles e para o MST, a Agroecologia é muito mais do que uma técnica produtiva ou uma ciência, abarcando uma variedade de outras dimensões, além do manejo de um determinado agroecossistema.

Nós do MST [...] entendemos que a Agroecologia não se constitui num simples sistema de produção, ou seja, não é agricultura orgânica ou biodinâmica. Ela também não só se restringe a um método científico. Por mais, a gente defende que a Agroecologia são princípios e conceitos que vão contribuir de forma, estruturada e crítica, que isso talvez seja um elemento que nós temos crítico em relação aos principais pensadores (ENTREVISTADO 4).

Ela [a Agroecologia] traz um arcabouço teórico que permite questionar o modo de produção que está aí, também não podemos considerar a Agroecologia um conjunto de técnicas que você vai aplicar (ENTREVISTADO 5).

A Agroecologia emerge na fala dos entrevistados com duas fortes características. A primeira como uma via que permite a superação de diversas dificuldades com as quais os assentados se deparam em sua realidade concreta

(produção, falta de meios de produção, saúde, alimentação, entre outras).

[...] a gente vê a Agroecologia como uma das saídas em relação a esta questão da vida. [...] a questão da Agroecologia, é lutar por uma vida melhor. É preservar os trabalhadores a viver um pouco mais, [...] o veneno causa câncer, o veneno causa doença e tem tirado a vida de muitos trabalhadores (ENTREVISTADO 2).

A segunda se caracteriza por um forte discurso anti-hegemônico de luta contra o agronegócio, concorde com a ideologia atual do Movimento.

Eu vejo a Agroecologia, como um dos pilares importantes e fundamentais para enfrentar o agronegócio, para enfrentar o capital [...] (ENTREVISTADO 2).

[...] não reproduzir e se contrapor a um modelo de produção inicialmente latifundiário, que atualmente é do agronegócio [...] (ENTREVISTADO 4).

Das entrevistas percebeu-se que existem dois diferentes discursos referentes à Agroecologia dentro do MST, um mais voltado para o público interno (assentados), onde questões relativas à produção, alimentação e saúde são valorizadas, e outro mais voltado para um público externo, com um forte viés político contra-hegemônico.

Porém, destaca-se que não foram observadas incoerências entre esses dois discursos, já que eles se articulavam harmonicamente na fala dos entrevistados, sendo que um fortalecia o outro, de modo que o discurso mais político incentivava a adoção de processos produtivos preconizados pela Agroecologia, enquanto a adoção desses processos reforçava o discurso político.

b) Emergência do discurso agroecológico

As falas dos entrevistados evidenciaram que o processo de adoção de uma perspectiva ambiental, dentro do discurso e das ações do Movimento, ainda está sendo construída.

Esse fato não surpreende, já que o MST não nasceu como um movimento ambiental, e sim como um movimento social de massas que luta por uma distribuição mais justa da terra.

A percepção de que a sua luta social também é uma luta pela melhor distribuição

dos recursos naturais, ainda é um fato recente no Movimento, que começa a ganhar relevância a partir do momento em que o MST passa a participar da Via Campesina, em 1993.

A Agroecologia surge como política principal, a partir de 1993, na hora em que o Movimento tomou uma decisão política, não vamos defender o uso de agrotóxico, não vamos defender o discurso transgênico [...] (ENTREVISTADO 1).

Esse debate, ele vem mais de noventa para cá [...] O MST já pautava esse assunto da Agroecologia, mas um debate mais interno, um debate mais interno para nossa base mesmo (ENTREVISTADO 2).

Concomitantemente, com a crise do modelo coletivista, abriu-se um espaço político que permitiu a emergência de um discurso que abarcasse preocupações ambientais.

Esse debate dentro do Movimento, ele vem [...] de 1992, 1993, [...]. Mas no Setor de Produção, muitos técnicos militantes, já vinham questionando o modelo, mas não tinham grande voz. Então, nós estávamos com um processo de CPAs, as grandes cooperativas que tentaram utilizar muito o pacote da Revolução Verde, então algumas tentativas dessas foram frustradas, [...] esses projetos negativos abriram espaços pra esse novo diálogo. A discussão dentro do Movimento começou em 1992, 1993, 1994, com alguns técnicos começando a questionar o modelo. Em 1996, 1997 começou a criar um espaço maior (ENTREVISTADO 5).

Nas entrevistas também ficou evidente que a consolidação de um discurso que contemplasse as proposições agroecológicas é lenta, fruto de discussões e conflitos internos, formando muito mais um processo evolutivo de construção social do que uma simples oposição de ideologias.

Assim, a perspectiva ambiental veio caminhando de uma temática marginal para uma posição cada vez mais importante dentro do Movimento, até que a Agroecologia emergiu como uma diretriz nos documentos do IV Congresso Nacional, em 2000, e ganhou ainda mais relevância no V Congresso Nacional, em 2007.

[...] eu lembro que nós começamos a discutir esse processo, da mudança

da matriz tecnológica, foi a partir de 2000, a partir do Encontro Nacional do Movimento, da Coordenação Nacional Ampliada [...] (ENTREVISTADO 3).

[...] mais especificamente, para datar historicamente, o último congresso, o V Congresso do MST, que é a maior instância da organização, foi definida essa prioridade de se adotar o tema da Agroecologia (ENTREVISTADO 4).

Porém, é importante matizar que apesar de ganhar cada vez mais relevância nas discussões, discursos e ações do MST, o tema da Agroecologia não é, e aparentemente não se pretende que seja, um tema central e determinante para o Movimento.

Como foi percebido nos discursos dos entrevistados, existem outros assuntos de maior importância, tais como a luta pela terra e a viabilização de infraestruturas básicas nos assentamentos.

Em outras palavras, a Agroecologia é um tema crescente e importante, mas não é possível afirmar que o MST seja um movimento agroecológico, mas sim um movimento *também* agroecológico.

Eu diria que ele [a Agroecologia] é um tema permanente, emergente e crescente (ENTREVISTADO 1).

Olha, dentro do MST tem vários temas que nós debatemos, a Agroecologia é um desses temas. Quem tem o papel fundamental de fazer esse debate, de puxar esse debate, é mais o Setor de Produção [...] (ENTREVISTADO 2).

Hoje, acho que ela já está sendo um tema referencial no debate do Movimento (ENTREVISTADO 3).

Acho que não é o tema central, ele é um tema importante, que está presente em diversas ações ligadas aos assentamentos (ENTREVISTADO 4).

[...] não é que ela seja um marginal, ela permeia as discussões. [...] Dentro do setor de produção ele é um tema presente [...] (ENTREVISTADO 5).

Isso ocorre pela percepção de que a proposta da Agroecologia apesar de

consistente e abrangente, não é uma panacéia que solucionará todos os problemas vivenciados pelos militantes do Movimento.

c) Resistência das lideranças

Uma das hipóteses do trabalho era a de que haviam resistências, de origem teórica, por parte de algumas lideranças em relação à adoção da Agroecologia como protagonista central das articulações do MST.

Essa hipótese se justificava pela história do Movimento, que até um passado recente defendia o discurso da maximização produtiva, bem como pela percepção de que em alguns Estados as ações relacionadas à Agroecologia avançam mais do que em outros.

As entrevistas refutaram essa hipótese. Por meio delas foi possível constatar que, no passado recente ainda havia a presença dessa resistência, porém atualmente esse não é o fator limitante para a adoção das propostas agroecológicas nos assentamentos.

Por certo que sua aceitação ainda não é unânime, até porque uma das características do Movimento é a sua heterogeneidade. Há os que ainda não acreditam que a Agroecologia possa ser um caminho, mas atualmente são uma minoria sem forças para barrar as tentativas de ações de mudança.

Olha, de todo mundo que eu entrevistei, que eu conversei, ninguém é contra a produção agroecológica, ninguém oferece resistência à produção agroecológica (ENTREVISTADO 1).

[...] mas o MST, por mais que tenha essa formação tradicional marxista-leninista, uma parte maoista, mas existe uma grande visão que é também, uma visão crítica interna, sobre os marxistas ortodoxos [...] (ENTREVISTADO 2).

[A resistência das lideranças] já superou bastante, no início se percebia bastante [...]. Então, hoje, quase 100% da militância do Movimento está convencida que o rumo é esse (ENTREVISTADO 3).

[...] uns sete, cinco anos para mais, esse era um tema que ainda tinha muita dúvida, na coordenação do MST (ENTREVISTADO 4).

Politicamente nós resolvemos isso, claro que pode ter algum outro que você vai entrevistar [...] (ENTREVISTADO 4).

O Movimento é feito de pessoas, e têm pessoas dentro do Movimento que ainda pensam dessa forma, outros não pensam assim. (ENTREVISTADO 5).

d) Ações de fomento à Agroecologia promovidas pelo MST

Nessa categoria buscou-se compreender se a Agroecologia para o MST se localiza somente no nível discursivo, ou se enquanto organização, ele vem realizando ações concretas para sua propagação.

Nas entrevistas foram listadas ações que o MST tem promovido para a disseminação desse novo paradigma, com foco nas ações formativas e nos esforços junto ao aparato estatal para que sejam desenvolvidas políticas públicas de fomento à Agroecologia, principalmente no tocante ao crédito e assistência técnica.

Primeiro é essa questão de buscar uma política pública, um financiamento, que possa financiar essa questão da Agroecologia junto dos assentados. Essa é uma das pautas nossas. Uma outra, nós vamos continuar formando os jovens técnicos em Agroecologia [...] (ENTREVISTADO 2).

Em termos de ações praticas do fortalecimento e de incentivo à Agroecologia são ações voltadas na formação de agricultores e agricultoras, como filhos de agricultores [...] (ENTREVISTADO 3).

Como necessita de formação, de criar recursos humanos que pensem dessa forma, acho que o grande passo que o Movimento deu, foi nas escolas (ENTREVISTADO 5).

Com essas afirmações pode-se constatar que o MST tem realizado esforços no sentido de concretizar, junto a sua base social, o discurso da Agroecologia. Contudo, apesar desses esforços, os entrevistados deixaram claro que eles são limitados, muito devido a pouca força que o MST tem para influenciar as decisões dos agricultores a partir do momento em que eles já estão assentados.

A partir do período no qual os assentamentos são constituídos, as demandas dos agricultores se tornam mais difusas (educação, infraestrutura, crédito, etc.), tendo o MST pouca possibilidade de atendê-las. Desse ponto em diante, na concepção dos entrevistados, o aparato estatal passa a ter mais relevância e estrutura para acolher as reivindicações.

Assim, para os entrevistados, a função de fomentar a Agroecologia nos assentamentos acaba sendo prioritariamente do Estado, que deveria elaborar

mais políticas públicas com esse objetivo.

e) Fatores que limitam a difusão da Agroecologia nos assentamentos

Buscou-se, nos discursos dos entrevistados, encontrar o que em suas visões tem impedido uma maior adoção de práticas agroecológicas.

Para eles, apesar dos agricultores não terem uma resistência ideológica em relação à Agroecologia, e até mesmo acreditarem nesse discurso, ainda não possuem a coragem, conhecimento e os recursos necessários para modificar o seu sistema de produção. Essa constatação sugere, como afirma Lipton (1968), que o camponês não tem como meta apenas o lucro, mas tem inerente a si uma "aversão ao risco", matéria que muitos autores de tendência neoclássica discutiram quando da implantação e dispersão do pacote da revolução verde.

Bastante é o medo. A gente avalia assim, que muitos têm aquele medo, tipo você tem o vício do cigarro você quer deixar ele, e você pensa, será que vou conseguir? Será que vou aguentar? (ENTREVISTADO 3).

Esse processo de resistência às mudanças por parte dos agricultores também foi percebido por BARCELLOS (2010) em seu estudo de caso em um assentamento no Rio Grande do Sul.

Essa resistência pode ser melhor explicada por intermédio dos conceitos de *habitus*⁴ e *poder simbólico*⁵, elaborados por BOURDIEU (1989), já que o modelo de produção impetrado pela Revolução Verde condiciona as tomadas de decisão dos agricultores. Em outras palavras, o *poder simbólico* do agronegócio tem determinado um *habitus* aos agricultores, o que, por sua vez, tem impedido que eles modifiquem os seus sistemas produtivos, mesmo conscientes das deficiências desses sistemas. No excerto abaixo isso fica evidente.

Entrevista lá o pessoal do Rio Grande do Sul, todo mundo está produzindo soja transgênica, eles defendem a Agroecologia, mas produzem soja transgênica. E aí como é fica isso? Essa é uma contradição (ENTREVISTADO 1).

⁴O conceito de *habitus* se refere à influência que uma determinada estrutura social possui sobre os sujeitos, condicionando o seu modo de pensar e agir.

⁵O poder simbólico se refere aos valores e signos presentes em um determinado campo social.

Na visão dos entrevistados, somente por um conjunto de ações, levadas a cabo pelo Estado, através de criação ou consolidação de políticas públicas, seria possível a quebra dessa resistência.

f) A realidade agroecológica nos assentamentos

Por mais que a Agroecologia esteja há mais de 10 anos presente no discurso do MST, todos os entrevistados apontaram que as experiências práticas ainda são uma pequena exceção dentro do universo dos assentamentos.

O Movimento ainda está longe de alcançar uma coisa que pode se chamar de agroecológica, mas tem pequenas experiências em cada assentamento, em cada estado, sempre tem uma experiência acontecendo (ENTREVISTADO 1).

[...] acho que nós temos dificuldades de elencar algum assentamento [agroecológico] aqui [no estado...]. Eu penso que as experiências são mais pontuais, são mais eventuais [...] (ENTREVISTADO 2).

[...] aqui em São Paulo nós temos experiências que foram, avançaram mais e depois voltaram atrás [...] (ENTREVISTADO 4).

Lá [Rio Grande do Sul] nós temos cerca de 13000 famílias assentadas, vamos dizer que em torno de 2000 famílias trabalham dentro de uma perspectiva agroecológica. (ENTREVISTADO 5).

As lideranças alegam que muito da dificuldade para a difusão da Agroecologia está relacionada com a incapacidade do Movimento de influenciar as decisões dos agricultores assentados, conforme salientado anteriormente. Ademais, para justificar as diferenças entre os vários Estados, ou entre diferentes territórios dentro do mesmo Estado, foi argumentado que depende da adoção pelas lideranças locais da Agroecologia como diretriz prioritária, bem como a existência de todo um contexto favorável.

Então depende muito qual é o conjunto de pessoas que cercam essa região e qual o comprometimento real perante a esse processo. [...] você tem que ter um conjunto de pessoas, aí entra a assistência técnica, as lideranças, aí entra agricultores que vestem a camiseta, entram recursos financeiros,

humanos. Entra a ajuda do estado, um estado mais comprometido (ENTREVISTADO 5).

Porém, apesar das dificuldades apontadas para a adoção de práticas agroecológicas nos sistemas de produção, foi perceptível, nos discursos, a presença recorrente de uma visão otimista desse processo. Ficou enaltecido que os debates, as ações de fomento e a adesão por parte dos agricultores à pauta da Agroecologia, estão em ascensão. Foi corrente o uso de expressões como "antes era pior", "estamos caminhando para isso", "esse é o caminho".

Vale destacar a observação feita pelo intelectual orgânico entrevistado:

Mas a experiência agroecológica está sendo construída no mundo inteiro também. Eu tenho estudado o EUA, o Canadá, México, Argentina, Bolívia, Espanha, Portugal, França, eu tenho visto como os Movimentos vinculados à Via Campesina, todos eles estão procurando a produção agroecológica, a produção orgânica. (ENTREVISTADO 1).

Assim pode-se afirmar que, apesar da adoção das práticas preconizadas pela Agroecologia ainda abarcarem um número pouco significativo de agricultores, o processo de adesão à perspectiva agroecológica tem sido crescente.

Inferiu-se, pela fala desse intelectual, que o MST se localiza na vanguarda dos movimentos camponeses em relação à disseminação de uma perspectiva ambiental junto aos seus militantes. As dificuldades encontradas para propagar o paradigma agroecológico não são exclusividade do MST, constituindo-se em um desafio para todos os demais movimentos, assim como para a sociedade em geral.

Essas entrevistas, dentro do contexto apresentado às lideranças, puderam ser resumidas, fornecendo uma representação sintética dos pensamentos relativos ao protagonismo da Agroecologia junto ao MST (QUADRO 1).

| Categoria de análise | Principais respostas |
|---|---|
| Definição de Agroecologia para o MST | <ul style="list-style-type: none"> • Não se restringe a um sistema de produção. • Não se restringe a uma ciência. • Possibilidade de propiciar aos assentados sua reprodução social de forma digna. • Forte componente contra-hegemônico, coerente com a ideologia do MST em sua luta contra o capitalismo. |
| A emergência da Agroecologia dentro do MST | <ul style="list-style-type: none"> • Processo ainda em construção. • Processo lento, dependente de correlações de forças internas. • Move-se de um debate marginal, para se tornar um tema cada vez mais importante (tema crescente). • Fomentado pela adesão do MST à Via Campesina e pela falência do modelo de CPAs. • Não é o tema prioritário do MST. • Tema relativamente circunscrito ao Setor de Produção, porém articulador entre as pautas dos demais setores. • MST é um movimento <i>também</i> agroecológico. |
| Resistência das lideranças à Agroecologia | <ul style="list-style-type: none"> • Não é o fator determinante para a adoção, ou não, das propostas agroecológicas nos assentamentos. • Ainda existe, mas possui pouca significância. • Cada vez mais, as lideranças, acreditam que pode ser um caminho. |
| Ações de fomento à Agroecologia pelo MST | <ul style="list-style-type: none"> • A Agroecologia não se restringe a um discurso, busca-se concretizá-la nos assentamentos. • Reivindicação de políticas públicas voltadas para o fomento da Agroecologia (crédito, ATER, formação de técnicos) • Forte atenção às ações de formação (cursos técnicos para jovens, curso de graduação e pós-graduação, Jornada de Agroecologia, centros de formação do Movimento, educação infantil, capacitações para assentados). |
| Fatores que limitam uma maior difusão da Agroecologia nos assentamentos | <ul style="list-style-type: none"> • Consciência de que os esforços do MST possuem impacto limitado • Seria responsabilidade do Estado criar condições propícias para uma maior disseminação da Agroecologia • Dentro de suas possibilidades, o MST faz o máximo possível • Resistência dos agricultores determinada pelo <i>habitus</i> imposto pelo poder simbólico do agronegócio. |



| | |
|---|---|
| A realidade agroecológica nos assentamentos | <ul style="list-style-type: none"> • É uma exceção. • Visão otimista. • Apesar de lentas e pouco perceptíveis, vêm ocorrendo significativas mudanças nesse sentido. • A difusão da Agroecologia não é uma dificuldade exclusiva do MST, mas um desafio para todos os movimentos camponeses. |
|---|---|

Quadro 1 – Sumário dos principais pontos contidos nos discursos das lideranças, em função das categorias de análise, 2011.

Fonte: Dados da pesquisa.

Conclusões

Pôde-se apreender pelas análises das entrevistas que a Agroecologia emerge dentro do MST a partir de um processo dialético interno que vem se consumando nos últimos anos.

Esse processo de disputa entre diferentes visões de mundo propiciou ao Movimento a construção de um conceito de Agroecologia próprio, com forte conotação sociopolítica, já que esta não é encarada somente como um modo de produção ambientalmente sustentável, mas também como uma forma de se romper com a lógica capitalista do agronegócio.

Dentro deste contexto dois discursos agroecológicos harmônicos, mas para públicos diferentes, são utilizados pelo Movimento. O primeiro que oferece diretrizes para os agricultores melhorarem as suas condições materiais concretas (mudança do sistema de produção, saúde, autoconsumo, etc.) e o segundo que serve como bandeira de luta (repúdio aos transgênicos, independência dos setores industriais, preservação ambiental, etc.), coerente com uma proposta de reforma agrária que busca um novo modelo de desenvolvimento rural, diametralmente oposto à lógica do agronegócio.

Apesar de importante e crescente dentro da estrutura do Movimento, o debate sobre Agroecologia não se constitui como uma agenda prioritária, sendo considerada como mais um entre os diversos temas importantes, estando os seus debates mais circunscritos ao Setor de Produção.

Por outro lado, por sua capacidade de abranger variadas temáticas, a Agroecologia atua como um eixo articulador das diferentes diretrizes do Movimento. Consegue abarcar em seu discurso, por exemplo, questões de gênero, luta de classes, questão ambiental, saúde, segurança alimentar, etc. Deste

modo, é possível afirmar que o MST tem buscado ampliar sua pauta de reivindicações, agregando a ela a dimensão ambiental, sem com isso abrir mão de suas históricas demandas sociais, configurando-se assim como um movimento *também* agroecológico.

Um ponto a ser destacado é que apesar de a Agroecologia estar internalizada dentro do discurso do Movimento, presente em todos os seus documentos internos e já convertida em diretrizes de atuação, as realidades concretas dos assentamentos ainda pouco refletem isso. No entanto, foi refutada a hipótese inicial de que isso se devia a uma resistência teórica das lideranças.

Os entrevistados expuseram que o Movimento tem realizado os esforços necessários e possíveis, dentro de sua alçada, para o fomento da Agroecologia, mas esses têm sido insuficientes para a transformação do *habitus* dos agricultores.

Assim, o Estado é responsabilizado pela baixa adesão dos assentados aos processos agroecológicos, uma vez que somente ele teria a estrutura e recursos necessários para seu fomento. Por conta dessa percepção, para as lideranças, fomentar a Agroecologia é também pressionar o Estado a providenciar políticas de crédito, de assistência técnica e extensão rural, de formação, de comercialização, entre outras que apóiem esse caminhar.

A partir do exame crítico das entrevistas foi possível perceber que as lideranças se isentam da responsabilidade sobre a ineficiência da transformação do discurso agroecológico em práticas concretas. Nesse sentido, foi esclarecedor constatar que não foi identificada nenhuma autocrítica em relação a isso.

Pelo contrário, apesar de confirmarem que as experiências agroecológicas são pouco significativas em números absolutos, todos os entrevistados apresentaram uma visão otimista sobre esse processo, afirmando que importantes transformações vêm ocorrendo nos últimos anos, e potencializá-las faz parte da estratégia do MST.

Em suma, pôde-se concluir que o MST mudou de forma radical o seu discurso no tocante aos assentamentos, migrando de um enfoque fortemente tecnicista e produtivista, para outro onde as demais dimensões da vida ganham gradativamente relevo com base nas proposições da Agroecologia. Contudo, essa mudança de discurso ainda tem tido efeito limitado nas transformações dos sistemas produtivos dos assentados.

Referências

BARCELLOS, S.B. A formação do discurso da agroecologia no MST.

Seropédica, 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais do Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2010.

BERGAMASCO, S.M.P.P.; CARMO, M.S. Reforma agrária dá certo? O (in)sucesso dos assentamentos de trabalhadores rurais. **Reforma Agrária**, São Paulo, v.21, p. 60-68, jan/abr 1991.

BERGAMASCO, S.M.P.P.; NORDER, L.A.C. **A alternativa dos assentamentos rurais**: organização social, trabalho e política. São Paulo: Terceira Margem, 2003.

BORGES, J.L. **MST: do produtivismo a agroecologia**. São Paulo; Goiânia: Terceira Margem; Editora da PUC Goiás; 2010.

BORSATTO, RS; BERGAMASCO, SMPP; MOREIRA, SS; FONTE, NN; FIDELIS, LM; OTTMANN, MMA. Agroecologia e a valorização de novas dimensões no processo de reforma agrária: estudo de caso do acampamento José Lutzenberger. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 37, n.8, p.14-23, 2007.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989

BRENNEISEN, E.C. **Relações de poder, dominação e resistência: o MST e os assentamentos rurais**. Cascavel: Edunioeste, 2002. (Coleção Thésis).

DELGADO, A. Opening up for a participation in agro-biodiversity conservation: the expert-lay interplay in a brasilian social movement. **J Agric Environ Ethichs**, n.2, p. 559-577, 2008.

COSTANETO, C.; CANAVESI, F. Sustentabilidade em assentamentos rurais: o MST rumo à "reforma agrária agroecológica" no Brasil? In: ALIMONDA, H. **Ecología política**: naturaleza, sociedad y utopía. Buenos Aires: Clacso, 2003.

FABRINI, J.E. O projeto do MST de desenvolvimento territorial dos

assentamentos e campesinato. **Terra livre**, São Paulo, ano 18, n.19, p. 75-94. jul/dez 2002.

GONÇALVES, S. **Campesinato, resistência e emancipação: o modelo agroecológico adotado pelo MST no Estado do Paraná**. Presidente Prudente, 2008. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Estadual Paulista.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. v 1.

KARRIEM, A. The rise and transformation of the Brazilian landless movement into a counter-hegemonic political actor: a Gramscian analysis. **Geoforum**, 40, p.316-325, 2009.

LIPTON, M. The theory of the optimising peasant. **Journal of Development Studies**, vol. 4, no. 3, Colchester, Essex, Inglaterra (UK), 1968.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA – MST. **Reforma agrária: por um Brasil sem latifúndio**. São Paulo: MST, 2000

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA – MST. Proposta de Reforma Agrária do MST - 1995. In: STÉDILE, J.P. (Org.) **A questão agrária no Brasil: programas de reforma agrária 1946-2003**. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 187-210.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - MST. **Sistematização de experiências agroecológicas do MST**. [São Paulo]: [s.n.], 2007a.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - MST. **Carta do 5º Congresso nacional do MST**. MST, 2007b. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/7701>>. Acesso em 03 mar. 2011.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA – MST. **A reforma agrária necessária: por um projeto popular para a agricultura brasileira**. MST, 2009. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/>

node/7708>. Acesso em 03 mar. 2011.

NAVARRO, Z. Mobilização sem emancipação - as lutas sociais dos sem-terra no Brasil. In: SANTOS, B. S. (Org). **Produzir para viver**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 189-232.

PICOLOTTO, E.L.; PICCIN, M.B. Movimentos camponeses e questões ambientais: posituação da agricultura camponesa? **Revista Extensão Rural**, Santa Maria, ano XV, n. 16, p. 5-36, jul/dez 2008.

RAMOS FILHO, L.O.; SEVILLA GUZMÁN, E. Reforma agraria agroecológica como alternativa de recampanización en zonas de agricultura industrializada: la experiencia del asentamiento "Sepé Tiaraju", Ribeirão Preto, Brasil. In: CONGRESO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 8, 2010, Ipojuca. **Anais eletrônicos...** Ipojuca: ALASRU, 2010.

SCOPINHO, R.A. Sobre cooperação e cooperativas em assentamentos rurais. **Psicologia e Sociedade**, Porto Alegre, v. 19, n. spe, p. 84-94, 2007.

TONÁ, N.; GUHUR, D.M.P. O diálogo de saberes na promoção da agroecologia na base dos movimentos sociais populares. **Rev. Bras. de Agroecologia**, v.4, n.2, p. 3322-3325, nov. 2009.

VALADÃO, A.C.; MOREIRA, S.S. Reflexões sobre a compreensão da Agroecologia pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Rev. Bras. de Agroecologia**, Porto Alegre, v.4, n.2, p. 2842-2846, nov. 2009.

IDEOLOGIA INDUSTRIAL X CULTURA RURAL: O MÉTODO SESI DE ENSINO EM UMA ESCOLA RURAL

Gislaine Cristina Pavini¹

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante²

Dulce C. A. Whitaker³

Resumo: O texto compara duas práticas educativas: a Escola do Campo e o método SESI de Ensino, e demonstra a inadequação do último às escolas rurais, ilustrando com o caso de uma escola rural à qual foi imposto o referido método em 2012. As bases epistemológicas de uma educação dialógica para o campo são colocadas, para criticar as práticas de um método cuja origem na Ideologia Industrial e no consumismo provoca verdadeira invasão cultural, no sentido "Paulofreiriano", inviabilizando o diálogo dos alunos entre os modos de vida do campo e os da cidade – diálogo que garantia aproveitamento escolar na situação anterior, suprimida arbitrariamente pelo poder político. Para este texto, foram utilizadas diferentes pesquisas sobre as duas situações comparadas, especialmente dissertações que avaliaram o projeto Escola do Campo, implantado em Araraquara em 2004, uma dissertação sobre o método SESI de Ensino que abordou seu novo material didático, tendo sido igualmente feita uma avaliação do conteúdo dos livros de História, Geografia, Ciências e Matemática para a 6ª série, escolhidos por amostragem representativa. É, portanto texto teórico, mas não ensaístico, uma vez que parte de situações concretas, explicadas a partir de pesquisas sobre os temas implícitos e resume os procedimentos analíticos que

¹Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – Centro Universitário de Araraquara – UNIARA.

²Socióloga, Pesquisadora 1A CNPq, Coordenadora do PPG em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, Centro Universitário de Araraquara – UNIARA. mestrado@uniara.com.br

³Socióloga, pesquisadora do CNPq e Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Educação Escolar – FCL/UNESP – Araraquara/SP.

permitiram desvendar no material preparado pelo SESI, o estímulo e a valorização do consumo, sem críticas e sem preocupações com o meio ambiente.

Palavras-chave: Escola Rural; Método SESI; Projeto Político-Pedagógico.

***Abstract:** This study compares two educational practices: the Rural School method (Escola do Campo) and the SESI teaching method, suggesting that the latter one is inefficient when applied to rural schools, as illustrated with a case study of a rural school that was obliged to adopt this method in 2012. The epistemological basis of a dialogical pedagogy for rural education has been used in order to criticize the practices of a method whose origins in the industrial ideology and in consumerism promotes a true cultural invasion, according to Paulo Freire, hindering the students' dialogues with respect to the ways of life in rural areas and in towns – an interaction that assured school performance in the previous educational system, which has been arbitrarily discontinued by the political power. Different surveys were used in this study for both compared cases, specially dissertations that have evaluated the Rural School project (Projeto Escola do Campo), adopted in Araraquara in 2004, a dissertation about the SESI teaching method that has discussed its new didactic material and, also, an evaluation of the contents of a representative sample of textbooks of History, Geography, Sciences and Mathematics for the 6th grade of elementary school. It is a theoretical text, not an essay, considering that it is based on concrete situations, which were explained using researches on the implicit themes and summarizes the analytical procedures that have allowed to unveil, in the textbooks prepared by SESI, the stimulus and the valorization of consumerism, without any criticism and environment concerns.*

Keywords: Rural School; SESI Method; Political-pedagogical Project.

Introdução

O processo ensino-aprendizagem, quando eficiente, implica em complexo jogo dialético entre dois tipos de conteúdos que se interpenetram: as informações(e a formação) que se pretende sejam adquiridas pelo educando, e os conhecimentos que esse educando formou ao longo dos anos, dentro de sua classe social, no espaço social por ele vivenciado ou em sua trajetória histórica.

Podemos então, como Piaget (1966), considerar os esquemas de assimilação

do educando, ou ampliando essa visão, pensar em educação dialógica como Paulo Freire (2006). E podemos ampliar ainda mais essa circunstância pensando na evolução sócio-histórica percorrida pelo aprendiz, conforme Vigotsky (1964). Para qualquer desses três gigantes da epistemologia, os conhecimentos que a criança traz do seu ambiente cultural são fundamentais no processo de ensino-aprendizagem.

Ora, em uma sociedade dividida em classes sociais, com espaços culturalmente diferenciados e/ou situações ideologicamente diversas, há um fator importante a ser considerado: crianças e adolescentes das classes privilegiadas urbanas levam para a escola - em constante processo de atualização - um tipo de conhecimento que funciona como Capital Cultural porque, segundo Bourdieu e Passeron (1975), rende "dividendos" na situação escolar, já que carrega os esquemas de assimilação previstos pelo currículo. Ou seja, consciente ou inconscientemente, com ou sem diálogo explícito, os professores utilizam esses esquemas e sofrem a ilusão de que estão ensinando com eficiência porque esses alunos são mais inteligentes.

Quanto às crianças de outras classes e/ou espaços sociais, também são ricas em conhecimentos e soluções práticas para os problemas que enfrentam no cotidiano. Mas este acervo não é reconhecido pela escola urbanocêntrica e etnocêntrica e então não se constitui em Capital Cultural e raramente entra em relação dialógica com os conteúdos escolares - o que não será tão difícil se o professor estiver preparado para promover as conexões e a dialética entre os dois tipos de conhecimento.

O que vamos apresentar aqui é a análise de um caso em que tais conexões estavam sendo estabelecidas pelo esforço dialógico concretizado na experiência Escola do Campo em Araraquara – experiência suprimida pela imposição do Método SESI de ensino, um método construído a partir de uma ideologia urbano-industrial e centrado no consumo dos seus produtos⁴.

A análise desse método, conforme pretendemos demonstrar, revela não ser ele apropriado à aprendizagem nem mesmo das crianças e adolescentes de periferias urbanas.

Cumpramos lembrar aqui que a escola capitalista criou uma falsa dicotomia entre "cultura rural" e "cultura urbana" como se não fôssemos todos historicamente produtos do mesmo processo sócio histórico. Há também um certo senso comum que pensa a educação escolar sendo capaz de "fixar" o homem ao campo,

⁴Para o conceito de ideologia aqui utilizado veja-se Marx e Engels (1986).

esquecendo os determinantes socioeconômicos do êxodo rural. Essa falsa dicotomia está superada. A função da Escola é ensinar os conteúdos importantes à sobrevivência na contemporaneidade, deixando ao aluno a opção de sair ou permanecer no campo, opção que será multideterminada.

Para a construção deste texto foram utilizados dados de diferentes tipos de estudos, sendo os principais:

a) duas dissertações que avaliaram o projeto Escola do Campo, implantado em Araraquara em 2004⁵ (Feng, Lee. 2007; Bastos, Valéria.2005)⁶

b) uma dissertação sobre o método SESI de Ensino que abordou seu novo material didático com base principalmente no livro de exercícios "Muitos textos... tantas palavras" (6ª série)⁷

c) e como ponto de apoio, realizada para este texto, uma análise do conteúdo dos livros de História, Geografia, Ciências e Matemática, para essa mesma série, complementando dados acima.

Os livros da 6ª série foram escolhidos como amostragem representativa do método SESI, por terem sido projetados para alunos de 11/12 anos, transição para a adolescência - momento de aprender a fazer escolhas e a tomar decisões (Jersild-1963).

Experiências Históricas da Escola do Campo

Para que se compreenda o caráter estranho da imposição do método SESI numa área rural, necessitamos um breve retrospecto das preocupações históricas com a escolarização das crianças e adolescentes que animam governos e educadores em diferentes partes do mundo e que alcançaram o Brasil paralelamente ou mesmo antes do surgimento das Casas Familiares Rurais na França no período entre guerras. Assim, a Educação do Campo tal como implantada nas escolas rurais de Araraquara em 2004 e que foi recentemente suprimida para adoção do Método SESI não foi obviamente uma decisão isolada

⁵Feng, Lee, Projeto Educação do Campo: estratégias e alternativas no campo pedagógico. Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, UNIARA, Araraquara, 2007

⁶Bastos, Valéria A Educação do campo e formação continuada de professores(as). As contribuições do projeto-pedagógico. Mestrado em Psicologia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto USP, 2005

⁷Pavini, Gislaíne Cristina O método SESI de ensino na Escola do Campo: A controversa chegada do estranho. Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente. UNIARA, Araraquara, 2012.

de um governo municipal. Além de ser determinada pela então recente LDB (Lei 9394/96), havia sido largamente discutida por diferentes setores convocados para seu planejamento. Vale lembrar que a necessidade de uma escolarização a partir de temas diferenciados para os habitantes da zona rural tem sido equacionada por diferentes autores (Passador 2003, Bezerra 2010, Paulo Freire 1975, Whitaker 2008, Feng 2007 entre outros) e se insere em preocupações com aprendizagem e em avaliações favoráveis de experiências implantadas em muitos países europeus.

Ultrapassaria limites e objetivos deste artigo, equacionar as nuances teóricas diferenciadas pelos diversos autores. Cumpre lembrar apenas que uma constante atravessa todas as propostas quando se afirma que os conteúdos curriculares a serem ministrados aos estudantes do campo não seriam diferentes daqueles ministrados na cidade variando, no entanto, o ponto de partida da aprendizagem, com o aproveitamento dos saberes locais.

Esclarecido esse ponto crucial, situaremos agora algumas experiências em escolarização específica para o campo observadas ou a partir da História e que avaliadas positivamente em trabalhos defendidos no campo científico, reforçam nossas análises críticas em relação à imposição do método SESI, verdadeira "invasão cultural", tal como conceituada por Paulo Freire (Freire – 1974) quando implantado na zona rural.

Cláudia Souza Passador, em tese de doutorado defendida na Faculdade de Educação da USP, estudou os diferentes aspectos da escola família e da pedagogia da alternância (Passador 2003) fenômeno que surgiu na França e se espalhou por vários países da Europa e da América Latina, (chegando ao Brasil).

A tese de Passador é referência para compreensão das razões que levaram à criação das Maisons Familiaes Rurales que surgiram em 1937 em Lauzon sede do Cantão de LOT e Garone (Passador 2003). Situa seus criadores, a crise que assolava o meio rural, e igualmente o movimento histórico desencadeado por essa instituição, equacionando as exigências do processo, o qual se baseava na participação da família, ou melhor, no diálogo entre escola e família – intermediado pelos jovens rurais envolvidos pela pedagogia da alternância⁸ o que exigia professores e monitores com o conhecimento técnico em ciências agrárias, qualificação pedagógica e familiaridade com o meio agrícola (Passador 2003).

⁸Para mais detalhes sobre o processo ver Passador 2003 ou Feng 2007.

A expansão dessa instituição é tão notável quanto pouco conhecida: mais de quinhentas *Maisons* na França e a adoção do sistema em 22 países (Passador 2003) confirmam o sucesso da experiência, que seria adotada no Brasil – as Casas Familiares Rurais, com uma iniciativa já em 1976 no Espírito Santo, voltada à formação do técnico em agropecuária, a qual, segundo Passador sofreu ainda influência italiana.

Mas entre as várias vertentes da escola família, com ou sem período de alternância Claudia Passador optou por estudar as soluções encontradas no estado do Paraná, sem esquecer que o modelo se espalharia pelos Estados do Sul (Santa Catarina e Rio Grande do Sul) e que a pedagogia da alternância já criava ao momento da sua defesa do doutorado cerca de mil centros no mundo, com experiências em diferentes países.

Em suas avaliações sobre dois pequenos municípios do Sudoeste do Paraná aponta aspectos positivos para os diferentes ângulos pesquisados e afirma;

A Casa Familiar Rural desperta nos agricultores novas formas de vivenciar a agricultura, minimizando as agressões ambientais e diminuindo o problema da dependência de fatores externos (...) articulando a realidade das comunidade agrícolas com o processo de ensino fundamental e médio (Passador 2003, p. 42)

No Brasil, o projeto Escola do Campo começou a se dinamizar no Paraná, em 1989 quando pequenos produtores se depararam com o problema de que não havia escola de ensino médio que formasse os filhos de agricultores atendendo à sua realidade e às suas necessidades. Naquele momento estavam enfrentando dificuldades econômicas nas pequenas propriedades rurais, o que levava muitos trabalhadores a saírem do campo, buscando uma melhora de vida. (BEZERRA, 1999).

Por iniciativa da prefeitura da cidade de Barracão (sudoeste do Paraná), houve várias reuniões entre os agricultores e a comunidade local, formando a Associação Regional das Casas Familiares Rurais (ARCAFAR), surgindo assim, no Paraná, a primeira escola que atendia aos princípios do Projeto Educação do Campo. No ano seguinte, houve um primeiro grupo de jovens da zona rural a ter acesso à formação em agricultura. O projeto Educação do Campo vem justamente do programa de apoio do governo do Paraná às Casas Familiares Rurais (CFR) (LEE, 2007, p.38).

Importante chamar aqui a atenção para outra avaliação de Passador

Em outras palavras, o projeto "Escola do Campo - Casa Familiar Rural" capacita os jovens do campo a imprimir qualidade e competitividade aos

seus produtos e a auferir, inclusive, a renda necessária à obtenção da qualidade de vida no campo. Além disso, o Projeto leva aos jovens da zona rural os conceitos de cidadania e conhecimentos para que possam se tornar os "novos agricultores", valorizados como responsáveis pela produção de alimentos e pela preservação do meio ambiente (PASSADOR, 2003).

Segundo Haygert (2000 apud PASSADOR, 2003, p. 65), a pedagogia da alternância ocorre em três grandes fases nas Casas Familiares Rurais: interesse e motivação, aquisição de novos conhecimentos, experiências ou novas realizações.

Podemos ver isso também em Freire (2005), que afirma ser importante utilizar conteúdos curriculares que façam parte da realidade dos alunos, para que a temática seja significativa. Sua visão epistemológica, no que se refere às construção do conhecimento vai ao encontro das diretrizes que animam os projetos de Educação do Campo, uma vez que autores diversos enfatizam a troca de saberes entre o jovem que traz o conhecimento técnico da escola e os pais, que possuem um "saber próprio" parte importante do seu universo cultural (GRZYBOWSKI, 1987) Assim para Paulo Freire:

É importante reenfatar que o tema gerador não se encontra nos homens isolados da realidade, nem tampouco na realidade separada dos homens. Só pode ser compreendido nas relações homem-mundo. Investigar o tema gerador é investigar, repitamos, o pensar dos homens referido à realidade, é investigar seu atuar sobre a realidade, que é sua práxis.(...) Quanto mais assumam os homens uma postura ativa na investigação de sua temática, tanto mais aprofundam a sua tomada de consciência em torno da realidade e, explicitando sua temática significativa, se apropriam dela (FREIRE, 2005, p. 114).

Assim, a Casa Familiar Rural consegue respeitar o conhecimento rural agregando-o à busca de necessidades tecnológicas que facilitaram o trabalho do campo, melhorando a produção e aumentando a qualidade de vida da família desse jovem agricultor. Porém, as famílias agricultoras com filhos que passaram pela Casa Familiar Rural estão tecendo um território familiar diferenciado da organização tradicional da família agrícola. A mudança que então se estabelece é, principalmente, a da condição do jovem rural que passa a ter a oportunidade de argumentar e demonstrar saídas para a reprodução familiar dentro da realidade contemporânea que vivenciam.

Os filhos que passam pela Casa Familiar Rural adquirem um saber que

proporciona melhor rendimento da propriedade familiar e a possibilidade de agregar valor ao que ali é produzido. "Em razão disso, legitimam para si uma relativa autoridade dentro do grupo familiar, já que através desse novo saber aumentam a possibilidade de manter e mesmo ampliar o patrimônio familiar" (PASSADOR, 2003, p. 69). Situação que não pode ser interpretada como expressão de uma forçada permanência no campo, ao contrário, abre um leque de opções entre permanecer no campo e dar continuidade à tradição familiar ou partir para a luta em outros espaços sociais.

A Educação do Campo em assentamento rural

Feng (2007) discutiu as propostas e estratégias do Programa Escola do Campo implantado na EMEF Hermínio Pagotto, dentro do Assentamento Bela Vista do Chibarro no município de Araraquara. A partir da abordagem do projeto pedagógico desta escola e das vertentes políticas que a norteiam, como os Parâmetros Curriculares Nacionais, Diretrizes Curriculares Nacionais, Referências Para uma Política Nacional de Educação no Campo, surgiram algumas questões que foram problematizadas no decorrer de um artigo escrito com Ferrante:

As estratégias de ensino impactam positivamente a comunidade assistida? Este processo educacional ajuda a amenizar o quadro de problemas da educação rural? Este modelo difere das outras propostas educativas em quais pontos? (FENG; FERRANTE, 2008, p.07).

O Projeto Educação do Campo foi instaurado em 2004 pela Prefeitura Municipal de Araraquara em seu município e foi desenvolvido em três escolas da zona rural. Funciona com uma proposta pedagógica de ensino no campo, que pretende estimular o aluno, evitando problemas como abandono, altos índices de repetência e choques culturais. Para que isso ocorra, essa proposta educativa segue diversos princípios que abrangem a formação do sujeito através de projetos de emancipação humana, valorização de diversos saberes no processo educativo e também o respeito perante os espaços e tempos de formação dos sujeitos da aprendizagem, considerando com isso, uma estratégia possível de desenvolvimento sustentável. Os autores nos mostram claramente essa ideia:

Põe-se, portanto, como perspectiva de transformação da educação tradicional, a qual se pauta, segundo Whitaker (1992) por vieses urbanocêntricos, voltados para os conteúdos que informam e são informados no processo de

urbanização; sociocêntricos, por privilegiar a cultura relativa ao mundo ocidental, a chamada racionalidade do capitalismo, fortemente atrelada ao avanço científico e tecnológico (FENG; FERRANTE, 2008, p. 196).

É importante que os professores entendam que é necessário perceber e compreender o contexto sociopolítico dos pais e alunos, mantendo atenção constante sobre a sua prática, seus resultados e consequências. Para esses professores, não é fácil implementar relações inovadoras no processo de ensino-aprendizagem, pois isso requer estímulo da reflexão e criatividade para renovar os procedimentos e posturas de ensino. A maior dificuldade que os docentes enfrentam é em relação às mudanças no procedimento de ensino e avaliação porque se sentem inseguros e sem subsídios, pois não sabem se devem se desfazer de tudo aquilo que vêm aprendendo durante sua carreira profissional, opção para a qual não recebem estímulos ou perspectivas de gratificação.

As matérias promovidas pelo projeto pedagógico precisam ampliar o conhecimento, identificar pontos frágeis e pontos fortes a partir da experiência da prática docente; apontar caminhos para o aprimoramento das práticas pedagógicas e possibilitar a aproximação e troca de experiências entre os docentes. (FENG; FERRANTE, 2008, p. 210)

Se o projeto Educação do Campo mostrou a necessidade de adequações, referentes às peculiaridades da vida no campo, à integração entre o calendário escolar e as fases do ciclo agrícola, foi possível constatar, no entanto, o apoio da comunidade assentada ao programa Escola do Campo e a valorização da identificação dos lugares vivenciados nos espaços do assentamento.

As aulas de Matemática tomavam como referência, por exemplo, situações concretas experimentadas pelos assentados na compra e venda de produtos. Aulas de Ciências e Geografias tinham, como parâmetro, estratégias de manejo do solo e do cultivo das sementes.

Ainda mais, verificou-se a importância desta educação diferenciada dentro do assentamento, pois com ela, a taxa de evasão escolar diminuiu além da escola se integrar com a comunidade, não apenas como uma instituição de ensino, mas também como um ponto de encontro de saberes e de fazeres. (FENG, 2007)

Estudos realizados têm demonstrado que a educação rural no processo de seu desenvolvimento não deve se restringir a um ensino técnico, como muitos querem promover. Existe a necessidade de uma educação que promova o

desenvolvimento dos saberes, de forma a permitir que os alunos tomem suas próprias decisões sobre a sua profissão futura, sem perder sua identidade, cultura e história de vida.

Apresentado o sistema Escola do Campo e dois exemplos que ilustram sucesso com a experiência, observa-se que a construção do conhecimento é trabalho contínuo e apoiado nas estruturas prévias que o aluno possui para consolidar a aprendizagem. Ou seja, ao abordar as práticas culturais da zona rural, o professor está partindo dos esquemas de assimilação da criança e preparando o terreno para a dialogicidade que permite articular a eles os conteúdos escolares.

Por isso há a preocupação de uma pedagogia que valorize a sabedoria e a beleza da cultura acumulada dos que trabalham na terra, tornando a aprendizagem dos conteúdos específicos, significativa (WHITAKER, 2008). Assim, o novo conhecimento (o conteúdo escolar) se articula com "estruturas cognitivas previamente desenvolvidas" (MOREIRA, 1999, p. 156)

O Projeto Escola do Campo, tenta facilitar a aprendizagem dos alunos que vivem no campo, demonstrando que a importância do conteúdo utilizado pela escola deve partir da realidade desses alunos o que não só pode como deve, ser articulado ao "arbitrário cultural dominante" ensinado na escola (BOURDIEU & PASSERON, 1975).

Estabelecida assim em linhas gerais, as bases de uma epistemologia esclarecedora de um ensino – aprendizagem dialético e dialógico, vejamos em que consiste o método SESI que foi imposto à Escola do Campo em ARARAQUARA para substituir esse tipo de Educação.

O Método SESI observado através do Livro do Aluno

O método SESI é aplicado através de uma coleção de livros específicos para cada série e para cada disciplina, complementados por um livro de atividades. O método está portanto consubstanciado nos livros e não implica adoção explícita de qualquer paradigma pedagógico. Basta ao professor, utilizar os livros em suas atividades, o que implica em por em ação a metodologia subjacente.

Segundo a proposta do Método SESI, o livro do aluno é elaborado com atividades desafiadoras. Encontra-se organizado de forma a provocar o diálogo, a reflexão, o debate e a exposição dos diferentes pontos de vista dos alunos, sempre com a mediação do professor, sem, no entanto, tirar a autonomia dos alunos (SESI/SP, 2010). Vejamos se o método realmente garante essa autonomia.

Em Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós Graduação da

UNIARA em 2012, a autora analisou algumas técnicas desenvolvidas no livro "Muitas Textos: Tantas Palavras", avaliando conteúdos e tentando captar objetivos. Vamos elencar e ampliar aqui alguns dos seus achados que apontam para a inadequação entre propostas do SESI e a criança da zona rural⁹.

Em primeiro lugar há que ressaltar a boa qualidade dos livros adotados, não só no que se refere ao excelente material utilizado¹⁰, como também em relação aos conteúdos, de nível elevadíssimo, sugerindo um público alvo portador de invejável volume de Capital Cultural. Assim, no livro de História da 6ª série (supondo crianças de 11/12 anos de idade) encontramos logo no início um excelente texto sobre a "Evolução do homem segundo a ciência", no qual o aluno toma conhecimento de termos como *Australopithecus anamensis* e enfrenta as dúvidas sobre o *Homo Sapiens Neanderthalensis* (pg. 13), tema difícil até mesmo para estudantes de ensino médio. E à pg. 133 vai ler e interpretar um trecho da *Ilíada* de Homero, adaptado por Haroldo Campos que se inicia como segue "No peito hirsuto do Peleide a angústia assoma" (Campos – 2001 apud SESI História 2010). Realmente, não se pode acusar os autores de subestimarem o Capital Cultural da clientela.

Os livros são divididos em unidades, sendo que em cada unidade será trabalhado um tema. E ainda em cada unidade, encontramos diferentes técnicas. Vejamos algumas delas.

A. Roda de conversa: com esta técnica, pretende-se que o aluno demonstre seu conhecimento prévio sobre o assunto.

Por meio da oralidade, o professor deve diagnosticar o nível de conhecimento dos estudantes, determinando a profundidade em que a abordagem da unidade será trabalhada. Pretende-se obter referenciais para novas e mais profundas aquisições de conhecimento. Vejamos um exemplo, quando o professor trabalha com o ensino de Paródias.

⁹Nossos estudos sugerem que essa inadequação não se aplica somente ao mundo rural. Em outros espaços sociais (que apenas tangenciaremos) ela também se evidencia.

¹⁰No caso das escolas municipais de Araraquara, os livros são pagos pela Prefeitura, que adotou o método para todo o sistema no município. (mais ainda não tivemos acesso aos custos desse material).

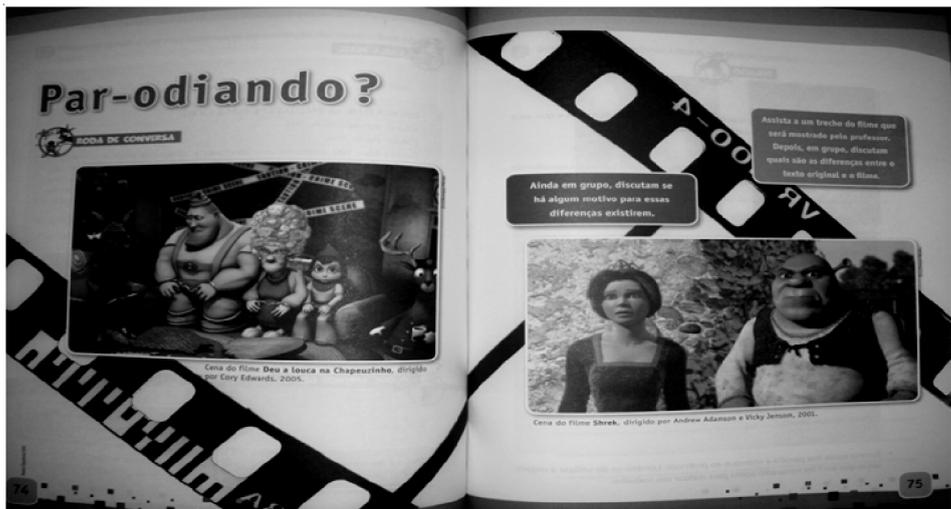


Figura 1 – Livro didático de Língua Portuguesa SESI
Fonte: Pesquisa de Campo, 2012.

Na figura 1, encontramos as seguintes propostas: "Assista a um trecho do filme que será mostrado pelo professor. Depois, em grupo, discutam quais são as diferenças entre o texto original e o filme" e "Ainda em grupo, discutam se há algum motivo para essas diferenças existirem". Aqui percebe-se que o planejamento do texto tenta criar esquemas de assimilação para um tema através da projeção de um filme que será "mostrado pelo professor". O equívoco está em que tais esquemas se formam nas estruturas da inteligência e do conhecimento ao longo de uma trajetória anterior, na vivência, na cultura, na classe social e no espaço em que se desenrola o processo sócio-histórico do qual participam os sujeitos envolvidos, sendo impossível criá-los por imposição.

Analisamos, através da observação participante, os efeitos da referida técnica e registramos o seguinte em Diário de Campo.

"Durante o acompanhamento das aulas, normalmente, os alunos não tinham a mínima noção nem conseguiam levantar hipóteses sobre o assunto que o livro trazia, por serem temas muito distantes da sua realidade".

"Podemos acompanhar a aplicação dessa aula nessa roda de conversa proposta pelo livro e quando questionados sobre os filmes "Deu a Louca na

Chapeuzinho" e "Shrek", somente alguns alunos que já moraram na cidade conheciam ou já viram algo referente a eles, o que despertou pouco interesse da maioria dos alunos da sala, situação explicada pelo modo de vida, cultura e valores" Fonte: dados da pesquisa, 2012.

Outro problema diagnosticado é que grande parte dos livros, filmes e obras de arte citados e trabalhados no material do SESI, são exemplos norte-americanos, tornando os textos ainda mais distantes da realidade dos alunos, neste caso, filhos de assentados de Reforma Agrária, com trajetórias marcadas pela luta política em torno da terra.

B. Desafio: esta técnica propõe atividades de leitura e escrita de conhecimentos contidos nas diversas áreas do currículo.

Contém propostas de atividades diversificadas, sendo que sua seleção está articulada com a especificidade de cada área do conhecimento. Esse item pode ser "desdobrado", termo usado no material do SESI, em diferentes níveis de dificuldade como revisão de texto, estudo de texto, reflexão, debate, pesquisa de campo. As atividades podem ser trabalhadas associadas ou independentes do livro-texto (*Muitos textos... Tantas palavras*), mas sempre com o objetivo de desenvolver as expectativas de ensino-aprendizagem em cada área, levando-se em conta o desenvolvimento dos alunos¹¹.

Essas atividades são, na maioria, perguntas para serem respondidas dissertativamente e também quadros para serem completados, orientações para construção de algum objeto, atividades com música, leitura de imagens.

Analisemos uma dessas atividades: uma interessante e inteligente tira referente ao personagem Calvin de Bill Waterson, bastante popular nos meios universitários em nosso país.

¹¹Pode-se ainda investigar, avaliando as crianças no que se refere à aprendizagem, se as sutilezas de uma paródia e o jogo de palavras "par-odiando" – título da "Roda de Conversa" serão facilmente apreendidos e estimulantes para qualquer criança da 6ª série.



1 Observe a tira abaixo e responda às questões.



WATTERSON, Bill. *O mundo é mágico: as aventuras de Calvin e Haroldo*. São Paulo: Conrad, 2007. p. 52.

Figura 2 – Livro didático de Língua Portuguesa SESI

Fonte: Pesquisa de Campo, 2012.

Nossa análise desvela: Calvin dá um bom exemplo de observação e faz excelente pergunta. A resposta do pai é mais apropriada ao mundo adulto, por dois motivos:

- 1) É irônica, e crianças têm dificuldades para decodificar ironias;
- 2) Nunca se deve colocar informações erradas durante o processo de aprendizagem. A criança tem seus próprios "erros" – resultantes do estágio de desenvolvimento da sua inteligência. Esses "erros" sim, devemos aproveitar porque podem se constituir em esquemas para assimilar o "certo". (Piaget 1966).

Ideologicamente a tira também é prejudicial, pois aprova a modernidade das "relações líquidas"¹² situações em que os pais envolvidos em "sociabilidades eletrônicas" não encontram tempo para dar atenção aos filhos.

A ironia do último quadrinho é a "pá de cal" na relação "liquidificada". Mensagem? Competição é a palavra chave. Não conte com a solidariedade do adulto ou do sistema (E nem do seu próprio pai).

¹²Para o concito de amor líquido ou verdade líquida (veja-se Bauman (2004)).

C. **Saiba mais:** essa técnica tem por objetivo indicar fontes de informação que ampliem o repertório do aluno a respeito do que foi tratado em cada unidade.

Isto é, visa estimular o aluno a buscar novos conhecimentos ou aprofundar os temas aprendidos por meio de leituras (livros, artigos científicos, reportagens, documentos históricos), filmes, *sites com atividades*, CDs, documentários, visitas a exposições, museus, laboratórios.

Mas os exemplos vistos nas figuras seguintes mostram como o material estudado remete constantemente o aluno a conteúdos da indústria cultural norte-americana. Nada contra a influência norte-americana no Brasil. Mas há boa literatura juvenil nos Estados Unidos. Em textos de Mark Twain, por exemplo, encontraríamos pontos de referência com nosso mundo rural. Mas que tal nosso Monteiro Lobato com sua visão revolucionária da infância?¹³

Mas não: a paródia é sobre Harry Potter... Já Harry Potter é em si uma sublitteratura cheia de clichês que afastam as crianças da boa literatura – aquela que reflete sobre o mundo. Felizmente esse tal bruxinho não chegou à zona rural. E nem às periferias urbanas. Quem vai decodificar as ironias da paródia anunciada? Esperemos que, ao menos, os professores se divirtam, ao fazê-lo.

E o que querem com Chapeuzinho Vermelho? O interessante arquétipo da ingenuidade feminina mergulha suas raízes no folclore medieval. Por que não trabalhar a simbologia do arquétipo ao invés de patrocinar sua degradação?

¹³Observar que em Lobato, crianças morando no sítio - sem pai ou mãe - aprendem o conhecimento científico a partir do feminino – a avó e a natureza.

Barry Trotter e a paródia cara-de-pau

Autor: Michael E. Gerber

Editora: Planetário

Durante anos, leitores do mundo todo ficaram maravilhados com as incríveis peripécias de Barry Trotter e seus amigos. Contadas nos livros de enorme sucesso da escritora J.G. Rollins, as batalhas de Barry contra o desagradável Lorde Vadermat transformaram o bruxinho no ídolo de milhões de jovens frouxos. Um dia Barry recebe de Calvo Dandemole, o diretor da escola, uma difícil missão: impedir que Hollywood produza um filme baseado nos livros do bruxinho. Afinal, se já é difícil manter a escola escondida dos frouxos, agora imagine se fizerem um filme contando sua localização!



Shrek, Estados Unidos, 2001.

Direção: Andrew Adamson

Distribuidora: DreamWorks

Animação dirigida por Andrew Adamson e Vicky Jensen, com roteiro de Ted Elliott, Terry Rossio, Joe Stillman e Roger S. H. Schulman, conta a história de Shrek, um ogro solitário, que vive em um pântano distante e vê, sem mais nem menos, sua vida ser invadida por uma série de personagens de contos de fada, como três ratos cegos, um grande e malvado lobo e ainda três porcos, que não têm um lugar onde morar.



Figura 3 – Livro didático de Língua Portuguesa SESI.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2012.

Mais uma vez como citado anteriormente, a maioria dos alunos do assentamento não conhecem "Shrek". E nesse momento, os professores têm que buscar adaptar o tema proposto à realidade dos alunos ou buscar exemplos que lhes sejam mais próximos, o que nem sempre conseguem, já que, ficou esquecido o Projeto Escola do Campo.

Observem que essas situações estão muito distantes da realidade vivenciada pelos alunos. Será que a educação do campo não merece ter uma melhor adaptação à sua realidade? Para tornar a aprendizagem mais significativa, é necessário atender às necessidades e interesses dos alunos, como coloca Freire (2005):

Por isto é que não podemos, a não ser ingenuamente, esperar resultados positivos de um programa, seja educativo num sentido mais técnico ou de ação política, se, desrespeitando a particular visão do mundo que tenha ou

esteja tendo o povo, se constitui numa espécie de "invasão cultural", ainda que feita com a melhor das intenções. Mas "invasão cultural" sempre (FREIRE, 2005, p. 99).

Um problema encontrado no desenvolvimento das atividades propostas pelos livros é a prática da ampliação do conhecimento do aluno através de constantes pesquisas à internet. A internet acabara de chegar à agrovila, não atingindo ainda aos lotes, onde moram muitos alunos da escola. Dentro da escola a internet funciona normalmente, porém é necessário um rodízio das classes para o uso da sala de informática, o que dificulta as constantes consultas à internet, como propõe o material para maior parte dos exercícios.

Uma pesquisa com os professores revelaria ainda suas queixas. Sobrecarregados, com uma carga horária pesada necessária à ampliação dos seus magros salários, acrescentam a isso, o tempo gasto em buscas eletrônicas às quais são obrigados, já que os textos trazem questões em aberto e não existe um livro do professor que lhes possa suavizar a tarefa.¹⁴

Ao analisarmos o livro de Português, pudemos observar que havia muita interpretação de texto com questões dissertativas e pouca gramática. Mas a reclamação dos alunos e professores é que grande parte dos textos apresentados, além de nunca trazerem como tema a realidade dos alunos no assentamento, apresentam conteúdos que dificultam o entendimento, como podemos observar abaixo, em uma unidade do livro, que nos interessou por ser bastante criativa, já que estimular os alunos a cozinhar corresponde a uma prática cultural em alta para qualquer classe social. Mas vejamos se tal estímulo parte de algum elemento concreto da vida das crianças do campo.

Temos de início a Roda da Conversa que, teoricamente estaria agitando a "base" da articulação entre o conhecimento antigo e o novo. Nela se discute uma obra (realmente "discutível") de um artista plástico pouco conhecido, exposta na Galeria Sanson em Nova Iorque. (figura 4) Será que alguma criança ou

¹⁴Segundo informaram os professores da rede municipal que adotou o sistema SESI, tais recursos existem sim, mas apenas para os professores do SESI, que possuem SENHA para a entrada na internet exatamente no "sítio" em que se encontram todas as respostas. Importante lembrar aqui que não somos contra a atividade de busca de respostas a questões instigantes por parte de qualquer tipo de professor. O que se passa é que no caso de Araraquara em questão, os professores não contam com horário remunerado para atividades, um dos motivos pelo quais fizeram uma greve em 2012.

adolescente brasileiro já ouviu falar dessa galeria?

Observe-se nessa mesma figura a questão abstrata proposta. É paradoxal? O paradoxo se desfaz quando analisando a receita que se segue, desvendamos a ideologia do consumo de alimentos industrializados, cujas empresas evidentemente influenciam a construção desse material didático.

Por que não se discute a subnutrição, a fome no mundo ou o valor de uma alimentação natural? Porque obviamente nada disso interessa aos patrocinadores do sistema SESI.

Com açúcar e com afeto



Figura 4 – Livro didático de Língua Portuguesa SESI.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2012.

ESPAGUETE À MARINARA

Tempo de preparo: 40 minutos

Porções: 6

Valor nutritivo por porção:

- 480 cal
- proteínas = 30 g
- gordura = 15 g
- hidratos de carbono = 50 g
- fibra dietética = 5 g
- colesterol = 225 mg

INGREDIENTES

- 12 mexilhões frescos
- 60 ml de vinho branco
- 60 ml de caldo de peixe
- 1 dente de alho esmagado
- 375 g de espaguete
- 30 g de manteiga (ou margarina)
- 125 g de corpos de lulas pequenas, em fatias
- 125 g de filé de peixe branco sem espinhas, cortados em cubos
- 200 g de camarões crus, descascados e sem a tripa
- 30 g de salsa fresca picada
- 200 g de amêijoas de lata, escorridas

Figura 5 – Livro didático de Língua Portuguesa SESI.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2012.

Observem alguns dos ingredientes: mexilhões frescos (onde encontrá-los na zona rural, mesmo na Califórnia brasileira; vinho branco (item de dietas sofisticadas); caldo de peixe (?); lula, peixe branco e camarões). O mais chocante, porém está no molho, que além de azeite e vinho branco, exige ainda tomates enlatados, para crianças cujos pais produzem tomates em suas hortas e quintais.

Uma pesquisadora acompanhou a aplicação dessa unidade na sala de aula, e observou a dificuldade até da professora em explicar aos alunos quais eram os frutos do mar encontrados na receita. Nesse dia, a sala de informática estava reservada para outros professores e a professora não pode fazer uso da internet para pesquisa, o que tornou difícil para os alunos conhecerem o conteúdo da receita e interpretá-la.

MODO DE PREPARO

- Remova as brânquias dos mexilhões e escove a areia. Jogue fora os que estiverem abertos ou estragados.
- Para fazer o molho de tomate, aqueça o azeite num tacho médio, junte a cebola e a cenoura e cozinhe em fogo médio durante 10 minutos. Junte a malaguetta, o alho, o tomate, o vinho branco, o açúcar e a pimenta-de-caiena e cozinhe durante 30 minutos, mexendo de vez em quando.
- Enquanto isso, aqueça $\frac{1}{4}$ de taça de vinho branco com o caldo e o alho numa panela grande e junte os mexilhões fechados. Tape o tacho e agite-o sobre fogo forte de 3 a 5 minutos. Em seguida, retire os que abriram e reserve-os. Cinco minutos depois, jogue fora os que não se abriram e reserve a mistura de vinho.
- Cozinhe o espaguete numa panela grande com água salgada fervente até ficar *al dente* (cozido de modo a apresentar certa rizeza à mastigação). Escorra e mantenha quente. Derreta a manteiga numa frigideira, junte as argolas de lula, o peixe e os camarões e frite durante 2 minutos. Reserve. Junte a mistura do vinho que estava reservada, os mexilhões, as lulas, o peixe, os camarões, a salsa e as amêijoas ao molho de tomate e reaqueça em fogo brando.
- Delicadamente, misture o molho com a massa e sirva imediatamente.

Figura 6 – Livro didático de Língua Portuguesa SESI.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2012.

A análise do modo de preparo desvela ainda um mundo hostil em que mexilhões podem estar abertos, fechados ou "estragados" e no qual surgem amêijoas que não foram explicadas. Como desvendar tais misteriosos processos?

Este conteúdo, apresentado pela receita com o uso de enlatados, contraria a realidade vivida pelos assentados que produzem seus alimentos, a partir das condições na qual vivem: tomates, mandioca, abóbora, couve-flor, brócolis são algum desses alimentos e com eles se pode fazer a ponte para uma gastronomia sofisticada, sem a imposição de receitas derivadas do mundo empresarial.

Veja-se, por exemplo, o caso da abóbora – alimento tradicional na culinária do cotidiano brasileiro – e que hoje conquistou espaço na gastronomia sofisticada de restaurantes de luxo. E, com alto índice de Betacaroteno que se transforma

em Vitamina A. Com um item assim se pode realmente transmitir conhecimento científico a qualquer criança, em qualquer espaço social.

A ideologia do alimento industrializado (comida ruim, como diria Bové,2003) atravessa todas as disciplinas.

Em Matemática, por exemplo, encontramos nos exercícios e exemplos, conteúdos totalmente industriais, como hambúrguer e suco engarrafado, o que dificulta contextualizar as atividades do dia a dia para facilitar a aprendizagem. Obviamente, nenhuma crítica é feita às embalagens e aos prejuízos que causam ao meio ambiente. Com estes exemplos, já podemos sugerir que o método está voltado para a produção e competitividade. Integram os objetivos da educação realizada pelo SESI-SP: habilitar o trabalhador para o contexto de suas atividades rotineiras e profissionais, formular estratégias focadas no atendimento das indústrias, segundo as especificidades dos segmentos produtivos.

Ao preparar o aluno com essa formação, em princípio estaria preparando o consumidor. Tais diretrizes vão na contramão do Projeto Escola do Campo, que respeita a opção do aluno pela terra, permitindo que ele escolha o rumo a tomar na sua trajetória posterior. Sabendo-se que escola do campo estudada é de Educação Básica e a clientela atendida por ela, é na maioria de famílias que vivem na zona rural, fica contraditório utilizar um método que se direciona ao trabalhador industrial, e que usa como um ponto de partida elementos de um espaço cultural distante da vida dessas crianças, seja por questões de sofisticação dos costumes ligados à nossa modernização reflexa (Ribeiro.1970) seja por imposições ideológicas ligadas à dominação do rural pelo urbano – tudo no interesse das indústrias que sustentam o sistema econômico.

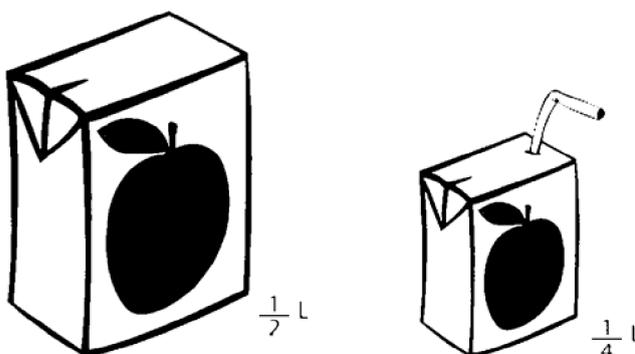


Figura 7 – Livro didático de Matemática SESI.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2012.

A imposição do "estranho"

A análise da amostragem do material utilizado pelo método SESI evidencia a força ideológica que permeia os conteúdos curriculares naquela situação, em que pesem as boas intenções dos especialistas que os selecionaram. O material não "pretende", como se pensou a princípio, preparar as crianças, filhos de operários, para se tornarem operários, como seus pais. Disto se encarrega o sistema como um todo. A intenção subjacente às técnicas empregadas é a de transformá-los em consumidores, eliminando a crítica que normalmente desperta na adolescência.

Mas o foco deste texto refere-se muito mais a uma questão epistemológica, ou seja cognitiva. Por tudo o que já se avançou em conhecimento sobre a natureza da aprendizagem, o método em questão é inadequado a qualquer criança ou adolescente, que vivencie espaços socioculturais, distantes da subcultura pseudosofisticada do industrialismo. Em espaços rurais, essa inadequação é gritante, uma vez que não se levam em consideração os estímulos cognitivos dados pela natureza, tal como se praticou no sistema Escola do Campo, com aproveitamento dos esquemas de assimilação da criança. A imposição de uma ideologia valorizadora do consumo tem ainda o agravante de reforçar agressões ao meio ambiente fazendo crescer a produção e a acumulação do Capital, acusando as vítimas que ingenuamente se deixam levar pelas sugestões e seduções dos "tomates enlatados". Em nenhum momento encontramos críticas às embalagens cuja produção devasta o meio ambiente.

Mas temos que reconhecer que seria "pedir muito" ao sistema, exigir essa crítica. E para não ficar apenas na crítica negativa, veja-se o excelente livro de matemática da 6ª série, que abre com algarismos egípcios e babilônicos e apresenta elogiáveis gráficos inteligentes, concretizando o raciocínio. Pois bem! O capítulo sobre frações se inicia com "embalagens" de 500 gramas (ou 600). Pululam embalagens de hamburgers, achocolatados, mel, entrega de pizzas em caixas. Não encontramos frutas, legumes ou alimentos frescos em nenhuma operação com frações ou decimais.

Considerações finais

O assentamento expressa complexidades e diversidades do meio rural, a criação de um novo modo de vida pleno de particularidades que se desdobram... O que significa imprimir nesta realidade plena de paradoxos um método de ensino padronizado a partir de uma realidade industrial? Não se trata de defender a retomada de dicotomias que insistem em fragmentar a realidade. O problema é

que o método SESI se apropria das especificidades da realidade dos assentamentos, moldando-a a partir de um viés urbanocêntrico. Podemos compreender isso, em Whitaker (2008):

A valorização da escola é forte no meio rural. Segundo nossa experiência, os pais anseiam que seus filhos aprendam na escola, aquilo que eles não podem ensinar. Ou seja, toda parte "universal" da cultura que fornece os instrumentos para lutar contra a expropriação e as falácias de que são vítimas. Realmente a escola do campo não precisa ensinar os conteúdos da vida rural (...) O que se propõe, portanto, quando se fala hoje em educação para o campo não é uma volta à razão dualista e sim um avanço em direção à razão dialética. A escola do campo precisa incorporar a valorização de modos de vida e os conhecimentos sobre os processos de trabalho, não para ensinar aos homens do campo, mas para aprender com eles (...). Assim, a necessidade de uma educação diferenciada para o campo (ou para qualquer espaço social que não recebe as benesses do modo de produção, mas apenas sua exploração) refere-se apenas aos pontos de partida da ação pedagógica, que deve levar em conta exatamente o aspecto sócio-histórico dos grupos aos quais pertencem os educandos (WHITAKER, 2008, p. 299-300).

Em suma, constatamos dentre os problemas e principais entraves: o material não apresenta conteúdo significativo para a aprendizagem do aluno, o que gera dificuldade para o processo de ensino; o professor tem que adaptar o material do SESI às necessidades do campo, o que nem sempre é possível; a proposta do sistema SESI orienta o professor para trabalhar os conteúdos, mas, em nenhum momento, foi encontrado no material, algum elemento que faça parte da realidade do aluno do campo. Por se tratar de um material voltado para a indústria, é nítido o estímulo à competição, o que contraria o Projeto Escola do Campo, que incentiva a cooperação. Outro problema encontrado ainda é em relação à questão ambiental, pois os exemplos utilizados nos exercícios referem-se a embalagens longa vida e enlatados. Além disso, o material didático utilizado pelo aluno compõem oito livros consumíveis, descartados todo final do ano. Ou seja, oito livros são descartados por ano. (por aluno).

De um lado, a pesquisa aponta problemas, ainda que deva ser levado em conta o relativo curto período de aplicação do método SESI. Enquanto órgãos municipais procuram supervalorizar este método, apontando-o como responsável

por avanços educacionais permanecem problemas detectados na contribuição obtidas pelas nossas análises.

Do ângulo institucional, valoriza-se a ampla utilização de ferramentas educacionais, como lousa digital e os laboratórios de informática. Argumenta-se igualmente ser plenamente favorável a visão dos pais e alunos em relação ao método, pois incorpora mais pesquisa e aumenta a participação da família na escola. Retórica que não corresponde aos resultados das pesquisas que vêm sendo desenvolvidas, as quais mostram o limitado acesso à internet por parte dos assentados e o risco de se perder a riqueza dos códigos culturais e práticas tradicionais que fazem dos assentamentos uma realidade plena de contradições, mas uma presença viva na história da sociedade brasileira.

Referências

BAUMAN, Z. **Amor líquido**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

BEZERRA NETO, L. **Sem Terra aprende e ensina**: estudo sobre as práticas educativas do movimento dos trabalhadores rurais. Campinas: Autores Associados, 1999.

BOURDIEU, P. e PASSERON J. C. **A Reprodução**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1975.

BOVÉ, J. & DUFOUR. F. **O mundo não é uma mercadoria**: camponeses contra a comida ruim. São Paulo: Ed UNESP, 2001.

BRASIL, MEC. CNE/CEB. **Educação Básica do Campo**. Disponível em: [HTTP://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12992:diretrizes-para-a-educacao-basica&catid=-323](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12992:diretrizes-para-a-educacao-basica&catid=-323). Acesso em: 13 jul.2010.

CAMPOS, H. de. **Íliada de Homero in SESI**: História. Movimento do aprender, 2010.

FENG, L. Y. FERRANTE, V. L. S. Projeto educação do campo: estratégias e alternativas no campo pedagógico. **Retratos de Assentamentos**. Araraquara, v. 1, n. 11, p. 195-224, 2008.

_____**Projeto Educação do Campo**: estratégias e alternativas no campo pedagógico. 82 f. Dissertação- (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente). UNIARA, Araraquara, 2007.

FREIRE, P. **A Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

GRZYBOWSKI, Cândido. **O saber dos Camponeses em face do saber dos técnicos**. Rio de Janeiro: FASE, 1987.

JERSILD, ARTHUR T. **Psicologia da Adolescência**. São Paulo: Nacional, 1963.

MARX, K. & ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Hucitec, 1986.

MOREIRA, Marco Antonio - A teoria da Aprendizagem Significativa de Ausubel. In: **Teorias da Aprendizagem**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, EPU, 1999. Cap. 10, p. 151-165.

PASSADOR, C. S. **O Projeto Escola do Campo (1990-2002) do Estado do Paraná: capital social, redes e agricultura familiar nas políticas públicas**. 154 f. Tese (Doutorado em Educação), USP, São Paulo, 2003.

PIAGET. J. **Seis Estudos de Psicologia**. Rio de Janeiro: Forense, 1967.

SANTOS BEZERRA, M. C. **Educação para o campo em discussão: Reflexões sobre o programa Escola Ativa**, São José Premier 2011.

VIGOTSKY, L. S. **Lenguaje y pensamiento** Buenos Aires: Laurato, 1964.

WHITAKER, D. C. A. O rural urbano na Escola Brasileira: ensaio de interpretação sociológica in Travessia: **Revista do Migrante** v.5, n.12, p. 30-35, Jan./Abril 1992.

_____**Educação Rural: da razão dualista à razão dialética: Retratos de Assentamentos**, n 11, 2008.

TEORIA DOS SISTEMAS, CULTURA E ESPAÇOS RURAIS DE REFORMA AGRÁRIA

Valéria Andreatta Whitaker¹

Marinaldo Fernando de Souza²

Dulce Consuelo Andreatta Whitaker³

Resumo: Conceitos básicos de Ecologia Teórica e dos princípios que regulam os ecossistemas são discutidos em relação ao conceito antropológico de cultura. Estes princípios foram se formando ao longo do desenvolvimento da Ecologia, junto com o avanço de outras ciências não necessariamente de base biológica, tais como a Matemática e a Física. A compreensão mais profunda da Ecologia em projetos de cunho interdisciplinar é importante porque ela é tanto uma Ciência unificadora englobando várias disciplinas do campo do conhecimento, como uma Ciência da Totalidade, cujos princípios podem ser aplicados a qualquer outra ciência. Sua origem e evolução se diferenciam das ciências modernas que surgiram a partir da Renascença, porque ao acontecer na virada do século XIX para o XX, desenvolvendo-se junto com as teorias do pensamento sistêmico no início deste século, a Ecologia inspirou este novo pensamento, culminando com o surgimento da Teoria Geral dos Sistemas na busca de uma unificação transdisciplinar proposta pela Nova Ciência da atualidade. Aplicando a Teoria dos Sistemas à análise dos comportamentos do indivíduo e do grupo, é possível uma abordagem mais compreensiva em relação aos Assentamentos de Reforma Agrária.

Palavras-chave: Nova Ciência; Meio Ambiente; Relação Rural-Urbano.

¹Doutora em Ecologia, pesquisadora ligada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente/UNIARA, bolsista FUNDANESP.

²Psicólogo Social, Mestre e Doutorando em Educação pela UNESP/FCLAr.

³Doutora em Sociologia, Pesquisadora do CNPq, junto ao Programa de Pós-graduação em Educação da UNESP em Araraquara e ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente/UNIARA, Pesquisadora bolsista FUNDANESP.

Abstract: *Fundamentals of Theoretical Ecology and the principles governing ecosystems are discussed in relation to the anthropological concept of culture. These principles have been formed along with the development of Ecology and the advancement of other sciences not necessarily biologically based, such as Mathematics and Physics. A deeper understanding of Ecology in interdisciplinary projects is important because it is both a holistic Science, encompassing several disciplines of the field of knowledge, as a Science, whose principles can be applied to any other science. Its origin and evolution differ from modern sciences that emerged from Renaissance, because, taking place at the turn of the nineteenth to the twentieth century, developing itself along with the theories of systemic thinking at the beginning of this century, Ecology inspired this new thinking, culminating with the emergence of General Systems Theory in search of a "transdisciplinary" unification proposed by today's New Science. By applying the System Theory to the analysis of the behaviors of the individual and of the group, it is possible to approach the Agrarian Reform in a more comprehensive way.*

Keywords: *New Science; Environment; Rural-Urban Relations.*

Introdução

Este artigo é uma tentativa teórica de estabelecer ligações entre resultados de pesquisa em diferentes tipos de assentamentos e/ou agrupamentos rurais (com seus espaços diversificados) e o curso de "*Metodologia Científica: um diálogo interdisciplinar*" ministrado durante o mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da UNIARA em Araraquara.

Nesse sentido, este texto dá continuidade ao artigo "Proposta Metodológica Para Pesquisa de Campo em Assentamentos de Reforma Agrária" publicado no V.14 N. 01 – 2011 do periódico Retratos de Assentamentos.

Naquele momento o foco esteve direcionado aos Assentamento de Reforma Agrária e o texto se formara a partir de três olhares: o olhar da Socióloga, enfatizando cultura, sociabilidade e Direitos Humanos; o olhar da Ecóloga, chamando atenção para a teia da vida, tal como se expressa nesses espaços e o olhar do Psicólogo, preocupado com os preconceitos e resistências do pesquisador – semelhante a contratransferência (um conceito que foi buscar na psicanálise e que se mostrou fértil para compreender limitações e obstáculos epistemológicos).

Embora naquele momento a proposta nos parecesse bastante convincente,

temos consciência de que ela precisa um respaldo teórico específico, interdisciplinar e mais aprofundado.

Para tal respaldo teórico vamos discutir a Teoria dos Sistemas e suas relações com o conceito antropológico de Cultura, abrindo caminhos à compreensão da luta pela terra entendida não apenas como uma reivindicação política de justiça social, o que em si já seria suficiente para sua efetivação, mas muito mais do que isso, como um processo histórico de alta complexidade, uma verdadeira reviravolta nas previsões demográficas de urbanização do mundo e na visão cartesiana valorizadora da industrialização e da administração burocrática regida pela razão instrumental.

Quando observamos criticamente o estrago ambiental causado pela aplicação indiscriminada das tecnologias que alimentam a acumulação do capital, temos certeza de que uma nova ciência, tal como proposta por Morin, Prigogine, Capra, René Thom (PESSIS-PASTERNAK, 1993) está prestes a ganhar espaço na agenda de muitos pesquisadores – especialmente no que se refere aos espaços rurais.

É preciso portanto pensar de forma mais complexa sobre o significado histórico de uma ocupação na luta pela terra: são homens e mulheres que abrem mão do pouco e mísero conforto de que podiam gozar no espaço urbano, para caminhar quilômetros, muitas vezes carregando suas crianças, e acampar agora sem nenhum conforto, tendo como único alento a possibilidade de obter a terra. Que forças históricas estariam envolvidas? Que tipo de subjetividades estão formando? Contra todas as previsões cartesianas, o rural permanece como espaço de vida e o campesinato não desapareceu. Apresenta-se como sempre foi: a base da vida, a classe que produz aquilo que comemos.

Mas não nos adiantemos em nossas conclusões. Passemos à parte teórica, sem a qual, os assentamentos correm o risco de serem interpretados como fuga ao desemprego, ou ao assalariamento, ou pior como desejo de posse.

A Evolução da ecologia, da Física e do Pensamento Sistêmico

Haeckel, em 1866, ao estabelecer as primeiras relações entre os organismos e o meio externo ou mundo exterior, criou as bases da Ecologia enquanto ciência e em 1909 surgiram os termos meio ambiente e cadeias alimentares. Elton, em 1920, elaborou alguns conceitos de comunidades e relações funcionais, mas só em 1930 é que Tansley definiu ecossistemas como comunidades de organismos e suas interações com o ambiente físico como uma unidade ecológica. A concepção de biosfera foi então criada por

Vernadsky geoquímico russo e a hipótese da Teoria Gaia foi desenvolvida por Lovelock e Margulius (ODUM, 1988).

Entretanto, o Pensamento Sistêmico evoluiu através de diversas correntes de pensamento além da Ecologia, produzindo a Teoria Geral dos Sistemas na década de 1940. No entanto ela vem passando pelo processo de refinamento até os dias atuais, por causa, entre outras coisas, da dificuldade de aplicar a termodinâmica de sistemas físicos fechados para os sistemas abertos que caracterizam os ecossistemas e do aumento da complexidade que é observada quando os ecossistemas são associados ao ser humano (LAZLO, 2009). Também o conceito de Cultura foi transportado de sistemas relativamente fechados, como o são as tribos e aldeias, para sistemas abertos e interligados em altíssimo grau de complexidade como a sociedade de classe, o que cria problemas para a sua aplicação.

Em 1905 Einstein formulou a Teoria da Relatividade, a partir da qual houve o desenvolvimento da Física Quântica. Em 1925 temos a elaboração da Teoria Quântica através das principais descobertas dos físicos da época, tais como: a natureza ondulatória das partículas, por Max Planck; a natureza dual das partículas subatômicas e da luz desvendada por De Broglie, Schrodinger e Pauli, e o desenvolvimento da teoria da complementaridade por Niels Borh. A elaboração do "Princípio da Incerteza" por Heisemberg ao revelar o paradoxo partícula/onda evidenciou a natureza dual tanto das partículas como das ondas de luz, contestando o conceito da realidade última da matéria (CAPRA, 1982). Igualmente a cultura oferece paradoxos, uma vez que ela se opõe ao indivíduo e este acaba apresentando natureza ambígua em sua relação com seus condicionantes sociais.

Ideias abstratas de interconexões, como rede de ligações, conexões não locais ocultas e propriedades relacionais e contextuais que permeiam o pensamento sistêmico e a linguagem atual da realidade virtual foram reveladas naquele momento como *insights* dos mistérios insondáveis da matéria ao nível quântico. Mas a formulação destes princípios foi fruto principalmente de exaustivas discussões através de reuniões intermináveis entre os físicos daquela época quando polêmicas eram criadas, demonstrando que além dos experimentos de laboratório, a elaboração de uma das teorias mais revolucionárias para a humanidade que está tendo hoje um impacto fortíssimo sobre o Novo Paradigma científico, foi gerada graças à troca de ideias entre os pensadores e não ao isolamento dos pesquisadores e à fragmentação do saber, que caracterizou o desenvolvimento da Ciência Reducionista. Este texto é uma tentativa de equacionar o conceito

antropológico de cultura em suas relações sistêmicas e com base nesse equacionamento pensar em termos sistêmicos também a luta pela terra enquanto um bem da natureza e que como tal pode ser historicamente recuperado.

O Pensamento Sistêmico evoluiu então, desde o início do século XX, junto com o desenvolvimento da Ecologia, da Biologia dos Organismos, da Psicologia "Gestalt" e da Física Quântica, sendo que a concepção sistêmica foi desenvolvida tanto por Biólogos, como por Matemáticos, Físicos, Filósofos, Antropólogos, Sociólogos e Neurocientistas, através de debates envolvendo pesquisadores das várias áreas do conhecimento. Mas sua inspiração surgiu a partir da observação do comportamento dos organismos vivos e da natureza enquanto um sistema vivo dotado de inteligência.

Entretanto é preciso ressaltar que a Teoria Geral dos Sistemas é uma teoria formal matemática, com base biológica, e que a Ecologia, ao englobar todas as disciplinas, unifica o campo de conhecimento, sendo seus princípios por excelência aplicáveis a todos os outros campos e áreas. É o caso do conceito de sistema como um todo integrado, cujas propriedades emergentes essenciais surgem das relações entre as suas partes. As propriedades de um nível ecológico ou de uma unidade ecológica não podem ser previstas nem reduzidas a partir do estudo ou da soma das propriedades dos seus componentes individuais, ou seja, elas não são reduzíveis. Portanto Sistemas são auto-organizadores e possuem diferentes níveis de complexidade ou *hólons*. *Hólons*, que vem do grego, significa totalidade, compreensão da realidade em função da totalidade integrada cujas propriedades não podem ser reduzidas a unidades menores. (CAPRA, 1982).

Muitas pessoas entendem e usam o termo holístico como sinônimo de sistêmico, não percebendo que o primeiro é uma das características e condição para a aplicação do último. O Pensamento Sistêmico concentra-se em princípios de organização básicos e não em blocos de construção básicos. Assim é holístico, sendo também contextual e mais amplo, subentendendo que contextualizar é estabelecer a natureza das relações, dentro e entre os níveis de organização de um sistema. Assim a Concepção Sistêmica nasce a partir da observação do estado de inter-relação e interdependência de todos os fenômenos físicos, químicos, biológicos, psicológicos, sociais, econômicos e culturais.

A Nova Ciência da Ecologia também está em evolução como é o caso do conceito envolvendo as relações em rede entre sistemas, comunidades, indivíduos, através de processos interativos e interdependentes. A nova concepção de ecossistemas como redes de comunidades que se comunicam através de fluxos de matéria e energia, cujas redes com nodos representam tanto as comunidades,

como os organismos individuais – órgãos, tecidos, células e organelas – configura-se em redes dentro de redes, as quais amplificadas representam a Teia da Vida (CAPRA, 1996).

A ideia da pirâmide na Ecologia foi fruto do pensamento científico do século XIX que ainda estava dominado pela visão hierárquica, limitante e delimitadora do objeto de estudo do pensamento cartesiano⁴. O conceito de redes de comunidades como um conjunto de organismos aglutinados num todo funcional, por meio de suas relações mútuas e interagindo, substituiu a concepção de pirâmides. A concepção da rede deve ter inspirado Patten quando ele disse a "A metáfora central da Ecologia é a rede" e o nome do livro "A Teia da Vida" de Fritjof Capra. O conceito da rede produziu um novo paradigma.

Os fluxos de matéria e energia que representam fluxos de informação nos sistemas vivos causam mudanças contínuas no ambiente, produzindo um estado de equilíbrio dinâmico instável e um sistema afastado do equilíbrio. Pela 2ª lei da Termodinâmica, a entropia como uma medida da desordem do Universo cresce em sistemas físicos fechados, em estado de equilíbrio térmico. Esta tendência da ordem para o caos seria irreversível como uma seta do tempo. Nos sistemas biológicos o universo vivo evolui da desordem para ordem para estados de complexidade crescente, porque organismos vivos são sistemas abertos onde um contínuo fluxo de energia e matéria proveniente do Sol e do meio ambiente produz um estado quase estacionário afastado do equilíbrio. Nesse estado fluente, a entropia decresce em sistemas abertos, os quais não podem ser descritos pela Termodinâmica Clássica. Uma Nova Termodinâmica de Sistemas Abertos foi desenvolvida por Ilya Prigogine na década de 1970 com novas formulações matemáticas. Lazlo (2009) um dos formuladores da Teoria Geral dos Sistemas ressaltou que além da termodinâmica clássica não se aplicar aos sistemas vivos, o nível de complexidade dos ecossistemas aumenta com a inserção dos seres humanos ao meio ambiente natural, tornando estes sistemas imprevisíveis e funcionando a beira do caos.

A concepção sistêmica envolve a compreensão de um fenômeno dentro de um contexto maior, através do estabelecimento da natureza das suas relações e das conexões que se organizam num padrão de configurações, conceito aplicável a todo tipo de sistema físico, biológico, ecológico, social e cultural. A ideia deste texto é portanto repensar o conceito antropológico de cultura à luz dos avanços

⁴Ideia transmitida pelo professor Zildo Gallo em conversa informal sobre o tema.

obtidos pela Teoria dos Sistemas e pensar a partir daí os Assentamentos Rurais como processos históricos com diferentes níveis⁵.

O **Pensamento Sistêmico** inclui várias formas de pensamentos, e basicamente caracteriza-se pela substituição da noção das partes pela totalidade, uma vez que sistemas são totalidades integradas cujas propriedades não podem ser reduzidas as partes menores. As propriedades essenciais ou sistêmicas são propriedades do todo e não das partes, mas surgem em determinado nível sistêmico das "relações" de organização das partes. A mudança da noção que possuímos dos objetos para as relações em rede, uma vez que objetos são redes de relações inseridas em redes maiores, na suposta realidade que observamos produz um **Pensamento em Rede**, uma vez que a realidade é uma rede de relações. Para a Física Quântica não há partes separadas, a Parte seria um padrão numa teia inseparável de relações. O **Pensamento Holístico** implica que ao deslocarmos a nossa atenção entre os vários níveis sistêmicos que possuem diferentes níveis de complexidade, as propriedades sistêmicas emergem em um nível particular. A percepção da diferença entre Ciência Objetiva e Ciência Epistêmica é parte integrante do **Pensamento Epistêmico** como método de questionamento dos modelos mentais que dão origem aos paradigmas e parte integral das teorias científicas. Inserir o conhecimento no contexto uma vez que contextualizar é estabelecer relações é uma condição do **Pensamento Contextual**. Todos estes critérios são interdependentes e todas estas formas de pensamento integram o **Pensamento Sistêmico** (CAPRA, 1982).

Segundo Capra (1982) foram estas formas revolucionárias de pensamento que produziram os novos paradigmas científicos como a Filosofia "Bootstrap" desenvolvida na década de 1970 pelo Físico Geoffrey Chew que expressou a realidade como uma rede de relações ou uma "Teia dinâmica de eventos inter-relacionados". Esta teoria pressupõe que o conhecimento científico aconteça também por intermédio de uma rede de concepções e modelos. "O Pensamento em Rede" deve penetrar todas as formas de pensamento. As Teorias Científicas e concepções mesmo que sejam formuladas através de um "Pensamento em Rede" são aproximadas e limitadas no tempo, ou seja, elas se aproximam e tangem a Realidade, mas não são a Realidade em si. Reconhecer as limitações das leis, dos princípios e dos fundamentos científicos e a extinção da ideia de blocos de construção básicos como alicerces científicos é aceitar que não há

⁵Um primeiro passo nessa direção já estava dado em Whitaker (2005).

mais uma certeza e compreensão completa e definitiva de nada.

O fim da ilusão da objetividade científica foi expresso pela frase de Heisenberg "O que observamos não é a natureza em si, mas a natureza exposta ao nosso método de questionamento" (CAPRA, 1982).

Aplicações das Teorias Sistêmicas em Estudos de Culturas

Segundo Capra (1996), a Nova Ciência da Ecologia concebida através de uma perspectiva ecológica diferente ao inspirar o novo paradigma, pode produzir uma mudança na estrutura conceitual tanto para a Ciência como para a Tecnologia. A maioria dos projetos de pesquisa do Programa de Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da UNIARA possui um caráter interdisciplinar e está inserida num ecossistema, seja ele natural ou construído, desde pesquisas no meio urbano até no meio rural, o que envolve o ser humano. Os princípios básicos da teoria dos sistemas podem ser aplicados a qualquer tipo de sistema, seja ele um estudo de uma organização, de uma comunidade humana ou de um ecossistema.

Certos princípios ecológicos, como os relacionados a mecanismos regulatórios homeostáticos, a estabilidade de resistência e de a estabilidade de flexibilidade – podem ser associados, em função do grau de ajuste maior ou menor das comunidades humanas ao meio ambiente, estabelecendo as relações e os paralelos entre cultura e natureza. Conceitos envolvendo este ajustamento tais como adaptação, flexibilidade e plasticidade que são provenientes da Biologia e da Genética, são aplicáveis tanto aos sistemas biológicos (MARGALEF, 1977) como aos sociais, dependendo de vários fatores como o estado de desenvolvimento e de preservação e dos impactos que estes sistemas sofrem de agentes externos. As comunidades humanas são mais ou menos ajustadas e harmonizadas ao meio ambiente como resultado da sua evolução histórica e cultural, assim como de outros fatores socioeconômicos.

Na década de 1940, a ciência da cibernética influenciou o pensamento sistêmico com a ideia dos ciclos de retroalimentação que foi adotada pelos ecologistas como fluxos de matéria e energia através dos ecossistemas em fluxogramas (ODUM, 1988). Os processos de regulação e auto regulação (feedback) da Ciência Cibernética são aplicáveis a todo tipo de sistema. O conceito de "homeostase", como um mecanismo auto-regulador, tem sido utilizado para organismos e ecossistemas no sentido da manutenção de um estado de equilíbrio dinâmico e das suas variáveis fluando entre limites de tolerância.

A Ecologia como uma Ciência Relacional compreendendo este termo como um conjunto de relações, pode ser aplicada através dos seus princípios

unificadores na compreensão de estudo de caso de culturas. Sistemas com uma menor diversidade biológica, ecológica, cultural e econômica possuem uma menor "homeostase" e resistência a variações e pressões externas, enquanto nível de tolerância aos impactos, mas podem ter uma maior capacidade de recuperação após o estresse.

O processo de modernização acelerada, com a transformação drástica da agricultura em países do Terceiro Mundo, vem ameaçando a diversidade em vários níveis sistêmicos: desde o nível genético e biológico relativo às espécies, variedades, raças de plantas e animais cultivados, até o nível paisagístico e cultural.

Segundo Dugan (1994), as pressões do desenvolvimento urbano, industrial e agrícola sobre os ecossistemas, especialmente em áreas próximas a sistemas aquáticos estão promovendo a pobreza e a marginalização social das comunidades rurais, devido à substituição do uso integrado e sustentável dos recursos pela conversão em uma agricultura irrigada, custosa energeticamente e ineficiente em relação ao uso dos recursos naturais. As consequências ambientais deste fenômeno são a perda de ecossistemas, da biodiversidade e das funções ecológicas, além da perda da diversidade cultural e das fontes de alimento e de renda das comunidades, com resultante pressão da população sobre o meio urbano. Configura-se, portanto, uma situação na qual, à destruição do meio ambiente corresponde a desarticulação da cultura conforme demonstrado por Whitaker (2005).

Para compreender como se dá esse fenômeno tentaremos uma abordagem relacional, tal como na Teoria dos Sistemas, começando pela recolocação do conceito antropológico de cultura, observado como um conjunto de relações, o que nos permitirá aplicar princípios unificadores na compreensão do movimento histórico através do qual são destruídos, criados e recriados, os espaços rurais e seus atores prioritários, ou seja, os camponeses.

O Conceito Antropológico de Cultura – Controvérsias

O conceito de cultura já foi uma grande "certeza" no campo das ciências sociais – a grande ideia tal como lembrado por Geertz (1978) quando colocou em dúvida que tudo possa ser explicado ou englobado por este conceito. Para que se tenha ideia das atuais limitações teóricas e heurísticas do conceito de cultura, basta que se contraponha a ele o conceito de ideologia como falsa consciência (MARX, ENGELS, 1972) e se leva em conta os textos de Whitaker (2003, 2005) que buscam desvincular analiticamente essas duas esferas do relacionamento humano, no qual nem tudo é humanizador e a ideologia ocupa

um espaço talvez maior do que o da cultura, o que ocorre com grande evidência na sociedade de classes.

Assim, o conceito antropológico de cultura, um dos mais humanizadores e compreensivos no trato dos processos sociais, se ajustavam com perfeição à análise de grupos restritos, vivendo em relação direta e portanto mais estável, com a natureza, e a ela harmonizada através de mitos e rituais.

Ao migrar para os estudos sociológicos, que investigam sociedade industriais com suas divisões em classes sociais, sofreu ajustes e reformulação, das quais uma das mais úteis, foi o conceito de subcultura (enquanto subdivisão) com o qual se procura abarcar divisões e diferenças de padrões dentro da heterogeneidade social (CARDOSO, 1973) e diante da dinâmica cultural acelerada por pressões econômicas (WHITAKER, 1982).

A questão pode se tornar polêmica, na medida em que podemos ser acusados em essencializar a cultura, ou seja, objetiva-la como algo concreto a nos condicionar e que subitamente – pasmem! – pode nem existir. É possível hoje encontrar acadêmicos angustiados com a ideia de que já não se pode saber mais o que é cultura ou o que faz parte dela, ou o que podemos considerar ou não como cultura.

Este texto é uma tentativa de estender a Teoria dos Sistemas ao conceito de cultura, tentando salvar do "naufrágio teórico" um dos mais notáveis conceitos científicos do pensamento ocidental.

Deste ponto de vista a cultura passa a ser pensada como conjunto de relações, relações estas que se harmonizam e podem ser captadas pelo pensamento sistêmico sem que seja necessário pensar de forma essencializada. Numa totalidade histórica serão consideradas como parte da cultura os dados que dão sentido a essa cultura ainda que de forma contraditória. Eliminam-se dessa forma, distorções ligadas à dominação ideológica e todas as atrocidades que fogem ao controle dessa teia de relações: a cultura nesse caso, pensada em relações com a teia da vida. A busca pelo rural estaria perfeitamente integrada à cultura ocidental na medida em que, apesar do processo de urbanização, nossas origens estão na natureza, e portanto no rural.

Paralelamente, temos que pensar ainda nas questões psicológicas que envolvem essa aparentemente inesperada volta ao rural, que se transforma em luta pela terra. O primeiro aspecto a ser considerado é a flexibilidade dos indivíduos nos grupos que se propõe às marchas que caracterizam a ocupação. Estabelece-se aí uma relação comunitária, durante a qual, as relações são mais importantes do que os indivíduos e suas idiossincrasias. Mais importante do que

a territorialização (tão bem apontada por Fernandes (2003)), o que chama atenção do ponto de vista do psicólogo é a extrema plasticidade do grupo, cuja a relação agora é com a natureza. A resistência ao desconforto e ao sofrimento dessa luta só pode ser explicada por uma percepção que se amplia, modificando corpos e mentes.

Suportam-se portanto, as pressões sobre o corpo e o estresse sobre a psiquê face a conquista previsível da terra, ou seja, a consolidação do assentamento. É possível pensar então na melhora da saúde mental, como consequência do que podemos chamar – em termos sistêmicos – uma "ecorrelação" derivada do movimento da luta pela terra. O estudo dos idosos em assentamentos e espaços rurais (WHITAKER, 2009) permite pensar essas ecorrelações em termos verdadeiramente ecológicos. Entrevista realizada com um idoso resistente, em sítio na região de São Carlos⁶ desvela a estabilidade psíquica derivada dessa resistência que pode ser associada à menor flexibilidade do idoso, de forma equivocadamente negativa. Esse idoso, o senhor Nelson, é verdadeira singularidade, mas só pode ser compreendido na totalidade. Ou seja, de forma sistêmica. Para tornar claro este raciocínio fomos buscar em Odum (1988), observações importantes quanto a reação dos ecossistemas face aos impactos que sofrem.

Para Odum (1988), "existem duas formas de estabilidade: a estabilidade de resistência e a estabilidade de elasticidade" (p.29). A primeira é a capacidade de se manter estável face ao estresse, enquanto a segunda, é a capacidade de se recuperar rapidamente. Estas observações cibernéticas feitas por Odum em relação aos ecossistemas podem ser extrapoladas para observação dos indivíduos. Senão vejamos: na estabilidade de resistência, um ecossistema resiste a perturbações e mantém intactos estrutura e funcionamento. Encontramos tal capacidade em alguns indivíduos diante do estresse a que somos todos submetidos no sistema e mudança. Já na capacidade de elasticidade, o ecossistema se recupera quando em desequilíbrio face à perturbações, o que se dá também com certos indivíduos. Para os ecossistemas as evidências segundo Odum indicam que esses dois tipos de estabilidade podem ser mutuamente exclusivos. (p. 32 - 33)

Assim, o indivíduo (ou a cultura) podem resistir ou incorporar novas experiências (flexibilidade ou elasticidade). Ou podem resistir ao impacto (estabilidade de resistência).

⁶Entrevista realizada pelo pesquisador Marinaldo Fernando de Souza

Colocadas em termos teóricos, tais relações podem ser assim resumidas: um sistema altamente resistente (ecossistema, indivíduo, ou cultura) persiste mais tempo diante dos impactos e/ou mudanças que o ameacem. Porém uma vez desarticulado, terá mais dificuldade em se recuperar. Contrariamente, um sistema com pouca resistência poderá apresentar excelente capacidade de adaptação.

Tais interrelações podem ser extrapoladas teoricamente porque, tal como demonstrado por Whitaker (2005), a cultura e o ecossistema estão profundamente imbricados podendo sofrer, portanto, fenômenos similares.

No entanto, quando analisamos os fenômenos humanos, temos que levar em conta a história, e nesse sentido estamos diante de um sistema em transformação - uma nova cultura, uma nova ciência, mas também uma nova sociedade, como apontam Morin (2013) e Capra (1982). Temos então os movimentos sociais atuando na direção dessas mudanças, o que de certa forma "embaralha" os dois processos que tentamos aplicar, superando o dualismo teórico das observações de Odum. Ao participar da luta pela terra, os indivíduos apresentam ao mesmo tempo a estabilidade de resistência, (persistindo na ruralidade que os teóricos da urbanização apontavam como em desaparecimento) e quando vitoriosos nessa luta, demonstram grande capacidade de recuperação (elasticidade, plasticidade ou flexibilidade), reorganizando rapidamente um novo espaço social, o assentamento no qual se apresentam como novos atores sociais. (WHITAKER, FIAMENGUE, 1996). É possível afirmar então, que a chamada civilização ocidental, responsável pela destruição de milhares de culturas, com grande estabilidade de resistência e que nunca mais conseguiram se rearticular (como os Incas do Peru e os Tainos do Caribe que habitavam a região do descobrimento) essa assim chamada civilização enfrenta hoje um sistema ao mesmo tempo resistente e flexível. A via campesina se articula no mundo inteiro a demonstrar estabilidade de resistência e estabilidade de elasticidade do campesinato.

E a situação sugere que a psiquê do indivíduo na vida urbana apresenta muitas vezes aquela resistência que dificilmente se desarticula, mas quando tal acontece não se recupera, o que está corroborado pelas altas taxas de suicídio nas grandes cidades. Por hipótese, na zona rural essa mesma psiquê combina melhor as duas formas de estabilidade o que podemos ilustrar com análises de entrevistas de idosos (WHITAKER, 2009) e com o caso singular do senhor Nelson.

Considerações Preliminares

Nossas tentativas de aplicar a teoria dos sistemas às transformações pelas quais passa o campo estão apenas no início. A teoria dos sistemas se aplica mais

facilmente ao estudo dos ecossistemas, nos quais as transformações se apresentam com mais "concretude". Temos como certo no entanto, que se conseguirmos pensar a cultura como uma rede de relações ligadas à teia da vida, veremos que o embrião desta abordagem existe de longa data. Afinal, na cultura se esboçam itens-traços-padrões que não se formam no vazio de modo arbitrário mas compõem complexos culturais históricos profundamente imbricados nos ecossistemas. Ou seja, o ser humano como agente da biosfera produz cultura e é produzido por ela a partir de relações complexas com o meio ambiente. Daí a inseparabilidade entre cultura e ecossistema, tal como discutido por Tundisi e Whitaker (WHITAKER, BEZZON, 2005).

Afinal, estamos voltando ao "paradigma perdido", tal como observado por Morin (1973), mas voltamos a ele com uma ciência enriquecida pelo avanços dos dois últimos séculos. A nova ciência com suas teorias da complexidade permite pensar os Assentamentos de Reforma Agrária como experiências que anunciam a teia de relações em formação a partir do renascimento da natureza.

Referências

CAPRA, F. **O ponto de mutação**. São Paulo: Cultrix, 1982.

CAPRA, F. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. São Paulo: Cultrix, 1996.

CARDOSO, R.C.L. **Subcultura: uma terminologia adequada?** In: Cadernos de Pesquisa N° 14, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1975.

DUGAN, P. J. Wetlands in the 21th century: the challenge to conservation science. In: MITSCH, W. J. (Ed) **Global Wetlands: Old Word and New 75-87**. Elsevier Science, 1994.

MORIN, E. **O método 1: a natureza da natureza**. Porto Alegre: Sulina, 2013.

MARGALEF, R. **Ecologia**. Barcelona: Omega, 1977.

GEERTZ, C. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

LAZLO, E. O Nascimento de um Novo Mundo In: Simon, T. O., **O**

Mistério 2012 Predições, Profecia e Possibilidades. Geração Editorial, 2009.

ODUM, E.P. **Ecologia.** (Basic ecology, 1983). Christopher J. Tribe (Trad.). Rio de Janeiro: Guanabara, 1988. 434 p.

PESSIS-PASTERNAK, G. **Do caos à inteligência artificial.** São Paulo: UNESP, 1993.

WHITAKER, D. C. A.; FIAMENGUE, E. C. Assentamentos de Reforma Agrária: Uma Possibilidade de Diversidade Agrícola. In: FERRANTE, V.L.S.B. (Org.). **Retratos de Assentamentos.** Araraquara, Ano VI, n. 8, p. 19-31, Programa de Pós-graduação em Sociologia FCL/UNESP/ NUPEDOR/CNPq, 2000.

WHITAKER, D. C. A Ideologia X Cultura: como harmonizar esses conceitos tão antagônicos? In: MELO SOUZA, F. A. et. al. **Teoria e Prática nas Ciências Sociais.** Araraquara: Cultura Acadêmica, 2003.

_____ A Cultura e o Ecosistema: questões conceituais. In: WHITAKER, D.C.A.; BEZZON, L. C. **A Cultura e o Ecosistema: reflexões a partir de um diálogo.** Campinas: Ed Alínea, 2006.

_____ **Memória Social, Meio Ambiente e Envelhecimento no Brasil Rural: três olhares (estudo comparativo).** Projeto de Pesquisa, Bolsa Produtividade, CNPq, 2009.

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

RETRATOS DE ASSENTAMENTOS é uma publicação semestral do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural – Nupedor, com apoio da UNIARA e do CNPq.

Os trabalhos enviados deverão atender aos seguintes critérios:

- a) Ter até 35 páginas – preferencialmente –, incluindo figuras, tabelas, quadros, esquemas, etc.;
- b) Os textos deverão ser digitados em espaço 1,5 cm, fonte Times New Roman, tamanho 12, justificado;
- b) Título do artigo deve estar centralizado, em negrito e em caixa-alta. Pular uma linha e inserir o nome completo por extenso dos autores (um em cada linha), alinhado à direita e com nota de rodapé indicando filiação institucional, endereço eletrônico e demais informações que considerar relevantes;
- c) Os resumos deverão ser redigidos em português e em inglês, em um único parágrafo (máximo de 15 linhas), acompanhados de até 5 palavras-chave, também redigidas em português e em inglês;
- d) Figuras (incluindo gráficos, esquemas, etc.) deverão utilizar o mesmo padrão de letra do texto, ser numeradas sequencialmente, em algarismos arábicos, com a respectiva legenda. Ilustrações (fotografias, gráficos, desenhos, mapas, etc.) deverão ser enviadas e em preto-e-branco, em arquivos formato jpg e/ou tif, com boa definição.
- e) As referências deverão ser elaboradas de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), conforme formatos descritos a seguir:

1) LIVRO

SOBRENOME, Nome. **Título em destaque:** subtítulo. Edição. Cidade: Editora, ano. Número de volumes ou páginas. (Série).

Edição do livro:

- se for em português colocar: 2. ed.
- se for em inglês colocar: 2nd ed.

2) CAPÍTULO DE LIVRO

Autor do capítulo diferente do responsável pelo livro todo:

AUTOR DO CAPÍTULO. Título do capítulo. In: AUTOR DO LIVRO. **Título**

do livro em destaque. Edição. Cidade: Editora, ano. volume, capítulo, página inicial-final da parte.

Único autor para o livro todo

AUTOR DO CAPÍTULO. Título do capítulo. In: _____. **Título do livro em destaque.** Edição. Cidade: Editora, ano. volume, capítulo, página inicial-final da parte.

3) ARTIGO DE PERIÓDICO

SOBRENOME, Nome. Título do artigo. **Título do periódico em destaque,** v., n., p. inicial-final, mês abreviado no idioma de origem. ano de publicação.

4) ARTIGO DE JORNAL

AUTOR do artigo. Título do artigo. **Título do jornal em destaque,** cidade de publicação, dia, mês abreviado. Ano. Número ou Título do Caderno, Seção ou Suplemento, p. seguido dos números da página inicial e final, separados entre si por hífen.

5) DISSERTAÇÃO, TESE E MONOGRAFIA

SOBRENOME, Nome do autor. **Título em destaque:** subtítulo. Ano de publicação. Número de volumes ou folhas. Categoria (Curso) - Instituição, Cidade da defesa, ano da defesa.

6) EVENTO CIENTÍFICO – CONSIDERADO NO TODO

TÍTULO DO EVENTO, número., ano, cidade de realização. **Título da publicação em destaque.** Cidade de publicação: Editora, data. Páginas ou volumes.

7) EVENTO CIENTÍFICO – CONSIDERADO EM PARTE

(Trabalhos apresentados e publicados)

AUTOR DO TRABALHO. Título do trabalho: subtítulo. In: NOME DO EVENTO, em número, ano, cidade de realização. Título da publicação em destaque. Cidade de publicação. Título do documento (**Anais, proceedings, etc. em destaque**), local: Editora, ano. Página inicial-final do trabalho.

8) NORMA TÉCNICA

NOME DA ENTIDADE RESPONSÁVEL. **Título da norma em destaque:** subtítulo. Cidade de publicação, ano. Número de páginas.

9) DOCUMENTO ELETRÔNICO

Após a indicação dos dados de cada documento, acrescentar as informações sobre a descrição física do meio eletrônico respectivo.

- SE FOR CD-ROM acrescentar o: Número de CD-ROM

- SE FOR ON-LINE acrescentar: Disponível em: <endereço eletrônico>.

Acesso em: dia mês abreviado. Ano.

A correção ortográfica e gramatical é de responsabilidade dos autores. Os artigos que não estiverem de acordo com as Normas de Publicação serão devolvidos aos autores para adequação. Os textos deverão ser enviados para o e-mail retratosdeassentamentos@gmail.com. Informações pelo telefone: (16) 3301-7126. www.uniara.com.br/nupedor

